UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO

DIONÉIA MOTTA MONTE SERRAT

Letramento e discurso jurídico

Ribeirão Preto

2012

DIONÉIA MOTTA MONTE SERRAT

Letramento e discurso jurídico

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia

Orientadora: Profa. Dra. Leda Verdiani Tfouni

Ribeirão Preto

2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Monte-Serrat, Dionéia Motta

Letramento e discurso jurídico. Ribeirão Preto, 2012.

393 p. : il. ; 30 cm

Tese de Doutorado, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Psicologia.

Orientadora: Tfouni, Leda Verdiani.

1. Letramento. 2. Análise do Discurso. 3. Psicanálise. 4. Lei. 5. Sujeito.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dionéia Motta Monte Serrat

Letramento e discurso jurídico

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da
Universidade de São Paulo, para a obtenção do
título de Doutor.

Área de concentração: Psicologia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

A Deus, razão por que eu vivo.

Ao Ricardo, meu amor e maior incentivador,
pela paciência, pelo companheirismo,
pelas palavras de incentivo
e pelo apoio incansável.

À Daniela e ao Paulo
pela paciência e compreensão
em meus momentos de ausência.

A meus pais por tudo que me proporcionaram.

À Leda orientadora e amiga,
por acreditar em mim.

AGRADECIMENTOS

À Professora Leda, Mestre e Amiga, um agradecimento especial pela orientação competente, atenta e crítica, pelas preciosas lições e pelas oportunidades concedidas.

Ao Prof. Jean-Jacques Courtine da Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3, pela proveitosa coorientação durante meu estágio de Doutorado Sanduíche (CAPES-BEX) no Laboratório Didactique du Français Langue Étrangère (DFLE), em Paris, França.

Ao Prof. Marcello Carastro, da École des Hautes Études en Sciences Sociales, orientador dedicado, pelos conhecimentos compartilhados durante estágio (FAPESP) em Paris, França.

À Profa. Claudine Haroche, pela entrevista enriquecedora e pelas valiosas indicações de leitura; ao Prof. Bertrand Pulman pelos ensinamentos e interesse por minha pesquisa; aos Profs. Georges Vigarello, Sophie Moirand, Georges Didi-Huberman, Réjane Senac-Slawinski, Vincent Descombes, Elisabeth Roudinesco, Carlo Ginzburg, Colette Soler, Gilles Guiheux, Patrice Loraux, Jean-Allouch, Pierre-Antoine Fabre, cujas preleções evidenciaram rara e feliz associação entre profundidade de conhecimento e clareza na exposição de ideias.

Aos queridos colegas do grupo A Análise do Discurso e suas Interfaces, Marcella Laureano, Anderson Pereira, Alessandra Carreira, Paula Chiaretti, Milena Sarti, Diana Toneto, Elci Patti, Leny Pimenta, Dirce Faggioni, Beatriz Ferriolli, Raquel Fialho, Clarice Paulon, Juliana Santos, Carolina Molena, Fabio Tfouni, Fernando Silva, Fabio Scorsolini, Luen Rubião, Verônica Santos, Andréia Attié e Juliana Bartijoto, pelas profícuas discussões teóricas em nossas reuniões, assim como pelo companheirismo sempre presente.

À CAPES, pela bolsa de estudos concedida para estágio de Doutorado Sanduíche no DFLE, Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris, França.

À FAPESP, por ensejar a participação em diversos congressos no país e no exterior e o estágio na École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, França.

Ao Ricardo, à Daniela e ao Paulo, que não mediram esforços para apoiar-me nessa caminhada.

À Profa. Dra. Eucia Beatriz Petean, à Maria Inês Joaquim, à Fabiana Tavares, à Denise Silveira e à Jacqueline Corrêa, pela ajuda nas questões burocráticas.

À Mirella Greco, pelas aulas de francês e auxílio na tradução de textos, à Elisaura Sacramento pela ajuda incansável em meu deslocamento para a França.

Às amigas Renata Ramos, Jackeline Mèzières, Vanessa Nothaft, Anne La Barbe e Katherine Marani, que me acolheram durante os estágios na França.

*Os céus proclamam a glória de Deus
e o firmamento anuncia as obras das suas mãos.*

*Um dia discursa a outro dia,
e uma noite revela conhecimento a outra noite.*

*Não há linguagem, nem há palavras,
e deles não se ouve nenhum som;
no entanto, por toda a terra se faz ouvir a sua voz,
e as suas palavras até aos confins do mundo*

(Salmo 19: 1-4)

RESUMO

MONTE-SERRAT, Dionéia Motta. **Letramento e discurso jurídico**. 2012. 393 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

Neste trabalho pesquisamos a enunciação dentro do rito de uma audiência sob a perspectiva das teorias da Análise do Discurso (PÊCHEUX, 1988), do Letramento (TFOUNI, 1992, 2005) e da Psicanálise (LACAN, 1949), lembrando que a enunciação é lugar de constituição do sujeito e sujeito é concebido como efeitos de sentidos entre interlocutores dentro de um contexto sócio-histórico. O rito nas práticas discursivas do discurso do Direito permite a diferenciação dos conceitos de sujeito de direito e de sujeito jurídico. Enquanto o primeiro está relacionado à coesão e ao sentido único da fala, o segundo está ligado ao que Pêcheux (1988) denomina “intersubjetividade falante”, e aparece como efeito de linguagem, dividido, opaco. Observamos o rompimento da imagem coesa do sujeito de direito no rito de uma audiência, ao expormos o funcionamento da gramática do discurso do Direito fora de sua lógica, fora de uma espécie de fetichismo que recobre o modo de funcionamento da ideologia e do inconsciente. Quando nos distanciamos dessa prática, descobrimos que, sob a imagem do sujeito de direito, no funcionamento discursivo, resta a imagem do sujeito jurídico, embebido na subjetividade e marginalizado pelo discurso do Direito. Embora a interpelação pela ideologia mascare o caráter material do sentido impondo a transparência de sentido, Pêcheux traz um alerta sobre a possibilidade de resistência e revolta dentro do processo de assujeitamento. Esse acontecimento, sob a perspectiva da psicanálise (LACAN, 1972-1973), que concebe o sujeito como dividido e não centrado, permite compreender o sujeito do discurso sob a dimensão de “efeito do significante” e nos leva a concluir que a subjetividade é um lugar que cumpre dupla função: a de evidenciar o assujeitamento e a de evidenciar a subversão deste, rompendo o círculo vicioso do idealismo, fazendo interromper o destino trágico do sujeito capturado pela interpelação ideológica. Podemos observar as práticas discursivas impostas pela Lei, sob a perspectiva do esquema ótico de Lacan (1949) para estudar a constituição da imagem do sujeito de direito sobreposta à imagem do sujeito depoente que enuncia durante o rito de uma audiência, sendo que o primeiro impõe o sentido único na fala. Considerando que o Estado tem o papel do espelho plano do esquema ótico para formar uma imagem coesa do corpo escrito pelo discurso do Direito, essa imagem é rompida com a emergência de um sujeito dividido, constituído fora da lógica jurídica. Se o silogismo do discurso do Direito escreve o corpo, podemos afirmar que o deslocamento dessa estrutura silogística rígida caracteriza a resistência à formação ideológica dominante, fazendo da lei um traço sem corpo.

Palavras-chave: Letramento. Análise do Discurso. Psicanálise. Lei. Sujeito.

ABSTRACT

MONTE-SERRAT, Dionéia Motta. **Literacy and juridical discourse**. 2012. 393 p. Thesis (PhD in Psychology) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

In this study we investigated enunciation within the rite of a court hearing under the perspective of the theories of Discourse Analysis (PÊCHEUX, 1988), Literacy (TFOUNI, 1992, 2005) and Psychoanalysis (LACAN, 1949) keeping in mind that enunciation is a place where the subject is constituted and that a subject is conceived as effects of meaning between interlocutors within a socio-historical context. The ritual in the discursive practices of the Law's discourse allows us to consider as different the concepts of law's subject and juridical subject. While the first is related to cohesion and to a single meaning, the second is linked to what Pêcheux (1988) calls "speaking intersubjectivity" and appears as an effect of language, both divided and opaque. We can observe the disruption of the law's subject cohesive image within the ritual of the judicial court session -characterized by a superposition of speeches - when the grammar of Law's discourse works outside its logical process, out-of-a kind of fetishism that surrounds the mode of operation of ideology and the unconscious. When we move away from this practice, we found that, under the image of the law's subject, inside the discursive functioning, there is the image of the juridical subject, steeped in subjectivity and marginalized by the discourse of Law. Although interpellation by ideology masks the material character of meaning by imposing transparency to it, Pêcheux brings a warning about the possibility of resistance and revolt within the process of subjection. This event, under the perspective of psychoanalysis (LACAN, 1972-1973), which conceives the subject as divided and non-centered, allows for understanding the discourse subject under the dimension of the "effect of the signifier", and it leads us to the conclusion that subjectivity is a place that plays a dual role: that of disclosing subjection and that of disclosing its subversion, thus breaking the vicious circle of idealism and interrupting the tragic fate of the subject that is captured by ideological interpellation. We can observe the discursive practices of the Law under the perspective of the Lacan's (1949) optical schema to study the constitution of the image of law's subject superimposed to the image of the deponent subject that enunciates during the rite of an audience, while the first one compels the construction of a unique sense of the speech. If we consider that the State plays the role of the mirror in the optical schema to give a cohesive image of the body described by the Discourse of the Law, this image breaks with the emergency of a split subject, due to failures and lapses, constituted outside the legal logic. If under one perspective the Discourse of the Law describes the body, under another perspective we may assert that the displacement of the rigid structure of the syllogism characterizes a resistance to the dominant ideological formation of this discourse, as something that brings up what was repressed, making the law a trace without a body.

Key-words: Literacy. Discourse Analysis. Psychoanalysis. Law. Subject.

SUMÁRIO

Conteúdo

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	21
DISCURSO DO DIREITO E DISCURSO JURÍDICO	21
1.1 Introdução	21
1.2 O discurso do Direito: perspectiva científica	23
1.3 Discurso do Direito: visão crítica e discursiva	30
CAPÍTULO 2	107
LETRAMENTO	107
2.1 Introdução	107
2.2 Perspectivas do Letramento no discurso do Direito	108
2.3 O letramento como prática social	110
2.4 Dimensão jurídica da língua	117
2.5 O ideal de língua clara e o deslizamento de sentido	121
2.6 Concepção psicanalítica e discursiva de sujeito	125
CAPÍTULO 3	131
O ESTÁDIO DO ESPELHO NA TEORIA GERAL DO ESTADO	131
3.1 Introdução	131
3.2 O estágio do espelho	132
3.3 O estágio do espelho na Teoria Geral do Estado	145
CAPÍTULO 4 – A DIMENSÃO POLÍTICA DO SUJEITO NA CADEIA DISCURSIVA	158
4.1 Introdução	158
4.2 A dimensão política do sujeito na cadeia discursiva	159
CAPÍTULO 5 – SUJEITO E SENTIDO NO DISCURSO JURÍDICO	182
5.1 Introdução	182
5.2 Semântica discursiva e relações ideológicas	183
5.3 Discurso: ordem do enunciável, ordem que constitui o sujeito	188
CAPÍTULO 6 – ALTERIDADE E RITOS NO DISCURSO JURÍDICO	224
6.1 Introdução	224
6.2 Os ritos no Direito e sua relação com o sujeito de direito	225
6.3 Alteridade no discurso jurídico	228

6.4 Rito jurídico e linguagem	235
6.5 Máscara e persona no discurso jurídico	237
6.6 O ritual é da ordem do olhar	240
6.7 A alteridade é da ordem do especular	243
6.8 O movimento dos ritos e o fascínio da máscara na captura do sujeito	247
CAPÍTULO 7 - CONCLUSÃO - O CORPO ESCRITO PELO DISCURSO DO DIREITO: A EFICÁCIA DA LEI ENTRE O VISÍVEL E QUEM VÊ.....	253
7.1 Introdução	253
7.2 Corpo e imagem produzidos na alteridade e no rito jurídico	256
7.3 O corpo escrito pelo discurso do Direito	258
7.4 O valor mítico da prática escriturística	260
7.5 A resistência à interpelação ideológica do discurso do Direito	262
REFERÊNCIAS.....	265
ANEXO A - Aspectos da Teoria Geral do Processo	292
ANEXO B - Modelos de termo de consentimento	315
ANEXO C - AUDIÊNCIAS E SENTENÇAS	318
ÍNDICE DO ANEXO C	318

LETRAMENTO E DISCURSO JURÍDICO

INTRODUÇÃO

Letramento e discurso jurídico são as teorias que utilizamos para trazer nova perspectiva sobre o discurso do Direito. Enquanto este último impõe a ideologia do Poder Judiciário como Aparelho Ideológico do Estado, o Letramento e a concepção de discurso jurídico (em contraposição à do discurso do Direito) trazem a percepção de como funciona o processo discursivo e de como a ideologia interpela o sujeito. No discurso do Direito prevalece a ideia de que todos são iguais perante a lei; o Letramento e o discurso jurídico permitem refletir sobre a existência do paradoxo de que essa suposta igualdade abriga desigualdade e marginalização. Nosso objetivo é o de tentar compreender como se dá esse paradoxo do discurso do Direito em que o sujeito, sem que se dê conta, é “livre” e, ao mesmo tempo, assujeitado (HAROCHE, 1992). Às teorias do Letramento e do discurso acrescentamos a da Psicanálise lacaniana, utilizada para compreender a constituição do sujeito e a relação entre os conceitos de sujeito de direito e de sujeito jurídico (conceito desenvolvido no decorrer desta pesquisa como sujeito constituído fora dos limites impostos pelo discurso do Direito).

Nosso corpus resulta de dados colhidos em audiências realizadas por juízes de direito, na ocasião em que estes ouvem os depoimentos do autor, do réu ou de testemunhas. Os enunciados proferidos em audiência estão sob condições de produção determinadas por formações discursivas do discurso do Direito, que se baseia no raciocínio silogístico (composto de premissa maior, premissa menor e conclusão). É ao modelo do discurso do Direito que está sujeita a intervenção do juiz nas falas dos depoentes, de maneira que fiquem excluídas as marcas de subjetividade daquilo que lhe é narrado. O sujeito do discurso do Direito se constitui “no seio de uma série de práticas, que dizem respeito aos saberes, ao poder e às técnicas de si” (CARVALHO, 2008, p. 20).

Em todo o tempo teremos o foco sobre o sujeito e o modo como ele se constitui. Nossa observação não recai somente sobre um sujeito cartesiano, previsível, tido como origem do dizer, o sujeito do discurso do Direito. Observamos também o sujeito psicanalítico, que não nasce pronto, mas se constitui na alteridade, tendo o Estado como grande Outro, tendo seu corpo inserido no rito jurídico ditado pela lei. É sob essa nova perspectiva que propomos ao leitor um olhar sobre o sujeito jurídico, não pronto, mas constituído durante a enunciação numa audiência do Poder Judiciário. É nesse espaço que o juridismo e a valoração do agir influem nas relações sociais (LAGAZZI, 1988) atingindo o grau máximo; o corpo do sujeito, concebido como suporte de imagem, está inserido num rito minuciosamente descrito pela lei. Se o sujeito psicanalítico é opaco e dividido, tem um status discordante do status do sujeito cartesiano descrito pelo discurso do Direito. Essa discordância nos remete a um paradoxo: o da “igualdade dos desigualmente divididos” (GUIMARÃES, 2002), que pode ser compreendida dentro desse conceito de sujeito jurídico por nós desenvolvido ao longo deste estudo.

O estudo da constituição do sujeito nos levou ao texto “O estádio de espelho” de Lacan ([1949]1998), que estabelece a importância da percepção visual para a estrutura

constitutiva do conhecimento humano (LACAN op. cit., *apud* QUINET, 2002, p. 35-36), pois indica “por um lado, a articulação (e a distinção) entre a percepção visual e o simbólico e, por outro lado, a atração que o conhecimento tem pelo campo visual, no qual está enredado” (QUINET, op. cit., p. 36). Permeados pela psicanálise lacaniana, os conceitos de Letramento e de discurso jurídico dão ênfase à constituição do sujeito na enunciação e ao contexto sócio-histórico em que este sujeito se constitui, realçando, assim, o distanciamento do efeito imaginário da ideologia e contribuindo para melhor compreensão do funcionamento desta.

O discurso do Direito é abordado a partir do evento de letramento da audiência, ocasião em que o autor e o réu fazem depoimentos de fatos que vivenciaram para o juiz. Nos deparamos com um obstáculo nesse funcionamento discursivo, que consiste no fato de que a língua, tida como universal, transparente, coexiste com a necessidade - imposta pela lei - de o juiz intermediar as falas dos depoentes, ditando para o escrivão o que deve constar do documento denominado “termo de audiência”¹, anexado ao processo. Segundo o que ensina Tfouni (1988), nessa circunstância pode haver um “apagamento do sujeito que sente pelo sujeito que escreve” (TFOUNI, 1988, p. 120). Se a lei determina que o juiz faça recortes das falas, ditando ao escrevente de sala o conteúdo do termo de audiência, podemos concluir que o uso da linguagem e do código da escrita no ambiente forense estão permeados de restrições e generalizações. Qual seria a finalidade desses recortes feitos, pelo juiz, nas falas dos depoentes? Seria a de evitar “ambiguidade”, “distorção”, “mal entendido”? Por que a lei impõe a necessidade da intervenção do juiz num contexto social em que a língua é considerada um código que comporta, supostamente, “transparência” e imutabilidade?

¹ Termo de audiência é o documento, elaborado durante audiência de instrução e julgamento, em que o juiz dita para o escrevente de sala trechos daquilo que ouviu do depoente. Na terminologia jurídica, “termo processual” exprime a “materialização de atos processuais a escrito, para que nele se fixem as determinações legais, ou as ordenações do próprio feito” (SILVA, 1987, p. 347).

Intriga-nos o entendimento do modo como a ideologia funciona através do Direito. Em Edelmanm (1980, p. 15) encontramos a afirmação de que a ideologia transcende a discussão teórico-jurídica e chega à língua: “...*la interrogación lingüística deberá tomar en consideración la dimensión jurídica de la lengua, esto es, de su efectividad social*”². Precisamos nos conscientizar de que o discurso jurídico não se limita ao ambiente forense. A língua também tem uma dimensão jurídica. Direito e Língua, Discurso Jurídico e Letramento, então, se somam em nossa busca por desvendar algo mais sobre o conceito de discurso jurídico; sobre o modo como se constitui o sujeito nesse discurso, de maneira a fazer coexistir as ideias contraditórias de que ele é “livre para se obrigar”.

Os princípios estabelecidos pelas as teorias do Letramento (TFOUNI 1992, 2005), da Análise do Discurso (AD) (PÊCHEUX, 1988) e da psicanálise lacaniana (LACAN [1949][1998]) nos levam a compreender, ao contrário do que se poderia pensar, que o discurso jurídico não se limita ao ambiente forense, mas o ultrapassa, envolvendo a questão da constituição do sentido dos enunciados e discursos. De acordo com Edelman (1980, p. 15), “*el discurso jurídico es una de esas formas lingüísticas que expresan la ‘ideología’, ocultando al sujeto enunciator, pero permitiendo, por eso mismo, que subsista y se conserve en su ideología dominante*”³.

Estudando a audiência como um evento de letramento, podemos observar que o sujeito, tomado como uma posição discursiva influenciada pela ideologia, ocupa papéis que equivalem a lugares sociais. Tais lugares, como afirma Tfouni (2005), não estão disponíveis para todos. Desse modo, o evento da audiência, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que se

² A interrogação linguística deverá levar em conta a dimensão jurídica da língua, isto é, de sua efetividade social (tradução minha).

³ O discurso jurídico é uma dessas formas lingüísticas que expressam a ‘ideologia’, ocultando ao sujeito enunciator, mas permitindo, por isso mesmo, que subsista e se conserve em sua ideologia dominante (tradução minha).

propõe a aplicar a lei que seria igual para todos, instala um lugar onde as desigualdades sociais são ignoradas (TFOUNI&MONTE-SERRAT, 2009.).

Podemos observar no recorte abaixo que a testemunha é chamada a dar sua versão para o juiz:

(209) **J**⁴ ((indagando a testemunha)): Sim ... o senhor estava lá quando o policial chegou (210) para fazer o boletim de ocorrência?

(211) **T2**: O:: policial veio depois ... teve aí aí logo batida o poliai ... depois que veio a

(212) viatura pra fazer a ocorrência

(213) **J**: Isso ... mas o senhor ainda tava lá?

(214) **T2**: Tão ... eu tava lá naquele presente momento aí eu fui atender o carro ... eu fui (215) atender um outro carro que o homem me chamou pra colocar o limpador de parabrisa (216) no carro dele ... foi nonde que eu efetuei a minha venda

(217) **AR**: Excelência se ele estava no momento porque ele não figurou como testemunha (218) no boletim de ocorrência? ... Porque no boletim de ocorrência não constam

(219) testemunhas

(220) **J** ((indagando a testemunha)): O senhor não chegou a ser chamado como testemunha (221) ... pra assinar o boletim de ocorrência?

(222) **T2**: Não porque eu pensei inclusive eu pensei que eles ia até entrar em acordo ali né (223) ... aí eu peguei fui trabalhá ... saí no meu () e fui trabalhá ... porque eu vevo da

(224) minha luta do dia a dia ... eu trabalho particular ... () podiam ter entrado num acordo (225) e caso que sempre às vezes acontece e cada um fica na boa né? Aí depois que veio a (226) intimação em casa eu falei ué me colocaram meu nome aqui eu peguei foi onde que (227) eu vim

(vide ANEXO C, Transcrição da audiência 5, de 20/01/09, sobre colisão de veículos, p. 374)

Embora T2 tenha dado sua versão, o que passou a constar do termo de seu depoimento foi o resultado de recortes que o juiz ditou ao escrevente, como se a testemunha tivesse dito o que consta no texto abaixo (termo de depoimento, audiência de 20/01/09):

[...] respondeu: Que no momento do acidente o depoente estava trabalhando na esquina da Avenida da Saudade com a rua Padre Euclides, mas precisamente defronte ao Hospital Santa Casa. Que não prestou informações como testemunha no momento da elaboração do B. O. porque imaginou que as partes entrariam em acordo. Que forneceu seus dados para o Sr. _____, pois poderia futuramente servir de testemunha, caso as partes não entrassem em acordo.

⁴ **J** corresponde a Juiz de Direito; **T** a testemunha e **AR** a advogado do réu.

(vide ANEXO C, Termo de depoimento da testemunha 2 (aud. 5) – 20/01/09, p. 376).

Por enquanto, podemos observar que quem domina a escrita é o sujeito que ocupa a posição sujeito de juiz de direito e que seu texto traz coerência e clareza à narrativa dispersa do sujeito depoente.

Durante a busca de corpus para análise, deparamo-nos, também, com sentenças estruturadas como poesia, publicadas em cartório. Essas sentenças contrariam disposições legais claras a respeito de sua confecção, pois o sistema jurídico exige que tenham uma forma silogística, com premissa maior, premissa menor e dispositivo: “Por via de regra, a *sentença* tem a feição de um *silogismo*, constituindo a *premissa maior* a regra de Direito, a *premissa menor* a questão concreta, isto é o fato com as suas circunstâncias, e a *conclusão* a aplicação da norma jurídica ao caso concreto” (SILVA, 1987, p. 201). Apesar dessa determinação, fazem parte de nosso *corpus* sentenças publicadas com estrutura de poesia como a do recorte que segue abaixo:

Surgida, em final.

Notificação própria.

Autos em apenso.

Dados lá constantes.

Inerte a devedora.

Constituído o débito, surgido o lançamento.

Não pago, a certidão da dívida ativa.

E como tal, a execução.

O procedimento administrativo surgiu regular.

Provocação.

Repetindo, apuração [...]

(vide ANEXO C, Sentença 2, p. 327)

Pode-se observar o juiz, que a proferiu, instalado em um lugar diferente daquele previsto pelo texto legal, lugar este em que ele se vê afastado do caráter linear organizado do modo cartesiano de conceber uma decisão. Instala-se, paradoxalmente, a seguinte situação: o magistrado tem de decidir sobre uma realidade, mas, ao mesmo tempo, deve dela se afastar pelo raciocínio silogístico imposto pela lei. As sentenças com estrutura de poesia têm um formato radicalmente oposto ao formato legal. Qual a intenção do juiz ao fazer isso? O que a poesia tem a dizer de tão importante para o discurso jurídico? Qual é a relação entre discurso poético e sujeito de direito? O que teriam em comum a narrativa do depoente, no momento anterior aos recortes de fala feitos pelo juiz e as sentenças, em forma de poesia, contrárias ao formato silogístico que a lei lhe dá? Que posição de sujeito o juiz prolator da sentença estruturada como poesia parece ocupar? Essa sentença estruturada como poesia teria o “charme de um texto poético” ou a “função poética” que Lacan (1964-1965, p. 47) define como “alguma coisa que não se traduz, mas que passa”? Em razão dessas questões começamos a trazer mais da teoria psicanalítica lacaniana para esta pesquisa, a fim de compreender o modo como se constitui o sujeito durante a enunciação.

Gostaríamos de esclarecer que o estudo da linguagem e da psicologia, ciências humanas que são, diferem dos estudos das ciências exatas. Estas últimas interpretam dados para provar algo que já está posto; já nas ciências humanas a metodologia vai se orientar a partir da teoria que guiará a pesquisa. Tomar como norte para este estudo as teorias do Letramento (TFOUNI, 1992, 2005) e da Análise do Discurso (AD) (PÊCHEUX, 1988), tornou possível o conhecimento científico necessário para que noções de letramento, discurso, discurso jurídico, sujeito e sujeito de direito fossem articulados à psicanálise lacaniana.

Buscamos aliar o caráter indiciário (GINZBURG, 1989), da AD, - que não traz uma análise de conteúdo - à estratégia com a verdade, da psicanálise lacaniana, que não se utiliza da intervenção particular da interpretação⁵.

A linguagem, como ponto de partida de nossas investigações sobre o discurso jurídico, nos levou a tentar compreender a língua não como um código comum, imutável, composto de palavras com significado fixo, como propõem as teorias subjetivistas e objetivistas (VOLOSHINOV, 1976). Passamos a compreender a linguagem como algo que vai além de um conteúdo sob um texto ou sob uma fala, como algo que não tem um só sentido e que passa por um percurso social, ideológico e psíquico. Por esse motivo propomos a compreensão da linguagem utilizada no discurso jurídico como polissêmica, que admite vários sentidos; diversa, portanto, da linguagem imposta pelo discurso do Direito, como algo transparente e com um só sentido. O Letramento (TFOUNI, 1992, 2005) e a Análise do Discurso (AD) (PÊCHEUX, 1988) são teorias que afirmam a existência de uma tensão no processo de sedimentação dos sentidos; afirmam que as instituições têm a função de impor um sentido dominante. Permitem, ainda, que compreendamos que as noções de “erro” e de “acerto” sobre a fala e a escrita se dão devido a uma vinculação ideológica.

A articulação da psicanálise lacaniana às teorias do Letramento e da Análise do Discurso tornou-se imprescindível para o estudo do funcionamento ideológico do discurso jurídico. Com o estudo do texto de Lacan ([1949]1998, p. 96) sobre “O estágio do espelho como formador da função do eu”, percebemos que o sujeito, além de ser determinado ideologicamente pela lei, poderia ser, também, constituído pelo Estado. Nossa proposta, nesta tese, é a de que o Estado poderia ser tomado como o grande Outro dentro da teoria psicanalítica.

⁵ Explicaremos melhor essa questão no capítulo que trata do Estádio do espelho na Teoria Geral do Estado.

Nosso percurso de estudo aborda as entranhas do funcionamento do discurso do Direito, a fim de vislumbrar um pouco do que está por detrás de sua suposta neutralidade. Esclarecemos, no entanto, que aqui está apenas um início de estudo sobre a constituição psicanalítica do sujeito pelo Estado, assunto que demanda um conhecimento mais aprofundado da psicanálise lacaniana e sobre o ensinamento de teóricos que a influenciaram, como Jakobson, Freud e outros. Há conceitos psicanalíticos que ainda precisam ser explorados como, por exemplo, o significado de poesia para Lacan, o de *lalíngua*, e o de *equívoco* na psicanálise. Reconhecemos o fato de que neste texto não será possível abordar com profundidade todos esses temas. Iremos nos deter nos aspectos teóricos de conceitos que se aplicarem aos recortes que estivermos analisando.

Antes de passar ao capítulo primeiro, remetemos o leitor, que não tem contato com a teoria jurídica, ao Anexo A. Nele descrevemos, de modo resumido e sob o ponto de vista dos juristas, o que é a Teoria Geral do Processo. Com essa leitura será possível compreender como se realiza uma audiência do Poder Judiciário e quais são as exigências da lei aos que participam de um processo judicial, como, por exemplo, o juiz, as partes e testemunhas. Esse resumo é apenas uma pequena parte teórica de um todo mais abrangente, que leva o nome de Teoria Geral do Estado. Esse tema será abordado no capítulo intitulado “O estádio do espelho na Teoria Geral do Estado”, em que explicamos como se constitui o sujeito e propomos uma diferença teórica nos conceitos de sujeito de direito e sujeito jurídico.

A Teoria Geral do Processo é, segundo a AD (PÊCHEUX, 1988), um discurso científico e supostamente neutro. Nesta pesquisa trabalharemos com os efeitos de sentido que circulam no discurso jurídico e, por esse motivo, deixaremos de lado grande parte do discurso do Direito, com seu conteúdo descritivo e estruturalista. Iremos nos situar, então, fora de uma discussão teórica propriamente jurídica; teremos como diretrizes para o estudo do discurso jurídico as perspectivas da Análise do Discurso, do Letramento e da Psicanálise lacaniana.

CAPÍTULO 1

DISCURSO DO DIREITO E DISCURSO JURÍDICO

1.1 INTRODUÇÃO

Sobre o tema deste capítulo - discurso do Direito e discurso jurídico - gostaríamos de dizer, desde já, que não são considerados como sinônimos. Mais adiante estabeleceremos suas diferenças, mas antes de dar início a essa discussão, nos deteremos na expressão “discurso jurídico”, que pode ser tomada sob dois aspectos: o da aplicação formal da Lei em contextos institucionalizados, em que pessoas, investidas do poder estatal, realizam funções que dizem respeito ao funcionamento do Estado; e, num outro aspecto, que é o da forma como as leis permeiam as atividades do indivíduo, cidadão comum, ditando-lhe um poder/não poder, levando-o a uma interpretação cotidiana do Direito. O objeto de estudo desta tese reside no discurso jurídico que circula dentro da instituição do Estado, denominada Poder Judiciário, e, mais especificamente, dentro do funcionamento de uma audiência em que o cidadão comum vai reclamar, à pessoa investida do poder estatal (juiz), seus direitos e pedir uma solução.

Fora do contexto do Poder Judiciário, o “poder/não poder” que dita o comportamento dos sujeitos é denominado, por Lagazzi (1988), de juridismo. Nossa intenção de restringirmos a análise de dados ao discurso que circula dentro do ambiente forense, dentro da audiência perante o juiz, se dá pelo fato de que esse juridismo que permeia as ações dos indivíduos, atinge seu grau máximo. Isso nos permite observar melhor a constituição do sujeito em sua enunciação. É no contexto da audiência, em que as partes (autor ou réu) ou as

testemunhas fazem seu depoimento, que pretendemos discutir a constituição do sujeito de direito, o “*homo juridicus* livre”, que Edelman (1980, p. 14) define como “ilusão jurídica”.

Neste capítulo explicaremos alguns aspectos da teoria jurídica (discurso do Direito) que serão importantes para a compreensão de conceitos que desenvolveremos mais adiante. Explicaremos aqui como ocorre a audiência (explicação limitada ao contexto em que buscamos o *corpus* para transcrição e posterior análise). Estabeleceremos, ainda, alguns aspectos relativos à nossa proposta de conceituar o discurso jurídico (estabelecendo diferenças com o discurso do Direito), sempre tendo como base teórica a Análise do Discurso (PÊCHEUX, 1988), cuja metodologia será seguida.

É importante dizer que este estudo não tem como meta a análise do conteúdo das falas em audiência ou do conteúdo das decisões de juízes que formam o *corpus*. A análise de conteúdo filia-se ao paradigma positivista, galileano e compõe-se de técnicas mal utilizadas para tratar de materiais linguísticos. Segundo Henry e Moscovici (1968), a análise de conteúdo “não conduz um estudo da linguagem e nem de sua manifestação enquanto tal”, mas leva à “determinação mais ou menos parcial das chamadas ‘condições de produção’, pois se utilizam de um aparato conceitual pré-existente que aprisiona o analista dentro de um modelo teórico, impedindo-o de estudar outras variáveis, fechando sua interpretação” (LAUREANO, 2005, 10):

Nous sommes maintenant en mesure d'enoncer le problème fondamental de l'analyse de contenu. Il est clair que les deux plans de référence que nous venons de definir ne sont pas independants. C'est ce qui simultanément rend analyse possible et fait le problem. [...] En effet, les conditions de production sont caracterisées à partir de elements d'intigués dans le texte et les possibilités de cette caracterisation dependent de leur definition. En l'absence de definition autonome de la structure de ces deux plans et de leurs rapports, on about à une impasse methodologique et theorique. Tous les problèmes de l'analyse de contenu dérivent de celui-ci. Les pratiques analytiques ne sont que des moyens d'échapper à la circularité de cette

problématique sans pour autant la résoudre (HENRY & MOSCOVICI, 1968, p. 38, *apud* LAUREANO, 2005, p. 10-13)⁶

Ao paradigma galileano não preocupa o particular, privilegia ele o geral em lugar do individual. Desse paradigma se distanciam a Análise do Discurso, o Letramento (de base discursiva) e a Psicanálise. Estas teorias lidam com o conhecimento opaco dos dados e adotam a postura científica do dado indiciário de que trata Ginzburg (1989), para pôr em relevo o individual, trazendo para os textos o contexto em que foram produzidos (TFOUNI, 1992). Segundo Ginzburg (1989, p. 135), quando generalizamos um conceito, deixamos de lado o elemento individual; por esse motivo, o autor propõe um paradigma diferente, o paradigma do índice, apoiado sobre o “conhecimento científico [...] do individual”.

Creemos que a utilização do paradigma indiciário (trazido pelas teorias da AD, do Letramento e da Psicanálise lacaniana) no estudo do discurso jurídico, torna possível compreender como se dá o paradoxo da constituição de um sujeito “livre para se obrigar”. Nosso questionamento sobre a constituição do sujeito de direito durante a enunciação nas audiências do Poder Judiciário ultrapassa as divisões das ciências humanas, de modo que enxerguemos o fato de que o Direito “recobre o valor teórico que sempre teve” em função do funcionamento que dá a essa “categoria de sujeito de direito” (EDELMAN, 1980, p. 14).

1.2 O DISCURSO DO DIREITO: PERSPECTIVA CIENTÍFICA

⁶ “Nós estamos agora no ponto de enunciar o problema fundamental da análise de conteúdo. É evidente que os dois planos de referência que definimos não são independentes. É isto que simultaneamente torna a análise possível e lhe cria problema [...] Com efeito, as condições de produção são caracterizadas a partir de elementos distintos no texto e as possibilidades desta caracterização dependem de sua definição. Na falta de uma definição autônoma da estrutura desses dois planos e de suas relações, atinge-se um impasse metodológico e teórico. Todos os problemas da análise de conteúdo derivam disto. As práticas são somente meios de escapar da circularidade dessa problemática sem, no entanto, resolvê-la” (trad. de LAUREANO, 2005, p. 12)

O fato de colhermos dados para análise no evento da audiência nos leva à necessidade de descrever algumas imposições do Código de Processo Civil (CPC) (BRASIL, [1973], 2007), sobre o seu funcionamento. Essa lei estabelece que a audiência dos depoentes perante o juiz de direito faz parte do que ela denomina “processo de conhecimento” e estabelece um rito a ser seguido, que restringe o modo como serão apresentadas as provas e restringe o modo como o juiz chegará à sua decisão final sobre os fatos que lhe foram apresentados. O breve relato dessas restrições legais é importante para este estudo, já que compreendemos o sujeito como aquele que se constitui durante a enunciação.

Neste item relativo ao discurso do Direito discorreremos sobre as imposições da lei nos procedimentos judiciais. Mais adiante, incluímos um item relativo ao discurso jurídico, em que fazemos observações sobre a lei e a ciência do Direito sob outro enfoque: o da Análise do Discurso (PÊCHEUX, 1988).

1.2.1 A prova no Código de Processo Civil

A audiência das partes (autor, réu) e de testemunhas, pelo juiz, é um modo de produzir prova, estabelecido pelo discurso do Direito. Segundo Barroso (1999, p. 156) “provas são os elementos de convicção do julgador, produzidos nos autos para tentar demonstrar a veracidade dos fatos alegados pelas partes”. As provas que a lei admite, estabelecidas pelo Código de Processo Civil (CPC) (Brasil, [1973] 2007), são: documental, *oral*, pericial e inspeção judicial.

Segundo a doutrina jurídica, em regra, a prova deve recair sobre os fatos alegados pelas partes e deve ser relevante e pertinente. Relevância é a apreciação de natureza subjetiva feita pelo juiz que vai julgar o conflito. Pertinência é uma verificação de natureza objetiva que

ele faz sobre as provas apresentadas pelo autor e pelo réu no sentido de saber se elas preenchem os requisitos legais.

Toda a prova produzida nos autos tem como destinatário o juiz da causa e como finalidade a formação de seu convencimento... Essa qualidade de destinatário *exige do juiz a análise da pertinência, relevância e necessidade* da prova a ser realizada, impondo, por outro lado, que o julgamento seja proferido apenas com base naquelas produzidas nos autos⁷, *vedada a decisão pelo conhecimento próprio do julgador dos fatos em litígio (o que não está nos autos não está no mundo* (BARROSO, 1999, p. 159, grifos nossos).

O dever que a lei impõe ao juiz é o de apreciar o cabimento, a necessidade, a pertinência e a relevância da prova e, no decorrer da audiência, cada pergunta feita à testemunha, por exemplo, deverá passar pelo crivo de admissão do julgador. O valor da prova apresentada está ainda sujeito ao “princípio da persuasão racional”, que exige que toda decisão no processo seja motivada e obtida de acordo com as regras da lei processual. Fica, assim, vedado ao juiz selecionar a prova, que servirá de base para o seu julgamento final, apoiado apenas em sua convicção íntima.

Dentre as provas admitidas pelo CPC (BRASIL, 2007) está o depoimento pessoal das partes:

é a prova requerida pela parte adversa, visando a obtenção da confissão sobre fatos controversos [...] O momento de seu requerimento é o da inicial, para o autor, e o da contestação, para o réu [e o momento da sua produção é a] audiência de instrução e julgamento (BARROSO, 1999, p. 163).

A parte (autor ou réu) é intimada a comparecer perante o juiz a fim de explicitar os fatos controversos. Se deixar de comparecer ou se recusar a depor, o juiz aplicará a ela a pena de confissão, ou seja, presumirá verdadeiros os fatos contra ela alegados.

⁷ A palavra *autos* é usada para designar a reunião dos documentos que pertencem ao processo judicial como, por exemplo, a petição inicial, a contestação, o termo de audiência (redução do ato da audiência a documento escrito), a sentença e outros.

O depoimento pessoal é tomado durante a audiência de instrução e julgamento presidida pelo juiz. O advogado e a parte adversa poderão fazer perguntas sob o crivo de admissibilidade do juiz. Há um limite quanto ao assunto a ser discutido perante o juiz, pois a lei determina que o autor deve provar fatos que constituem seu direito; e o réu deve provar fatos que impedem, modificam ou extinguem o direito do autor. O CPC (BRASIL, 2007) se refere, ainda, ao comparecimento da parte em juízo como um dever: “competete à parte: I – comparecer em juízo, respondendo ao que lhe for interrogado” (NEGRÃO, 2004, artigo 340). O depoimento que prestará *não é um ato praticado espontaneamente; consiste num dever a ser realizado com dia e hora marcados*.

A parte pode ser interrogada pelo juiz em qualquer tempo, durante o desenrolar do processo judicial. Seu depoimento pessoal, como prova oral, no entanto, será prestado no momento da audiência de instrução e julgamento. Nesse caso a parte (autor ou réu) é intimada a comparecer por meio de um mandado judicial – documento que contém uma ordem do juiz para que compareça à audiência marcada, com a advertência de que, se não comparecer, serão presumidos confessados os fatos contra ela alegados.

Ainda sobre o depoimento pessoal do autor e do réu, o CPC (BRASIL, 2007) determina que: “A parte responderá pessoalmente sobre os fatos articulados, *não podendo servir-se de escritos adrede preparados*; o juiz lhe permitirá, todavia, a consulta a notas breves, desde que objetivem completar esclarecimentos” (NEGRÃO, 2004, art. 346, grifos nossos).

Em uma audiência participam, também, as testemunhas. De acordo com Barroso (1999, p. 168), testemunha é “o terceiro, estranho e isento com relação às partes, que vem a juízo trazer as suas percepções sensoriais a respeito de um fato relevante do qual tem conhecimento próprio”.

O Código de Processo Civil (BRASIL, [1973] 2007), ao regular o procedimento de inquirição de testemunhas, o reveste de cautelas por levar em conta que o homem é falho na captação de suas percepções. Por esse motivo, certas pessoas podem ser ouvidas pelo juiz, mas não na qualidade de testemunhas, como, por exemplo: as acometidas de debilidade mental ao tempo em que ocorreram os fatos sobre que teriam de depor; as que contam menos de dezesseis anos; os cegos e surdos, quando a ciência do fato depende dos sentidos que lhes faltam; as pessoas consideradas inimigas capitais da parte ou amigas íntimas desta; o cônjuge da parte ou pessoa que tenha algum parentesco com ela. Essas pessoas depõem na qualidade de informantes apenas e não se submetem ao compromisso legal de dizer a verdade.

A lei prevê como direitos da testemunha: a) a recusa a depor quando o depoimento lhe acarretar dano grave, ou a seus parentes e cônjuge; b) o tratamento com urbanidade pelas partes, que não poderão lhe fazer perguntas vexatórias ou impertinentes; c) o reembolso das despesas que fez para tornar possível seu comparecimento à audiência; d) não ter descontado de seu salário o tempo que gastou no comparecimento à audiência.

O momento em que o autor deve indicar as suas testemunhas é o da petição inicial; e o réu deve indicar as suas na contestação. Elas são intimadas a comparecer à audiência por meio de um documento escrito que contém dia, hora, local, nome das partes e natureza do conflito levado para apreciação do Poder Judiciário.

Se a testemunha deixar de comparecer, sem motivo justificado, a lei (CPC) (BRASIL, [1973] 2007) determina que seja conduzida coercitivamente à audiência de instrução e julgamento, ou seja, o juiz determina ao oficial de justiça ou ao agente policial que conduza à sua presença, presa, se necessário, a testemunha faltosa. Cabe lembrar, aqui, que a parte (autor ou réu) faltosa não sofre a condução coercitiva, mas somente a pena de serem admitidos confessados os fatos alegados contra ela.

O depoimento que a testemunha presta em juízo é considerado serviço público. Antes de ser inquirida, deve ela prestar o compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado. Se fizer afirmação falsa, calar ou ocultar a verdade ser-lhe-á imputada prática de crime.

O crime de falso testemunho está previsto no artigo 342 do Código Penal:

Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral:

Pena – reclusão, de um a três anos, e multa (DELMANTO, 1991, p. 526).

Delmanto (op. cit., p. 526) ensina que caracteriza o crime de falso testemunho a “vontade livre de fazer falsa afirmação, negar ou calar a verdade, com consciência de que falta à verdade. O engano ou esquecimento exclui o dolo”. Acrescenta que esse tipo de crime “exige a vontade consciente de falsear a verdade [...] É preciso que o agente tenha consciência de que deforma o fato ao narrá-lo” e que “não comete falso testemunho quem era parte no processo” (DELMANTO, 1991, p. 527 e 528).

A circunstância do depoimento da parte perante o juiz é, portanto, diversa da situação do depoimento da testemunha: só esta última pode ser enquadrada no crime acima descrito. Dispõe o CPC (BRASIL, 2007) que: “quando a *parte*, sem motivo justificado, deixar de responder ao que lhe for perguntado, ou empregar evasivas, o juiz, apreciando as demais circunstâncias e elementos de prova, declarará, na sentença, se houve recusa de depor” (NEGRÃO, 2004, p. 422, art. 345, grifo nosso).

Existe, por imposição da lei que regula o processo de conhecimento (CPC) (BRASIL, [1973] 2007), uma série de requisitos para ouvir o depoimento da testemunha. Dentre eles estão os seguintes: a) devem ser ouvidas as testemunhas do autor primeiramente e depois, as do réu; b) a inquirição da testemunha é feita pelo juiz, depois pela parte que a

indicou e, a seguir, pela parte contrária; c) o sistema, imposto pelo CPC (BRASIL, 2007), para inquirir testemunha, não é direto, cabendo à parte formular sua pergunta ao juiz para que este, analisando a pertinência e a relevância da questão, submeta-a à testemunha.

Encerrados os depoimentos das partes e das testemunhas, o juiz dará a palavra ao autor, ao réu e ao promotor de justiça. Terminados os debates entre as partes, o julgador proferirá sua decisão (sentença). Caso uma das partes não se conforme com a decisão do juiz, poderá, nos casos em que a lei prevê, interpor recurso para órgão jurisdicional superior, como, por exemplo, o Tribunal de Justiça do Estado.

Esse é, então, o contexto do Direito em que colhemos o corpus consistente nas falas do juiz, dos depoentes, das testemunhas, dos respectivos advogados e dos escreventes de sala. Esclarecemos que as transcrições, anexas a esta pesquisa, estão acompanhadas de explicação sobre o direito material discutido pelas partes, a fim de facilitar a compreensão das falas. Enfatizamos, mais uma vez, que nosso interesse recai sobre o *mecanismo* imposto pelo discurso do Direito ao discurso realizado durante a audiência, e não sobre o assunto que as partes colocam em discussão. Além das audiências, foram acrescentadas ao corpus sentenças estruturadas como poesia, para que, também com respeito a elas, fosse observado o mecanismo do discurso jurídico sob imposição do discurso do Direito.

Feita essa breve explanação da imposição da lei para a realização da audiência, passamos, agora, a estabelecer algumas diferenças entre discurso jurídico e discurso do Direito. Essa colocação faz-se necessária para a compreensão de conceitos sobre os quais discorreremos mais adiante.

1.3 DISCURSO DO DIREITO: VISÃO CRÍTICA E DISCURSIVA⁸

1.3.1 Introdução

Depois de colocada, de modo minucioso, a maneira como a lei descreve o funcionamento da audiência, determinando as funções do juiz e das partes, retomamos alguns pontos antes de expor uma visão crítica (MIAILLE, 1979) e discursiva (PÊCHEUX, 1988) sobre o Direito, para, ao final, traçar algumas linhas sobre o que vem a ser o discurso jurídico.

As páginas anteriormente utilizadas para descrever parte do funcionamento do Poder Judiciário descrevem o que se chama de “Teoria Geral do Processo”, que, por sua vez, constitui uma parte da Teoria Geral do Estado, tema que retomaremos mais adiante articulado à psicanálise lacaniana.

Dentro do que interessa a esta pesquisa, gostaríamos de destacar que os juristas afirmam (Anexo A) que o Estado impõe-se sobre os particulares *autoritativamente* (sic) para solucionar o conflito de interesses em que estão envolvidos (CINTRA *et al*, 1981, p.7). O “processo”, definido na doutrina jurídica como meio, instrumento pelo qual o Estado se utiliza para prestar a jurisdição, tem, como finalidade, estabelecer o que *determina a lei*, e *não solucionar o conflito entre as partes*.

O “processo”, no discurso do Direito (Anexo A), é o instrumento que fornece a *ordem de coisas*, dando a direção das coisas, “*para exato cumprimento do que se tem em mira*” (SILVA, 1987, p. 455, grifos nossos). A esse fato, soma-se o de que o juiz - como destinatário das provas feitas no processo - deve analisar a relevância e pertinência delas e decidir, proferir sua sentença final sendo-lhe “*vedada a decisão pelo conhecimento próprio do julgador dos fatos em litígio (o que não está nos autos não está no mundo)*” (BARROSO,

⁸ Este item da tese deu origem ao artigo MONTE-SERRAT, D; TFOUNI, L. V., *Efeitos ideológicos da gramática do discurso do Direito*, publicado nos Cadernos de Linguagem e Sociedade, v. 13(1) 2012b.

1999, p. 159, grifos nossos). Devemos acrescentar a isso o fato de que o depoimento das partes não é espontâneo, mas é um dever com dia e hora marcados.

Esse resumo mostra o Direito como uma ciência que se diz neutra e que apaga as origens históricas de suas imposições. No decorrer dessa pesquisa, porém, o leitor poderá perceber que as teorias do Letramento (TFOUNI 2005), da AD (PÊCHEUX, 1988) e a psicanálise lacaniana utilizam essas mesmas origens históricas para buscar o modo como se constituem os sentidos. É a partir dessas teorias que retiramos meios para observar como se constituem os sentidos no jurídico.

A AD busca entender como surgiu a ciência “neutra” do Direito propondo que esta seja enxergada sob uma perspectiva epistemológica para além da ideia de transparência e do idealismo jurídico. Assim, a AD entende o Direito como modo de reprodução de um funcionamento social que reproduz o Estado, e que, ao mesmo tempo, quer ser visto desvinculado dos fenômenos sociais.

O discurso do Direito, tomado sob o ponto de vista dialético colocado por Michel Miaille (1979), tem, como efeito, a “desnaturalização” da transparência da ciência jurídica. O resultado dessa visão traz melhor compreensão do que vem a ser discurso jurídico, noção crucial nesta pesquisa.

Partindo do entendimento de que a ciência do Direito é apresentada como algo “a saber”, Miaille (1979) afirma que seu ponto de vista não é “neutro”. Ao sugerir a utilização do pensamento dialético, o autor faz aparecer o “invisível”, pois, para ele “o real não mantém as condições de sua existência senão numa luta, quer seja ela consciente quer inconsciente” (MIAILLE, 1979, p. 17). Desse modo, rejeita o pensamento positivista, limitado a descrever o que é visível, tirando o caráter unidimensional da ciência descritiva, levando em conta o real.

Lagazzi (1988, p. 13-14) trata dessa luta quando fala da desigualdade entre os homens vinculando-a a uma “problemática do ‘poder’”, pois, para a autora, não se pensa o social sem o político, sem o poder e, não é a existência deste último que se deve questionar, diz, mas “a concepção que se tem do mesmo”: “o poder coercitivo é histórico”.

Ao colocar o conceito de Direito como, “o conjunto de regras (ditas jurídicas) que regem o comportamento dos homens em sociedade” e, ao mesmo tempo, como “o conhecimento que se pode ter dessas regras”, Miaille (1979, p. 21-22) afirma existir uma ambivalência nesse conceito, pois entre a teoria jurídica e a prática do Direito existe um fosso. Para ele, os teóricos do Direito se esforçam por construir uma ciência que se limita apresentar casos, por amostragem, das regras e das instituições.

A teoria dos juristas não é [...] mais do que o decalque das instituições [...] o discurso do nosso jurista retoma, sem as criticar, as noções, os modos de raciocínio e as instituições que são correntes na prática social que o rodeia, ele coloca-se objetivamente ao serviço dessa prática social (MIAILLE, 1979, p. 24-25, grifos nossos).

Para Miaille (1979, p. 25) o discurso da ciência tem a função de cobrir, como um pavilhão “mercadorias completamente diferentes e às vezes pouco confessáveis”. A Análise do Discurso (PÊCHEUX, 1988), por sua vez, possibilita um estudo científico do Direito sem reproduzir a realidade, apontando novos caminhos. Com um conhecimento jurídico epistemológico, baseado nas condições em que aparece a ciência do Direito, pode-se chegar a uma visão de sua falsa transparência, ao idealismo das explicações jurídicas.

A respeito da afirmação de que o homem vive em sociedade (Anexo A) e de que, como membro desta, está envolvido em relações sociais que não podem ser deixadas ao livre arbítrio (pressupondo a necessidade da existência de regras de conduta às quais eles se submetam), Miaille (1979, p. 34) chama atenção para o fato de que a regra do Direito coloca-se como uma regra de conduta a ser observada, se necessário, pela coação social, e que isso

faz parecer que o conhecimento do Direito é extraído da experiência, implicando uma ciência positiva do Direito, que valoriza a experiência. Assim, a ciência jurídica é descrita como ciência governada por conceitos e modos de raciocínio, excluindo a possibilidade de explicar a existência e o valor de regras não escritas.

Conforme o leitor pode observar, as noções jurídicas de Estado, juiz, justiça, colocadas no Anexo A, são tomadas como verdadeiras pelos doutrinadores do Direito, como sendo resultado da experiência humana e, desse modo, trazem uma ideia de transparência. Além dessa suposta transparência da ciência jurídica, o idealismo jurídico, é colocado por Mialle (1979), como obstáculo epistemológico, pois promoveria um debate entre a “justiça” (metafísico) e os “fatos materiais” (materialista). Assim, diz o autor, as noções de direito se dão fora de um contexto social trazendo um resultado desolador: “os fenômenos, por vezes mais evidentes, perdem-se enquanto que as ideias se tornam o fundamento da realidade” (MIAILLE, 1979, p. 42).

O funcionamento do Estado se baseia na crença de que há um bem comum superior aos interesses de todos a ser preservado, e é em relação à busca desse bem comum que são impostas as noções de “interesse geral”, de “direitos e deveres do cidadão”, de “soberania do Estado”, presentes na doutrina jurídica.

A noção de Estado, segundo exemplo dado por Mialle (op.cit., p. 46), não aparece como um fenômeno social para responder a certas necessidades, mas é reduzida ao “estatuto de noção que se explica por outra noção, o interesse geral [...] a ciência jurídica não é mais que uma representação da vida social [...] profundamente idealista”. O conceito de Estado, então, deixa de se relacionar com um fenômeno social e liga-se a outra noção de Direito, a uma instituição ou a uma ideia. Desse idealismo jurídico decorre, o universalismo a-histórico (MIAILLE, 1979, p. 48), em que as ideias se destacam do contexto geográfico e

histórico e passam a formar um conjunto de noções universalmente válidas: “os termos tornam-se ‘abstratos’ a ponto de deixarem de pertencer à sociedade que os produziu”, e passam a exprimir “a razão pura, a racionalidade universal”, ideia esta que faz parecer que tudo é equivalente no sistema jurídico.

A ciência jurídica se mostra independente das outras ciências, mas Mialle (1979) e Pêcheux (2002) mostram que a divisão do saber não é algo “natural”, e que todas as ordens do saber pertencem a um mesmo continente, a história. Esse ponto de vista tem sua importância, pois por meio da história é que se pode enxergar a ciência do Direito como um produto da sociedade: “o conjunto das relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade [...] sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política à qual correspondem formas de consciência social determinadas” (MIALLE, 1979, p. 66). A esse respeito, Lagazzi (1988, p. 15) lembra a lição de Locke, de que o homem parte de um “estado de natureza” em que seria igual a todos os semelhantes, mas que, com a “invenção do dinheiro” e “com a atribuição de um valor a ele, ‘através de um consentimento tácito e voluntário’” foi possível a acumulação de bens que levou à distribuição desigual da terra e de suas riquezas.

Citando Marx, Mialle (1979, p. 67-69) discorre sobre a estruturação da sociedade em três níveis: o econômico, em sua base; o nível jurídico-político e o nível ideológico, sendo eles instâncias autônomas que atuam de modo diferente em determinada sociedade, com lógica, mecanismos e instituições próprios. Embora autônomas, essas instâncias não são independentes: “têm uma *unidade que um determinismo complexo realiza*” (MIALLE, p. 70, grifo nosso); têm “uma causalidade estrutural” (idem, p. 74).

Pêcheux, sob influência de Althusser, ao elaborar a “teoria materialista dos processos discursivos”, também menciona essa “causalidade estrutural”, e isso será tratado

com mais pormenores adiante. O que importa destacar, no momento, é que, para Miaille (op. cit., p. 79), o Direito deixa de ser entendido como “fenômeno jurídico”, que atravessaria épocas e sociedades sempre igual a si próprio. Lagazzi (1988, 16) explica que a “concepção de Estado está diretamente vinculada à fundamentação do poder jurídico, por sua vez decorrência da idéia de lucro [...] ou seja, o Estado é o Estado-Capitalista, que se funda na divergência [...] que resulta em direitos e deveres conflitantes”.

Não se pode ignorar, ainda, que o conceito mais comum de Direito, dado pelos juristas é: “conjunto de normas ou de regras obrigatórias e oficialmente sancionadas, pelas quais estão organizadas as relações entre as pessoas que vivem em sociedade” (MIAILLE, 1979, p. 81). Mais adiante, reservamos um capítulo para comentar mais demoradamente a crítica de Miaille sobre esse conceito, no sentido de que ele obscurece a realidade ao fazer correspondência entre as palavras “normas” e “pessoas”, identificando, assim um fetichismo, algo a que são atribuídas virtudes extraordinárias.

É interessante a colocação de Miaille (1979, p. 85-86) sobre o “dever-ser” da norma jurídica que, além de conter uma repressão preexistente à obrigação equipara-se a um imperativo e a um instrumento de medida. Nesse momento Miaille cita Marx, para fazer um paralelo entre mercadoria e processos de troca de um lado e sistema jurídico capitalista de outro. Diz que no “fetichismo da mercadoria”, de Marx, o fenômeno da troca real dissimula-se sob a forma do *valor*; que o “direito igual”, na teoria marxista, “é sempre aqui no seu princípio o direito burguês”, pois, “pela sua natureza o direito não pode senão consistir no emprego de uma mesma unidade de medida”. Existe, na ciência do Direito, a “ideia de troca por equivalente que não pode ser realizada senão através de uma medida comum” (MIAILLE, 1979, p.87). Edelman (1980, p. 46) relaciona ideologia e sujeito de direito sob a interpelação

constitutiva: “*tu eres un sujeto de derecho*”⁹, que permite ao sujeito uma “prática concreta”, ou seja “*porque eres sujeto de derecho, eres capaz de adquirir y venderte*”¹⁰.

É importante ressaltar que o discurso do Direito estabelece determinado valor à informação (ORLANDI, 1987, p. 136). O papel da Análise do Discurso sobre o estudo do discurso do Direito está em deslocar essa importância da informação, em não considerar a linguagem como produtora de sentido. A AD considera a linguagem como discurso, lugar em que há uma dinâmica, um jogo entre paráfrase e polissemia. No caso do discurso do Direito, a linguagem é instrumento de reiteração de processos cristalizados pelo Estado, o que mantém o sujeito “num retorno constante a um mesmo espaço dizível: a paráfrase” (ORLANDI, 1987, p. 137). No decorrer de nosso estudo observaremos que existe outro processo na linguagem, “que desloca o ‘mesmo’ e aponta para a ruptura, para a criatividade” (ibidem) e cria um conflito entre o discurso do Direito (institucionalizado) e o discurso jurídico (o que poderia ser).

Os depoimentos perante o juiz de direito são por nós considerados como lugar de constituição da subjetividade, lugar de paráfrase e de polissemia (ambas não se excluem, mas se conjugam). A narrativa dos depoentes como processo discursivo comporta a relação entre o dito e o não-dito e essa tensão nos leva a relacionar a enunciação com a circunstância (audiência do Poder Judiciário) em que ela se dá (ORLANDI, 1987, p. 146). Nossa atenção como pesquisadora recai sobre o que há de novo no discurso realizado na audiência. Não nos restringimos à suposta transparência do discurso do Direito, mas àquilo que fica à margem, àquilo que o Direito não valoriza, àquilo que se refere ao sentido opaco, que não tem linearidade informativa. Por esses motivos, em nossas análises, utilizamos o recorte, a

⁹ Tu és um sujeito de direito (tradução minha).

¹⁰ Porque és sujeito de direito, és capaz de adquirir e de vender-te.

“unidade discursiva”, o “fragmento correlacionado de linguagem-e-situação” (ORLANDI, 1987, p. 139)

A perspectiva sobre o discurso do Direito que propomos neste trabalho abandona o sentido literal desse discurso e, em seu lugar, dá atenção a outros sentidos possíveis. Segundo Orlandi,

Não há um centro, que é o sentido literal, e suas margens, que são os efeitos de sentido. Só há margens. Por definição, todos os sentidos são possíveis e, em certas condições de produção *há a dominância* de um deles. O sentido literal é efeito discursivo.

O que existe, é um sentido dominante que se institucionaliza como produto da história: o ‘literal’. No processo que é a interlocução, entretanto, os sentidos se recolocam a cada momento, de forma múltipla e fragmentária (ORLANDI, 1987, p. 144, grifo da autora).

A ideia de “troca por equivalente” embutida no discurso do Direito aparece, segundo Mialle (1979), em um momento preciso da evolução da sociedade, mas oculta por uma produção ideológica. Ele explica esse ocultamento por meio da definição da palavra “pessoa”, que, no grego, significa “máscara”. Quando o Direito torna os indivíduos, que compõem uma sociedade, em pessoas no sentido jurídico, atribui a eles certo número de papéis para representar o jogo social, institui um sistema de relações, “um conjunto de *normas* que estabelecerão a *medida*¹¹ destas relações sociais” (MIALLE, 1979, p. 88, grifos nossos). Desse modo *norma* e *pessoa* relacionam-se à ideia de que a norma jurídica emana do homem, sendo, este último, objeto do Direito e ao mesmo tempo seu autor. Esse raciocínio leva

¹¹ Esse sistema de relações que estabelecem uma medida, um valor, ao qual articulamos ao conceito de *agalma*, que, por sua vez, remete aos conceitos de figuração e representação; *agalma* é traduzido por “estátua” sob efeito de cristalização (CARASTRO, 2012 *apud* MONTE-SERRAT, 2012, p. 6-7).

Edelman (1980, p. 47) a afirmar que: “*el sometimiento del sujeto de derecho al Sujeto le permite a la vez legitimar su poder fuera de él, y operar la vuelta al poder*”¹².

No discurso do Direito existe um processo ideológico que relaciona, como observamos anteriormente, a mercadoria na esfera econômica e o papel da norma na esfera jurídica. Mialle (1979, p. 89) observa nesse processo que o fetichismo da mercadoria encobre o fato de que a produção e circulação dos objetos (mercadorias) escondem, na realidade, relações sociais entre indivíduos.

O fetichismo da norma e da pessoa, unidos doravante sob o vocábulo único de direito, faz esquecer que a circulação, a troca e as relações entre pessoas são na realidade relações entre coisas [...] no mundo do direito tudo parece passar entre pessoas [...] tudo parece ser objeto de decisão, de vontade, numa palavra, de Razão. Jamais aparece a densidade de relações que não são queridas, das coisas às quais os homens estariam ligados, de estruturas constrangedoras mais invisíveis (MIALLE, 1979, p. 89).

Segundo esse autor (op. cit.), a “forma valor” e a “forma jurídica” estão relacionadas no sistema jurídico da sociedade capitalista devido à generalização da norma e da pessoa, operação que permite ocultar relações reais no imaginário jurídico: “o direito designa e desloca ao mesmo tempo os verdadeiros problemas [...] Ao realizar-se, *o direito não diz pois o que deve ser, diz já ‘aquilo que é’*” (MIALLE, 1979, p. 90, grifos nossos). O autor diz que “a norma me deixa crer que é fonte de valor” e que, neste momento, “*entra a fetichização: atribuo à norma uma qualidade que parece intrínseca (a obrigatoriedade, a imperatividade), justamente quando esta qualidade pertence não à norma mas ao tipo de relação, de relação social real de que esta norma é expressão*” (ibidem, grifos nossos).

A obrigatoriedade e a imperatividade da norma, cremos, reside no imaginário linguístico, lugar em que o sujeito encontra a “ilusão necessária de sua unidade” (MARIANI,

¹² A submissão do sujeito de direito ao Sujeito lhe permite por sua vez legitimar seu poder fora dele, e operar a volta ao poder (tradução minha).

2003, p. 57). Sem perceber, o sujeito é constituído dentro da rede de linguagem do discurso do Direito, que submete esse mesmo sujeito aos “efeitos da interpelação-identificação-ideológica” (op. cit., p. 67) ocasião em que ele se julga capaz, livre e autônomo: sujeito de direito (HAROCHE, 1992), forma-sujeito¹³ (PÊCHEUX, 1988).

Quando o sujeito enuncia segundo o rito que a lei descreve para uma audiência, ele enuncia sob condições específicas, ou seja, não pode falar tudo o que deseja, nem quando deseja. Sua fala é submetida a recortes feitos pelo juiz, que apagam a subjetividade de sua narrativa e fazem surgir um relato transparente, com sentido coeso. Nesse caso podemos observar a constituição do sujeito pelo esquecimento (PÊCHEUX, 1988) daquilo que o determina. A interpelação do indivíduo em sujeito se efetua pela identificação desse depoente com a formação discursiva que o domina (ou seja o discurso do Direito que dita o rito da audiência). É essa identificação que funda a “unidade (imaginária) do sujeito”; esta unidade se “apoia no fato de que os elementos do interdiscurso que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito (ORLANDI, 1996a, p. 163).

É importante ressaltar, neste momento, que o fetichismo presente no discurso do Direito se deve à hegemonia do sistema jurídico em sua “função de ‘dizer’ o ‘valor dos atos sociais’” (MIAILLE, 1979, p. 90). Por enquanto, destacamos que o conceito de *instância jurídica* concebido como “sistema de comunicação formulado em termos de normas para permitir a realização de um sistema determinado de produção e de trocas econômicas e sociais”, explica o envolvimento da instância jurídica com a ideologia, com as instituições e as práticas sociais.

¹³ “forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” em que há acobertamento “da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito”. Desse modo o sujeito “não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao *Outro*, ou ao *Sujeito*, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito *sob a forma da autonomia*”, “isto é, através da estrutura discursiva da forma-sujeito” (PÊCHEUX, 1988, p. 164, grifos do autor).

A instância jurídica surge como “reserva ideológica”, segundo Miaille, no momento em que chama

as coisas pelo seu nome [...] dando-lhes um lugar, reúne-os numa visão comum [...] Quer se trate do Estado, da família, da empresa ou da atividade comercial, o objeto principal do jurista parece ser em primeiro lugar qualificar precisamente os fenômenos e as instituições, os mecanismos que se apresentam no jogo social. Esta função do direito não é pois técnica [...] ela é significativa de um conteúdo, de uma ideologia particular (MIAILLE, 1979, p. 91-92, grifos nossos).

A ideologia, ao explicar as técnicas do Direito, inverte os fundamentos deste e oculta “seus fundamentos reais” (MIAILLE, 1979, p. 92-94), pois o Direito se dá dentro de um quadro social que não muda. É o que mostra a pesquisa de Alves (2008), de que falarei mais adiante, em que a ideologia do Direito recorre às ideias, como se tivessem valor explicativo, deixando em segundo plano as relações sociais que elas exprimem.

Definida como o conjunto de concepções, ideias, teorias voltados para a estabilização, a legitimação ou a reprodução da ordem estabelecida (MANNHEIN, 1968), a ideologia constitui todas as doutrinas que, consciente ou inconscientemente, voluntária ou involuntariamente destinam-se à manutenção da ordem estabelecida. Sendo assim, o discurso do Direito, como produção da linguagem, constitui a materialização da ideologia. Se unirmos o conceito de ideologia utilizado por Marx (2005) - em que esta equivale à ilusão, à falsa consciência num paradoxo de ser a “própria forma de escravização a ela” mesma - à teoria materialista dos processos discursivos de Pêcheux (1988), podemos deduzir que algo de fundamental da ideologia refere-se a uma evidência, isso se considerarmos que “os fatos nunca ‘falam por si’, mas são sempre levados a falar por uma rede de mecanismos discursivos” (ZIZEK, 1999, p. 17). Segundo Horkheimer e Adorno (1985, p. 19), sucumbirão à ideologia aqueles que “ocultam a contradição, em vez de acolhê-la na consciência de sua própria produção”.

Não podemos negar que o sistema jurídico domina o conjunto da organização social (MIAILLE, 1979, p. 95-97), e que nada escapa ao alcance do Direito. Nessa tendência hegemônica do Direito situamos o papel do Estado na posição de grande Outro da teoria do estádio do espelho de Lacan ([1949] 1998) e dedicamos um capítulo especial para esse estudo.

As instituições jurídicas surgem como um “construído” que corresponde a funções ideológicas da sociedade capitalista, sem que, no entanto, se revele a relação entre ambas (ideologia e capitalismo). Para Miaille (1979, p. 106) o agrupamento dos homens em nações e em Estados não é inocente, mas cumpre uma função. O autor (idem, p. 107) explica que a noção de *sujeito de direito* tem caráter *artificial* e que, somada à noção de Estado, passa a representar “as formas jurídicas necessárias a uma sociedade dominada pelo capitalismo e não a qualquer sociedade abstrata”. Essa necessidade de todos os indivíduos serem considerados *sujeitos de direito* tem uma função determinada idealismo, o que apaga o fato de que as desigualdades entre os indivíduos numa sociedade se dão devido à intervenção primária, e não secundária, das estruturas jurídicas e ideológicas nas relações de produção (MIAILLE, 1979, p. 108-109). A afirmação desse caráter artificial da noção de sujeito de direito terá grande importância na sua articulação ao imaginário da teoria de Lacan ([1949] 1998) sobre o estádio do espelho se for levado em conta o que diz Edelman (1980, p. 42): “*la persona humana está jurídicamente constituida en sujeto de derecho, en ‘desde siempre sujeto’, independiente de su voluntad*”¹⁴.

Outra importante observação de Miaille (1979, p. 109) é a de que a ideia de “‘sujeitos de direito’ idênticos e autônomos” não é possível no sistema escravagista e feudal, e

¹⁴ a pessoa humana está juridicamente constituída em sujeito de direito, no ‘desde sempre sujeito’, independente de sua vontade (tradução minha).

que só com o advento do capitalismo foi possível surgir o conceito de sujeito de direito, porque

a troca das mercadorias, que exprime, na realidade, uma *relação social* - a relação do proprietário do capital com os proprietários da força de trabalho -, vai ser *escondida* por “*relações livres e iguais*”, provindas aparentemente apenas da “vontade de indivíduos independentes”. O modo de produção capitalista supõe, pois, como condição do seu funcionamento a “*atomização*”, quer dizer, a *representação ideológica da sociedade como um conjunto de indivíduos* separados e livres. No plano jurídico, esta representação toma a forma de uma instituição: a do *sujeito de direito* (MIAILLE, 1979, p. 111, grifos nossos).

Nessa ideia de sujeito de direito existe uma teoria implícita do Estado, que pressupõe “homens, por um lado”, e “bem comum, por outro lado” (MIAILLE, 1979, p. 114), e não menciona o que liga os primeiros aos segundos, ou seja, os governantes. Desse modo a teoria sobre o Estado define-o como mera ordenação de técnicas constitucionais, sem mencionar a formação social. É importante salientar o fato de que “o *Estado* não é [...] uma categoria eterna que decorra logicamente da necessidade de assegurar uma ordem; *é um fenômeno histórico*, surgido num momento dado da história para resolver as contradições aparecidas na ‘sociedade civil’” (MIAILLE, 1979, p. 121). Longe, então, da concepção de um Estado neutro, dada pelos juristas, podemos afirmar, sob uma visão crítica, que o conceito de Estado esconde diferenças de classe (idem, p. 126-127) e ele é instrumento da classe dominante: “o Estado não é um instrumento ao serviço de um sistema sociopolítico, *ele é esse sistema*” (MIAILLE, 1979, p. 128, grifos nossos). Podemos acrescentar a observação de Edelman (1980, p. 48) de que “*o que hace patalear a las marionetas se encuentra siempre entre bastidores*”¹⁵. Essas características do Estado sob a perspectiva crítica são essenciais para fundamentar nossa afirmação de que o Estado tem a função de constituir o sujeito, ao funcionar como espelho (A), como grande Outro da psicanálise lacaniana (LACAN [1949][1960] 1998), noções estas com que trabalharemos mais adiante.

¹⁵ O que faz as marionetes espernearem se encontra sempre nos bastidores (tradução nossa).

O olhar crítico sobre os conceitos de sujeito de direito e de Estado nos fazem encontrar sua verdadeira natureza no conceito histórico, ou seja, quando os tomamos como “nascidos na história de uma sociedade determinada, num momento determinado e desempenhando uma função determinada”, em que “a transmissão pela *vontade* dos indivíduos é, ela própria, *prevista e organizada ... pela lei*” (MIAILLE, 1979, p. 132 e 137). Assim, no sistema jurídico existe uma “troca”, que interioriza as estruturas do Estado e do discurso do Direito no indivíduo, por meio da ideologia, “de tal modo que nós acreditamos encontrarmos as suas raízes dentro de nós próprios, numa evidente transparência” (op. cit., p. 153).

Todas essas características do funcionamento do sistema jurídico o tornam “particularmente complexo, denso, contraditório por vezes”, levando a reproduzir “um construído que já existe” (MIAILLE, 1979, p. 165-167). Nossa pesquisa reside na necessidade de romper com essa reprodução, na necessidade de um “corte epistemológico”¹⁶, a fim de refletirmos sobre o sistema jurídico e suas práticas fora da sujeição à lógica própria ao discurso do Direito. Lembramos o comentário que Lacan ([1949][1960b] 1998) faz a respeito da posição do olho, que simboliza o sujeito, em seu esquema ótico, pois esse olho pode se encontrar numa posição em que enxergue as flores dentro do vaso, ou numa posição em que possa perceber o aparato que forma essa ilusão. Pensamos que o corte epistemológico de que falam Miaille (1979) e Pêcheux (1988), pode ser associado à última posição do olho no esquema ótico, de modo a perceber como funciona a ilusão causada pelos espelhos.

Para explicar melhor o funcionamento ideológico da lógica do discurso do Direito, que divorcia direito dos fatos, Miaille (op. cit., p 170) propõe uma comparação com o funcionamento da gramática, que “*abstrai completamente do conteúdo da linguagem e não*

¹⁶ Relativo à epistemologia, “conjunto de conhecimentos que têm por objeto o conhecimento científico, visando a explicar os seus condicionamentos [...] sistematizar as suas relações, esclarecer os seus vínculos, e avaliar os seus resultados e aplicações” (FERREIRA, 1999, p. 780).

toma em conta senão a sua forma”. Sob esse raciocínio, a lógica jurídica vai além da gramática, pois enquanto esta codifica os usos da língua e aquela *constitui o pensamento*: “a lógica jurídica, pelo jogo da abstração, vai construir um certo número de conceitos que eliminam o conteúdo concreto, real, para o qual, no entanto, remetem” (ibidem, grifos nossos). É dessa maneira que o sistema do discurso do Direito trabalha para sua própria unidade, excluindo contradições (idem, p. 171).

A fragmentação da instância jurídica é apenas aparente, pois, segundo Mialle (1979, p. 198, grifos nossos), uma formação social não é lugar de justaposição de modos de produção, mas é lugar de “uma *unidade*, mesmo que seja *contraditória*, sendo essa unidade fundada na dominação que um dos modos de produção exerce no interior da formação social”.

Segundo o que explica Lagazzi (1988, p. 17), o Estado é centralizador, autoritário, “mantém uma relação coercitiva com seus cidadãos e cobra de cada indivíduo sua responsabilidade perante seus atos”.

Em síntese, podemos afirmar que a teoria jurídica é decalque das instituições; que a sociedade está estruturada em uma base econômica sobre que estão a instância jurídico-política e a ideologia, formando, todas, “uma *unidade que um determinismo complexo realiza*” (MIAILLE, op. cit., p. 70, grifo nosso). Assim o “direito igual” pode trazer a ideia de “troca equivalente” por intermédio de uma “medida comum” e, ao mesmo tempo, ocultar essa “troca equivalente” pela “norma”, que estabelece a “medida” das relações sociais.

O “fetichismo da norma” esconde uma relação de sujeição e sua imperatividade esconde a verdadeira nascente da norma: a relação social. A obrigatoriedade da lei e a formalização explícita do dizer do Direito deixam claro o que é proibido e o que é permitido, fornecendo parâmetros ao agir do sujeito (LAGAZZI, 1988, p. 45). A ideologia jurídica existe materialmente na prática jurídica, de modo que a ficção jurídica dá, ao invisível, o caráter de

visível (EDELMAN, 1980, p. 54-55). Lagazzi (op. cit., p. 46) lembra que a tarefa de regular não se encontra só nas relações de hierarquia de autoridade, mas também em opiniões, crenças, regras e padrões de comportamento que instauram um juridismo nas relações interpessoais e garantem a ordem cotidiana. “Opiniões e crenças, usos e costumes, não são edificadas sobre razões, mas sobre símbolos que mistificam, interferindo no distanciamento crítico do sujeito e permitindo a legitimação de um poder” (LAGAZZI, op. cit., p. 47).

O sujeito de direito desempenha uma função marcada pelo idealismo, pois se esconde sob “relações livres e iguais” de indivíduos supostamente independentes (os sujeitos de direito) (MIAILLE, 1979, p. 111). Nessa relação social, o Estado aparece como algo que permite plena realização ao sujeito de direito, permite a ele uma “expressão coerente em si mesma” (EDELMAN, 1980, p. 61). Com a emergência do sujeito de direito, surgiu uma nova forma de assujeitamento (LAGAZZI, 1988, p. 20), a que Pêcheux (1988) dá o nome de “forma plenamente visível da autonomia” (forma-sujeito, de que trataremos mais adiante). Nessa suposta autonomia do sujeito, a vontade está ligada não apenas a uma “orientação da pessoa em direção da ação”, mas também a uma “valorização do agir” desse mesmo sujeito como “um centro de decisão, como detentor de um poder” (LAGAZZI, 1988, p. 20). Nas relações hierarquizadas de comando-obediência dos indivíduos é que se instala um “juridismo inscrito nas relações pessoais” (idem, p. 21).

Até aqui relacionamos discurso do Direito, teoria do Estado e sujeito de direito. Nessa relação, questionamos como seria possível ao Estado permitir a “plena realização” e “autonomia” ao sujeito se ele (Estado) disciplina tudo, incluindo a vontade dos indivíduos. Conforme expusemos na descrição da Teoria Geral do Estado (ANEXO A), a lei parece intervir “ao lado” (MIAILLE, 1979, p. 137) dos indivíduos, mas é ela mesma que disciplina a vontade deles. A observação do sistema jurídico sob uma perspectiva que esteja fora da lógica jurídica nos leva a estranhar certas contradições como a de “plena realização do sujeito”, ou

de “autonomia do sujeito”; nos leva a observar esse “jogo da abstração”, que se distancia do conteúdo real a que diz respeito e divorcia direito e fatos (MIAILLE, p.170 e 174).

Para melhor compreender como se realiza a lógica jurídica, Miaille (op. cit., p. 198) explica que a formação social é lugar de uma *unidade, mesmo que contraditória*. A instituição jurídica tem a aparência de estar fragmentada, mas sua lógica e seu funcionamento são um só. Desse modo podemos concluir que o Estado é a fonte da unidade para a constituição do sujeito de direito. Segundo Lagazzi (1988, p. 42), “para ser reconhecido pelo grupo, é preciso integrar-se, tornar-se igual” e, nessa univocidade “apaga-se o social e o histórico para que a ordem se mantenha a qualquer custo” e esse apagamento sustenta a formação ideológico-jurídica, de modo a possibilitar que a lei se coloque como igual para todos.

Faremos um percurso sobre alguns conceitos fundamentais da Análise do Discurso (AD) (PÊCHEUX, 1988) a fim de melhor explicar o funcionamento do Estado. Não se trata de um funcionamento político descrito pelo discurso do Direito e sim de um funcionamento discursivo, distante do funcionamento da Ciência do Direito (este já está descrito no Anexo A). A perspectiva discursiva (PÊCHEUX, 1988) permitirá que estabeleçamos diferença entre os conceitos de discurso do Direito e discurso jurídico; que tenhamos uma percepção mais apurada sobre o modo como se constitui o sujeito jurídico e sobre algumas diferenças entre as noções de sujeito de direito e de sujeito jurídico.

1.3.2 O discurso do Direito sob a perspectiva da Análise do Discurso pêcheutiana

Michel Pêcheux (1988), fundador da teoria da Análise do Discurso (AD), faz um estudo da utilização ideológica de instrumentos e constrói uma teoria que rompe com o paradigma galileano das ciências. Ele coloca certos conceitos em destaque para combiná-los em um processo original, pondo em evidência o indivíduo, o particular. Põe em primeiro plano o sentido da linguagem, fazendo dele um instrumento capaz de “dissolver as névoas da ideologia” (GINZBURG, 1989), que, segundo afirma, obscurecem os poderes de uma estrutura social. Esse raciocínio desenvolvido por Pêcheux será utilizado nesta pesquisa, a fim de que possamos observar não somente aquilo que está escrito nos dados do *corpus*, mas também o que lá não está. Pêcheux destaca a importância dos efeitos de sentido do discurso, pois “os dados são os discursos [...] e os discursos não são objetos empíricos, são efeitos de sentido entre interlocutores, sendo análise e teoria inseparáveis” (ORLANDI, 1996, p. 214). O leitor poderá compreender, desse modo, que, ao longo de nosso estudo, ao mesmo tempo em que a teoria é exposta, há, simultaneamente, uma análise em curso.

A materialidade do significante no *corpus* mostra a realidade do depoente, que narra o que lhe foi perguntado em audiência. O discurso do Direito, por sua vez, constrói uma metáfora a partir dessa narrativa. Existe uma memória discursiva que constitui os sentidos, amarrando o discurso do sujeito depoente ao discurso do Direito e isso indica que existe uma ideologia interpelando os sujeitos. Conforme lição de Edelman (1980), a prática jurídica materializa a ideologia jurídica e é esse o lugar de onde partimos para estranhar a intervenção do juiz nas falas dos depoentes como uma “simples reprodução” destas. Ao comparar o Direito à fotografia, Edelman (1980, p. 70-71) afirma que “*la máquina sin alma se transforma en el alma de la máquina*¹⁷”, ou seja, a máquina do Judiciário “transmite a alma do sujeito”; o caráter de sujeito de direito só existe em função do Estado.

¹⁷ a máquina sem alma se transforma na alma da máquina (tradução nossa).

A importância da Análise do Discurso como base de nosso estudo sobre o discurso do Direito se dá devido ao lugar de poder que a língua ocupa. Falar implica alienação, sujeição: “pela linguagem, somos obrigados a nos dizer” e “a língua, e por trás dela o poder, nos obrigam antes de qualquer coisa, a afirmar” (LAGAZZI, 1988, p. 23). Não podemos ignorar que a linguagem tem uma qualidade significativa que conjuga com o advento do desejo, dando corpo ao imaginário (LACAN [1958] 1998, *apud* QUINET, 2002). Iremos nos deter no processo de constituição do sujeito, sob a perspectiva da Análise do Discurso e sob a perspectiva da psicanálise lacaniana, para observar como se dá a busca de sua imagem ideal no grande Outro (ou seja, no Estado).

Os fundamentos teóricos da Análise do Discurso pècheutiana são tomados por nós como base para construir o conceito de discurso jurídico, distanciando-o do conceito de discurso do Direito. A AD (PÊCHEUX, 1988) possibilita observar, nos textos transcritos das audiências, o “duplo jogo da memória: o da memória institucional, que estabiliza, cristaliza e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro” (ORLANDI, 2001, pág. 10).

Os princípios e procedimentos analíticos da teoria da AD nos levam a relacionar a linguagem utilizada nos textos das transcrições das narrativas dos depoentes à história e à ideologia inerentes ao Poder Judiciário. O procedimento de análise terá por norte as seguintes considerações:

- na AD as formações sociais (FS) determinam formações ideológicas (FI), que por sua vez vão determinar formações discursivas (FD). Discutiremos como esse processo atua sobre os depoimentos feitos durante uma audiência para observar como a História se inscreve nos textos, produzindo sentidos;

- com relação à ideologia (modo pelo qual alguns sentidos são apresentados como evidentes e outros são apagados), observaremos o que se repete (significantes; materialidade linguística) e o que muda no funcionamento do discurso do Direito e do discurso jurídico, para discutir a manutenção ou a modificação dos efeitos de sentido.

A noção introdutória de alguns conceitos tomados pela Análise do Discurso (AD) (PÊCHEUX, 1988), principalmente do conceito de discurso, faz-se necessária antes de continuar nosso percurso teórico a respeito do discurso jurídico. Como já afirmamos anteriormente, teoria e análise andam juntas e, sendo assim, a análise de alguns recortes do *corpus* será usada para retomar alguns conceitos da AD, aprofundando-os.

1.3.3 O processo discursivo do Direito e a teoria materialista de Michel Pêcheux

A Análise de Discurso (AD) (PÊCHEUX, 1988) é considerada ciência porque abrange três regiões do conhecimento, conforme o seu quadro epistemológico geral, postulado por Pêcheux e Fuchs (1997):

Ele [quadro epistemológico] reside, a nosso ver, na articulação de três regiões do conhecimento científico:

- 1.O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
- 2.A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e do processo de enunciação ao mesmo tempo;
- 3.A teoria do discurso, como determinação histórica dos processos semânticos.

Convém explicitar ainda que estas três regiões são de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica) (PÊCHEUX & FUCHS, [1975] 1997, p. 163-164).

Apresentamos esse quadro epistemológico da AD no intuito de explicar o motivo pelo qual trabalharemos simultaneamente com os conceitos de ideologia, discurso, enunciação, sujeito e inconsciente. Este último é trazido da psicanálise que, na teoria da AD, não chegou a ter um estudo aprofundado por parte de Pêcheux (MALDIDIER, 2003), mas vem sendo objeto de atenção em nosso grupo de pesquisa, o AD-Interfaces, coordenado pela Profa. Dra. Leda Verdiani Tfouni, cadastrado no CNPq. A psicanálise lacaniana será retomada mais adiante para explicar a constituição do sujeito de direito e do sujeito jurídico e, também, para explicar qual é o papel do Estado nesse processo.

Do materialismo histórico a que nos referimos no quadro epistemológico, a AD toma o conceito de ideologia desenvolvido por Althusser (1965) em sua releitura da obra de Marx; da linguística a AD toma a divisão entre língua e fala, proposta por Saussure em seu Curso de Linguística Geral; por fim, a teoria do discurso e o conceito de formação discursiva tomados de Foucault levam a AD ao seu conceito básico de *discurso* como algo articulado às suas condições de produção.

Embora Pêcheux e Lacan tivessem sofrido influências do estruturalismo em suas teorias, não se detiveram em uma análise linguística do discurso, se distanciaram disso na busca pela história, pela memória e no resgate de um sujeito único.

Dentro desse entendimento, para a AD (PÊCHEUX, 1988), a comunicação entre as pessoas não se restringe a somente uma transmissão de informações, pois existe uma relação de sujeitos que, atingidos pela língua e pela história, sofrem efeitos de sentido ou produzem efeitos de sentido uns nos outros. O *discurso*, conceito crucial para a AD (PÊCHEUX, 1988), é compreendido como *efeito de sentido entre interlocutores constituídos sócio-historicamente*.

Diz-se que há efeito de sentido porque a teoria da AD não se atém à análise de conteúdo de um texto. Não existe, para ela, um só sentido e sim efeito de sentido.

Consequentemente, para cada pessoa que entrar em contato com determinado texto haverá um sentido diferente. A AD traz uma função crítica de componentes filosóficos, históricos e políticos para desconstruir a crítica classificatória de modelos baseados no “gregarismo da repetição” (LAGAZZI, 1988, p. 24).

Dentro da perspectiva da AD observamos nesta pesquisa os *interlocutores*, que são os sujeitos que ocupam uma formação social específica, constituídos sócio-historicamente, dentro do contexto sócio-histórico da audiência do Poder Judiciário. Suas palavras fazem sentido ou o sentido destas se atualiza devido ao fato de estarem inseridas no contexto jurídico; há uma história que atualiza esse sentido. Pêcheux (1988) usa o termo “*forma-sujeito*” para designar o indivíduo constituído em sujeito, único e insubstituível, pela ideologia. O indivíduo, ao participar como depoente em uma audiência, assume uma “*forma-sujeito*” determinada de antemão pela lei, com direitos e deveres que lhe são impostos.

Para realizar a análise dos textos propostos no *corpus*, deixaremos de lado a interpretação languageira, que está ao alcance de todos, e deter-nos-emos no discurso, nos efeitos de sentido que a linguagem destes é capaz de provocar.

A língua, lugar em que se dá a associação de significante e significado, usada na transcrição do *corpus*, possibilita a formação de um discurso, ou seja, a formação de efeitos de sentido entre interlocutores constituídos sócio-historicamente, que, por sua vez, estão ligados a uma ideologia. A AD (PÊCHEUX, 1988) trabalha sobre o discurso em busca da ideologia que ele traz, pois, para esta teoria, o sujeito se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina. “A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) à formação discursiva que o domina” fundando a “unidade imaginária” desse mesmo sujeito; ou seja “traços daquilo que o determina estão re-inscritos no discurso do próprio sujeito” (LAGAZZI, 1988, p. 24-25).

A ideologia, ao interpelar o sujeito em sujeito de seu discurso, atua como “uma força confrontada a outras forças, dentro da conjuntura ideológica característica de uma formação social” (LAGAZZI, op. cit., p. 25) e, por esse motivo, são levados em conta na interpretação, na análise de nossos dados, as circunstâncias em que o discurso se realiza (*circunstâncias de produção*, ou seja, o evento da audiência do Poder Judiciário, com seus ritos), seus *protagonistas* (ou seja, os sujeitos que nela atuam, como, por exemplo, o juiz de direito, o escrevente de sala, as testemunhas, o autor, o réu etc.), o *objeto* sobre que recai o discurso e a *memória* (tudo o que já foi dito antes a respeito do objeto desse discurso).

As circunstâncias em que o discurso se realiza dizem respeito ao contexto da audiência, com a descrição legal que a lei lhe dá, conforme expusemos no início deste capítulo. Esse contexto pode ser subdividido em linguístico, situacional, sócio-histórico.

Dentro do contexto linguístico estudaremos a relação existente entre as narrativas, que foram gravadas e transcritas, com o termo de audiência, documento resultante do ditado do juiz ao escrevente de sala. Nosso *corpus* é também composto de sentenças com estrutura de poesia, que também serão analisadas em seu contexto linguístico. Quanto ao contexto situacional abordaremos aspectos como: quem escreveu cada um dos textos, para quem são dirigidos, onde circulam, por que meio circulam (alguns pontos desse contexto já foram tratados no Anexo A, onde estão descritas disposições da lei a respeito). O contexto situacional, por sua vez, tem sua importância devido às várias possibilidades de interpretar.

O contexto sócio-histórico da audiência do Poder Judiciário será analisado quanto às frases, ao uso das palavras determinados pela lei, quanto aos deslizamentos por que essas palavras passaram e à atualização do seu sentido. Ressaltamos que o discurso do Direito se utiliza de palavras técnicas que não estão ao alcance da compreensão de todos (esse aspecto técnico será abordado segundo o percurso teórico proposto por Haroche, 1992).

As condições de produção do discurso durante o evento da audiência são um importante apoio para o estudo do Letramento e do discurso jurídico, pois regem a relação (COURTINE, 1982) entre a materialidade linguística e as condições históricas que a determinaram. A articulação entre língua e história vai dirigir a análise do *corpus* discursivo desta pesquisa, indicando os recortes a serem analisados. Cabe lembrar aqui, que os recortes eleitos para análise, tanto da transcrição da audiência, de seu termo, como das sentenças com estrutura de poesia, não se resumirão a uma escolha de “palavras-chave” ou de “frases” que levariam à análise de conteúdo. Observaremos fragmentos da audiência ou das sentenças¹⁸ que formem uma “unidade discursiva”, que correlaciona “linguagem-e-situação” e remete à polissemia e não, à informação: “os recortes são feitos na (e pela) situação de interlocução, aí compreendido um espaço menos imediato, mas também de interlocução, que é o da ideologia” (ORLANDI, 1987, p. 139-140). Nessa “unidade discursiva”, na “linguagem-e-situação”, além do espaço de interlocução da ideologia sugerido pela teoria da AD (PÊCHEUX, 1988), acrescentamos, por nossa conta, o espaço de interlocução da constituição psicanalítica do sujeito, pois o sujeito se constitui na enunciação. Para a AD e para a psicanálise lacaniana, *a linguagem não se reduz ao sujeito, mas define sua posição em relação aos demais falantes*, envolve a língua e a história como produtoras de sentidos e abarca a constituição do sujeito do inconsciente, articulada que é ao plano social (ELIA, 2004, p. 36).

O sujeito se constitui dentro de uma formação discursiva, a qual “determina o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada ao interior de uma conjuntura” (LAGAZZI, 1988, p. 25). Sendo assim, existe uma “constituição mútua” em que “o sujeito se constitui no interior de uma formação discursiva, mas ao mesmo tempo constitui uma relação própria com essa formação discursiva” e essa “dualidade” se dá “no interior e sob as determinações das

¹⁸ Em relação a uma das sentenças, vou utilizar, para análise, recortes do Acórdão, decisão do órgão superior para onde foi encaminhado o recurso da parte que não se conformou com aquela decisão do juiz.

formas de existência históricas das relações sociais” (op.cit.). Portanto, não há homogeneidade, quando se trata de sujeito e de seus discursos (op. cit.).

O protagonista do discurso, na AD, não coincide com a noção de indivíduo. O protagonista ou sujeito do discurso é uma posição discursiva influenciada pela ideologia. Na relação discursiva existem imagens que constituem diferentes posições, como, por exemplo, uma posição de superioridade do sujeito locutor em relação ao destinatário de sua mensagem, quando esta é transmitida por meio de uma ordem, de um grito ou quando escrita em letras grandes. Além da posição de onde fala o sujeito, é importante observar a imagem que o sujeito locutor faz de si, do outro e do referente. Na ocasião em que observarmos os textos propostos, em alguns recortes poderemos ver um sujeito enunciador fazendo de si uma imagem de alguém capaz de influenciar, de determinar algo e, ao mesmo tempo fazendo a imagem do receptor como de alguém que pode ser influenciado e que deve acatar a sugestão determinada. Esse ritmo das falas em audiência é estabelecido pela lei e é esta também que determina a sucessão das “cenas”; a lei cria o movimento e as imagens que são a essência do funcionamento dessa audiência.

O mecanismo da antecipação, de que fala Pêcheux (1988), ao dizer que o sujeito locutor antecipa a situação em que os destinatários devem acatar a “ordem” devido à gravidade das consequências é um importante mecanismo de funcionamento do discurso do Direito. Essa situação pode ser observada, por exemplo, nas falas transcritas em que, no início da audiência, os depoentes são advertidos, pelo juiz, a depor sob o compromisso de “falar a verdade sob pena de ser processado pelo crime de falso testemunho” (audiência 2, de 24/01/2008, linhas 35-36).

Outro conceito da teoria da AD, crucial para nosso estudo sobre letramento e discurso jurídico, é o conceito de sujeito. É a partir desse conceito que observaremos a constituição tanto o sujeito de direito, como do sujeito jurídico, como conceitos diferentes

entre si. Faremos, neste momento, uma pausa na colocação dos conceitos fundamentais da AD, a fim de nos determos um pouco mais na noção de sujeito de direito.

1.3.4 O conceito de sujeito de direito

O sujeito de direito, para Edelman (1980) advém da teoria e prática do Direito como um terreno de luta teórica, que não pode ser considerado um instrumento de progresso, de mudança social. Edelman (1980, p. 14) afirma que é “ilusão jurídica” pensar o Direito como instrumento que resolva problemas políticos; é “ilusão jurídica” crer na existência de um “*homo jurídicus*” livre. O autor põe (op.cit., p. 15) em relevo o funcionamento do Direito, de modo a fazer reflexões sobre o desenvolvimento, a constituição e o funcionamento da categoria de sujeito de direito, pois, para ele “*el discurso podría ser también presentado como la producción de un sujeto de derecho*”¹⁹ (op. cit., p. 15), já que a língua tem uma dimensão jurídica.

Em seus comentários, Edelman afirma que a teoria do sujeito transpassa as divisões das ciências humanas e sociais, abrangendo desde o metafísico até o linguístico e se insere em um problema básico da descrição e da concepção do sentido dos enunciados e discursos. “*El discurso jurídico es una de esas formas lingüísticas que expresan la ‘ideología’, ocultando al sujeto enunciator, pero permitiendo, por eso mismo, que subsista y se conserve en su ideología dominante*”²⁰ (EDELMAN, 1980, p. 15). Esse sujeito se constitui na categoria sujeito de direito.

¹⁹ O discurso poderia ser também apresentado como a produção de um sujeito de direito (tradução minha).

²⁰ O discurso jurídico é uma dessas formas linguísticas que expressam a ‘ideologia’, ocultando ao sujeito enunciator, mas permitindo, por isso mesmo, que subsista e se conserve em sua ideologia dominante (tradução nossa).

Ao mesmo tempo em que se conscientiza sobre o fato de que a dimensão jurídica está por todo lado e tenta teorizá-la em um objeto - o Direito -, Edelman (1980, p. 20) descreve seu feliz encontro com obras de dois autores: Pasukanis (1970) e Althusser ([1970] 1974). De Pasukanis reconstrói a relação de direito a partir do entendimento de que o sujeito de direito é a forma mais acabada da produção mercantil: “*el sujeto no existe más que a título de representante de la mercancía que posee, es decir, a título de representante de si mismo en tanto mercancía*”²¹ (EDELMAN, 1980, p. 93). De Althusser adota a tese de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeito; toma também a ideia de que o termo “sujeito” surge com o advento da ideologia burguesa e, principalmente, da ideologia jurídica (*la que adopta la categoría jurídica de sujeto de derecho para hacer de ella una noción ideológica: el hombre es por naturaleza un sujeto*²²) (op. cit., p. 20). Edelman (1980) afirma que a categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia, qualquer que seja a determinação (regional ou de classe), e qualquer que seja a época histórica, pois a ideologia não tem história. Diz (EDELMAN, op. cit., p. 21, grifos nossos) que: *la categoría de sujeto en general era teóricamente ocultada bajo la categoría de sujeto de derecho [...] faltaba la demostración concreta, faltaba “el otro” lado de la teoría*²³. Edelman (1980) explica o motivo pelo qual a prática de categoria de sujeito se dá no Direito:

Porque él aparece, dentro del modo de producción capitalista, como la organización concreta/ideológica de la circulación, como el funcionamiento por excelência de todas las categorías del mercado, tengan ellas por nombre la libertad, igualdad o la voluntad; y así se puede ver en acción cómo una ideología (la jurídica) era, por su misma naturaleza, desmentida por su propia práctica, siendo, sin embargo, necesaria para su funcionamiento. El estudio del derecho puede entonces proporcionar el instrumento de una denuncia de gran importancia; él puede revelarnos el contenido concreto del humanismo jurídico - este modelo de

²¹ o sujeito só existe a título de representante da mercadoria que possui, quer dizer, a título de representante de si mesmo enquanto mercadoria (tradução nossa).

²² A que adota a categoria jurídica de sujeito de direito para fazer dela uma noção ideológica: o homem é por natureza um sujeito (tradução nossa).

²³ A categoria de sujeito em geral era teoricamente ocultada sob a categoria de sujeito de direito [...] faltava a demonstração concreta, faltava ‘o outro’ lado da teoria (tradução nossa).

todo humanismo -: la explotación del hombre por el hombre (EDELMAN, 1980, p. 21, grifos nossos)²⁴.

A partir desse raciocínio, o autor (EDELMAN, 1980, p. 21-23) fala da ideologia a partir do lado de dentro do Direito e afirma: dentro do imenso “*corpus*” jurídico “*todo se sostiene*”²⁵, “*todo*” existe “*por todos os lados*”. Explica que a ilusão jurídica de que o Direito resolve problemas políticos se mistura com a ilusão de que o Direito é um fator de progresso:

*Ilusión colosal de un “derecho puro” (de que?), que la burguesía habría falsificado y que convendría “restablecer”. Ilusión colosal la de creer en la existencia de un homo jurídicus, libre, justo, equitativo, y que ama la vida [...] Y la ilusión de la ilusión: la creencia en que puede haber un “derecho revolucionario”*²⁶ (EDELMAN, 1980, p. 23).

Haroche (1992, p. 68, grifos nossos) também discorre sobre o conceito de sujeito de direito, explicando que “*não há ‘sujeito-de-direito’ abstrato*”, que a sujeição de pessoa-a-pessoa, que unia senhor e seu vassalo, no século XI, é substituída por uma sujeição econômica, quando camponeses “se endividam para comprar sua liberdade” e “os senhores lhes emprestam fundos”. O camponês “se torna paradoxalmente um homem ‘livre’ graças à possibilidade que lhe dá o senhor de se tornar ‘sujeito-à-exação’” (op. cit., p. 69). Essa é para Haroche uma concepção nova de sujeito, pois *alia a obrigação econômica à liberdade jurídica*, e o sujeito torna-se “*livre para se obrigar*” (ibidem, grifos nossos). A esse fato,

²⁴ Porque ele aparece, dentro do modo de produção capitalista, como a organização concreta/ideológica da circulação, como o *funcionamento por excelência de todas as categorias do mercado, tenham elas por nome a liberdade, igualdade ou a vontade*; e assim se pode ver em ação como uma *ideologia (a jurídica) era, por sua mesma natureza, desmentida por sua própria prática*, sendo, sem embargo, necessária para seu funcionamento. O estudo do direito pode então proporcionar o instrumento de uma denúncia de grande importância; ele pode revelar-nos o conteúdo concreto do humanismo jurídico - este modelo de todo humanismo -: a exploração do homem pelo homem (EDELMAN, 1980, p. 21, tradução e grifos nossos).

²⁵ Tudo se sustém.

²⁶ Ilusão colossal de um “direito puro” (de que?), que a burguesia haveria falsificado e que conviria “restabelecer”. *Ilusão colossal a de crer na existência de um homo jurídicus, livre, justo, equitativo*, e que ama a vida [...] E a ilusão da ilusão: a crença de que pode haver um “direito revolucionário”²⁶ (tradução e grifos nossos).

Edelman (1980, p. 93) dá a seguinte descrição: “*que el sujeto es propietario de sí mismo, e que si le ‘roba’ su reflejo o su ‘vida’, se le roba una parte de si mismo*”²⁷”.

As ideologias religiosas e jurídico-políticas, segundo Haroche (1992, p.19-20), contribuíram para a elaboração de certas regras de gramática e do conceito de individualidade, inscrevendo, desse modo, o poder “em certos aparelhos disciplinares pelo viés de mecanismos ‘individualizantes’”. É por meio da disciplina, diz a autora, que são fabricados os indivíduos, cujas características são transparência, mensurabilidade e modificabilidade.

Haroche (1992, p. 20) se preocupa com a passividade do sujeito perante as instituições, ao dizer que “o poder, o Estado, o direito, coagem o sujeito, insinuam-se nele de forma discreta”; que há “uma forma de poder que classifica os indivíduos em categorias, identifica-os, amarra-os, aprisiona-os em sua identidade”. Nos intriga o processo que leva a esse aprisionamento, que faz o sujeito se assujeitar sem que se dê conta disso. Exemplo dessa sujeição não percebida é o do atributo “capital-sujeito” (EDELMAN, 1980, p. 94) responsável pela constituição do sujeito durante a audiência, na posição-sujeito de depoente:

*Lo que da existencia social al sujeto de derecho: su nombre, su derecho moral, su honor, su imagen su vida privada ... y, en el mismo momento en que se forma este capital, produce las condiciones de su circulación*²⁸ (EDELMAN, 1980, p. 94).

O mecanismo coercitivo de individualização descrito por Haroche (1992, p. 21) distingue *individualismo* (possibilidade de resistência e revolta do indivíduo) da *individualização* (isolamento imposto pelo Estado ao indivíduo, para fins de poder). A autora ressalta que o modo de o Estado induzir a uma “psicologia do indivíduo médio” é por meio da língua, da gramática e da psicologia, como lugares desses mecanismos individualizantes, pois,

²⁷ que o sujeito é proprietário de si mesmo, e que se lhe ‘rouba’ seu reflexo ou sua ‘vida’, se lhe rouba uma parte de si mesmo (tradução nossa).

²⁸ O que dá existência social ao sujeito de direito: seu nome, seu direito moral, sua honra, sua imagem sua vida privada ... e, no mesmo momento em que se forma este capital, produz as condições de sua circulação (tradução nossa).

por meio deles é possível “*tornar visível a interioridade e o corpo inteiro*” (op. cit., p. 21, grifos da autora). Assim, diz Haroche, “pelo viés da transparência, o poder procura *tornar o sujeito ‘sem defesa’, procura disciplinar e normalizar sua subjetividade*” (ibidem, grifos nossos). Os conceitos de “indivíduo médio” (HAROCHE, 1992) e de “sujeito capital” (EDELMAN, 1980, p. 93) têm as mesmas características, ou seja, o sujeito “*es libre de sí mismo, su libertad le permite a la vez alienar sus atributos y reivindicarlos*”²⁹

Esse desejo de controle sobre o sujeito é relacionado, por Lagazzi (1988, p. 26), à linguagem como lugar de tensão e poder, em que, este último, busca “eliminar as possibilidades que a linguagem nos dá para fugir ao controle que ele quer absoluto”. Cremos que esse é um dos motivos pelos quais há, nos ritos jurídicos, incessante busca pela eliminação da ambiguidade, do equívoco, da polissemia, lugares do “possível” do desejo.

O raciocínio silogístico imposto pela lei aos ritos jurídicos trabalha junto com a ideia de determinação, cujos efeitos são explicados por Haroche (1992):

há um *trabalho prévio às exigências do jurídico*: para que o sujeito-de-direito possa responder por si, por seus atos, por seu comportamento, é preciso, previamente, *tornar o homem uniforme, regular, determinado, predizível, mensurável...* (HAROCHE, 1992, p. 30, grifos nossos).

Essa articulação dos conceitos de sujeito, de gramática, de língua, de poder e de determinação, trata de um “assujeitamento paradoxal” que é determinado por uma norma que “surtiu antes do tempo”. Esse ponto nos remete ao texto do Estádio do espelho, em que Lacan ([1949]1998) descreve o mecanismo de identificação com o Outro como algo da estrutura do sujeito. Creimos que Lacan (1970, p. 56) dá uma “pista” dessa articulação quando afirma que “o inconsciente é a condição da linguística”. Trataremos desse tema com mais profundidade no capítulo sobre O Estádio do Espelho na Teoria Geral do Estado.

²⁹ é livre de si mesmo, sua liberdade lhe permite por sua vez alienar seus atributos e reivindicá-los (tradução nossa).

No momento, basta lembrar que abordar a questão do sujeito implica tratar do processo pelo qual ele se constitui. O método discursivo (PÊCHEUX, 1988) permite trabalhar os processos de linguagem em que marcas linguísticas, como a ambiguidade, o equívoco, a polissemia, deixam observar o desejo do sujeito, o modo como ele se constitui diante das tensões referentes ao juridismo em suas relações diante do Poder Judiciário. A Análise do Discurso (AD) (PÊCHEUX, 1988) e a teoria do Letramento (TFOUNI, 2005), bases deste estudo, são atravessadas pelo modo psicanalítico de conceber o sujeito. Para a psicanálise, o sujeito não “nasce”, não se “desenvolve”, mas se constitui, e essa constituição, que também abarca a constituição do sujeito do inconsciente, é articulada ao plano social (ELIA, 2004, p. 36).

Cremos que o assujeitamento se dá na gramática, na língua e que língua e poder estão articulados dentro do conceito de determinação. “A determinação serve à exigência de pureza na língua e se integra no funcionamento ideológico mais amplo que concerne à relação do sujeito com a língua e com o saber” (HAROCHE, 1992, p. 25-26), trazendo como consequência a “determinação individual”, a “autonomização aparente do sujeito”, uma “*auto-repressão livremente consentida’ induzida pelo Estado no indivíduo*” (1992, p. 26, nota de rodapé, grifos nossos).

Existe uma diferença entre gramática e lógica jurídica que vale lembrar: a lógica jurídica vai além da gramática, pois esta codifica os usos da língua e aquela “é constitutiva do pensamento”, constrói conceitos que eliminam o conteúdo real para o qual remetem (MIAILLE, 1979, p. 170). Na lógica jurídica há um “aprisionamento” do sujeito à identidade que o Estado lhe oferece (HAROCHE, 1992, p. 20).

Em todo o tempo podemos perceber que a noção de Estado está ligada à noção de sujeito de direito. Haroche (1992, p. 158) afirma que a palavra sujeito começou a ser usada no

século XII e que significa “*submetido à autoridade soberana*”, “*que é subordinado*”. Para a autora, “o sujeito não é livre, ‘ele é falado’, isto é, dependente, dominado” (HAROCHE, 1992, p. 158), conforme lição de Legendre:

O sujeito político [...] encontra-se, ele mesmo, inscrito no discurso do qual se nutre o centralismo [...] face ao dogma da autoridade, tal como se mostra sob o envelope jurídico do Estado unitário, existe um mal absoluto [...] é a ‘ameaça de descrença’. Ser *sujeito-de-direito* não é nada mais que ‘*ser para a Lei*’ [...] Isto não se dá sem consequências, se a própria ideia do *sujeito-de-direito* implica sobretudo e finalmente [...] *que no universo das instituições centralistas não haja senão um só discurso possível* e que ninguém possa avançar de rosto descoberto como tendo de fazer valer um desejo próprio (LEGENDRE, 1976, *apud* HAROCHE, 1992, p. 158, grifos nossos).

Antecipamos para este momento uma característica do sujeito apontada pela psicanálise (aspecto a ser aprofundado mais adiante), que é a de, diante do grande Outro, como “ser recém-aparecido” suscitar um “*ato de resposta* que se chama de sujeito [...] uma resposta dada em ato” (ELIA, 2004, p. 41). Como ensina Edelman (1980, p. 104), “*el movimiento mismo de la Historia no es más que el perpetuo ‘ir y venir’ de los sujetos al Sujeto y del Sujeto a los sujetos*”³⁰.

Essa articulação entre sujeito-Estado, sujeito-Outro nos leva a melhor compreender como se constituem os sentidos no discurso jurídico. Para essa relação é necessário levar em conta que o Outro, na psicanálise lacaniana, “convoca o sujeito, exige o trabalho do sujeito em sua constituição” (ELIA, 2004, p. 40). A cultura, a sociedade, a família, a linguagem esperam o sujeito como seu campo de constituição: “o encontro cria o ‘passado’”, que não existia antes de o sujeito existir, mas que, “uma vez criado, passa a existir e a operar inexoravelmente como passado, como anterioridade determinante” (ELIA, 2004, p. 43-44).

³⁰ o movimento mesmo da História não é mais que o perpétuo ‘ir e vir’ dos sujeitos ao Sujeito e do Sujeito aos sujeitos (tradução minha).

Estudar discurso jurídico implica estudar a relação existente entre sujeito e Estado, proveniente da articulação necessidade, demanda e desejo, na experiência do sujeito. Segundo Luciano Elia (2004, p. 45), “se nascemos com necessidades, nunca a experimentamos pura ou diretamente, ou seja, sem a mediação da linguagem”.

A constituição do sujeito e dos processos de significação do discurso são compreendidos segundo a teoria materialista dos processos discursivos (PÊCHEUX, 1988), em que os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs) estabelecem a ideologia dominante e, por esse motivo, são o lugar e as condições em que se realizam as transformações das relações de produção. Consequentemente são estabelecidas relações de desigualdade-subordinação na vida social, materializando a ideologia. As relações desiguais não são evidentes porque a ideologia e o inconsciente dissimulam, segundo Pêcheux (1988, p. 152), a própria existência no interior de seu funcionamento, ao mesmo tempo em que produzem um “tecido de evidências subjetivas” em que se constitui o sujeito.

Edelman (1980, p. 25) afirma que: *“hay una política de las formas jurídicas, en la medida en que estas formas son la expresión de una política. Por esto que haciendo derecho, nosotros hacemos política, de la manera más silenciosa y eficaz: sin saberlo”*³¹. Esse autor afirma que a perda de identidade da classe revolucionária está na absorção, pelo proletariado, das formas jurídico-políticas burguesas (op. cit., p. 26-27). Essa absorção se dá porque o grande Outro tem, além das dimensões social e lógica, a dimensão política (ZARKA, 2004, p. 129).

Com os pressupostos acima descritos, tomando o Poder Judiciário como Aparelho Ideológico do Estado e tomando a dimensão de grande Outro do Estado como anterioridade

³¹ Há uma política das formas jurídicas, na medida em que estas formas são a expressão de uma política. Por isso que fazendo direito, nós fazemos política, da maneira mais silenciosa e eficaz: sem sabê-lo (EDELMAN, 1980, p. 25, tradução minha).

determinante, podemos afirmar que, no discurso do Direito, o sujeito pode ser situado como o sujeito “do desejo do desejo do Outro”³² (LACAN [1964b] 1998, p. 203 *apud* DOR, 1989, p. 146). O sujeito, ao fazer sua demanda por justiça, é levado a aceitar algo que lhe é proposto sem que tenha buscado, pois se vê colocado num universo de comunicação onde a intervenção do outro constitui uma resposta à sua demanda. Sob o ponto de vista da psicanálise, esse mecanismo em que o grande Outro³³ atenderá a demanda do pequeno outro (sujeito), vai inscrevê-lo num universo discursivo que é o dele: o universo do discurso jurídico. O Estado inscreve-se junto ao sujeito (pequeno outro) como um outro privilegiado (Outro) e, ao mesmo tempo, o assujeita ao universo de seus próprios significantes, pois lhe oferece solução para sua suposta demanda. A mediação da nomeação da linguagem nesse processo introduz uma inadequação entre a justiça desejada pelo sujeito e aquilo que se faz ouvir desse desejo na demanda. O desejo por justiça fica então, para o sujeito, como “falta a ser para além da demanda” (DOR, 1989, p. 147), e inscreve esse sujeito numa relação indestrutível com o desejo do Outro (Estado).

Podemos estabelecer um paralelo entre o processo acima descrito ao que é denominado “dimensionamento jurídico da justiça” (MECCARELLI, 2010, p. 24) no campo do discurso do Direito. O dimensionamento jurídico da justiça está ligado à descoberta, na Europa do fim do século XVIII, da “determinação da justiça”, fenômeno que absorveu a tensão na justiça existente no tempo do *ius comune*³⁴. Melhor explicando, antes do surgimento do Estado, havia, na Europa, uma “sociedade de sociedades” cuja demanda por justiça se originava de uma realidade sócio política pluralista. Havia interesses heterogêneos

³² tratarei este tema sob o ensinamento lacaniano no capítulo sobre o Estádio do espelho na Teoria Geral do Estado.

³³ O conceito de grande Outro para Lacan é o de que o “Outro é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer (LACAN [1964] 1998, p. 193-194).

³⁴ Consiste numa ordem flexível em que a figura do juiz é central e que se estabiliza com a tradição jurisprudencial, não apresentando aparatos normativos com característica de generalidade e abstração (MECCARELLI, 2010, p. 30-33).

conflitantes e, com a finalidade de regular a heterogeneidade axiológica de justiça, surge o filtro da lei, que coloca a realidade social dentro de uma concepção monista de justiça; coloca o processo (definido como meio de administração da justiça) para que o Direito encontre sua “veracidade” (MECCARELLI, 2010, p. 25). Nessa ocasião os balanceamentos de valor já vêm determinados pela lei (op. cit., p. 36). Tudo isso ocorre no processo de determinação da justiça, como descreve Meccarelli:

Aqui nos interessa, todavia, evidenciar a especificidade do empenho dos juristas (e o direito) em tal ‘colaboração com o poder’; ele consiste no individuar o grau de compatibilidade das dinâmicas político-sociais, com a dimensão da *iustitia* e da *aequitas* (acordo como parâmetro de adequação entre direito e exigências de justiça no contexto histórico dado).

A fenomenologia do direito neste novo contexto de ascensão dos poderes estatais continua a ser um momento de determinação da justiça. (MECCARELLI, 2010, p. 30).

Tomamos as palavras de Melenotte (2006, p. 54) para compreender, sob a perspectiva da psicanálise, a relação do sujeito com o desejo do grande Outro (Estado): ao afirmar que o sujeito moderno é “parasitado” pela imagem, não se dá conta da medida segundo a qual esta o constitui e se torna assujeitado ao Estado sem pecebê-lo, parasitado que está pela imagem deste.

Vejamos agora alguns conceitos relacionados à constituição do sujeito no processo discursivo.

1.3.5 O processo discursivo no funcionamento da audiência

Para a teoria da AD (PÊCHEUX, 1988), além das *circunstâncias* em que o discurso se realiza, de seus *interlocutores*, *protagonistas*, também são de grande importância

o *objeto*, sobre que recai o discurso, e a *memória*. É *objeto* do discurso aquilo sobre quê se fala e também a maneira como se fala dele. Conforme expusemos anteriormente, em nossa pesquisa interessa o *funcionamento* da audiência, o procedimento desta, ou seja, *como funciona* o discurso numa audiência. Com respeito ao modo como se fala do objeto nos dados colhidos para análise, é importante lembrar a lição de Lagazzi (1988, p. 31), ao ressaltar que o discurso do Direito, científico, traria um modo supostamente “neutro”, descrito pela lei, sobre quem pode falar, como pode falar e sobre o quê falar no decorrer da audiência. Assim, noção de coerção da lei, que disciplina os atos da audiência, é reduzida a apenas uma “ideia de descrição” desses atos, reduzindo o sujeito a um “interagente”, que “sacrifica sua identidade por algum tempo, [...] mas os princípios ficam a salvo”.

Marx³⁵ chama a esse fenômeno de “ilusão colossal”. Ele afirma que o fato de

*estar obligado a reconocer y sancionar, en los derechos del hombre, la sociedad burguesa moderna, la sociedad de la industria, la competencia universal, los intereses privados que persiguen libremente sus fines, este régimen de anarquía, de individualismo natural y espiritual se convierte en extraño para si mismo*³⁶ (MARX 1969, *apud* EDELMAN, 1980, p. 108).

Com a ideia desse estranhamento, Edelman (1980, p. 108-109) explica que na essência do sujeito há dois polos onde há “sobre-apropriação”: há “*una bi-polarización de un real constituido en objeto de derecho, y en que cada término es la condición del outro*”³⁷.

Para observar essa ilusão de neutralidade do discurso do Direito é preciso considerar a *memória* como condição de produção do discurso, pois é ela que faz funcionarem as demais condições de produção deste (contexto, protagonistas e objeto). A memória discursiva é considerada como *interdiscurso*, aquilo que já foi falado antes sobre o assunto

³⁵ MARX-ENGELS, *La Sainte Famille*, Ed. Sociales, p. 148, 1969.

³⁶ estar obrigado a reconhecer e sancionar, nos direitos do homem, a sociedade burguesa moderna, a sociedade da indústria, a competência universal, os interesses privados que perseguem livremente seus fins, este regime de anarquia, de individualismo natural e espiritual se converte em estranho para si mesmo (tradução nossa).

³⁷ uma bi-polarização de um real constituído em objeto de direito, e em que cada termo é a condição do outro (tradução nossa).

que está sendo analisado. Em nossa pesquisa faz parte do interdiscurso tudo o que já foi dito sobre a audiência, sobre as partes, sobre a lei, sobre o Estado, trazendo seus efeitos para os textos do *corpus*, ajudando a compreendê-lo e interpretá-lo. É no interdiscurso que se desvela a dimensão ideológica do discurso, pois abarca a *forma-sujeito* (PÊCHEUX, 1988) do discurso como efeito da “interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos” (CARVALHO, 2008, p. 44). Em uma audiência do Poder Judiciário é o interdiscurso que dá os limites da decisão que será tomada pelo juiz, embora a lei, paradoxalmente, diga que ele tem autonomia para decidir.

Trabalhar com o interdiscurso, com a memória, evidencia o funcionamento discursivo. Nesse funcionamento se constrói uma metáfora, enquanto a materialidade do significante apenas mostra uma realidade. O entendimento do que vem a ser o interdiscurso, para Pêcheux, fica melhor esclarecido nas palavras de Augustini (2000):

Estabeleci uma analogia ilustrativa entre o dizer e uma colcha de retalhos. Comparando-os, posso perceber que o dizer resulta de recortes do interdiscurso (memória do dizer) que o sujeito-falante, imbuído histórica e ideologicamente por um lugar de significação, (re)corta e costura. Em alguns pontos da colcha, o acabamento perfeito não permite visualizar os arremates, mas há outros lugares em que os arremates são visíveis (dobras interdiscursivas). Os arremates não são, portanto, acidentes do/no tecido. São processos interdiscursivos próprios do funcionamento do dizer. São tecidos interdiscursivos que se torcem [...] e se dobram no processo de confecção da colcha. A unidade da colcha reside, por conseguinte, no sistema que torna possível e que rege a colcha. Essa analogia dizer-colcha me permite compreender e explicitar que todo dizer se constrói por um retorno constante a outros dizeres presentes no interdiscurso (AUGUSTINI, 2000, p. 15).

Ao dizer, o sujeito é afetado por dois tipos de *esquecimentos* (PÊCHEUX, 1988). O *esquecimento de número 2*, que acontece na enunciação das palavras, de natureza semi-consciente, em que o sujeito usa uma palavra, mas, em seu lugar poderia usar outra. O *esquecimento de número 1*, inconsciente, esquecimento ideológico em que o sujeito enunciador pensa que os sentidos das palavras têm origem nele mesmo e pensa que ele está no controle desses sentidos. Nesse funcionamento discursivo, o sujeito não se dá conta de que os

sentidos das palavras são preexistentes, são determinados pela ideologia. No caso do discurso do Direito, a lei predetermina os sentidos que irão circular numa audiência e coloca o juiz de direito na função de controlá-los. Segundo Carvalho (2008, p. 51-52) a ilusão formalista que recai sobre esse discurso faz a enunciação do sujeito equivaler a operações lógicas e linguísticas; há armadilha idealista que faz confundir os traços linguísticos da enunciação com o sujeito empírico.

A teoria da materialidade da língua, ao levar em conta os dois esquecimentos, considera o sujeito como produto dessa materialidade, considera a língua como materialização da ideologia. Sob esse raciocínio, o que faz com que alguém se identifique com os pressupostos legais reguladores da audiência? Tem-se a sensação prévia de que o sujeito-depoente é quem escolhe a posição de aderir a cada uma das imposições legais que determinam as falas transcritas no *corpus*. Essa escolha, todavia, não é consciente, tem origem no inconsciente, na ideologia. O depoente ao se expressar por meio de gestos ou de palavras materializa a ideologia. Segundo lição de Edelman (1980, p. 122), há um processo de câmbio, de troca, que cria a liberdade e a igualdade preconizadas pelo Direito. Isso produz uma ilusão de que a liberdade no depoimento e a igualdade das partes são realmente efetivas. Para esse autor (EDELMAN, 1980, p. 123 e 125), “a base concreta de toda ideologia é o valor de troca”.

Até aqui tratamos dos elementos que constituem o discurso, que dão condição para a sua existência: o contexto, os protagonistas, o objeto e a memória. Mas, para que o discurso funcione, são necessários os seguintes fatores: relações de força, relações de sentidos, antecipação e formações imaginárias.

As *relações de sentidos* dizem respeito ao relacionamento de um discurso com outros para que tenha sentido. “Um discurso aponta para outros que o sustentam [...] Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo”

(ORLANDI, 1999, pág. 39). O discurso jurídico que se desenvolve durante a audiência é sustentado pelo discurso da lei, que determina o que dizer e quando dizer.

A noção de *antecipação* na AD (PÊCHEUX, 1988) se refere ao mecanismo em que o sujeito enuncia a palavra segundo a perspectiva daquele que o ouve, dizendo-a de um modo conforme o efeito que quer produzir no seu ouvinte. O sujeito locutor antecipa uma situação e, com base nela, toma certas atitudes. A *relação de forças* diz respeito às relações de hierarquia existentes em nossa sociedade. “O lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 1999, pág. 39). “Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na comunicação” (idem, pág. 40). É devido a essa relação de forças que se pode afirmar, com Edelman (1980, p. 125), que os “indivíduos são os sujeitos que asseguram o funcionamento do Sujeito” (compreendido como o grande Outro da psicanálise lacaniana).

A noção de *formações imaginárias*, para Pêcheux (1988) incorpora a noção de projeção e a relação daquelas com o registro simbólico. O que produz sentido no discurso não diz respeito ao sujeito que ocupa o lugar numa sociedade; são as imagens, as formações imaginárias que levam esse sujeito a ocupar posições no discurso. Nos textos transcritos que compõem o *corpus* que estudamos há as posições do sujeito locutor (quem escreveu impõe uma ordem ou não?), as posições dos sujeitos interlocutores (para quem foi escrito cada um desses textos dirigindo-lhes ou não uma ordem). Existe também uma imagem do objeto do discurso de cada um desses textos que faz com que esse objeto ocupe uma posição no discurso em que está inserido (do que estão me falando nesse momento?).

Nos textos em análise, não importa a pessoa que enunciou a mensagem, mas importa o modo como ela enunciou. Isso ajuda a identificar a posição que o sujeito locutor ocupa, a imagem que ele faz do sujeito interlocutor (formação imaginária) e, por fim, tudo isso indica a direção ideológica da formulação de cada uma das falas transcritas.

A função das formações imaginárias na produção do sentido é explicada por Serrani. A autora cita Milner (1987, *apud* SERRANI, 1993, p. 110) para explicar que os estudos linguísticos estão articulados aos três registros estabelecidos pela psicanálise lacaniana - real, simbólico e imaginário. Assim, a produção de sentido se baseia naquilo que constitui a realidade para um sujeito; aquilo que corresponde ao domínio das “relações de semelhança e dessemelhança” de propriedades sobre que se “baseiam classes de objetos, localizados em um espaço e um tempo [e] esse âmbito do registro em que os objetos se ligam é o imaginário” (op. cit.).

Produzido o discurso, fica construído o imaginário do lugar social da formação discursiva, ou seja, só terá sentido, só poderá ser compreendido se estiver se referindo a determinada formação discursiva (FD); ou seja, se se referir a enunciados que obedeçam às mesmas normas de formação. A formação discursiva (FD) está intimamente ligada à formação ideológica (FI). Textos que fazem parte de uma *formação discursiva* (FD) remetem a uma mesma *formação ideológica* (FI). A formação discursiva (FD) determina o que pode e deve ser dito a partir de um lugar social historicamente determinado.

As palavras, quando enunciadas, adquirem um sentido porque se relacionam a posições ideológicas que já existem no processo sócio-histórico. Essas posições ideológicas são definidas como um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas dizem respeito, mais ou menos diretamente, às posições de classe em conflito. Cada formação ideológica (FI) pode compreender várias formações discursivas (FDs) interligadas, que determinam *o que pode e deve ser dito*. Importa, para o discurso do Direito, não a natureza das palavras empregadas pelos depoentes, mas a construção em que essas palavras irão se combinar: a forma do raciocínio silogístico. É sob o raciocínio silogístico que reside o controle dos sentidos no discurso do Direito. Há uma determinação dada de antemão ao significado das palavras, e estas mudam de sentido

conforme as posições que ocupam os sujeitos que as enunciam, como o exemplo que segue no momento em que o juiz de direito (J) toma o depoimento de uma testemunha (T2):

J: É? É::: a dona (...) segundo consta aqui locou um imóvel alugou um imóvel da rua (...) pra dona ...

T2: Alugou

J: Alugou? É::: para fins residenciais ou comerciais a senhora sabe?

T2: Pra comerciais

J: É::? E o que que a dona (...) explorava no imóvel a senhora sabe?

T2: Não

J: Não sabe o que ela fazia lá?

T2: É uma firma de pneus

J: Tinha uma firma de pneus ... exatamente o que era a senhora não sabe?

T2 ((acena negativamente com a cabeça))

(vide ANEXO C, Transcrição da audiência 3, de 19/01/09, linhas 228-238, p. 347)

No seu depoimento, o sujeito que ocupa a posição de depoente afirma não saber o que o locador do imóvel fazia lá. O sujeito que ocupa a posição de juiz sabe. E ao ditar para o escrevente de sala os recortes feitos na fala de T2, insere o sentido na fala desta:

Às de costume disse nada, Compromissado e inquirido pelo MM. Juiz respondeu: Conhece a autora. Tem conhecimento do contrato de locação, que é destinado para fins comerciais. No local existia a empresa que trabalhava com pneus [...]

(vide ANEXO C, Termo de depoimento da testemunha 2 da autora (aud. 3) – 19/01/09, p. 351).

A linguagem usada, os sentidos apreendidos, os sujeitos envolvidos em determinado texto não são “transparentes”, mas resultam de um processo em que a língua, a história e a ideologia se entrelaçam. Isso pode ser resumido da seguinte forma: o *lugar* que o *sujeito* ocupa no *discurso* é determinado por uma *formação discursiva* (FD) (aquilo que o sujeito disse se relaciona a outros enunciados que obedecem às mesmas normas de formação), que é produto de *formações ideológicas* (FIs) (conjunto de formações discursivas interligadas), que são determinadas pela *formação social* (FS) (série de relações de membros de determinada comunidade em determinado momento da história, que podem ser de antagonismo ou de dominação). O sentido do recorte do termo de depoimento resulta de uma

superposição da fala do juiz de direito (J) sobre a fala do depoente (T2), estabelecendo a evidência de que o depoente fez essas afirmações coesas e “claras”, o que traz a ideia de um sujeito (T2) centrado e supostamente intencional.

O discurso, objeto de atenção da AD, é conceituado como “efeito de sentido” entre interlocutores e não existe sentido se não houver *interpretação*. “Diante de qualquer objeto simbólico, o homem é levado a interpretar” (ORLANDI, 1999, pág. 45). Segundo Lagazzi (1988, p., 37-38), a ordem simbólica é que permite a consolidação do poder; para a autora, “é simbólico tudo o que só tem em si o valor de indicar a ligação, o vínculo, o ‘lugar’ (...) Disto que em si mesmo não tem nenhum sentido, mas que dá sentido a todo o resto”. A autora acrescenta que o discursivo faz a ligação entre a ordem simbólica e a ordem em que imaginário e ideologia se encontram, assim “a Análise do Discurso, tomando o discursivo como seu objeto de análise, ‘desconstrói’ a relação entre o linguístico e o ideológico, entre o simbólico e o imaginário, na busca do real da linguagem” (LAGAZZI, 1998, p. 38).

As palavras não estão ligadas às coisas diretamente, dependem da *ideologia* para ter sentido e esta se materializa na linguagem, seja ela verbal ou não verbal. Não se rompe com a ideologia em geral, mas com uma ou outra formação ideológica (FD). Ao buscar o real da linguagem, a Análise do Discurso pretende atingir o “real de uma ou outra formação ideológica, até onde é possível atingi-lo” (LAGAZZI, op. cit., p. 38).

Com essa rápida explanação de conceitos básicos da teoria da Análise do Discurso (PÊCHEUX, 1988), passamos a expor a metodologia desta pesquisa.

1.3.6 Metodologia e discurso em uma audiência do Poder Judiciário

Segundo a teoria da Análise do Discurso (AD) (PÊCHEUX, 1988), o sujeito é concebido como efeito de sentido. Neste tópico iremos abordar a questão do sujeito como

efeito ideológico do discurso do Direito a partir do conceito de interpelação, de Althusser (1999), que faz equivaler evidência do sentido e evidência do sujeito, para chegar ao conceito de sujeito de direito.

Como a AD não coaduna com a noção hermenêutica de interpretação vigente no Direito, em que se interpreta apenas o sentido “estrito” das palavras, ela vai buscar, na opacidade dos objetos simbólicos, o seu objeto de estudo. Seguindo esse caminho teórico, desenvolvemos o conceito de sujeito jurídico, a fim de fazer uma contraposição ao conceito de sujeito de direito.

O contexto da audiência do Poder Judiciário tem sua importância devido ao papel de Aparelho Ideológico que o Estado exerce. Segundo Pêcheux (1988, p. 172), o processo discursivo se realiza necessariamente no sujeito e este (sujeito), ao enunciar, se constitui como “efeito da ‘exterioridade’ do real ideológico-discursivo”. Cabe lembrar que o resultado de nossas análises pode ser diferente se os princípios e procedimentos da AD forem aplicados a contexto sócio-histórico diverso, pois os sentidos serão diversos conforme o contexto sócio-histórico, conforme o sujeito que aprecia esse resultado, e, por fim, conforme o lugar que esse sujeito ocupa no discurso.

O sentido que buscamos em cada um dos recortes das transcrições só existe porque há uma ideologia que lhe deu origem. O trabalho a que nos propomos como analistas de discurso é a busca dos efeitos dessa ideologia. A AD (PÊCHEUX, 1988), para isso, faz o caminho inverso ao caminho da formação do discurso. O discurso com sentido existe porque há uma formação social (FS), que determina a formação ideológica (FI) do sujeito, produzindo formações discursivas (FDs) que, por sua vez, determinarão a posição do sujeito ao enunciá-lo. A AD parte do discurso enunciado, buscando as formações discursivas (FDs) a que se filia, chegando à formação ideológica (FI) que revelará, por fim, a formação social (FS) que a determinou.

Lacan ([1957] 1998; [1964] 1998) postula o inconsciente estruturado como uma linguagem. Desse modo, coloca o estudo psicanalítico dentro da Linguística, na busca da interpretação dos significantes. Como a Linguística está inserida no quadro epistemológico da AD, este estudo do Discurso Jurídico e do Letramento não poderia deixar de abranger a Psicanálise, conforme lição de Lacan ([1954-1955]1987, p 325) “O homem vive num mundo de linguagem, no qual ocorre esse fenômeno que se chama fala. Consideramos que a análise se dá nesse meio aí”.

Língua e psicanálise se entrecruzarão no decorrer desta pesquisa. É de Milner (1987) que retiramos um resumo do papel da Linguística na psicanálise lacaniana:

O fato que haja língua tem a ver com o fato que haja inconsciente, de onde se segue que os mecanismos de uma repetem aqueles do segundo [...] e reciprocamente. Donde se segue mais precisamente que um ponto pode ser definido onde a língua – ao mesmo tempo o fato de que exista, e o fato de que ela tenha tal forma – e o desejo inconsciente se articulam. Este ponto, ao contrário de Freud, Lacan o nomeou: é alíngua – ou, o que é o mesmo conceito: o ser falante, o falaser (MILNER, 1987, p. 42).

Gadet e Pêcheux (2004) associam a alíngua ao equívoco, ao “lugar em que se realiza o retorno do idêntico sob outras formas” (GADET & PÊCHEUX, 2004, p. 55, grifos nossos).

Antes de analisar os textos que fazem parte do *corpus*, cabe lembrar que existe um *dispositivo teórico* de interpretação e um *dispositivo analítico*, sendo que este é construído pelo analista a cada análise.

Cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria [...] Uma análise não é igual à outra porque mobiliza conceitos diferentes (ORLANDI, 1999, p. 27).

“A AD não procura o sentido ‘verdadeiro’, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica” (idem, p. 59). Essa busca fez surgir a necessidade de

construir o dispositivo de interpretação que se inicia na superfície linguística de um discurso que pertence ao *corpus*, segue para a análise dos mecanismos sintáticos e dos funcionamentos enunciativos da língua, o que é chamado, por Pêcheux (1988), de *de-superficialização linguística*, visando a anular o efeito de esquecimento nº 2, que é pré-consciente no nível do imaginário; segue para o *objeto discursivo* (PÊCHEUX, 1988), recaindo sobre o discurso, quando ocorre a análise de um *corpus* de objetos discursivos que funcionam como auto-dicionário, havendo aqui, uma *de-sintagmatização discursiva* (PÊCHEUX, op. cit.), que rompe com a conexidade própria a cada objeto discursivo e que começa a anular o efeito do esquecimento nº 1, chegando-se, finalmente, ao *processo discursivo* (PÊCHEUX, op. cit.).

A tarefa de pesquisa é delimitada no *corpus* de transcrição de audiência e, também, no *corpus* de sentença judicial, e é feita por etapas. Num primeiro momento examinamos, à luz da AD, os textos separadamente, verificando como a História se inscreve em cada um, produzindo sentidos. Numa segunda etapa, comparamos os textos, por meio de recortes, atentando para os elementos que se repetem e para o que muda entre eles, mantendo ou não os sentidos; para a maneira como alguns sentidos são apresentados como evidentes e outros são apagados.

A perspectiva trazida pela metodologia da Análise do Discurso possibilita um novo olhar sobre o discurso do Direito. É o que observaremos a seguir.

1.3.7 A ilusão do discurso do Direito: a lógica que coloca independência do pensamento em relação ao ser

Achamos importante, neste momento, nos deter sobre a divisão dos espaços discursivos feita por Pêcheux (2002) em espaço da “manipulação de significações estabilizadas” e espaço de transformações do sentido tomadas “no relançar indefinido das

interpretações”. Discorreremos sobre elementos que nos levam a situar o discurso do Direito - como discurso científico e que comporta raciocínio lógico - no espaço discursivo logicamente estabilizado, pois ele apresenta um funcionamento que se baseia em questionar “proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc)” (PÊCHEUX, 2002, p. 28), confrontando-as com formulações supostamente equívocas.

Pêcheux (2002, p. 9) se preocupou em refletir sobre a “materialidade da linguagem e da história”, sobre o “equívoco em que se ligam materialmente o inconsciente e a ideologia”. Trouxemos essa reflexão para o discurso do Direito, pois quando aproximamos o “unívoco” dessa ciência às “múltiplas possibilidades de interpretação” (op. cit., p. 8) poderemos compreender o que vem a ser discurso jurídico em oposição ao conceito de discurso do Direito, que se pretende estável logicamente.

Durante a análise dos dados colhidos, buscamos fazer um entrelaçamento entre o discurso de talhe estável (do Direito, da lei) com o discurso de múltiplas significações (discurso jurídico, que comporta a narrativa dos depoentes em audiência), a fim de observar como se dão, num mesmo espaço, da audiência ou de uma sentença, discursos tão dessemelhantes. Pêcheux (2002, p. 29) aponta para uma aproximação entre ambos quando compara o “real” com os “espaços discursivos logicamente estabilizados”, afirmando que no primeiro há “pontos de impossível” (independência do objeto face a qualquer discurso feito a seu respeito). Para o autor, o espaço administrativo (jurídico, econômico ou político) funciona sob uma “lógica disjuntiva” (PÊCHEUX, 2002, p. 30-31) que leva à “proibição de interpretação” e implica o uso de “proposições lógicas (Verdadeiro ou Falso) com interrogações disjuntivas (‘o estado de coisas’ é A ou não-A?)” (idem, p. 31). Esse funcionamento discursivo pode ser observado, por exemplo, em um dos princípios do Direito, que determina ao juiz, ao proferir sua decisão, que se limite à “verdade formal”, àquilo que é trazido ao processo como prova, impedindo que ele se baseie em convicções próprias ou em

fatos que vivenciou para decidir. Outra particularidade do discurso do Direito é a de supor “que todo sujeito falante sabe do que [...] fala” (PÊCHEUX, 2002, p. 31). Lembramos que os depoimentos feitos perante o juiz refletem propriedades previstas na lei, independem da enunciação (a lei determina o que pode ser falado e impõe que o juiz faça recortes nessas falas).

Essas qualidades do discurso do Direito fazem que ele se assemelhe ao real de que fala Pêcheux (op. cit., p. 29, 32), pois levam a uma “independência do objeto face a qualquer discurso feito a seu respeito”; levam a uma “homogeneidade lógica”, uma “falsa aparência de um real natural-social-histórico homogêneo coberto por uma rede de proposições lógicas”.

Essa homogeneidade lógica, embora sempre presente no sujeito, é atravessada por uma série de equívocos. Pêcheux (2002, p. 34-35) denuncia a existência de um “jogo dominação/resistência” do saber, em que, juntamente com as “coisas-a-saber”, é colocada a necessidade da existência de “fronteiras” que sirvam de “reservas de conhecimento acumuladas [...] contra as ameaças de toda espécie”. Ele diz que o Estado e as instituições são “pólos privilegiados de resposta a esta necessidade” (op. cit., p. 34), a fim de assegurar o controle sem risco de interpretação (“auto-leitura científica, sem falha, do real”), assegurando a existência do que chama de uma “ciência régia” supostamente capaz de construir o real físico enquanto processo e, para isso, delimitando o impossível a esse real (PÊCHEUX, 2002, p. 35-38). Dizemos “supostamente” porque Pêcheux (op. cit. p. 39-41) mesmo lembra que, quanto ao real histórico, é impossível que deixe de ser objeto de interpretações divergentes, para ser constituído em processo, devido ao descompasso entre as “coisas-a-saber” e a história, que é estranha à “univocidade lógica” (op. cit. p. 56); “um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos”.

Pêcheux (2002, p. 43-44) explica que práticas de leitura - relacionando “o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito”, com o que é dito “de outro modo”- impedem interpretação. Esse funcionamento discursivo faz parte da estrutura da ciência do Direito: o rito da audiência é regulado pela lei detalhadamente, no intuito de eliminar a ambiguidade, evitando “o próprio da língua através do papel do equívoco, da elipse, da falta” (op. cit. p. 49). Isso faz com que o próprio da língua apareça com uma divisão: o espaço da “manipulação de significações estabilizadas” e o de “transformações do sentido” (PÊCHEUX, 2002, p. 51), numa tentativa de fechar o sentido na ideologia dominante e de ignorar o equívoco da língua, de que:

todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...] [e] todo enunciado é [...] linguisticamente descritível como uma série [...] de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação (PÊCHEUX, 2002, p. 53).

Quando atentamos para os depoimentos narrados ao juiz, podemos perceber o fato de que a descrição dá lugar à interpretação ao colocar em jogo o “discurso-outro”, que marca a “insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio *princípio do real sócio-histórico*” (PÊCHEUX, 2002, p. 55). Afirma Pêcheux que

é porque há o *outro* nas sociedades e na história [...] que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em rede de significantes” (PÊCHEUX, 2002, p. 54).

Para o autor (PÊCHEUX, 2002, p. 55), embora haja o “fantasma da ciência régia” que negue o equívoco para trazer a ilusão de que sempre se pode saber do que se fala, que tente apagar acontecimento por meio de “uma sobreinterpretação antecipadora”; sempre haverá, no discurso, uma

agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma ‘infelicidade’[...] sobre o *outro*, objeto da identificação (PÊCHEUX, 2002, p. 57, grifos do autor).

Existe uma “sobreinterpretação antecipadora” do discurso do Direito quando este dita o que “deve ser”; isso o liga intimamente à ideologia, pois, segundo sustenta Pêcheux (1988, p. 124), o “funcionamento lógico-linguístico” acoberta a descontinuidade entre ciência e ideologias, na ideia de “uma ‘ciência de todo e qualquer objeto’, para a qual só existiriam *relações pensadas*, esvaziadas do todo ‘ser’” (idem, p. 126, grifo do autor).

A lógica torna-se assim o núcleo da “ciência” com – simultaneamente – o necessário engano idealista que coloca *a independência do pensamento em relação ao ser*, na medida em que toda designação sintaticamente correta constrói um “objeto” [...] de pensamento, isto é uma ficção lógica reconhecida como tal (PÊCHEUX, 1988, p. 126, grifos do autor).

A essa prática discursiva que pretende um apagamento da situação por uma via que leva o sujeito a pensar por meio de conceitos, Michel Pêcheux (1988, p. 127) dá o nome de “*mito continuísta empírico-subjetivista*”, cujo funcionamento será explicado no item seguinte.

1.3.8 O efeito de recobrimento ideológico do discurso do Direito na enunciação do sujeito

Já mencionamos que, para defender um direito seu, o sujeito deve buscar solução por meio da atuação do Poder Judiciário, pois a lei proíbe que se faça justiça pelas próprias mãos. Ao reconhecer-se como “autor” ou “réu” ou “testemunha” de determinado processo em curso na justiça, o que está em jogo é a “*identificação*” pela qual o sujeito “se reconhece”

como tal (PÊCHEUX, 1988, p. 117). Existe um processo em que “o imaginário [...] mascara radicalmente qualquer descontinuidade epistemológica” (op. cit., p. 128). O sujeito não se dá conta de que se identifica não com uma “ideia” de que é “autor”, “réu”, “testemunha”, mas com uma “força material” (PÊCHEUX, 1988, p. 129), que o constitui em sujeito.

O funcionamento das representações e do “pensamento” nos processos discursivos, para Pêcheux (op. cit., p. 125), parte da ideia de que há “o efeito ideológico ‘sujeito’” e não um “‘sujeito’ ideológico como ‘sempre-já dado’”. Para Pêcheux a “*subjetividade*, a *discursividade*, e a *descontinuidade ciências/ideologias*” são regiões interligadas.

Sejamos precisos: o que o idealismo impossibilita compreender é, antes de tudo, a *prática política* e, igualmente, a *prática de produção dos conhecimentos* (assim como, por outro lado, a *prática pedagógica*), ou seja, precisamente, as diferentes formas pelas quais a “necessidade cega” (Engels) se torna *necessidade pensada e modelada como necessidade* (PÊCHEUX, 1988, p. 131, grifos do autor).

Para explicar o processo de interpelação em que o indivíduo se constitui em sujeito, utilizaremos a “teoria não-subjetivista da subjetividade” de Pêcheux, em que os

processos de “imposição-dissimulação” que constituem o sujeito, “situando-o” (significando para ele *o que ele é*) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa “situação” (esse *assujeitamento*) pela ilusão de autonomia constitutiva do sujeito, de modo que o sujeito “funcione por si mesmo” [...]: a relação entre *inconsciente* [...] e *ideologia* [...] *começa* [...] a ser esclarecida [...] pela tese fundamental [em que] *a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos: [...] o indivíduo é interpelado como sujeito [livre] para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto [livremente] sua submissão* (PÊCHEUX, 1988, p. 133, grifos do autor).

Neste item fazemos uma exposição crítica do funcionamento ideológico do discurso do Direito, a fim de, como diz Zizek (1999, p. 10), “discernir a necessidade oculta, naquilo que se manifesta como mera contingência”.

A constituição do sujeito relaciona ideologia e inconsciente (teoria materialista de Pêcheux). Neste item nos ocupamos do sujeito ideológico e, mais adiante, falaremos sobre a constituição do sujeito do inconsciente a ele articulado. Nosso ponto de partida para explicitar a subjetividade não-subjetiva, de que fala Pêcheux, é a teoria materialista (PÊCHEUX 1988, p. 143-180). Quando o autor afirma que as ideologias não são feitas de ideias, mas de práticas, explica que os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) (ALTHUSSER, 1999, p. 105-142) não reproduzem a Ideologia sob a forma geral, mas a ideologia da classe dominante (esta tem nos AIE “seu lugar e seu meio de realização”, a fim de tornar-se dominante). Os AIE constituem “simultânea e contraditoriamente, o *lugar* e as *condições ideológicas* da transformação das relações de produção”, de modo a formar um “conjunto complexo [...], com relações de contradição-desigualdade-subordinação entre seus elementos” (PÊCHEUX, 1988, p. 145). Esses AIE, para o autor (op. cit., p. 146), abrigam a “instância ideológica” sob “a forma de *formações ideológicas*” (FI), ou seja, “os ‘objetos’ ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a ‘maneira de se servir deles’ – seu sentido”.

A objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com dominante” das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes (PÊCHEUX, 1988, p. 147).

Ressaltamos que a contradição abrigada pelos AIE não pode ser pensada como “oposição de duas forças [...] *em um mesmo espaço*”; essa luta não é “*simétrica*”; existe “uma evidência anterior à luta [...] a existência *da sociedade (com ‘o Estado’ acima dela), como espaço, como terreno dessa luta*”, dissimulando a relação de classes, “de modo que a sociedade, o Estado e os sujeitos de direito (livres e iguais em direito no modo de produção capitalista) são produzidos-reproduzidos como ‘evidências naturais’” (PÊCHEUX, 1988, p. 147-148, grifos do autor). Essa suposta igualdade entre os sujeitos é a base das relações jurídicas e leva à percepção de que “toda produção social do homem seja produção de um

sujeito de direito” (EDELMAN, 1980, p. 126). As leis que asseguram o funcionamento da democracia são leis da “liberdade e da igualdade”, são as “leis de um processo que se fecha em si mesmo”; um processo em que a ideologia burguesa e a ideologia jurídica se encontram no terreno da circulação, “no terreno do valor de troca e de suas determinações” (op. cit., p. 126-127).

Partindo do pressuposto de que os AIE são condição ideológica para que haja “reprodução-transformação das relações de produção” (PÊCHEUX 1988, p. 151) podemos pensar, com Pêcheux (op. cit. p. 149), a categoria *sujeito* como constitutiva da ideologia; pensar as *ideologias* como tendo história própria e, por fim, pensar Ideologia em geral como uma “estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não-histórica” (PÊCHEUX, 1988, p. 151-152).

Pêcheux (1988, p. 152-154) denomina “estruturas-funcionamento” as categorias “*ideologia e inconsciente*” e afirma que têm a característica de “dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências* ‘*subjetivas*’, em que se constitui o sujeito”. Da evidência de existência espontânea do sujeito (como origem ou causa de si), “evidência de que vocês e eu somos sujeitos”, Pêcheux aproxima outra “evidência”, a “evidência do sentido”. Assim, ele constrói a teoria materialista do discurso, em que: “a questão da *constituição do sentido* junta-se à da *constituição do sujeito*, e não de um modo marginal [...] mas no interior da própria ‘tese central’, na figura da *interpelação*” (op. cit. p. 154, grifos do autor). Por meio do conceito de *interpelação*, o autor (PÊCHEUX, 1988, p. 154) vincula o aparelho repressivo do Estado (jurídico-político que controla as identidades) aos aparelhos ideológicos de Estado. Nessa tese de Pêcheux (idem) existe vinculação entre “*sujeito de direito*” e “*sujeito ideológico*”, mostrando que “*se fala ao sujeito, antes de que o sujeito possa dizer: ‘Eu falo’*”.

Conforme mencionamos anteriormente, para a Análise do Discurso pècheutiana, a ciência do Direito não é “neutra”; deve ser enxergada sob uma perspectiva epistemológica, que vai além da ideia da transparência e do idealismo jurídico. Pêcheux (1988) entende o Direito como modo de reprodução de um funcionamento social que reproduz o Estado, e que, ao mesmo tempo, quer ser visto desvinculado dos fenômenos sociais. Para ele, os fenômenos sociais não se explicam no plano político ou ideológico, mas têm origem numa causalidade estrutural, fazendo inconsciente e ideologia dissimularem sua própria existência dentro do jogo ideológico dos discursos.

As relações jurídico-ideológicas, segundo Pêcheux (1988, p. 159, grifos do autor), deram origem à “*ideologia jurídica do sujeito*”, conceito em que se pode encontrar “uma nova forma de assujeitamento, a forma *plenamente visível da autonomia*”. A ideologia, dissimulada através do “uso” e do “hábito”, determina “*o que é*” e “*o que deve ser*” fornecendo “evidências [...] que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram [...] sob a ideia da ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados” (PÊCHEUX, 1988, p. 160, grifos do autor). Podemos afirmar que o sujeito de direito é constituído na ocasião em que o aparato do Estado (Poder Judiciário como AIE) impõe o “jurídico” como “manifestação real da ideologia jurídica”, ou seja, quando, pela coação, impõe a ideologia jurídica, e a “ideologia jurídica, em reciprocidade, justifica a coação” (EDELMAN, 1980, p. 129).

As relações sociais jurídico-ideológicas, ligadas à construção da “ideologia jurídica do Sujeito” (PÊCHEUX, 1988, grifos do autor) têm “Sujeito” com “S” maiúsculo para designar o “Sujeito universal” (PÊCHEUX, 1988, p. 166), “Sujeito da Ideologia”, resultante de um processo nocional-ideológico que evoca no sujeito o pensamento de que “todo mundo sabe que...”, “é claro que...” de modo a constituir o sujeito (“s” minúsculo) sob a “forma *plenamente visível da autonomia*”. Esse Sujeito ideológico funciona sob o futuro

subjuntivo da lei jurídica “aquele que causar um dano...” (op. cit. p. 159) e “sempre encontra um ‘jeito de agarrar alguém’, uma ‘singularidade’ à qual aplicar sua ‘universalidade’”, produzindo o sujeito sob a forma *sujeito de direito*, constituído sob “a evidência da constatação que veicula e mascara a ‘norma’ identificadora”.

No evento de uma audiência esse processo funciona, por exemplo, do seguinte modo: a lei (Código de Processo Civil) diz quem é parte no processo e o que é esperado dela; o indivíduo, por sua vez, assume a posição-sujeito de parte ao buscar, do Poder Judiciário, a solução para sua questão. Diz o Código de Processo Civil (CPC):

Art. 14. São deveres das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo: [\(Redação dada pela Lei nº 10.358, de 27.12.2001\)](#)

I - expor os fatos em juízo conforme a verdade;

II - proceder com lealdade e boa-fé;

III - não formular pretensões, nem alegar defesa, cientes de que são destituídas de fundamento;

IV - não produzir provas, nem praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou defesa do direito.

V - cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final. [\(Incluído pela Lei nº 10.358, de 27.12.2001\)](#)

Parágrafo único. Ressalvados os advogados que se sujeitam exclusivamente aos estatutos da OAB, a violação do disposto no inciso V deste artigo constitui ato atentatório ao exercício da jurisdição, podendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar ao responsável multa em montante a ser fixado de acordo com a gravidade da conduta e não superior a vinte por cento do valor da causa; não sendo paga no prazo estabelecido, contado do trânsito em julgado da decisão final da causa, a multa será inscrita sempre como dívida ativa da União ou do Estado. [\(Incluído pela Lei nº 10.358, de 27.12.2001\)](#) (BRASIL, 2012).

A universalidade da forma Sujeito está descrita na lei: a parte não pode formular pretensões sem fundamento, não pode praticar atos “inúteis” à defesa do direito. Essa “evidência” de quem é parte será aplicada a alguém sob a forma da “autonomia plena”. Sob o processo de interpelação o AIE (Poder Judiciário como aplicador da lei) vincula o Sujeito (sujeito ideológico descrito no recorte de lei acima), àquilo que “deve ser feito” e àquilo que “deve ser falado” numa audiência, antes que o sujeito (“s” minúsculo) possa dizer “eu falo”

(PÊCHEUX, 1988, p. 154). A “forma plena da autonomia” a que nos referimos se revela no fato de que o indivíduo - concebido dentro de uma coletividade e que, sob as imposições da lei, falaria as mesmas coisas sob as mesmas determinações da lei - é constituído em sujeito e tem a ilusão de que é único (há *identificação* com uma formação discursiva – FD - e ele é constituído sob dois esquecimentos: pensa ser a origem do dizer e pensa que só pode falar daquela maneira e não de outra). A respeito desse processo de identificação, Pêcheux acrescenta

uma última precisão a propósito do termo identificação: o fato de que a evidência do sentido [...] seja estritamente contemporânea à interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se exprime [...] por sua identificação com a formação discursiva que o domina, onde ele se encontra “encravado” na condição de sujeito – e esse “encravamento” se desloca juntamente com a própria dominância no decorrer da “formação” do sujeito. Trata-se, pois, de uma *identificação imaginária* que diz respeito à “gênese do ego”, ao ajustamento sempre inacabado do sujeito consigo mesmo [...] à sua identificação com os traços do objeto na representação que o sujeito “possui” desse objeto (PÊCHEUX, 1988, p. 265, grifos do autor).

Pêcheux (1988, p. 163 e 183) compreende o idealismo como o “funcionamento espontâneo da *forma-sujeito*”, sendo esta a “forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” e observa que “o sujeito se constitui pelo esquecimento”, ou seja, pelo “acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito”, assim “não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao *Outro*, ou ao *Sujeito*, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito *sob a forma da autonomia*”, “isto é, através da estrutura discursiva da forma-sujeito” (PÊCHEUX, 1988, p. 164, grifos do autor). Essa forma-sujeito realiza a “incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura encontra aqui *um de seus fundamentos*” (op. cit., p. 167, grifos do autor). Para Pêcheux (op. cit., p. 179-180) a “forma-sujeito” é um efeito das “condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção”.

A noção de *sujeito ideológico* é “ponto de partida” (PÊCHEUX, 1988, p. 130) de uma subjetividade que aparece como origem, como algo “sempre já-dado” (teoria “não-subjetivista” da subjetividade de Pêcheux) (op. cit., p. 131). Safouan (1968, *apud* PÊCHEUX, 1988, p. 265), afirma que a questão do sujeito está ligada à questão da identidade (fundamento da imputação e da responsabilidade) e que “a interpelação é, simultaneamente, ideológica e jurídica” e se efetua na “imbricação dos aparelhos ideológicos e do aparelho repressivo (jurídico-político) de Estado” (op. cit., p. 265-266).

Carvalho (2008, p. 101) lembra que a tese principal do livro *Semântica e Discurso* (PÊCHEUX, 1988) é a de que a “interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina”. Esse processo compreende o fato de que o “efeito de sentido não preexiste à formação discursiva na qual ele se constitui”; a produção de sentido integra a interpelação do indivíduo em sujeito (PÊCHEUX, 1988, p. 261), como veremos a seguir.

1.3.9 A tragicidade do sujeito do discurso³⁸

Até o momento, falamos em sujeitos interpelados por sua identificação à formação discursiva dominante. Parece haver algo trágico nesse raciocínio, pois o sujeito, como podemos observar até aqui, carrega um “trabalho do impensado no pensamento” (PÊCHEUX, 1988, p. 194) do qual parece não poder escapar. Ele se acredita autônomo e livre, porém tem sua liberdade emaranhada nas determinações econômicas ou sociais (FOUCAULT *s.d.*, *apud* NICOLAZZI, 2011).

³⁸ MONTE-SERRAT, D., Palestra “A tragicidade do sujeito do discurso” proferida na Mesa-Redonda “O trágico nas Ciências Humanas” da II Jornada AD-Interfaces “*Os discursos sobre o trágico na contemporaneidade*”, em 20 de outubro de 2011, FFCLRP-USP.

Essa tragicidade não diz respeito ao indivíduo, mas diz respeito à constituição do sujeito no confronto com um poder de instância maior, que impõe sutilmente as “estruturas ideológicas da racionalidade” (PÊCHEUX, [1982] 2011, p. 118); impõe a ocupação de posições e funções nos discursos (FOUCAULT, 1969, p. 261); faz com que o sujeito deixe de ser o “motor da história” para ser, assujeitado a “sutis e ininterruptos mecanismos de controle e vigilância” (FOUCAULT, 1976, p. 135). Esse processo de constituição do sujeito leva à reprodução de sentidos, de modo que as significações sejam manipuladas para que o caráter oscilante do sentido permaneça fechado na ideologia dominante, reproduzindo uma “evidência descritiva” (PÊCHEUX, 1988, p. 295).

Temos, até aqui, dois pontos de vista sobre o sujeito do discurso: um que já é dado pela ciência, o impossível de uma “‘forma-sujeito’ tomada na História como ‘processo sem Sujeito nem Fim’” (PÊCHEUX, 1988, p. 302), tomado como “evidência descritiva” da história; e outro, que pode ser percebido no “estranho ruído” da repetição dessa “evidência descritiva” - o sujeito que se constitui no discurso, na enunciação determinada por lugares sociais que ocupa e oferece resistência ao destino trágico imposto pelo idealismo. Há a possibilidade de revolta que “se sustenta na divisão do sujeito, inscrita no simbólico” (PÊCHEUX, 1988, p. 302) e permite que este (sujeito) fuja das “malhas redutoras” que fazem da sociedade uma “unidade coerente” (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 44-46).

Quando se propõe a estudar o discurso, Pêcheux (1988, p. 119-125) não ignora que existe uma “eficácia material do imaginário” nas supostas evidências da semântica que levam o sujeito a “se reconhecer” como homem (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 44-48). O dilema lógico que impera nos discursos sob a forma da disjunção exclusiva “ou...ou”, faz parecer que há duas opções: o sentido literal, “sentido dominante que se institucionaliza como produto da história” (ORLANDI, 1987, p. 144) e outros sentidos supostamente marginais. O funcionamento disjuntivo aprisiona o sujeito ao sentido dominante, sustenta a tragicidade do

sujeito aprisionando-o ao sentido literal e produzindo um apagamento dos outros sentidos possíveis. Pêcheux (1988, p. 127) chama de “mito continuísta empírico-subjetivista”, esse processo de “apagamento progressivo da situação por uma via que leva diretamente ao sujeito universal, situado em toda parte e em lugar nenhum, e que pensa por meio de conceitos”.

O sujeito contemporâneo está assujeitado à língua, considerada como um “campo de forças” em que são constituídos os processos ideológicos (PÊCHEUX, [1982]2011, p. 119) que excluem aquilo que é particular, individual, para, em seu lugar, estabelecer o universal indeterminado (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 50). O sujeito se inscreve nos “‘jogos de linguagem’ [...] dos sentidos e dos paradoxos da enunciação” (ibidem) quando ocupa o espaço administrativo, jurídico, econômico, político. Ele não percebe que está sob o “gesto fundador do ideológico”, que o subordina incondicionalmente (HAUG, 1980, *apud* ZIZEK, 1996, p. 19). Colocado sob a imposição do funcionamento discursivo “lógico-disjuntivo” (*ou...ou*), o sujeito não se dá conta de que lhe é imposto um *a priori* em seu gesto de interpretar (PÊCHEUX, 2002, p. 29-32) e se constitui em espaços discursivos “logicamente estabilizados”, que trazem a impressão de um mundo “semanticamente normal” (idem).

A teoria da Análise do Discurso (AD) (PÊCHEUX, 1988) põe em destaque o papel central e organizador do conceito de Ideologia, compreendida como lugar de junção da *constituição do sentido* com a *constituição do sujeito*, para observar a compulsão à repetição que a ideologia comporta. Essa repetição provocada pelas ciências sociais retira dos indivíduos a capacidade de refletir sobre suas condições de existência, possibilidades de escolha e sobre sua resistência; recalca as noções de sentimentos, sensibilidades e bens subjetivos, por medo de não saber trabalhar sobre a complexidade de objetos que nascem do intangível (HAROCHE, 2003).

Existe, na estrutura das formas linguísticas, uma “ausência” trabalhando nas “relações de dominação/resistência” (ZOPPI-FONTANA, 2005), pois é na língua que se “inscreve a eficácia omni-histórica da ideologia” (PÊCHEUX, 1982, p. 8). Os processos de reprodução ideológica produzem o sentido supostamente evidente e constituem o sujeito como origem de si mesmo, de seu pensamento (PÊCHEUX, 1988). A eficácia da ideologia se relaciona ao fato de permanecer oculta, sob a estratégia da referência a alguma evidência (ZIZEK, 1996, p. 13), e sua função é a de estruturar antecipadamente a nossa percepção da realidade, tornando-a “indiscernível de sua imagem ‘esteticizada’” (idem, p. 21).

Zoppi-Fontana (2005, p. 55-56) chama de malditos os textos de Pêcheux que reviram o ponto em que a semântica toca na política e mostram a resistência do “sujeito ardente” à tragicidade do esforço das “máquinas de classificar” em aprisioná-lo, enquadrá-lo numa identidade previsível “do discurso administrativo, do direito, do consenso, do jogo democrático, das liberdades individuais, do livre mercado, da guerra preventiva, da produtividade acadêmica”; “identificações individualistas e universalizantes que fazem do sujeito mero suporte biológico de deveres e direitos”.

Pêcheux tenta modificar a prática das Ciências Sociais quando estabelece uma relação entre o simbólico e o político para estudar os sentidos. Explica que a linguagem é materializada na ideologia e a ideologia se manifesta na linguagem (ORLANDI, 2005, p. 10). Descentraliza o conceito de subjetividade e critica “a evidência do sentido e o sujeito intencional que estaria na origem do sentido” (op. cit., p. 11). Ao relacionar linguagem e exterioridade, ligar o dizer às suas condições de produção, Pêcheux dá novo suporte teórico para a ideologia. Define o interdiscurso (relação linguagem/exterioridade) como “memória discursiva, o já-dito que torna possível todo o dizer”; “um saber discursivo [...] que produz seus efeitos por intermédio da ideologia e do inconsciente” (ORLANDI, 2005, p. 11), como algo que significa antes, em outro lugar e independentemente (PÊCHEUX, 1988).

O não-sentido, a “verdade abaixo de toda verdade”, “faz a palavra literária comprometer, transgredir, subverter os códigos instituídos da língua”, de modo que a palavra se desdobre, acrescente um suplemento mudo que enuncia silenciosamente (FOUCAULT, 1997, *apud* MACHADO, 2011, p. 46-51).

A tensão entre o sentido e o não-sentido faz da Análise do Discurso uma “disciplina maldita”, divisor de águas entre as diversas abordagens discursivas (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 51). O fato de a Análise do Discurso (AD) ter a Ideologia como um conceito estrutural, leva a compreender o homem como um “animal ideológico” em quem a transparência do sentido se realiza por meio da interpelação ideológica, que constitui sujeito e sentido. Embora essa interpelação mascare o caráter material do sentido (ZOPPI-FONTANA, 2005), Pêcheux (1988, p. 255) coloca a possibilidade de resistência e revolta dentro do processo de assujeitamento, pois, para ele, a ideologia existe sob o aspecto da “da divisão, ela só se realiza na contradição”.

Para a Análise do Discurso (PÊCHEUX, 1982) não existe uma “máquina discursiva de assujeitamento” porque os discursos são afetados por determinações inconscientes; existe a possibilidade de uma “desestruturação-estruturação” nas filiações sócio-históricas dos discursos. O deslocamento ideológico, o imprevisível, interrompe a perpetuação das repetições do ritual ideológico.

O sujeito pode se assujeitar, se identificar, com uma formação discursiva, que lhe fornece a evidência de um sentido; mas pode rejeitar a evidência de sentido. A “desidentificação” do sujeito corresponde (PÊCHEUX, 1988, p. 217), ao fato de que os conceitos científicos não têm “um só sentido” no funcionamento do discurso. Quando ocorre a “desidentificação” do sujeito ocorre o “desarranjo-rearranjo” das formações ideológicas e das formações discursivas.

A contribuição teórica de Pêcheux está em unir inconsciente e ideologia, relacionando esta última ao conceito lacaniano de “Significante Mestre” (LACAN, 1992b), que representa “‘a dimensão verdadeiramente essencial’ sobre a qual não é preciso fazer nenhuma afirmação positiva”, o “significante sem significado” (ZIZEK, 1996, p. 22). Esse Significante Mestre, S1 para Lacan, é retirado do grande Outro e é um princípio de homogeneização de socialização (SOLER, 2011). Quando Pêcheux introduz o discurso como algo em cujo funcionamento opera inconsciente e ideologia, articula na língua, como base material do discurso, a individualidade do sujeito e a natureza social de sua existência; lugar onde os mecanismos linguísticos produzem “as ilusões que colocam o sujeito no centro e origem de seus pensamentos e de suas intenções” (ALCALÁ, 2005, p. 16). A teoria da Análise do Discurso toma a linguagem sob a ideia de “descontinuidade, de não-coincidência entre a ordem natural e a ordem humana”. Reelabora a noção da ideologia conceituando-a como “trabalho simbólico-e-político” que opera na/pela língua e cuja eficácia provém do fato de funcionar pela ordem do inconsciente, recalcando a instância política, como se a sociedade fosse um “mero sistema em funcionamento” (ALCALÁ, 2005, p. 17-18).

Considerar que os sentidos não emanam das coisas do mundo faz compreender que “a passagem entre a ordem natural e a ordem humana não [é] direta, transparente nem homogênea” (ALCALÁ, 2005, p. 19); faz compreender a existência do “caráter político [...] histórico e contingente dos mecanismos que regulam a vida social” (op. cit., p. 20). O triplo registro - história, língua e inconsciente –, elaborado por Pêcheux (1988), para confrontar com o “mito omni-eficiente do sujeito psicológico” (GREGOLIN, 2005, p. 10), traz à tona o paradoxo em que o sujeito, sob o assujeitamento ideológico, é pensado dentro da ilusão de “estrategista, consciente, racional e lógico-operatório” (GREGOLIN, 2005, p. 10).

Pêcheux nos faz duvidar do sentido supostamente único e transparente, e nos faz refletir sobre a existência de “processos ideologicamente heterogêneos, contraditórios,

assimétricos e deslocadores”, que fazem emergir diferentes acontecimentos, novos sentidos, cujas fronteiras são provisórias e “sem demarcações *a priori*”; que pressupõem a “Ordem do Significante, o registro do simbólico, que aponta para a perpetuação do inconsciente” (PÊCHEUX, [1982]2011, p. 118).

A perspectiva da psicanálise na Análise do Discurso nos faz ver o sujeito sob a dimensão de efeito do significante (LACAN, [1972-1973]1985); nos leva a concluir que a subjetividade é um lugar que cumpre dupla função: a de evidenciar o assujeitamento e a de evidenciar a subversão deste. A manifestação do inconsciente abre oportunidade para que surja algo novo; o inconsciente “faz jogar sem cessar a ruptura entre os conceitos e a linguagem que os encena” (LEITE, 2005, p. 79); produz “continuamente uma formidável disjunção [...] entre a língua e o processo de conceitualização” (REY, 1981, p. 159). Essa dupla função da subjetividade apontada pela psicanálise delinea a economia simbólica, de modo que, de tempos em tempos, sejamos capazes “de romper o círculo vicioso que gera o fechamento ‘totalitário’” (ZIZEK, 1996, p. 34).

“O discurso da ciência sustenta o mote de que ‘tudo é possível’”, sustenta a “ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha” (PÊCHEUX, 1988, p. 300). No entanto, precisamos pensar que “a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia” (idem, p. 301), que o “*non-sens* do inconsciente” nunca é “inteiramente recoberto nem obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido”, pois ambos “não são sucessivos [...] mas estão inscritos na simultaneidade de um batimento, de uma ‘pulsção’ pela qual o *non-sens* do inconsciente não pára de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar” (idem, p. 300).

É “na pulsção sentido/*non-sens* do sujeito dividido” que propomos a interrupção do destino trágico do sujeito capturado pela interpelação ideológica; momento em que “o ‘sentido’ é produzido no ‘*non-sens*’ pelo deslizamento sem origem do significante”; momento

em que surgem falhas no ritual, em que surge “uma palavra por outra”, em que surge algo “de outra ordem” que vem infectar a ideologia dominante (PÊCHEUX, 1988, p. 301). Tentaremos descrever essa “pulsção” nas formações discursivas segundo a teoria do discurso de Pêcheux.

1.3.10 A constituição do sujeito na formação discursiva

A constituição do sujeito a que denominamos jurídico se dá, segundo a Análise do Discurso (PÊCHEUX, 1988, p. 130), na enunciação, pois este não é algo pronto, dado de antemão (como o é o sujeito de direito, sujeito do enunciado, descrito de antemão pela lei). O sujeito da enunciação é um sujeito dividido, inscrito no simbólico (op. cit., p. 302) e, por esses motivos, não está preso ao trágico destino de se conformar à ideologia dominante.

Ensina Pêcheux que

um efeito de sentido não preexiste à formação discursiva na qual ele se constitui. A produção de sentido é parte integrante da interpelação do indivíduo em sujeito, na medida em que, entre outras determinações, o sujeito é “produzido como causa de si” na forma-sujeito do discurso, sob o efeito do interdiscurso (PÊCHEUX, 1988, p. 261, grifos do autor).

Quando o sujeito é interpelado, se identifica com a formação discursiva que o domina, produzindo, nesse processo, um sentido como evidente. A formação discursiva (FD) é “o lugar provisório onde as relações metafóricas tendem a se estabilizar em um determinado momento histórico” (CARVALHO, 2008, p. 102). Ocorre que nem sempre a interpelação é perfeita, ou seja, sem falhas na produção de um sentido supostamente evidente. Há algo que manca nesse processo de interpelação e tentaremos explicar como esse “manquejar” se desenvolve na cadeia discursiva.

Embora Pêcheux não tenha tratado do sujeito do inconsciente em sua teoria do discurso (PLON, 2012), ele afirma que é preciso pensar a ideologia levando em conta o registro do inconsciente (PÊCHEUX, 1988, p. 301). A ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia (op. cit., p. 300-301), e o sentido é produzido pelo “pelo deslizamento sem origem no significante”, de modo que esse deslizamento deixa “traços no sujeito-ego da ‘forma-sujeito’”, rompendo a transparência do sentido, tornando-se um tropeço à formação ideológica dominante.

Carvalho (2008) lembra que Pêcheux (op. cit., p. 299), ao fazer retificação em sua teoria, afirma que a sintaxe prende-se ao eu do enunciado e que essa operação encobre o eu da enunciação, e que não se pode confundir “sujeito” com o “eu” da “forma-sujeito da ideologia jurídica”, pois o “sujeito” introduz a hipótese do inconsciente, “a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura” (PÊCHEUX, 1988, p. 300). É a partir do raciocínio de que inconsciente e ideologia não coincidem, que Carvalho (2008, p. 124) propõe “pensar o sujeito como *causa* do que falha na linguagem e não apenas como *efeito* de linguagem”.

Maldidier (2003, *apud* PLON, 2012, p. 5) lembra que o que é teorizado sob a palavra *discurso* são as ideias simples e insuportáveis de que: o sujeito não é a fonte do sentido; o sentido se forma na história através do trabalho da memória, no incessante retorno do já dito; o sentido escapa sempre. Segundo Plon (op. cit. p. 5, 7) é devido a Pêcheux que podemos associar a ideia de *discurso* não a uma evidência empírica, mas a uma forma de resistência intelectual à tentação pragmática e, se algo falha, é porque existe um raciocínio defeituoso em relação a uma regra; para ele (op. cit., p. 9 e 16-17), o que falha não está no materialismo histórico, mas na ligação entre “eu” e “sujeito”, confundindo este último com “forma-sujeito”, por se levar exageradamente a sério o poder unificador da consciência.

Segundo Plon (op. cit., p. 20) o valor da contribuição de Pêcheux está na reflexão sobre uma política que leve em conta as incoerências inevitáveis, as falhas da subjetividade. É nessa falha, que o discurso da ciência tenta “suturar”, que identificamos a constituição do sujeito jurídico. Quando há discordância deste com o sujeito de direito há “acontecimento” (PÊCHEUX, 2002) na formação discursiva, há um dizer, na enunciação, que vai além daquilo que se diz no enunciado.

Reproduzimos um recorte de falas em uma audiência (abaixo) a fim de observar a “sutura” que o discurso do Direito, ao constituir o sujeito de direito, faz no discurso jurídico, lugar de constituição do sujeito jurídico.

J: Seu (*omissis*) naquele dia o senhor foi chamado por uma ... um desentendimento que tava ocorrendo na residência de uma pessoa ... quando o senhor chegou já havia com relação aos danos do veículo já havia sido ... já já já tinha acontecido ou o senhor chegou a presenciar alguma coisa?

TA2: Não senhor ... eu cheguei no local como chamado como o senhor já informou ... havia tido uma discussão ali entre duas famílias vamos dizer assim né? E envolvendo a:: não sei se seria a guarda ou posse de uma criança aí ... como seria dizer né? ... E ambas as partes reclamando de cada uma, né? ... Uma delas que seria a senhora que está aqui reclamava que o seu ex-marido estaria armado e tal ... o colega num sei se foi eu ou o colega demos uma olhada no veículo não havia arma ... aí o rapaz reclamou que ... o irmão dessa ... dessa senhora havia danificado o seu veículo através de chutes etc. E::

(vide ANEXO C, transcrição da audiência 4, de 20/01/09, linhas 252-263, p.360).

Podemos observar o Juiz (J) interrogando uma testemunha (TA2) sobre danos causados em um veículo. Ao responder, TA2 diz: “havia tido uma discussão ali entre duas famílias *vamos dizer assim né?* E envolvendo a:: *não sei se seria a guarda ou posse de uma criança aí ... como seria dizer né?*”. As expressões por nós grifadas correspondem a um sujeito jurídico se constituindo na enunciação e, ao mesmo tempo, tentando se inserir na formação discursiva (FD) do sujeito de direito, ou seja, na formação discursiva “esperada” ou prevista pelo discurso do Direito para alguém que ocupe a posição-sujeito de testemunha em um processo perante o Poder Judiciário. Há discordância entre dizer “havia tido uma discussão ali entre duas famílias” e “vamos dizer assim, né?”. Esta última expressão traz um

acontecimento na formação discursiva dominante fazendo disso um ponto privilegiado no discurso como um dizer que vai além do que foi dito.

Podemos afirmar que nesse caso houve uma “interpelação às avessas” (PÊCHEUX, 1988) em que há discordância entre o que foi dito por TA2 e o que se pode “ouvir”, reconfigurando o que foi dito. Emerge um sujeito indeterminado (sujeito jurídico, opaco) no lugar do sujeito de direito determinado (sujeito previsível que ocuparia a posição-sujeito de testemunha e assujeitado à formação discursiva dominante do discurso do Direito). Esse sujeito jurídico de que estamos falando não é anterior à enunciação. Por esse motivo deve ser apreendido na retroação da enunciação em relação ao enunciado da lei (que prevê o papel do sujeito na posição-sujeito testemunha).

Num outro exemplo de processo de interpelação do sujeito pelo discurso do Direito, podemos observar o juiz de direito tentando colocar sua decisão em estrutura de poesia sob o efeito de pré-construído da lei. A “poesia”, no entanto, não traz aquilo que Lacan ([1964-1965]2006, p. 47) denomina “experiência poética”, justamente pelo fato de o juiz encontrar-se “encravado” (CARVALHO, 2008, p. 103), em sua enuciação, na formação discursiva que o domina (a lei impõe o raciocínio lógico, sentido único). Vejamos o recorte de sentença com estrutura de poesia:

[...] Recebidos os embargos, manifestou-se a embargada a fls. 21/22 e pela regularidade da execução, aduzindo cumprimento de formalidades e, portanto, requereu o afastamento do incidente.

Com posteriores manifestações das partes, requisitado o procedimento administrativo e em apenso.

É o relatório.

DECIDO.

Antecipo o julgamento e por dispensável maior dilação probatória.

Embargante, empresa loteadora.

Cuidou de loteamento no município.

Utilizou máquinas e homens da municipalidade e em obras de implantação do loteamento.

Horas trabalhadas e prestadas.

Despesas ocorridas.

Preços apurados.

Previsão de utilização [...] (vide ANEXO C, Sentença 2, p. 386)

O recorte acima não apresenta o “charme do texto poético” (LACAN, 1964-1965, p. 47), que indicaria tratar-se de outra dimensão, a dimensão do simbólico cuja “superfície” apresenta “cada ponto” com “um direito e um avesso” (op. cit. p. 47), como explica Lacan:

Quando lhes digo o significante é alguma coisa estruturada sobre o modelo da dita superfície de Moebius³⁹, é o que isso quer dizer, a saber, que é sobre a mesma face, constituindo tudo direito e avesso, que podemos encontrar o material. O material que, aqui, se acha estruturado pela oposição fonemática é alguma coisa que não se traduz, mas que passa, que passa de um significante a outro, em seu funcionamento, no funcionamento qualquer que ele seja da linguagem, até o mais arriscado. É isso que demonstra essa experiência poética de alguma forma, que alguma coisa que passa, e que é isso que é o sentido [...] (LACAN, 1964-1965, p. 47).

Pêcheux (1988, p. 176, *apud* CARVALHO, 2008, p. 112) ensina que, quando o significante isola a representação verbal da formação discursiva, é nesse ponto que o inconsciente vai atravessar uma formação discursiva, constituindo um espaço de dissonância. Não é o que ocorre no recorte de sentença acima, onde há uma “evidência descritiva” (PÊCHEUX, 1988, p. 295) impondo a repetição do discurso do Direito.

Numa outra decisão podemos observar o inconsciente emergindo como algo que “infecta” a interpelação ideológica como forma de resistência à ideologia dominante, presentificando o que não se assujeita no discurso do juiz que decide. Trata-se de uma decisão de Tribunal que anula a sentença de juiz cuja fundamentação e decisão foram estruturadas como poesia (voltaremos a esse assunto mais adiante em capítulo específico):

Poucos são como GUIMARÃES ROSA e CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE. Mas estes gênios da literatura brasileira não empregavam o estilo

³⁹ Objeto unilátero e não-direcionável estudado pelo matemático Ferdinand Moebius em 1861. Trata-se de uma tira de papel cujas extremidades são coladas depois de uma torção no sentido longitudinal da tira; forma-se um anel que lembra um oito.

literário em seus afazeres de funcionários públicos. Precisão e concisão, não significam hermetismo e incompreensão. A genialidade está muitas vezes na simplicidade da forma, na maneira singela de se comunicar. Inteligente. Compreensível. Límpida.

“Venia permissa”, não se apreende da r. sentença, dela não exsurge os motivos que levaram a sua parte dispositiva, contrariando, pois, o art. 458, II, do C.P.C..

E uma rosa, é uma rosa, é uma rosa... (vide ANEXO C, Acórdão ref. Sentença 2, p. 392).

O recorte acima reproduz decisão de órgão superior⁴⁰ decidindo pela anulação de sentença de juiz de direito que não utiliza o raciocínio silogístico. Ao justificar essa anulação (reproduzida em parte acima), o desembargador cita um verso “e uma rosa, é uma rosa, é uma rosa...”, na tentativa, talvez, de dizer que uma sentença é uma sentença. Ele não se dá conta, todavia, de que o sentido pode deslizar e romper sua suposta transparência e evidência, tornando-se um tropeço à formação ideológica dominante do discurso do Direito, ou seja, o sentido pode ser interpretado como “uma sentença é uma sentença, qualquer que seja sua forma”. Por mais que se tente “levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha” (PÊCHEUX, 1988, p. 300), o lapso tem caráter de falta e corrobora a afirmação de que o “pensamento é fundamentalmente inconsciente” (op. cit., p. 303).

A interpelação ideológica produz assujeitamento pelo fato de resultar da inscrição do sujeito no simbólico. Este (sujeito), afetado pelo simbólico, vai expressar sua subjetividade “na ilusão de autonomia e de ser origem do seu dizer” (MARIANI, 2012). A apreensão máxima da interpelação ideológica está no ritual e não há ritual sem falhas; quando há a troca de uma palavra por outra, “formas de aparição fugidias” de algo de outra ordem, isso “infecta” a ideologia dominante e faz obstáculo a ela (PÊCHEUX, 1988, p. 300-301). A possibilidade de pensar as formações discursivas como lugar de dissonância, de equívoco, se

⁴⁰ As decisões de juízes de instância inferior podem ser apreciadas por órgãos superiores. No caso de que tratamos, a decisão do juiz foi reapreciada por desembargadores do Tribunal de Justiça.

sustenta “na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico” (op. cit., p. 302). Esta última descompleta o processo de interpelação ideológica quando pensamos o sujeito como “efeito ideológico elementar”, como “centro, fonte, unidade de uma interioridade” (HENRY 1992, p. 30). Aquilo que falha revela “o real do inconsciente como irreduzível à ideologia, isso é, como um resto inassimilável à própria experiência inconsciente da alienação do sujeito ao discurso ideológico” (CARVALHO, 2008, p.130).

Esse processo de interpelação parcelada - que faz com que o sujeito se identifique com a forma-sujeito da FD, se contra-identifique com ela ou se desidentifique -, abre espaço para a polissemia ou deslize de sentido, que dão oportunidade, ao sujeito descentrado, de ocupar posições-autor diferentes e/ou contraditórias numa mesma formação discursiva (FUKUE, 2012), uma vez que a interpelação consiste na identificação do sujeito que enuncia com a forma-sujeito da FD dominante, que dita “o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

A relação ideologia/efeito sujeito, em especial no que diz respeito à forma-sujeito pode ser resumida na seguinte proposição de Paul Henry (1992, p. 23): “são formações ideológicas que constituem indivíduos concretos, agentes de práticas sociais, em sujeitos: ‘só há prática através de uma ideologia’ e ‘só há ideologia por e para sujeitos’”. De acordo com essa ideia, o Direito, como uma ciência, tem, na transparência da linguagem, o objeto da formação ideológica (FI) que vai interferir na produção de conhecimentos. Ainda seguindo o raciocínio de Henry (op. cit. p. 26-27), o desenvolvimento das ciências está ligado ao desenvolvimento da escolarização e esse vínculo mostra a existência, nas superestruturas ideológicas, de um aparelho ideológico do Estado articulando ciências, ideologias teóricas e ideologias práticas, fazendo confundir objeto de conhecimento e objeto real de modo a assegurar o “liame entre as questões do sujeito e do sentido”. Para refletirmos sobre a constituição do sujeito nas formações discursivas, levamos em conta o conceito de

inconsciente, que traz hipóteses sobre a linguagem que rompem “com a ideologia da sua transparência”. Henry (op. cit. p. 30) lembra, a esse respeito, que

Embora a psicanálise não seja nem uma “teoria do sujeito”, nem uma “teoria das relações entre sujeito e linguagem”, mas uma ciência especificada pelo seu objeto próprio, o inconsciente, as noções de sujeito e linguagem nela desempenham um papel essencial: elas fazem parte do que se pode chamar “sua matéria-prima” teórica. Conhecemos as fórmulas lacanianas: “o inconsciente é um conceito forjado no rastro daquilo que opera na constituição do sujeito” e “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”. A psicanálise trata portanto o sujeito como um efeito. Mais precisamente, o sujeito que constitui sua matéria-prima é efeito da linguagem. É finalmente essa posição do sujeito com relação à linguagem que põe a psicanálise no lugar de rompimento com a ideologia da transparência. Além do mais, definir o sujeito como efeito exclui tomá-lo como centro, fonte, unidade de uma interioridade etc... (HENRY, 1992, p. 30).

Resumindo: o sentido não é prévio, mas é produzido na enunciação dentro de FDs que determinam as posições-sujeito. As paráfrases e reformulações das FDs funcionam de modo a fazer com que o sujeito se constitua sob a ilusão de sua unidade (MARIANI, 2003). No próximo item veremos como se dá a constituição do sujeito na enunciação feita conforme o rito do discurso do Direito.

1.3.11 O funcionamento da “forma-sujeito” sob o domínio do discurso do Direito

A “forma-sujeito”, explica Pêcheux (1988, p. 183), é a “forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais”. O funcionamento da “forma-sujeito” no sistema capitalista e sob a dominância do jurídico é determinado “pelo todo complexo com dominante [...] isto é o conjunto dos aparelhos ideológicos de Estado” cujas condições ideológicas “repercutem [...] sob a forma de relações de desigualdade-subordinação

que determinam os ‘interesses’ teóricos em luta numa conjuntura dada” (PÊCHEUX, 1988, p. 191). Com esse pressuposto, o autor conclui que não existe um “estado de natureza - ou de inocência – epistemológico” e que as “teorias descritivas [...] colocam, pois, ‘sempre-já’ em jogo objetos de conhecimento, ‘matérias-primas’ teóricas” que se tornarão “condições de possibilidade do corte epistemológico no qual são produzidos conceitos fundadores de uma ciência” (PÊCHEUX, 1988, p. 192).

Conforme explicamos no Anexo A, quando tratamos de alguns aspectos da Teoria Geral do Processo, existe, na visão dos técnicos do discurso do Direito, uma “natural” ligação jurídica entre o conceito de Estado e o conceito de sujeito, sob a existência de um contrato, entre os “homens” e a autoridade civil, destinado à proteção dos “direitos naturais” daqueles. O que o discurso do Direito pressupõe nesse caso é a evidência “sempre-já” da existência de um contrato em que os indivíduos dão ao Estado um poder soberano. Desse modo, as relações de desigualdade e subordinação ficam bloqueadas, se repetem continuamente (a estrutura da forma-sujeito, a que denominamos sujeito de direito, torna-se o limite visível desse processo).

O sujeito de direito (conceito a que fazemos corresponder à forma-sujeito de Pêcheux) sustenta um paradoxo de “uma construção [...] sem sujeito [...] um corpo articulado de conceitos que, a um só tempo, exhibe e deixa em suspenso o efeito ‘cego’ dessa mesma determinação enquanto efeito-sujeito” (PÊCHEUX, 1988, p. 193). O pré-construído do discurso do Direito desempenha o papel de elemento essencial para a constituição do sujeito de direito, como num “trabalho do impensado no pensamento” (op. cit., p. 194), de maneira que a forma-sujeito faça coincidir o sujeito consigo mesmo, assegurando a correspondência do sentido entre o vivido (concreto) e o sujeito da ciência (abstrato, universal) (idem, p. 196).

Pêcheux (1988, p. 197) conceitua um “mito idealista” em que a lógica seria o princípio de toda ciência, fazendo triagem entre enunciados verdadeiros e falsos e

estabelecendo estrita correspondência entre as realidades do mundo e os enunciados de linguagem - “todo animal é racional ou privado de razão = todo número é par ou ímpar = toda proposição é verdadeira ou falsa = toda linha é reta ou curva” (PÊCHEUX, 1988, p. 234, nota 13). Essa “linguagem da ciência”, segundo o autor (op. cit., p. 197-198) exclui referências a “situações” para dar lugar “um puro sistema ‘coerente’ de propriedades lógicas [...] que se sustenta apenas pela referência a outras construções (teóricas), através de outros nomes e expressões”. Pêcheux (op. cit., p. 198-199) afirma que toda ciência começa por um “‘corte epistemológico’ que constitui um ponto de não retorno” e que o sujeito apagado está “presente por sua ausência”. Assim, o discurso idealista resta como um “paradoxo incompreensível” em que a produção de conhecimentos é um “processo sem sujeito”, “de modo que é absolutamente impossível encontrar um puro ‘discurso científico’ sem ligação com alguma ideologia” (idem).

As práticas discursivas do domínio das ciências e da política, não estão separadas, mas articuladas, afirma Pêcheux (1988, p. 213). Assim, “toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das *formações discursivas* que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas” (idem). Essas formações discursivas são um lugar de “trabalho de reconfiguração”, em que há “recobrimento-reprodução-reinscrição” do sentido o que levará necessariamente à questão da forma-sujeito (op. cit., p. 213-214). Pêcheux (op. cit., p. 227) esclarece que a prática discursiva não é uma “prática de sujeitos” - a que chama “efeito Münchhausen”, por sugerir “a solução no próprio momento em que se propõe a questão que elas evocam, dissimulando totalmente que a base da solução é incompatível com a da questão”-; mas, sim, uma prática em que o sujeito é “constitutivamente colocado como autor e responsável por seus atos (por suas ‘condutas’ e por suas ‘palavras’) em cada prática em que se inscreve” em que é interpelado em “sujeito responsável” (op. cit., p. 214).

O indivíduo, ao ser interpelado em sujeito de seu discurso, pode se identificar com a formação discursiva (FD) que o domina e lhe fornece a evidência do sentido, ou pode desidentificar-se, ocorrendo, nesse momento, uma “transformação-deslocamento da forma-sujeito” através do “desarranjo-rearranjo” das formações ideológicas e das formações discursivas (PÊCHEUX, 1988, p. 217). Durante o rito de uma audiência, o efeito subjetivo de identificação do sujeito pode ser observado na “ficção realizante” (op. cit., p. 220 e 237) em que há o “retorno do saber” da ciência do Direito sobre o pensamento do sujeito depoente, sob a forma de uma “evocação”; há uma superposição da fala do juiz (técnico do direito) sobre a fala do depoente, sob a forma de uma “necessidade pensada”.

Outro exemplo de “necessidade pensada” da doutrina jurídica está na conceituação de função *jurisdicional*, em que o Estado busca a realização prática das normas sob o “princípio da imparcialidade do juiz”. Segundo esse princípio, o magistrado coloca-se entre as partes do processo, mas numa posição acima delas e equidistante, garantindo-lhes uma aplicação “justa” do direito. Quando o depoente é convocado a depor em audiência, já existe uma configuração das formações discursivas em que vai se inserir (nas posições-sujeito de parte - autor/réu - ou testemunha) determinando o sentido de sua fala. Desse modo, quando os juristas afirmam que uma das partes representa a tese e a outra, a antítese; e que ambas, em relação ao juiz, não têm papel de antagonistas, mas de colaboradores necessários (CINTRA *et al*, 1981, p. 25), resta naturalizada a posição do sujeito-juiz como de alguém encarregado de impor o sentido único nas falas, pois ele é o conhecedor do Direito e o representante do Estado com a incumbência de aplicar o Direito. O Poder Judiciário, como instituição do Estado ensina o “know-how” por meio da ciência do Direito, de forma a assegurar “a submissão à ideologia dominante ou o domínio de sua prática” (ALTHUSSER, 1970b, p. 58-59, *apud* PÊCHEUX, 1988, p. 223). Existe uma cadeia de evidências “sempre-já” no discurso

do Direito que faz com que haja um funcionamento ideológico espontâneo, de modo que “cada ‘sujeito’ saiba e veja que as coisas são realmente assim” (PÊCHEUX, 1988, p. 224).

Esse funcionamento ideológico pode ser resumido no seguinte excerto de publicação nossa:

As relações sociais jurídico-ideológicas, segundo Pêcheux (1988, p. 182, grifos do autor), constituem “uma nova forma de assujeitamento, a forma *plenamente visível da autonomia*” em que a lei encontra um jeito de agarrar uma singularidade para lhe aplicar sua universalidade; produzem o sujeito sob a forma-sujeito (op. cit., p. 163 e 183), ou seja, sob a “forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais”, constituído pelo “esquecimento”, ou seja, pelo “acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito”, de modo que não reconheça seu assujeitamento ao Outro. Os ritos jurídicos de que falamos funcionam como modos “da interpelação ou da subjetivação do sujeito falante pelo sujeito ideológico” (COURTINE, 2006, p. 82). Manifestam-se como embates ideológicos realizados na interação verbal (GARDIN, 1984), por meio de fórmulas de diálogos que provocam transformação na enunciação, assujeitando os conteúdos dos depoimentos das partes a exigências de práticas da escrita e leitura adequadas ao discurso do Direito. A performatividade imposta pelo discurso do Direito faz com que o “objeto percebido” se afaste “da percepção, o visto da vista” (QUINET, 2002, p. 30), de modo que a imagem de sujeito de direito ganhe uma autonomia própria e que o sujeito jurídico seja negligenciado. Os recortes de fala ditados pelo juiz de direito só adquirem valor pelo fato de o discurso do Direito determinar que eles sejam visíveis no espaço da audiência, aparato do Estado, como espelho “A”, destinado a refletir a imagem do sujeito de direito, fazendo com que o visível do sujeito jurídico se torne opaco para que o invisível do sujeito de direito reflita a certeza, a transparência do discurso do Direito (MONTE-SERRAT&TFOUNI, 2012, p. 11-12).

Na transcrição de uma audiência (abaixo) exemplificamos o modo como se dá a interpelação do sujeito falante pelo sujeito ideológico (forma-sujeito). Quando o indivíduo (T1) assume a posição-sujeito depoente, assujeita-se ao rito jurídico que lhe impõe direitos e obrigações: T1 se acredita livre ao narrar para o juiz os fatos que o levaram até lá, mas não se dá conta de que a atuação do juiz de direito, ao fazer os recortes e ditar para o escrevente, impõe o sentido único à sua fala dispersiva e polissêmica. O sujeito-depoente acredita buscar igualdade, não se dá conta de que sua fala é marginalizada pelo discurso do Direito. A ilusão

de solução de igualdade e liberdade que o discurso do Direito propõe dissimula a incompatibilidade com sua base, instalando o paradoxo da igualdade dos desiguais.

No recorte de audiência abaixo (vide ANEXO C, Transcrição da audiência 3, de 19/01/09, linhas 61-76, p. 344) podemos observar que o juiz, ao questionar T1 faz perguntas sobre uma empresa de ressolagem de pneus. Quando T1 tenta introduzir a narrativa sobre perigo de incêndio ou sobre o perigo de proliferação de mosquitos, há dissimetria no sentido do discurso. O sujeito-juiz, ao fazer os recortes na fala de T1, delimita os efeitos discursivos, ditando para o escrevente somente aquilo que importa para o discurso do Direito. Há deslocamento de uma FD para outra FD, que introduz dissimetria (quando o depoente fala em mosquitos ou em incêndio). O juiz atua no sentido de introduzir a “unanimidade”, pois ele, como técnico, tem “discernimento” sobre o funcionamento do discurso do Direito e é “capaz” de trazer o caráter simétrico para esse discurso dissimétrico, substituindo algumas expressões por outras, introduzindo “estrita correspondência entre as realidades do mundo e os enunciados da linguagem” (VAX, 1970, *apud* PÊCHEUX, 1988, p. 234).

(recorte da transcrição do depoimento de T1)

J ((indagando a testemunha)): O imóvel já está fechado?

T1: Está mas os pneu ficou lá desde::: tem uns três meses que eles não vão mais lá assim só vai o pessoal fazer cobrança e tem muito mosquito também

J: ()?

T1: Não

J ((ditando)): Há três meses o imóvel está fechado ... ponto ... na última quinta-feira

J ((indagando a testemunha)): Quem foi retirar ... os equipamentos lá?

T1: O esposo dela, o (*omissis*)

J ((ditando)): O marido de (*omissis*) vírgula (*omissis*) ... vírgula ... vírgula ... foi até o local retirar os equipamentos utilizados na empresa de ressolagem de pneus

J ((indagando a testemunha)): Deixou apenas o estoque de pneus?

T1: O estoque ... é ... que aquilo lá corre risco de incêndio ... se dé um incêndio

J ((ditando)): Deixou no local apenas os pneus utilizados para ressolagem

J ((indagando a testemunha)): Para onde ele levou os equipamentos ... a senhora sabe?

T1: Na rua (*omissis*) no bairro Ipiranga

(vide ANEXO C, Transcrição da audiência 3, de 19/01/09, linhas 61-76, p. 344)

(recorte do termo digitado pelo escrevente de sala após ditado do juiz)

[...] Há três meses o imóvel está fechado. Na última quinta-feira o marido de , foi até o local retirar os equipamentos utilizados na empresa de ressolagem de pneus. Deixou no local apenas os pneus utilizados para ressolagem. Os equipamentos foram levados para a rua , nº , bairro [...]

(vide ANEXO C, Termo de depoimento da testemunha 1 da autora (aud. 3) – 19/01/09, p. 350).

Pêcheux (1988, p. 229-230) afirma que esse funcionamento é possível pelo fato de os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs) terem a “estrutura de representação” em que há o auditório (sujeitos autores, réus, testemunhas que vão fazer depoimento), a cena (audiência perante o juiz) e bastidores; e “é na relação entre esses três lugares que se realizam os efeitos ideológicos elementares de identificação-interpelação dos sujeitos, de imputação de responsabilidade e de distribuição do sentido”. Para melhor compreender o idealismo como “funcionamento espontâneo da forma-sujeito” (op. cit., p. 163), podemos colocar o seguinte processo de constituição do sujeito de direito, em sua forma da autonomia: a ideologia, por meio das FIs interpela o indivíduo em sujeito, fornecendo-lhe sua “realidade” como evidência (PÊCHEUX, 1988, p. 162); o sujeito não se dá conta de seu assujeitamento porque este acontece sob a forma da autonomia; o sujeito só se constitui em sujeito pelo assujeitamento ao Outro (Estado) (LACAN [1949]1998).

Semelhante a uma ficção, a atuação do juiz de direito, ao fazer recortes na fala do depoente, em seu ditado, alterna elementos descritivos e narrativos, dando à fala de T1 uma materialidade que recorta o tempo, construindo nova narrativa, “como se” o depoente tivesse falado exatamente aquilo que ele (juiz) ditou. A transformação do discurso anteriormente polissêmico em discurso monológico do Direito se dá por meio de uma subjetividade (forma-sujeito) que ocupa a perspectiva da impessoalidade e apaga a subjetividade do depoente, marginalizando-o ao transformá-lo em personagem dessa narrativa, dentro de um cenário ficcional, o do rito jurídico. O fato de o discurso do Direito impor um modelo de raciocínio

silogístico, impor a atuação obrigatória do juiz de fazer recortes nas falas durante a audiência, de impor um rito a ser seguido à risca, tudo isso encobre essa ficcionalização das narrativas, fazendo parecer que as coisas transcorrem “naturalmente”. Sob a imparcialidade e a objetividade impostas pelo discurso do Direito se esconde uma estratégia discursiva que encobre o sentido polissêmico para, em seu lugar, fazer emergir o sentido único do discurso do Direito.

Enquanto o discurso do Direito “fornece-impõe” a realidade, e, juntamente com ela, o seu “sentido” (PÊCHEUX, 1988, p. 164), fornece a imagem do sujeito de direito. Se for dissipada, dentro do discurso do Direito, a evidência da transparência de linguagem dizendo “o que é” e “o que deve ser” (sujeito de direito), poderemos vislumbrar o sujeito jurídico, assujeitado, num “jogo de efeitos ideológicos” (PÊCHEUX, 1988, p. 153), presente em todo discurso. O sujeito jurídico pode ser observado sob a perspectiva do discurso jurídico, assujeitando-se aos efeitos de sentido sob “forma *plenamente visível da autonomia*” (PÊCHEUX, 1988, p. 159). O modo de ser da “ciência régia” (PÊCHEUX, 2002) do Direito (discurso do Direito), mascara o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 1988, p. 160) do sujeito jurídico. Este último é constituído sob os efeitos de sentido que circulam no contexto em que a Lei dita o que deve ou não deve ser feito, o que pode e o que não pode ser dito. Aspectos do sujeito jurídico poderão ser melhor observados sob a perspectiva do letramento (TFOUNI, 1992, 2005), que veremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

LETRAMENTO

2.1 INTRODUÇÃO

No capítulo 1 descrevemos alguns aspectos da ciência do Direito e fizemos uma abordagem teórica da Análise do Discurso (PÊCHEUX, 1988) a respeito dessa ciência, principalmente quanto ao conceito de sujeito de direito em sua constituição ideológica. Neste capítulo fazemos um estudo da teoria do Letramento (TFOUNI, 1992, 2005) para compreender o *funcionamento* do sujeito de direito na cadeia discursiva, que nos levou a elaborar o conceito de sujeito jurídico. Essa distinção conceitual entre sujeito de direito e sujeito jurídico nos leva à compreensão do paradoxo do “livre” assujeitamento (HAROCHE, 1992); e, também, como se dá o processo em que a sujeição às normas jurídicas leva à marginalização, ao recalque da subjetividade.

Será colocado em evidência, neste capítulo, não o sujeito de direito descrito pela lei com seus direitos e deveres, mas o “sujeito falante” em seu depoimento em audiência perante o juiz de direito. O sujeito na perspectiva do letramento se distancia da aparente transparência e unidade da língua. O raciocínio silogístico do discurso pré-construído do Direito, que traz o “impensado no pensamento” (PÊCHEUX, 1988, p. 102), perde seu lugar de evidência para que seja mostrada, nas “imperfeições” da linguagem, a constituição do sujeito jurídico no funcionamento discursivo. Num momento posterior há um refinamento de conceitos em que distinguimos sujeito de direito, sujeito jurídico e sujeito *do* direito.

2.2 PERSPECTIVAS DO LETRAMENTO NO DISCURSO DO DIREITO

Iniciamos este estudo fazendo referência ao sistema jurídico brasileiro, estruturado na Lei Maior, a Constituição Federal, onde se encontra a imposição da igualdade de todos perante a lei como princípio norteador das atividades jurídicas (BRASIL, 1988, art. 5º). A teoria do Letramento (TFOUNI, 1992, 2005), todavia, observa realidade diversa: a de que a atividade da escrita leva à desigualdade na esfera individual e torna naturais as relações de poder (TFOUNI&MONTE-SERRAT, 2010).

As atividades da escrita trazem embutido um trabalho ideológico dos sentidos. É o que afirma Signorini (2001) ao fazer um estudo comparativo da escrita que está fora de um modelo autônomo de letramento, como aquele adotado nas instituições escolares. Para essa autora (SIGNORINI, 2001, p. 110), as noções de erro e acerto, numa avaliação de textos com características da língua oral, “se justificam em função de uma hierarquização [...] que se constitui fora da língua [...] e que se reflete na escrita, como uma marca num instrumento de medida”. Acrescenta ela que a escrita “objetiva” passou a ser vinculada “ao desenvolvimento psico-sócio-cognitivo dos sujeitos e ao desenvolvimento social e tecnológico das comunidades” (SIGNORINI, 2001, p.112). Diz que existe “vinculação de natureza ideológica [...] entre desempenho na elaboração de um texto e desenvolvimento das capacidades individuais” (idem, p. 112). Mostra, ainda, que textos de “agentes diferentemente posicionados no campo sociocultural” evidenciam diferentes graus de mixagem da língua falada à escrita, e que esse hibridismo não tem legitimidade nem visibilidade dentro da “luta sócio-pragmática e política” (SIGNORINI, 2001, p.101), pois esta traz consigo as idéias de “pureza de uma escrita que não se confunde com a fala” e de “extirpar da escrita o que é

percebido como resíduo ou ‘interferência’ da oralidade” (SIGNORINI, 2001, p. 114). Signorini conclui que a decomposição da escrita em níveis é “incompatível com os princípios da unicidade, autonomia e intrínseca racionalidade da comunicação escrita” e sugere que o conceito de letramento seja “ancorado no de prática social” (idem, p. 124).

No ambiente forense, o juiz tem o encargo, de presidir a audiência, controlar a participação de quem vai falar, do que vai falar e por quanto tempo. É ele que determina o recorte das falas e dita para o escrivão aquilo que deverá constar no termo de audiência. O Código de Processo Civil (CPC) (BRASIL, [1973], 2007), lei que regula os procedimentos judiciais, dispõe:

Art. 346. A parte responderá pessoalmente sobre os fatos articulados, não podendo servir-se de escritos adrede preparados [...]

Art. 445. O juiz exerce poder de polícia, competindo-lhe:

I - manter a ordem e o decoro na audiência;

II - ordenar que se retirem da sala de audiência os que se comportarem inconvenientemente [...]

Art. 446. Compete ao juiz em especial:

I – dirigir os trabalhos da audiência;

II – proceder direta e pessoalmente à colheita de provas [...]

451. Ao iniciar a instrução, o juiz, ouvidas as partes, fixará os pontos controvertidos sobre que incidirá a prova [...]

Art. 457. O escrivão lavrará, sob ditado do juiz, termo que conterá, em resumo, o ocorrido na audiência [...] (BRASIL, [1973], 2007).

Os recortes acima tratam das determinações legais quanto aos depoimentos das partes e à audiência, enfim, quanto ao momento do procedimento judicial em que ficam reunidos juiz, autor e réu, com a finalidade de que estes instruam, convençam o magistrado quanto ao direito que pretendem seja protegido pelo Estado. Essa audiência, por se constituir de atos praticados oralmente, deve ser documentada. A palavra “termo”, a que se refere o artigo 457 citado acima, corresponde a “*documentação escrita de atos processuais, feita por serventuário da Justiça*” (CINTRA *et al*, 1981, p. 304, grifo do autor), e que, numa audiência,

é resultante de ditado do juiz, ditado este que, por sua vez, consiste em paráfrases de ditos do autor e do réu. Esse termo de audiência é objeto de estudo nesta pesquisa e será comparado, mais adiante, com a transcrição das falas dos depoentes.

Considerando-se a discussão empreendida até aqui, a respeito da audiência das partes pelo juiz, podemos concluir que o autor e o réu têm apenas a ilusão de autonomia e de identidade ao prestarem seu depoimento, pois, segundo a teoria do Letramento (TFOUNI, 2005), a participação social mais eficaz é a dos indivíduos que dominam a escrita, nesse caso, o sujeito do discurso no lugar de juiz, que, como representante do Estado preside a audiência, garante sua ordem e decoro, determina a colheita das provas e os limites sobre que ela incidirá e, por fim, dita ao escrivão aquilo que deverá constar do termo. Acrescentamos que também o juiz exerce uma autonomia ilusória, pois sua “participação efetiva” está sob as coerções da lei processual civil (BRASIL, [1973], 2007), que determina lugares e temas a serem abordados. A lei é o ponto de origem das falas do juiz e dos recortes que ele faz sobre as falas das partes, determinando-lhe que fixe os pontos controvertidos a serem discutidos (op. cit., art. 451). As falas partem dela e a ela retornam.

2.3 O LETRAMENTO COMO PRÁTICA SOCIAL

Tfouni (1992) propõe o Letramento como prática social, como um processo sócio-histórico que estuda, num mesmo conjunto, tanto aqueles que são alfabetizados com variados graus de domínio da escrita, quanto os não-alfabetizados. Assim, as práticas sociais da escrita dentro da sociedade têm maior eficácia quanto maior for o grau de letramento do indivíduo, sendo que, para dar conta desses graus, Tfouni desenvolveu a proposta de um continuum (TFOUNI, 1992, p. 26), uma linha imaginária onde estariam as várias posições discursivas

disponíveis em uma sociedade letrada. O continuum, porém, coloca essas posições como determinantes do grau de letramento dos sujeitos, e incluiria tanto alfabetizados quanto não-alfabetizados (TFOUNI, 1992, p. 26):

Figura 1. Continuum do letramento desenvolvido por Tfouni (1992)

TFOUNI (1994, p. 61) afirma ainda que “a dominação cultural faz-se principalmente com base na ‘força’, no ‘poder’ e na ‘autoridade’ das práticas escritas”. Para ela, o discurso jurídico pressupõe uma autoridade de imposição de quem o produz, se caracteriza por ser monológico, ou seja, por não admitir múltiplas leituras (TFOUNI, 1992, p. 35), e estaria, na linha do continuum, localizado nos níveis mais abstratos e sofisticados de uso da escrita. Segundo Tfouni (TFOUNI&CARREIRA, 2007, p. 155) a língua oficial cria uma “barreira linguística” em que se encobre a ordem “igualar para melhor dominar”.

Observando o continuum de Tfouni (1992), percebe-se que quanto mais letrado for o sujeito, mais abstrato e sofisticado é o uso que faz da escrita e, portanto, mais próximo está do discurso da Letra, onde não há lugar para múltiplas leituras.

Dinamarco (2000, p. 478, grifo do autor) afirma que a atuação do magistrado no procedimento judicial é incompatível com a liberdade de conduta segundo suas vontades e interesses; e acrescenta: “a atividade do juiz no processo não se rege pela *autonomia da vontade*, nem atua ele em defesa de interesses próprios [...] dirige o processo segundo as disposições impostas pela lei, porque o poder que exerce não é seu, mas do Estado”.

A lei dá, então, o controle dos sentidos ao juiz, que, ao fazer os recortes das falas e ditar para o escrivão, tem a incumbência, não explícita, de administrar a produção e circulação dos sentidos para formar o “consenso”. Essas medidas não têm sua origem no juiz, mas na lei, que se faz cumprir por meio do Poder Judiciário, uma instituição do Estado. Cria-se a ilusão de um mundo semanticamente estabilizado, com discursos cujo sentido é aparentemente estável (PÊCHEUX, 2002), onde todos parecem pensar e agir de igual modo. Assim, se os depoimentos contiverem alguma distorção, falta de clareza, ou ambiguidade, é função do juiz eliminá-la, como ensina De Plácido e Silva:

A obscuridade indica falta de clareza. E o juiz a remove, suprimindo a deficiência, também procurando encontrar o seu sentido racional, que as palavras não mostram, e que, no entanto, deve estar contido nelas [...] A respeito da ambiguidade, há o aforismo jurídico que se inscreve: *Ambiguitas, vel dubietas, in meliorem semper partem est interpretanda*. É a sua tradução: “A ambiguidade e a dúvida devem sempre ser interpretadas no melhor sentido”.

Está, aí, uma das regras para ser adotada no intuito de se dar à lei ambígua, ou ao ato jurídico ambíguo, uma interpretação consentânea com a razão (SILVA, 1987, vol. I, p.145, grifo nosso).

Vê-se, no recorte, que a produção de sentidos na audiência é movida pela crença de que existe uma língua homogênea e universal, que igualaria a todos perante a lei. Percebe-se, ainda, que o responsável pela introdução dessa língua racional é o juiz, tomado como autoridade que tem um conhecimento letrado específico.

Miaille (1979, p. 170) explica como funciona a lógica jurídica ao compará-la ao funcionamento da gramática. No uso do conjunto de regras que regem uma língua, o gramático, diz o autor, ao estudar uma frase como “o céu é azul”, não está preocupado com a cor do céu, mas analisa se a afirmação dessa frase é justa, controla a “correção apenas formal da frase (sujeito, verbo, complemento ou atributo, natureza dos termos utilizados, tempo do verbo, etc.)”. Acrescenta o autor (op. cit.) que se pode “dizer que a gramática abstrai

completamente do conteúdo da linguagem e não toma em conta senão a sua forma”; e, ainda, que a “lógica formal opera de modo semelhante”, pois “é constituída pelo conjunto das regras que definem os termos e os modos de utilização desses termos para que o pensamento seja coerente” (MIAILLE, 1979, p. 170). Utilizamos esse raciocínio para afirmar que o discurso do Direito, fundado no raciocínio silogístico, abstrai do conteúdo da linguagem, leva em conta a forma apenas, distanciando-se do contexto. O funcionamento discursivo, sob a ótica do Letramento (TFOUNI, 1992, 2005), não se atém ao conjunto de regras gramaticais, leva em conta o contexto social e histórico. A este último denominamos discurso letrado, discurso jurídico, em oposição ao discurso científico do Direito.

Miaille (1979, p. 170, grifos nossos) acrescenta a observação de que a lógica jurídica vai além da gramática, pois esta codifica os usos da língua e aquela “é constitutiva do pensamento”: *“a lógica jurídica, pelo jogo da abstração, vai construir um certo número de conceitos que eliminam o conteúdo concreto, real, para o qual, no entanto, remetem”*. Explica que as “coisas surgem, então, unicamente a partir ou através dessas formas isoladas no seu contexto: o menor, o tutor, a propriedade, o direito de voto, o contrato”; e que a “lógica jurídica consistirá, então, em propor a maneira de reunir esses termos, de os classificar, de os utilizar, portanto, no seio de um sistema coerente” (MIAILLE, 1979, p. 171). Conclui, o autor (idem), que “o sistema jurídico trabalha para a sua própria unidade”, “para uma unidade que tenta excluir as contradições”.

É dessa exclusão de contradições que trata o discurso do Direito, cujos sentidos, controlados por uma ideologia dominante, produzem uma voz social homogênea. Dando prioridade a uma linguagem “transparente”, com um só sentido, a ciência do Direito produz “discursos monologizantes, totalizantes, ‘científicos’, ‘descentrados’” (TFOUNI, 1992, p. 100 *et passim*). Segundo Tfouni, esse uso se dá dentro de práticas e de instituições sociais onde há

imposição do sentido; onde este se materializa em práticas discursivas que, por sua vez irão determinar as posições de sujeito, posições discursivas que não estão disponíveis para todos:

A complexidade das formações sociais (e discursivas) produzidas pela escrita determina, na mesma medida, uma complexidade de papéis a serem assumidos pelo sujeito [...] Em uma sociedade altamente letrada, essa distribuição social não homogênea do conhecimento e das práticas sociais organizados pelo letramento garante, de um lado, a participação eficaz dos sujeitos que as dominam, e, por outro, marginaliza aqueles que não têm acesso a esse conhecimento (TFOUNI, 1992, p.104-105).

Assim, dentro de instituições reguladas pelo Estado (as escolas, o Poder Judiciário e outras), o sentido é imposto e podemos afirmar que o discurso do Direito, embora preconize a igualdade perante a lei, instala as desigualdades.

Para a realização de uma audiência de instrução e julgamento há a exigência de regras de “bem escrever”, de transparência na escrita, e do cumprimento de procedimentos minuciosamente descritos na lei (discurso do Direito), o que configura um saber a que poucos têm acesso e leva à “necessidade” da intervenção do juiz nas falas. A passagem das falas para a escrita criará, então, um mecanismo de produção de sentido de “inclusão e exclusão, um jogo ideologicamente regrado, onde o ‘mais fraco’(antropologicamente falando) nunca leva vantagem” (TFOUNI, 1992, p. 108).

Deve-se considerar que a possibilidade de haver fragmentação nos depoimentos realizados, decorrente da intervenção do juiz, pode produzir rupturas no processo de produção de sentidos do discurso, “quebras” na construção do dizer, ficando o depoente impedido de “amarrar” aquilo que diz. Pode surgir, então, o equívoco, o ato falho, a deriva ou até mesmo o silêncio, quando o sujeito vê impedida sua inserção em determinadas formações discursivas.

Nas palavras de Signorini (2001, p. 128), há um “campo de forças” que influencia os “modos de dizer/fazer” e uma luta, dentro desse campo, de “natureza político-ideológica

tanto de construção e de imposição de padrões metapragmáticos (fazer certo, agir convenientemente) como de resistência a esses mesmos padrões” (SIGNORINI, 2001, p. 128-129).

Quanto à atuação do juiz, além do papel que exerce no controle dos sentidos durante a audiência, interessa-nos, de modo especial, o uso que faz do raciocínio lógico-verbal, pois, como afirma Tfouni (2005, p. 66), esse tipo de discurso apresenta características de objetividade, descentração e abstração; características essas que se situam nos níveis mais adiantados de letramento, conforme proposta do esquema do continuum.

O juiz prolator de sentença, utilizando o raciocínio lógico, está situado, no esquema do continuum, na extremidade mais letrada. O Código de Processo Civil (BRASIL, [1973] 2007, art. 458), determina que o juiz coloque os fundamentos (a lei, premissa maior), os fatos (premissa menor), para chegar ao dispositivo (conclusão).

Por via de regra, a *sentença* tem a feição de um *silogismo*, constituindo a *premissa maior* a regra de Direito, a *premissa menor* a questão concreta, isto é o fato com as suas circunstâncias, e a *conclusão* a aplicação da norma jurídica ao caso concreto (ROSA, In SILVA, D. P., 1987, p. 201, grifos do autor).

Tfouni, a respeito do raciocínio silogístico, afirma que

A estrutura do silogismo (premissa maior; premissa menor; conclusão) independe de qualquer outro tipo de informação para ser entendida. O raciocínio silogístico clássico (aristotélico), portanto constitui-se em um tipo de discurso que exige que o sujeito (do discurso) se coloque em uma posição na qual suas experiências e conhecimento factual podem ser dispensados (TFOUNI, 2005, p. 65).

A autora cita Luria (1977), para quem o processo de produção de códigos é de base sócio-histórica. Afirma esse autor:

À medida que o pensamento teórico se desenvolve, o sistema torna-se cada vez mais complexo. Em acréscimo às palavras [...] e às sentenças [...], este sistema também

passa a incluir “*artifícios*” mais complexos e lógicos que tornaram possível realizar as operações de dedução e inferência sem necessidade de obter apoio da experiência direta (LURIA, 1977, *apud* TFOUNI, 2005, p. 66, grifos da autora).

O raciocínio lógico, portanto, produz um afastamento do juiz da materialidade discursiva com que se depara. Os fatos apontados até aqui não são desconhecidos daqueles encarregados de fazer a lei funcionar. Na pesquisa, premiada pela CAPES em 2007, “A estruturação dos serviços de Assistência Judiciária nos Estados Unidos, na França e no Brasil e sua contribuição para garantir a igualdade de todos no acesso à Justiça”, Francisco Alves, depois de destacar, em sua conclusão, como “ponto forte” do sistema brasileiro a “sólida base normativa” que “prevê a existência de um órgão estatal autônomo [...] focado no compromisso de concretizar a promessa de igualdade no acesso à justiça”; e de enaltecer “um corpo de elevada qualificação técnica” formando uma “cultura institucional comprometida com o alcance dos objetivos estabelecidos na Constituição”, alerta para a existência do

[...] risco do surgimento de uma postura corporativista, em que os interesses da classe profissional sejam postos em primeiro plano, deixando para patamar secundário a consciência acerca da dimensão de serviço e de engajamento no processo de transformação social e de promoção dos interesses da classe dos pobres (ALVES, 2007, p. 398).

Como discurso alternativo ao raciocínio lógico-verbal, Tfouni (2005, p. 72), propõe o discurso narrativo, pois neste é possível a inserção da subjetividade e a perspectiva para falar do objeto discursivo não é fechada como no discurso do Direito. A autora diz que os silogismos silenciam outros sentidos possíveis e apagam o processo de constituição histórica do sujeito, enquanto que as narrativas permitem ao sujeito, impedido de significar naquele lugar, que se desloque para outra região discursiva e consiga significar de outro modo. Signorini (2001) reforça esse entendimento ao dizer que as agências de letramento (instituições governamentais), têm atuado, dentro de um campo de forças, no sentido de impor a escrita institucional como modelo estabilizado e autorizado; mas, diz ela, como as práticas

de leitura/escrita estão sempre inscrevendo o sujeito, não deixarão de existir outros modos de percepção e de compreensão da língua tentando desnaturalizar o modo hegemônico de percepção e avaliação da língua.

O modo de operação do silogismo aplicado no discurso do Direito, conforme ensina Tfouni,

restringe a variação das formas de conhecimento, porque inclui um particular num genérico e instaura uma verdade válida em todos os mundos possíveis: cria, deste modo, uma generalização comunitária de conhecimento, ignorando e recalcando as diferenças sociais e linguísticas que existem no cotidiano. É dessa forma que o raciocínio lógico tornou-se o “carro-chefe” da ciência galileana (TFOUNI&PEREIRA, 2009).

Esse modo de funcionamento do raciocínio silogístico, da escrita em um estilo lógico, dá, segundo Tfouni&Pereira (2009), ao sujeito que escreve, a ilusão de que “pode olhar para o que se diz, como um objeto a ser compartilhado “tal-e-qual” com o interlocutor”, sob um “mecanismo de identificação universal [...] que procura anular a subjetividade em nome de um universo logicamente estabilizado, onde todos seriam iguais e utilizariam o código da mesma maneira”.

2.4 DIMENSÃO JURÍDICA DA LÍNGUA

Miaille (1979, p. 90) diz que há um “fetichismo jurídico” na língua, que se deve ao fato de esta ditar valores dos atos sociais. Afirma que, no sistema capitalista, esse fetichismo é mais acentuado porque o sistema jurídico “conquistou a hegemonia na função de ‘dizer’ o ‘valor dos atos sociais’”. Edelman, por sua vez, ensina que “*la interrogación ligüística*

deberá tomar en consideración la dimensión jurídica de la lengua, esto es, de su efectividad social” (EDELMAN, 1980, p. 15).

Por que a língua apaga o processo de constituição histórica do sujeito? Haroche (1992, p. 70, grifos nossos) explica esse fenômeno: ao mesmo tempo em que é “concebida como signo fechado e enclausurante” desliza-se para a “idéia de signo aberto, combinável, racional, ‘objeto de escolha’ e de arranjo por parte do sujeito”. Assim, ensina a autora (op. cit., p. 70-71), Lei (segundo ela, o Direito toma a dianteira) e Letra asseguram, insidiosamente e de modo paradoxal, a “autonomização aparente do sujeito”, “autonomização” essa que se dá por um modo novo de assujeitamento,

a de um *assujeitamento ‘interior’*, indispensável a uma *economia* que necessita de *livre circulação* (por meio da “*letra*”, *moeda de troca*), dos bens e dos indivíduos. Estes são constituídos pouco a pouco em “*livres sujeitos-de-direito*”. A ideologia insidiosamente presente na língua, e na linguagem, conduz naturalmente à seguinte *ficção*: *o sujeito pode usar a linguagem como bem entende* (HAROCHE, 1992, p. 71, grifos nossos).

Para Haroche (1992), a ordem jurídica impõe linearidade e transparência na língua, controlando possíveis ambiguidades. Pêcheux (1988, *apud* HAROCHE, 1992, p. 45-46, grifos nossos) traz uma perspectiva filosófica para a ambiguidade na língua, traz a percepção de que “a língua [...] *não se trata ‘antes de tudo’ da ‘comunicação’ de um sentido*”, mas que, na exigência de *transparência e de linearidade* traz *imperativos de um poder*, primeiro religioso e, depois, *jurídico*. A autora cita, ainda, Lecourt (1973) para acrescentar que

as formas pelas quais o poder (qualquer que seja sua natureza) contribui para o *assujeitamento do sujeito* são baseadas em uma *rede intrincada*, profunda e extraordinariamente complexa de “*verdade, ambiguidade e desambiguação*” [...] “A definição tradicional de verdade [...] consiste [...] na necessidade de basear a concordância entre o sujeito e o objeto sobre um mediador transcendente que teria,

de uma forma ou de outra, previsto sua harmonia” (HAROCHE, 1992, p. 47, grifos nossos).

Haroche (op. cit., p. 47-48) afirma que “há algo de crucial no encontro da Psicologia com a Gramática”, oportunidade em que mecanismos ideológicos funcionam no interior de mecanismos linguísticos e a *influência do jurídico nos procedimentos discursivos dá caráter jurídico ao sujeito na gramática*. A autora (HAROCHE, 1992, p. 48) cita Edelman (1973) para falar da emergência do sujeito de direito e de seu funcionamento relacionado ao Estado:

O Estado desempenha, ideologicamente, esse lugar que, na Idade Média, era reservado à Igreja. A *constituição de um Estado do sujeito-de-direito assegura o funcionamento da ideologia jurídica* [...] De um lado, o sujeito-de-direito existe em nome do direito, i. e., o Direito lhe dá seu poder; /.../ de outro, o poder que ele deu ao direito lhe retorna: o poder do direito não é senão o poder dos sujeitos-de-direito, o Sujeito se reconhece, a si mesmo, nos sujeitos /.../. O *assujeitamento do sujeito-de-direito ao Sujeito*⁴¹ lhe permite ao mesmo tempo legitimar seu poder fora dele e operar o retorno ao poder (EDELMAN 1973, *apud* HAROCHE, 1992, p. 48, rodapé, grifos nossos).

Haroche (op. cit., p. 51, grifos nossos) toma o “*sujeito jurídico da linguística*” para mostrar que a determinação na gramática constitui a “interiorização da dependência [...] do sujeito à ideologia a ao poder”: “a língua do Direito, como a da liturgia, devem ser línguas herméticas, línguas destinadas a assujeitar a massa dos sujeitos em um caso, ao direito e à religião, em outro” (HAROCHE, 1992, p. 58, grifos nossos). Explica, a autora, que o termo “sujeito”, aqui, é tomado na concepção que Althusser (1976, p. 121) lhe dá, com a seguinte ambivalência de sentido:

1) *uma subjetividade livre*: um centro de iniciativas, o autor é responsável por seus atos; 2) *um ser assujeitado*, submetido a uma autoridade superior, logo despido de

⁴¹ Acreditamos que, no “Estado do sujeito-de-direito”, o assujeitamento é do *sujeito jurídico*. O “sujeito-de-direito” seria, pensamos, o “*signo imagem de a*” (LACAN, 1992, p. 342), que o Estado, como A, no esquema ótico de Lacan ([1960b] 1998, p. 653), oferece ao “assujeitamento do sujeito”. Essa discussão é tratada no Capítulo “O Estádio do espelho na Teoria Geral do Estado”.

toda liberdade, salvo a de aceitar livremente sua submissão /.../ *O indivíduo é* interpelado em sujeito (livre) para que se submeta livremente às ordens do Sujeito, portanto, para que ele aceite (livremente) seu assujeitamento (ALTHUSSER, 1976 *apud* HAROCHE, 1992, p. 51, grifos da autora).

[...] *O assujeitamento* que outrora passava pela submissão ao rito religioso [...] *apoia-se*, paradoxalmente, desse momento em diante, no rigor, na precisão, na *transparência*, na cifra, na *letra*: não se trata mais de compreender, de questionar, mas somente de entender para se submeter. *O importante para o poder*, divino ou terrestre, *é sempre o mesmo*: “*fazer-se entender*” mas não compreender, nem, *a fortiori*, criticar (HAROCHE, 1992, p. 84, grifos nossos).

Haroche (op. cit., p. 84) diz que, no decorrer da história, a língua ganha importância, pois, “de ininteligível que era na ordem religiosa, a letra se pretende inteligível, ao menos em aparência, no aparelho jurídico”, permitindo a fluidez e a mobilidade necessárias à expansão econômica. Afirma, ainda, que apesar de seus benefícios, a letra não se tornou “efetiva e igualmente inteligível para ‘qualquer sujeito’”, criando a necessidade de intérpretes (HAROCHE, 1992, p. 84), papel exercido pela “elite cultural do reino”, que usava uma língua que provoca pesadume, obscuridade, uma língua hermética em que o sistema jurídico apreende mal as significações e garante a submissão do sujeito às leis (op. cit., p. 87); submissão essa que inclui até mesmo o juiz, representante do Estado: “são as leis que colocam o Judiciário nessa condição de ‘poder que quase não pode’” (MONTE-SERRAT, 1998, p. 26). Ao lado da centralização do Estado, Haroche coloca a necessidade de assujeitamento dos indivíduos “pelo caráter frequentemente não inteligível da língua” (idem, p. 88). A autora explica que a especificidade da língua jurídica é que garante o poder do Estado:

Pelo estabelecimento de jurisdições, leis, regulamentos, o poder real desenvolve o poder do aparelho de Estado: ele não pode, sob pena de renunciar a este estabelecimento, vulgarizar as significações da língua jurídica, que constitui, com efeito, sua melhor garantia (HAROCHE, 1992, p. 87).

O valor da letra faz com que o sujeito ponha em uso o axioma da pertinência, de que fala Ferreira (1999, p. 127), levando em consideração “*premissa imediatamente evidente* que se admite como *universalmente verdadeira* sem exigência de demonstração”

(FERREIRA, 1999, p. 243, grifos nossos), premissa esta colocada, de antemão, pelo Estado. Isso faz com que o sujeito falante na audiência realize seu depoimento de certa maneira e que não se oponha aos recortes. Naturaliza, também, ao juiz, que sentencia, o modo silogístico de proferir sua decisão.

2.5 O IDEAL DE LÍNGUA CLARA E O DESLIZAMENTO DE SENTIDO

Tfouni (2008, p. 72) ensina que, na língua, existe a “possibilidade de deslizamento dos significantes”; nesse caso, o “ideal da língua clara [...] parece cair por terra” e o total controle sobre uma língua clara não pode “ser alcançado, devido à ocorrência constante de deslizamentos entre significante e significado, além de falhas, ranhuras, no intradiscurso, ou seja, a deriva do sentido”.

O estudo que Tfouni (2008, p. 73-74) realiza a respeito da função poética em Jakobson (1971) a leva a uma definição de deriva dentro da linguagem. Esse conceito nos ajudará na análise dos dados, quando da comparação das falas em audiência com a escrita, do termo correspondente, sob ditado do juiz.

O que o autor quer dizer aí é que, ao construir a cadeia intradiscursiva, o sujeito depara-se - a cada “vazio” após a seleção de uma palavra - com um buraco de significação, que teoricamente pode ser preenchido por qualquer palavra que venha completar aquele arranjo. Obviamente, não existe uma liberdade completa de seleção, visto que o simbólico tem suas delimitações, e também porque a palavra que vai entrar ali já está comprometida com o contexto. Porém, o grau de liberdade é imenso. É nesses momentos que a deriva se instala como possibilidade. No momento seguinte, a deriva tanto pode instalar-se concretamente - criando um non-sense, ou a dispersão - quanto pode ser evitada, através da escolha da palavra “exata”. Dentre esses momentos bem sucedidos, Jakobson chama a atenção para o *aparecimento do inesperado no seio do esperado*, fato que, segundo ele, que cita Poe em seu auxílio, provoca um sentimento humano de satisfação. Trata-se da

ruptura da mensagem, ou do discurso ordinário – trata-se daquilo que Pêcheux (2002) mais tarde irá tratar como o advento do acontecimento na estrutura, e que Lacan [...] define como “(*a poesia é aquilo que faz adormecer*)” (no meu entendimento, Lacan refere-se aí ao fato de que na poesia não é a mensagem que importa, mas sim o jogo de significantes que produz o insólito: rimas, aliteraões, ressonâncias, ritmo) (TFOUNI, 2008, p. 74).

Para Tfouni (2008, p. 75), a função poética traz, para os usos ordinários da língua, um referencial discursivo e psicanalítico e permite, em função da introdução das noções de equívoco e deriva, questionar a assertiva de que “comunicar é informar, é tornar comum um pensamento”, ou a de que “somente mensagens bem formadas (de acordo com as regras da língua) podem ser aceitas”.

Há fatos discursivos, diz Tfouni (op. cit., p. 4), que caracterizam as formações do inconsciente, tais como os lapsos, jogos de palavras, trocadilhos, chistes e funcionariam como uma “quebra” na “mensagem supostamente organizada”, por trazerem consigo “uma verdade que não é de modo algum intrínseca ao valor verdade do enunciado, nem ao seu caráter linear de comunicação de um pensamento organizado nos moldes cartesianos”. Segundo a autora, trata-se, neste caso, “da verdade do sujeito”.

Do ponto de vista psicanalítico, pode-se vislumbrar aí o reconhecimento da castração por parte do sujeito, o que implica ao mesmo tempo a assunção do desejo e a revelação da sua verdade. E a verdade emerge junto com o significante tomado como “palavra plena” (Lacan, 2003). Este mesmo autor afirma que “(*... c’est avec l’apparition du langage qu’émerge la dimension de la vérité*)”⁴² (Lacan, 1957:524) (TFOUNI, 2008, p. 75).

Tfouni (op. cit.) cita Gadet & Pêcheux, a fim de estabelecer a importância de outro estruturalismo, diferente daquele que importa para as Ciências Humanas:

O real da língua não é ponto suturado pelas bordas como uma língua lógica; ele é atravessado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do Witz e de séries associativas que a desestratificam sem apagá-lo. O não idêntico que aí se manifesta

⁴² “É com o aparecimento da linguagem que emerge a dimensão da verdade” (tradução da autora).

pressupõe a alíngua (lalangue), enquanto lugar onde se opera o retorno ao idêntico sob outras formas: a repetição do significante na alíngua não coincide com o espaço do repetível próprio à língua, mas funda-o, e, junto com ele, também é fundante do equívoco, que afeta este espaço: é isto que faz com que em toda língua um segmento possa ser ao mesmo tempo ele e um outro, através da homofonia, da metáfora, dos deslizamentos operados pelos lapsos e pelo jogo de palavras, e a dupla interpretação dos efeitos discursivos (GADET & PÊCHEUX, 2004, p. 51, *apud* TFOUNI, 2008, p. 75).

Tfouni (2008, p. 77) ensina que equívoco e deriva estão unidos: “a deriva se constitui pela palavra que falta”, não há, nela, “ajuste perfeito entre as palavras e as coisas” e, nesse processo, “ocorrem esquecimentos, lapsos, hesitações, falsos começos”. Cita, a autora, lição de Ferreira: “O fato linguístico do equívoco não é algo casual, acidental, mas é constitutivo da língua, é inerente ao sistema. Isto significa que a língua é um sistema passível de falhas e por essas falhas, por essas brechas, os sentidos se permitem deslizar, ficar à deriva” (FERREIRA, 2003, p. 18).

Tfouni (2008, p. 77) lembra: “Pêcheux (2002) afirma que a deriva nomeia deslizamentos de sentido (‘o sentido sempre pode vir a ser outro’)”, e Lacan dá a esses deslizamentos os nomes de metáfora e metonímia; Para ela (idem) “*tanto a dispersão quanto a deriva quebram a aparente unidade do sujeito*”⁴³, e indiciam a irrupção da alteridade, ou do não-UM. Explica a autora (idem) que “a loucura da linguagem – alíngua - aponta para o que é desviante, para os momentos de desencontro entre as palavras (a linguagem) e o mundo” Para Tfouni a metáfora e a metonímia representam momentos “bem sucedidos” nesse processo de deslizamento de sentido.

Minha aposta teórica é que existe uma proposta latente em Jakobson, que depois vai ser retocada e formalizada por Lacan e também por Milner (1987): existe uma tensão constante entre alíngua e a língua.

⁴³ Creemos que essa aparente unidade do sujeito é o “signo *imagem de a*” (LACAN, 1992, p. 342), que o Estado, como A, no esquema ótico de Lacan ([1960b] 1998, p. 653), oferece ao sujeito assujeitado pela língua. Essa discussão é tratada no Capítulo “O Estádio do espelho na Teoria Geral do Estado”.

[...] Porém, há também momentos mal sucedidos, digamos assim. Estes ocorrem naquelas situações em que falta uma palavra, ou quando há uma concorrência entre significantes que de repente vem perturbar o fluxo contínuo. Esse processo é visível e detectado principalmente na fala, uma vez que na escrita ele geralmente fica apagado. Estão aí as hesitações, as disfluências, esquecimentos, atos falhos. A entrada de uma palavra, e não de outra, no ato de produção linguística, é produto tanto do eixo paradigmático quanto do sintagmático. As hesitações correspondem a momentos em que não é possível para o sujeito estabelecer equivalências, o que ocasiona falta de coesão e coerência no discurso (TFOUNI, 2008, p. 77).

A observação dessas hesitações, de atos falhos nas transcrições das falas de audiência serão indispensáveis no estudo dos sentidos que circulam no discurso jurídico. Esse fato exclui o entendimento de que a língua tem, apenas, função de comunicação. É o que ensina Tfouni, ao citar Ducrot numa crítica ao fato de que

as línguas teriam como origem primeira o esforço para representar o “pensamento”, para constituir-lhe uma imagem perceptível, um quadro: o ato de fala seria então explicado, *essencialmente*, como o ato de um pensamento que procura desdobrar-se em face de si mesmo para explicitar-se e conhecer-se. Nessa perspectiva, a utilização da fala para as necessidades da vida social, como meio de intercompreensão, não é considerada senão como um efeito secundário, que além do mais é perigoso e parasitário, pois é a ele que se deve atribuir a degenerescência das línguas, transformadas em instrumentos, quando antes eram fins, e que corta delas mesmas tudo o que não seja indispensável para a compreensão mútua dos interlocutores (DUCROT, 1972, *apud* TFOUNI, 2008, p. 78-79, grifo da autora).

A análise discursiva das falas em audiência e a análise discursiva de sentenças com estrutura de poesia permitem argumentar sobre o modo como o discurso jurídico pode vir a se re-significar no paradigma da Análise do Discurso e da Psicanálise. Assim, alguns fatos linguístico-enunciativos desprezados pelo sistema jurídico tornam-se relevantes, evidenciando, ao contrário do que estabelece o Direito - língua transparente e o sujeito mensurável e predizível - que a língua é opaca e o sujeito, falho.

Tomando o que afirma Zoppi (2005, p. 50) a respeito do *mito continuísta empírico-subjetivista* descrito por Pêcheux (1988) - que pretende a partir do “sujeito concreto

individual”, ligado a seus “preceitos e noções”, apagar de modo progressivo a situação, levando “ao sujeito universal”, que “pensa por meio de conceitos” - abre-se a possibilidade de entender como funcionam os processos de produção de conhecimento, que excluem e deslegitimam identidades e, também, observar como funciona o discurso “na produção de efeitos de intersubjetividade, consenso/senso comum e universalidade”.

Em relação ao discurso, Foucault (1983, p. 26) ensina na função-autor⁴⁴ não há negação do sujeito, mas dependência do sujeito a algo elementar, o significante. O desaparecimento do autor é seguido de perto pela distribuição de lacunas e falhas (FOUCAULT, 1983, p. 7); nesse caso há o que Signorini (2001, p. 116) chama de “sinais de fratura”, que dão um “efeito caricatural” ao conjunto, com “fragmento à deriva”, com “efeito de descontinuidade sintático-semântica”, e com “efeito de inconsistência no argumento” da cadeia discursiva.

Para melhor articular teoricamente os conceitos de sujeito e discurso jurídico, neste capítulo nos restringiremos à análise de um recorte para, posteriormente, em capítulo separado, nos determos na análise do corpus.

2.6 CONCEPÇÃO PSICANALÍTICA E DISCURSIVA DE SUJEITO

O fato de a linguagem ser o campo de constituição do sujeito e o fato de a AD (PÊCHEUX, 1988) e o Letramento (TFOUNI, 2005) serem teorias atravessadas pelo modo psicanalítico de conceber o sujeito, leva-nos a retomar as observações que fizemos sobre a constituição do sujeito nas páginas 42 e 43, do Capítulo primeiro. Conforme apontamos, o

⁴⁴ Diz respeito à relação discurso/autor, segundo Foucault (1983, p. 18), pertence ao âmbito discursivo e não se reduz às regras de gramática e da lógica.

sujeito é uma categoria que não está sujeita ao “desenvolvimento”; ele se constitui na enunciação e essa constituição, articulada ao plano social, abarca o sujeito do inconsciente (ELIA, 2004, p. 36). A linguagem e a inserção na ordem social demandam a intervenção da categoria do simbólico (Outro - uma “ordem significante e não significativa”) (op. cit., p. 39-40), que vai suscitar um “*ato de resposta* que se chama de sujeito” (idem, p. 41, grifo do autor). Embora o Outro convoque o sujeito, crie seu passado, não o determina totalmente (idem, p. 40, 43-44).

O discurso jurídico como materialidade linguística reflete a relação existente entre sujeito e Estado (Outro). Dessa relação - proveniente da articulação necessidade, demanda e desejo, na experiência do sujeito - indícios que nos levam a compreender a constituição do sujeito de direito, do sujeito jurídico e dos processos de significação do discurso jurídico. Retomamos a proposta de Pêcheux (1988) quanto à teoria materialista dos processos discursivos para lembrar que os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs) (Poder Judiciário, por exemplo) estabelecem uma ideologia como dominante que, por sua vez, se materializa em relações de desigualdade-subordinação na vida social. Esse relação entre ideologia e inconsciente dissimula a própria existência no interior de seu funcionamento, ao mesmo tempo em que produzem um “tecido de evidências subjetivas” em que se constitui o sujeito (PÊCHEUX, 1988, p. 152). O sujeito, ao se constituir a partir do esquecimento daquilo que o determina, se identifica com uma formação discursiva (FD) dominante e reinscreve, em seu próprio discurso, elementos do “já dito” que “fornece-impõe a ‘realidade’ e seu sentido” (PÊCHEUX, 1988, p. 164).

Efeitos do discurso contraditórios e paradoxais só podem ser observados, segundo Zoppi-Fontana, a partir da maneira original com que Pêcheux trata dos conceitos de língua, discurso, ideologia, história e sujeito. Os efeitos paradoxais do discurso emergem porque as relações de dominação e resistência estão inscritas nas formas linguísticas e a luta de classes

está no sentido das palavras (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 55). Segundo a teoria da AD (PÊCHEUX, 1988), o sujeito, interpelado pela ideologia, produz frases com um sentido, sem, contudo, ter controle sobre o processo de produção dos sentidos daquilo que fala.

O conceito mais comum de sujeito é o que designa indivíduo. Em filosofia, o “sujeito é definido como o próprio homem enquanto fundamento de seus próprios pensamentos e atos [...] a essência da subjetividade humana, no que ela tem de universal e singular [...] sujeito do conhecimento, do direito ou da consciência” (ROUDINESCO, 1998, p. 742).

Esse conceito de sujeito está em desconformidade com o conceito de sujeito dado pelo Letramento (TFOUNI, 2005) e pela AD (PÊCHEUX, 1988), que o articulam à língua, ao discurso, à história e à ideologia. As Ciências Humanas cuidam de um sujeito previsível, mensurável submisso a uma língua universal e transparente, mas, para Pêcheux (1988) e Tfouni (2005), inconsciente e história influenciam a língua e, por conseguinte, o próprio sujeito que dela se utiliza.

Pêcheux (1988) sustenta o conceito de sujeito como um lugar social constituído pela história e influenciado pela ideologia, que determina o que pode e o que deve ser dito. “Os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes”, ocupam suas posições-sujeito conforme a formação social e as formações discursivas (FD) em que estão inseridos (PÊCHEUX, 1988, p. 161). Ao ser interpelado pela ideologia, diz Pêcheux (1988, p. 183), o sujeito se “reveste” da “forma-sujeito”, que “é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais”; o sujeito se identifica com uma formação discursiva que o constitui recebendo “como evidente o sentido” daquilo que ouve, diz, lê ou escreve (PÊCHEUX, 1988, p. 157): o sujeito “estabelece uma relação ativa no interior de uma dada

FD; assim como é determinado ele também a afeta e a determina em sua prática discursiva” (FERREIRA, 2003, p. 23).

Ao mesmo tempo em que o sujeito se constitui em seu discurso, passa por uma dupla ilusão, segundo Pêcheux (1988), de que tem autonomia e consciência nesse seu discurso. Assim, afirma esse autor, o sujeito constitui-se pela ideologia e pelo inconsciente, dentro de dois esquecimentos:

Concordamos em chamar de *esquecimento nº 2* ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada.*

Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o *esquecimento nº 1*, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o *esquecimento nº 1* remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão (PÊCHEUX, 1988, p. 173, grifos do autor).

Nesse excerto, Pêcheux (1988) afirma que, no esquecimento nº 1 (inconsciente), o sujeito ignora que há um discurso preexistente ao seu; e, no esquecimento nº 2 (pré-consciente), o sujeito supõe que aquilo que diz é exatamente correspondente ao que pensa.

No conceito de esquecimento, Pêcheux inclui a categoria lacaniana de inconsciente, que remete ao grande Outro. A noção lógica e filosófica de sujeito foi dada por Lacan (1960a), dentro da teoria do significante. Ele transforma o sujeito da consciência no sujeito do inconsciente, da ciência e do desejo:

Foi em 1960, em “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano” que Lacan, apoiando-se na teoria saussureana do signo linguístico, enunciou sua concepção da relação do sujeito com o significante: “Um significante é

aquilo que representa o sujeito para outro significante”. Esse sujeito, segundo Lacan, está submetido ao processo freudiano da clivagem (ROUDINESCO, 1998, p. 742).

[Lacan] definiu o inconsciente como o “discurso do outro” e, mais tarde, como o Outro (com maiúscula), lugar de um significante puro onde se marca a divisão (clivagem) do sujeito (ROUDINESCO, 1998, p. 377).

Lacan relaciona sujeito, linguagem e inconsciente:

Lacan enfatizou que o inconsciente [tem] “a estrutura radical da linguagem” [...]: “O inconsciente é estruturado como uma linguagem”, seguido de uma outra formulação: “A linguagem é a condição do inconsciente”. A ideia lacaniana de uma primazia da linguagem – e, portanto, do significante – repousa no dado primordial de que o indivíduo não aprende a falar, mas é instituído (ou construído) como sujeito pela linguagem. A criança, portanto, é sujeitada logo de saída a uma ordem terceira, a ordem simbólica [...] Por ser captada num universo significante, a criança começa a falar muito antes de saber conscientemente o que sua fala diz: “A *linguagem*, portanto”, escreve Joël Dor, “aparece como a atividade subjetiva pela qual *dizemos algo totalmente diferente do que acreditamos dizer naquilo que dizemos*. Esse ‘algo totalmente diferente’ institui-se, fundamentalmente, como o inconsciente que escapa ao sujeito falante, por estar constitutivamente separado dele” (ROUDINESCO, 1998, p. 378, grifos da autora e nossos).

Essa teoria de Lacan (2009) propõe um sujeito dividido por seu próprio discurso.

O modo de Lacan demonstrar isso foi invertendo o “cogito, (ergo) sum” cartesiano para “sou onde não penso”. O sujeito do inconsciente emerge entre os significantes, “escapa”, sem se dar conta do que o constitui. Ao sujeito do inconsciente, “que não sabe o que diz e nem sequer que está falando”, (op. cit., [1960a]1998, p. 815) dá o efeito de “*fading*”, “por sua ocultação por um significante cada vez mais puro” e concebe o Outro como “lugar do significante” (op. cit., p. 827).

A relação psicanalítica entre sujeito, linguagem e inconsciente é adotada por Pêcheux quando aproxima o Sujeito althusseriano ao Outro lacaniano, tomando-os como equivalentes à ordem simbólica, precedente aos sujeitos interpelados (CARVALHO, 2008, p. 80). Desse modo as formas linguísticas da lei como “todo aquele que”, “é dever de todo

aquele que”, que não apresentam o sujeito, realizam o ideal científico de objetividade esvaziando a subjetividade (op. cit., p. 75). Algo que está em jogo antes remete à “*identificação* pela qual todo sujeito se reconhece como homem” (PÊCHEUX, 1988, p. 117). Pêcheux alerta para o fato que esse é o registro da ficção (op. cit., p. 120); que a simulação do conhecimento científico no desconhecimento ideológico causa uma miragem, sobre a qual é preciso trabalhar para que se desconstrua a continuidade entre ciência e ideologia, o que só é possível através de uma “teoria não subjetiva da subjetividade” (PÊCHEUX, 1988, p.134), a qual trabalha sobre o “*funcionamento das representações e do pensamento nos processos discursivos*” (op. cit. p. 125). Esse processo de identificação do sujeito promove um apagamento da subjetividade para uma forma simétrica, remetendo ao assentimento com que o sujeito adere a uma proposição, supondo a forma consensual sob a aparência de objetividade (PÊCHEUX, 1988 *apud* CARVALHO, 2008, p. 78-79).

Para Pêcheux (1988, p. 130) há, de um lado, a noção ideológica do sujeito e, de outro, o sujeito empírico, sujeito da enunciação, unificado e identificado consigo mesmo, sob uma ilusão de autonomia, assujeitado às significações com as quais se identifica (PÊCHEUX, 1988, *apud* CARVALHO, 2008, p. 79). Sob essa perspectiva da AD a respeito do sujeito, numa articulação com o conceito de letramento desenvolvido por Tfouni (1992, 2005) e, também, com o conceito de sujeito da psicanálise lacaniana (aprofundado no Capítulo seguinte), desenvolvemos a concepção de uma dimensão política do sujeito na cadeia discursiva, sobre a qual discorreremos no capítulo 4.

CAPÍTULO 3

O ESTÁDIO DO ESPELHO NA TEORIA GERAL DO ESTADO⁴⁵

3.1 INTRODUÇÃO

A psicanálise lacaniana é uma das bases desta pesquisa pelo fato de se ocupar de um sujeito, como suporte das interpretações, ao qual os sentidos escapam por abrigar uma falha constitutiva (MAINGUENAU, 2011). O estudo mais aprofundado do processo de constituição do sujeito psicanalítico nos ajuda na compreensão da constituição do sujeito de direito no discurso do Direito, cujas fronteiras são encerradas num espaço compacto.

A teoria de Lacan ([1949]1998) está vinculada à diferença entre visão e olhar, podendo dar-nos uma pista sobre o que seria o mais-de-olhar, encoberto pela imagem que “reina nas relações entre os indivíduos no palco do mundo [...] em que, como num baile à fantasia, cada um se veste com sua *persona*” (QUINET, 2002, p. 126). Segundo Quinet (QUINET, op. cit.), o imaginário é o registro da consciência e do sentido, e existe uma clivagem entre o simbólico e imaginário, a partir da estrutura do campo escópico, que estabelece a esquizo entre olhar e visão. Quinet (2002, p. 133, grifos nossos) diz que a falta constitutiva do sujeito é encoberta pela imagem que, “*por definição, é sempre completa, inteira, uma vez que a falta não tem imagem e não há imagem alguma possível daquilo que falta*”. Nossa aposta está em que o sujeito de direito é da ordem do imaginário e vem buscar completar a falta do sujeito, sem nos esquecer, todavia, de que algo retorna para rivalizar com a harmonia do imaginário.

⁴⁵ Este capítulo foi desenvolvido a partir do texto MONTE-SERRAT, D., *O Estádio do Espelho na Teoria do Estado* apresentado como requisito para a conclusão de créditos referentes à disciplina Linguagem e Psicanálise ministrada pela Profa. Dra. Nina de Araújo Leite, do IEL-UNICAMP, junho, 2008.

Pretendemos, neste capítulo, tratar de alguns conceitos psicanalíticos fundamentais a respeito de imagem, imaginário, simbólico para, em capítulo posterior, articulá-los aos conceitos de imagem e sujeito no discurso jurídico. Aqui nos detemos sobre o “poder metafórico” do esquema ótico de Lacan ([1949]1998) para, no capítulo seguinte, aplicá-lo à Teoria Geral do Estado no intuito de vislumbrar o funcionamento da ideologia e do inconsciente na constituição do sujeito e de desconstruir o paradoxo do “livre assujeitamento” do sujeito de direito. A psicanálise aplicada ao discurso jurídico faz transcender da perspectiva empírica onde não existe uma “uma definição suficiente do inconsciente” (LACAN, 1964b, p. 196) para, dentro da relação sujeito- grande Outro no discurso do Direito, fazer observar que existe um jogo de linguagem em que o raciocínio silogístico se impõe e traz uma perspectiva modeladora do olhar, desdobrado em duas visões que se alternam (MACI, G., 2011): o visto (depoente dando sua versão dos fatos ao juiz de direito), e aquilo que se vê como visto (termo do depoimento ditado pelo juiz, com os recortes supostamente necessários que silenciam a fala do depoente, configurando-a de outra maneira).

3.2 O ESTÁDIO DO ESPELHO

O “Estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica” é uma comunicação em que Lacan ([1949] 1998) dá início ao seu percurso psicanalítico. Ao afirmar que o “bebê não tem coordenação motora”, “unidade corporal”, Lacan mostra a impossibilidade de a criança “possuir um Eu fundado pelas funções biológicas” (LEITE, 2010). O enfoque desse texto não está na descrição do fenômeno humano em que a criança se reconhece, diante do espelho como “um corpo entre os corpos, [...] um ser entre os seres” (WALLON, 1995, p. 211); também não se trata de dizer que pensar é existir

(*cogito ergo sum*⁴⁶), fato a que Damasio (1996) atribui o nome de “erro de Descartes”. O ponto crucial do estágio do espelho está na evidência de que, *antes de ter coordenação motora*, a criança já *se reconhece* no espelho, o que mostra que já existe um “Eu entendido como corpo unificado” (LEITE, 2010); existe uma “antecipação das funções psicológicas em relação às biológicas” contrariando a ideia de um “Eu fundado em atividades cerebrais” (op. cit.), como confirma Roudinesco:

Situado entre os seis e os dezoito primeiros meses de vida, o estágio do espelho é assim o momento ou o estado durante o qual a criança *antecipa* o domínio de sua unidade corporal por uma *identificação com a imagem* do semelhante e pela percepção de sua imagem num espelho. Assim é construída a estrutura narcísica do eu tendo como elemento central a *imago do duplo*. Quando o sujeito reconhece o outro, sob a forma de um laço conflituoso, ele alcança a socialização (ROUDINESCO, 2006, p. 42-43, grifos nossos).

Para mostrar o inverso do *cogito* cartesiano, “sou ali onde não penso”, Lacan (2009) retoma várias vezes o estágio do espelho num espaço de 20 anos fazendo retoques em seu esquema ótico, acrescentando as dimensões do real, simbólico e imaginário, até chegar à problemática do assentimento, inovando o trajeto do olhar, articulando-o à imagem e à representação, colocando a questão do um, captando o múltiplo sob as formas de unidade. Para realizar essa tarefa, ele usa a lógica, a topologia, a literatura, a clínica psiquiátrica, a história da filosofia, estabelecendo uma “unidade insuspeitada” entre fenômenos a que costumamos observar separadamente (GAUFEY, 1998, p. 17). Esse saber analítico sobre a constituição do sujeito traz especial contribuição a esse estudo, uma vez que se dá em proporção inversa ao tamponamento do discurso científico do Direito, sendo este último lugar em que o sentido “quanto mais redondo sai [...] maior é a tendência de girar no vazio” (op. cit. p. 18).

⁴⁶ Penso, logo existo.

3.2.1 Origens do estágio do espelho

As origens da evolução biológica da criança teve início com Wallon (1995, p. 192), que já afirmava que a simples aproximação das coisas, não é suficiente para explicar o objeto. Ele se deu conta de que o sistema dos dados sensoriais ou motores correspondentes ao objeto necessita de uma integração ao “plano da vida psíquica, a uma ordem diferente de operações, na qual intervém a atividade simbólica”, para que daí surgir a “noção do próprio corpo” (idem).

3.2.2 Sujeito e reflexividade

O estudo de Lacan a respeito da subjetividade o levou à conclusão de que o eu enquanto *corpo próprio*, *não se reduz ao biológico*. Ele diz que existe um corpo que não se reduz ao organismo (LEITE, 2010) e que a *individualidade* não decorre da sensibilidade, mas *emerge da representação* (GAUFEY, 1998). Com a imagem no espelho, tem início, no sujeito infantil, uma dissociação, uma individualização que “delimite a fronteira entre ele e o exterior” (op. cit., p. 41).

Husserl (1950, *apud* GAUFEY, 1998, p. 52-53) já distinguia o “único corpo”, “o corpo onde se agita a vida” (*Leib*), do “corpo físico” (*Körper*). O filósofo (HUSSERL, 1950, *apud* ONATE, 2006, p. 110) ao escrever sobre a fenomenologia da consciência íntima do tempo afirma que na subjetividade há uma síntese onde se encontra a “forma originária da unidade do fluxo”. Gaufey (1998, p. 55) explica, a esse respeito, que o “eu encontra-se sempre no fluxo”, tornando possível a compreensão da presença localizada do outro, uma “co-presença” na experiência de que *je* pode fazer de um *Körper*, que também é um *Leib*.

Segundo Husserl (1994, p. 158) há diferença entre “apresentação” e “apresentação” na percepção das coisas:

“cuyo frente, que es propiamente visto, presenta siempre y necesariamente la cara posterior de la cosa, prescribiéndole um contenido más o menos determinado”. Si miro la luna, veo la cara que ella me presenta y deduzco que atrás hay *otra* cara que no está presente sino solamente *apresentada* por aquella que me es dada directamente por la experiencia (HUSSERL 1931, *apud* GAUFEY, 1998, p. 56).⁴⁷

Essa percepção assimiladora é oferecida pelo espelho e faz um laço entre o corpo e a “presença de si, esse *je*, esse *Leib*, essa sede de sensações” (GAUFEY, 1998, p. 63). Desse modo podemos pensar a imagem não só como a soma de elementos, mas como algo que possui uma existência e uma eficiência psicológica própria, fenômeno a que Lacan ([1049]1998) relaciona ao conceito de *imago*, tomado de Freud. Lacan introduz a expressão “estádio do espelho” para descrever a estrutura do eu segundo duas etapas consecutivas e bem diferenciadas: “com o estágio do espelho surge uma unidade inédita, o eu ‘formado’ e ‘alienado’ na alteridade da imagem, unidade submersa em um ‘mundo narcisista’”; numa segunda etapa esse eu vai distinguir progressivamente “sua imagem especular narcisista da imagem do semelhante através do drama dos *celos*”, sendo estes “fundadores do eu socializado” (GAUFEY, 1998, p. 70).

A ligação entre o psíquico/biológico e o poder morfogênico da imagem são demonstrados por Lacan ([1946], 1998) em um experimento em que observa que a pomba só ovula na presença de seus semelhantes e, colocada diante de um espelho, chega a ovular em dois meses e meio. Segundo Lacan ([1946], 1998) a *imago* dá forma ao Eu, tem efeito de *alienação* do sujeito, pois é no outro que este se identifica. A imago pode, ser concebida como “maturação precoce da percepção visual” e adquirir um “valor de antecipação funcional”

⁴⁷ ‘Cuya frente, que é propiamente vista, apresenta sempre e necesariamente a face posterior da coisa, prescrevendo-lhe um conteúdo mais ou menos determinado’. Se olho a lua, vejo a face que ela me ‘presenta’ e deduzo que atrás há *outra* face que não está presente senão somente *apresentada* por aquela que me é dada diretamente pela experiência (tradução nossa).

diante do espelho (LACAN, op. cit., 187); ela realiza “a identificação resolutive de uma fase psíquica” no complexo espaço-temporal imaginário (op. cit., p. 189).

Lacan ([1949], 1998) trata, no estágio do espelho, de noções ambíguas como “indivíduo humano”, “imagem” e, “si mesmo” “organização passional que ele irá chamar de seu *eu*”, cuja relação Gaufey explica da seguinte maneira:

“el individuo humano” que soporta la reflexividad pueste que inmediatamente va a ser designado con la expresión “sí mismo”, a continuación “la imagen”, y finalmente la “relación” entre los dos, a la que es necesario ver como el sujeto gramatical de toda la frase: lo que “él” (el “individuo humano”) llamará “su yo”, “esta organización pasional”, proviene, tanto en lo relativo a la energía como a la forma, de la *relación* establecida entre el individuo y esa imagen. El yo no viene ni de la imagen ni del individuo, sino de la *tensión* instalada entre los dos por la identificación (LE GAUFÉY, 1998, p. 76)⁴⁸.

Observamos que o *eu* não é tomado como imagem, mas resulta de uma *tensão provocada pela identificação*, é o que se depreende do recorte a seguir:

Essa forma [eu] se cristalizará, com efeito, na *tensão* conflitiva interna ao sujeito, que determina o despertar de seu *desejo pelo objeto do desejo do outro*: aqui, o concurso primordial se precipita numa concorrência agressiva, e é dela que nasce a *tríade do outro, do eu e do objeto* (LACAN, [1948]1998, p. 116, grifos nossos).

Existe uma relação erótica que não está na imagem dada do sujeito, mas em sua reflexividade, no “si mesmo”, na “*possessão da reflexividade*” (GAUFÉY, 1998, p. 76-77).

3.2.3 Reflexo da unidade da imagem no corpo

⁴⁸ ‘o indivíduo humano’ que suporta a reflexividade p
osto que imediatamente será designado com a expressão ‘si mesmo’, continuando ‘a imagem’, e finalmente a ‘relação’ entre os dois, a que é necessário ver como o sujeito gramatical de toda a frase: o que ‘ele’ (o ‘indivíduo humano’) chamará ‘seu eu’, ‘esta organização passional’, provém, tanto no relativo à energia como à forma, da *relação* estabelecida entre o indivíduo e essa imagem. O eu não vem nem da imagem nem do indivíduo, senão da *tensão* instalada entre os dois pela identificação (tradução minha).

O texto do estágio do espelho (LACAN, [1949] 1998) é tido como um “acontecimento experimental ‘bruto’, quase fora do protocolo científico e considerado evidente” (GAUFÉY, 1998, p. 78), pois articula domínios heterogêneos como imagem, *imago*, corpo, que remodelam o movimento de identificação do ser humano (op. cit., p. 78-79).

No título “O estágio do espelho como formador da função do eu”, é importante observar que esse “eu” corresponde ao *je* (sujeito do inconsciente) a que Lacan contrapõe ao *moi*, resultante de uma cultura que “tende a reduzir ao ser do *eu* [*moi*] toda a atividade subjetiva” (LACAN [1949] 1998, p. 120).

Ao apresentar uma criança que “reconhece [...] como tal sua imagem no espelho” (LACAN, [1949]1998, p. 96), Lacan utiliza conceitos de criança, espelho, imagem no espelho e, por fim, um verbo “reconhecer” e um possessivo “sua” para articular criança e imagem. A esse conjunto ele acrescenta um elemento dinâmico, “a inspiradora mímica do *Aha-Erlebnis*”, “apercepção situacional, tempo essencial do ato de inteligência” (GAUFÉY, 1998, p. 82) para afirmar que repercute na criança “uma série de gestos em que ela experimenta ludicamente a relação dos movimentos assumidos pela imagem com seu meio refletido” (LACAN [1949] 1998, p. 96-97). Neste ponto, Lacan faz um “jogo de ida e volta” com aquilo que é observado na superfície plana do espelho e, por outro lado, a realidade não refletida, mostrando que há disparidade entre o que pode ser objeto do olhar e o que “não pode ser transformado em objeto do olhar”, o que está “fora do espelho, a saber o corpo e também o rosto” (GAUFÉY, 1998, p. 82). A assunção jubilatória aparece como *signo* de uma *identificação*: “a transformação produzida no sujeito quando assume uma imagem” (GAUFÉY, 1998, p. 82-83, grifos nossos). Gaufey (1998, p. 83) explica que é a *identificação* que “*põe em forma*” o que “se assume no espelho”, e esse fato é que demonstra a importância do estágio do espelho: se o espelho mostra o que está descrito previamente, “então não se passa grande coisa no

estádio do espelho”; mas para tê-lo como algo que capta um “acontecimento pontual” é necessário levar em conta que “nem a imagem do corpo, nem o corpo chamado ‘próprio’ possuem individualidades *previas*” (idem).

A “forma total do corpo” é dada na “exterioridade” com uma dupla polaridade: “num relevo de estatura que a congela e numa simetria que a inverte”, estatura esta que logo se converte em “estátua em que o homem se projeta” (LACAN, [1949] 1998, p. 98). Em oposição a esses dois aspectos (relevo e simetria) há o movimento em que o sujeito se experimenta, animando a forma total do corpo (GAUFEY, 1998, p. 84). Esse *je* “‘experimenta’ porque anima a imagem” (idem) e, segundo Lacan (op.cit.), a “‘estatura’ da imagem” se converte, a seguir, em “estátua em que o homem se projeta”.

Chamamos a atenção para o fato de Lacan ([1949] 1998, p. 98) afirmar que essa unidade da “forma total do corpo” ser oferecida por meio da imagem especular, “limiar do mundo visível”. Acrescentamos a isso o fato de que essa *imagem* “*orienta e polariza o desejo*” (LACAN [1962-1963] 2004, p. 55, grifos nossos) e que o espelho “não se estende até o infinito, tem limites” (GAUFEY, 1998, p. 85). O efeito morfogênico da imagem influi sobre o desenvolvimento, provocando, no bebê, uma “prematuração”, de uma “antecipação” em que

El sujeto anticipa una unidad para la que no tiene en esse momento los médios (neurônicos y motores), y esta unidad anticipada descubre, de vuelta, un cuerpo que, por echo de esta reflexividad nueva, va a sentirse despedazado. El despedazamiento no es un dato primero dictado por una cenestesia caótica, sino como el choque retroactivo de esta unidad dada demasiado temprano em la imagen, es un hecho de imagen (LE GAUFEY, 1998, p. 85).⁴⁹

Entre a imagem da forma total do corpo e o corpo despedaçado, o *je*, resultante do estágio do espelho torna-se “símbolo de uma unidade irreduzível”, *não da imagem*, mas do

⁴⁹ o sujeito antecipa uma unidade para a qual não tem ainda os meios (neurológicos ou motores), e essa unidade antecipada descobre, de volta, um corpo que, pelo fato desta reflexividade nova, vai sentir-se despedaçado. O despedaçamento não é um dado primeiro ditado por uma cenestesia caótica, senão o choque retroativo desta unidade provocado demasiado cedo na imagem, é um feito de imagem (LE GAUFEY, 1998, p. 85).

reflexo da imagem no corpo (idem). Que é o *je*? É, segundo Gaufey (op. cit., p. 86, grifos nossos), “*reflexo da unidade da imagem no corpo*”. Lacan, todavia, não se detém nessa forma unitária do *je* a fim de não correr o risco de dar-lhe “uma forma ainda mais dura do que a da *res cogitans* com que Descartes havia estabilizado brutalmente a volatilidade do *ego*”, e, afirma que esse *je* passa por transformações em sua existência, como a “passagem do [eu]⁵⁰ especular para o [eu] social” (LACAN [1949] 1998, p. 101).

O estudo de Lacan (1987) não se detém na percepção visual, mas no visual *sobredeterminado* pela posição em que o indivíduo se coloca no *simbólico* pelo olhar do outro; *sobredeterminado pela função da imagem*. *O efeito da imago é o de alienação do sujeito: é ao outro que o sujeito se identifica, o desejo do sujeito é o desejo do outro*. A imagem do outro é dotada, por Lacan, “de uma coisa que não tinha quando estava no espelho: esta imagem deseja um objeto e o possui” (GAUFHEY, 1998, p. 87).

A identificação com a imago do semelhante abriga, segundo Gaufey (1998, p. 88), um “profundo mistério formal”, já que Lacan não explica como “alguém e objeto formam um par reunido pelo operador ‘desejo do outro’”. A aposta teórica de Lacan está em que “significações, objetos, tudo isso só existirá sob a forma unitária de onde *je* os percebe como percebe a si mesmo [...] o *je* se reconhece no outro, no objeto, na significação, pois estão feitos a sua imagem e semelhança”; ou seja, a imagem “alienante” do espelho faz com que tudo que se apresenta ao *je* seja “forjado à sua imagem” (op. cit. p. 89).

3.2.4 O esquema ótico de Lacan

O esquema ótico desenvolvido por Lacan ([1949] [1960b] 1998) tem importância metafórica no estudo do discurso jurídico, pois é a partir do Outro que se constituem as

⁵⁰ O tradutor de Escritos, para distinguir o uso do *moi* e do *je* franceses adota as seguintes formas: *je*, sujeito do inconsciente, vem grafado [eu]; e *moi* vem grafado eu.

coordenadas simbólicas do desejo do sujeito; o grande Outro introduz uma perspectiva, um “lugar de onde o sujeito aguarda um lugar de amor, o reconhecimento de seu valor”, lugar que “traz um olhar de aprovação para os atos do sujeito” e, ao mesmo tempo, não permite que o sujeito perceba que não há coincidência, mas engodo (QUINET, 2002, p. 118).

O esquema ótico do físico Bouasse abriga uma ilusão: o buquê real, invertido e escondido dentro da caixa, parece estar dentro do vaso, conforme esquema abaixo (LEITE, 2010):

Figura 2. Esquema ótico de Bouasse usado por Lacan (1960b *apud* LEITE, 2010)

As flores escondidas se converterão em objeto do olhar se o olho do observador estiver situado dentro de um espaço determinado, formando, assim “um todo (vaso + flores)” (GAUFÉY, 1998, p. 94). A construção de um conceito de sujeito em que “isso pode falar” sem que ele nada saiba a respeito leva Lacan ([1960b]1998, p. 681), utilizando o poder metafórico do esquema ótico, a pensar a dupla incidência do imaginário e do simbólico colocando o vaso no interior da caixa para que sua imagem real circunde o buquê de flores colocado acima dessa caixa. Nesse esquema o *olho é metáfora do sujeito*, que vê a imagem do

espelho côncavo pelo reflexo no espelho plano (A), e este último (*espelho A*) realiza a *ilusão da imagem real* (que não aparece no esquema) *na imagem virtual*, conforme esquema a seguir (LEITE, 2010):

Figura 3. Esquema óptico de Lacan (1960b *apud* LEITE, 2010)

Esse esquema óptico como experiência do pensamento leva Lacan à conclusão de que o olho, “metáfora do sujeito”, assume *posição* essencial entre *imaginário e real*: “a situação do sujeito [...] está essencialmente caracterizada por seu lugar no mundo simbólico, dito de outra maneira, no mundo da palavra”(GAUFEY, 1998, p. 95). O corpo (real, vaso) é inacessível ao olhar e, conseqüentemente, ao sujeito (determinado pela ordem simbólica), “o qual nunca terá mais que uma apreensão imaginária desse corpo” (op. cit., p. 96). A função do espelho plano (A) é a de enviar o olhar a um ponto simétrico preciso do espaço virtual criado por esse mesmo espelho, de modo que o olho não se olhe ali (GAUFEY, 1998). À função do espelho Lacan ([1953-1954] 1986) acrescenta a função simbólica:

O aparelho que inventei mostra pois que, se estivermos colocados num ponto muito próximo da imagem real, podemos não obstante vê-la, num espelho, no estado de

imagem virtual. É o que se produz no homem [...] O que é que resulta disso? Uma simetria muito particular. Com efeito o sujeito virtual, reflexo do olho mítico, quer dizer, o outro que somos, está lá onde vimos inicialmente nosso ego – fora de nós, na *forma humana*. *Essa forma está fora de nós* [...] O ser humano não vê sua forma realizada, total, a miragem de si mesmo, a não ser fora de si [...] Aquilo que o *sujeito*, que existe, *vê no espelho*, *é uma imagem*, nítida ou bastante fragmentada, inconsistente, descompletada [...] *Tudo depende da incidência particular do espelho* [...] Da inclinação do espelho depende, pois, que vocês vejam menos ou mais perfeitamente a imagem [...] Podemos supor agora que a inclinação do espelho plano *é comandada pela voz do outro*. Isso não existe ao nível do estádio do espelho, mas é em seguida realizado pela nossa relação com outrem no seu conjunto – a *relação simbólica* (LACAN [1953-1954] 1986, p. 164, grifos nossos).

É na *determinação do simbólico, através do jogo de espelhos*, que Lacan ([1953-1954] 1986, p. 165, grifos nossos) *obtem a posição do sujeito “como aquele que vê”*. Com a integração entre imaginário, real e simbólico, Lacan (idem, grifos nossos) distingue “ideal do eu” de “eu ideal”: “o *ideal do eu comanda o jogo de relações* de que depende toda a relação a outrem” (idem, grifos nossos). O *ideal do eu* pertence à dimensão *simbólica*, não é uma imagem; e o *eu ideal* é uma imagem, é representado pela *conjunção* entre a *imagem virtual* (flores, objeto de desejo) e a *imagem real* (vaso, corpo) (GAUFEY, 1998).

A importância do estudo da imagem neste texto se deve à “presença de aparência”, em que a visibilidade da imagem a torna “realidade do mundo sensível” (QUINET, 2002, p. 125). A imagem do ideal do eu “como totalidade, mascara a falta introduzida no falante pelo simbólico”; e a “imagem reina sobre as relações entre indivíduos no palco do mundo, e da mundanidade, em que, como num baile à fantasia, cada um se veste com sua *persona*” (QUINET, 2002, p. 126). O imaginário, registro da consciência e do sentido, leva o homem a julgar-se um “eu” por meio da identificação com o outro (op. cit., p. 127). Assim o sujeito “usa a farsa de sua pessoa”, a “*persona*”, como o eu, velando o objeto a olhar, que está “ausente do campo de sua realidade” (op. cit., p. 140). O real do ser do sujeito é mascarado pela imagem.

É preciso ressaltar que existe diferença entre visão e olhar. A visão é da ordem especular e o olhar, da ordem do escópico (QUINET, 2002, p. 141). Para estabelecer essa diferença o autor (op. cit., p. 143) lança mão da perspectiva como uma forma simbólica de distinguir o sujeito geometral, da visão cartesiana, do espaço daquilo que representa o olhar, o qual se inscreve como objeto *a*. A dificuldade em estabelecer essa distinção está em que “imaginário e o real agem no mesmo nível” (LACAN [1953-1954] 1986, p. 165).

A figura do esquema ótico metaforiza uma forma do estádio do espelho que liga “à estrutura os efeitos da assunção da imagem especular [...] no momento jubilatório em que ela é efetivamente observada, do 6° ao 18° mês, baseando-os numa prematuração perceptiva inscrita numa discordância do desenvolvimento neurológico” (LACAN [1960b] 1998, p. 682). No decorrer do desenvolvimento do esquema ótico Lacan define “a *imagem do corpo* [como sendo] em primeiro lugar e *antes de tudo a imagem do outro*, desta alteridade que se apresenta no *espelho plano*” (GAUFEY, 1998, p. 102, grifos nossos) e define o objeto *a* como algo que não tem especularidade, ou seja, como algo que não produz imagem no espelho (LACAN [1960b] 1998). O “Outro é o lugar onde se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer” (LACAN [1964b], p. 193-194).

Além de dar ao objeto *a* o estatuto de não-especular, Lacan ([1960b]1998) soma, ao valor metafórico do grande Outro como espelho plano, a *função do giro* que a criança dá em direção ao adulto que a sustém e do qual esta última espera o que “é da ordem de um acordo ou de um testemunho, pois *a referência ao Outro joga ali uma função essencial*” (GAUFEY, 1998, p. 111, grifos nossos). Desse grande *Outro não pode voltar* “*mais que o signo ‘imagem de a’, essa imagem especular, desejável e destruidora [...] efetivamente desejada ou não*” (op. cit., p. 112, grifos nossos). E é esse grande *Outro* que vai dizer, nessa *tensão* entre a *imagem do espelho* e o que se assume no espelho “*onde está a imagem e onde*

está o que não é imagem”; essa imagem se desdobra “*a nivel del Outro, para el Otro y por el Otro*”⁵¹ (GAUFEY, 1998, p. 112, grifos nossos). Entendemos que a função do Outro ao oferecer “signo imagem de *a*” é a de tamponar o olhar do sujeito que se constitui no campo escópico, deixando lugar apenas para a constituição do sujeito no campo especular, sujeito geometral, supondo hibridização de imagens (QUINET, 2002, p. 145). Ao formar, no espelho plano, uma pirâmide ligada ao centro do olho, fazendo as linhas do olhar se encontrarem em um só ponto, o “ponto de vista”, a perspectiva leva à apreensão de um espaço visual “*inteiramente racional*”, capaz de purificá-lo de toda a subjetividade (op. cit., p. 146-147).

A respeito da relação sujeito-grande Outro, Nasio (2008, p. 98) explica que: “*el yo, el sentimiento de ser uno, es una instancia imaginaria que depende de lo simbólico y está perforada por la libido que lo vivifica*”⁵². O autor (idem) diz, ainda, que “*independientemente de que me distinga del outro o que me sienta semejante a él, de que me sienta autónomo o dependa de él, siempre necesito del outro para ser yo*”⁵³. Nessa relação o olhar é um trabalho da identificação simbólica e não da identificação com uma imagem (GAUFEY, 1998, p. 114). O espelho, para Lacan, não é “uma máquina de refletir” (op. cit. p. 116), pois o Outro oferece um “valor novo” experimentado pelo sujeito em sua assunção jubilatória (idem), em seu assentimento onde não cabe “nenhum questionamento” (op. cit., p. 118-119). Na identificação especular “as diferenças entre o eu e o outro são abolidas pela identificação do eu com o outro, que é utilizado pelo sujeito como um espelho” (QUINET, 2002, p. 281).

⁵¹ No nível do Outro, para o Outro e pelo Outro (tradução nossa)

⁵² o *eu*, o sentimento de ser um, é uma instância imaginária que depende do simbólico e está perfurada pela libido que o vivifica (tradução nossa).

⁵³ Independentemente de que me distinga do outro ou que me sinta semelhante a ele, de que me sinta autônomo ou dependa dele, sempre necessito do outro para ser eu (tradução nossa).

3.3 O ESTÁDIO DO ESPELHO NA TEORIA GERAL DO ESTADO

3.3.1 Introdução

A articulação teórica do estágio do espelho (LACAN [1949]1998) com a Teoria Geral do Estado tem como principal foco explicar a função do Estado (na posição do espelho “A” do esquema ótico) em constituir a imagem de sujeito de direito como uma antecipação. Para isso retomamos os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs) (ALTHUSSER, 1999) na função de espelho A, concebidos como “mecanismos que, para serem atuantes, para ‘captarem’ o indivíduo, sempre já pressupõem a presença do Estado, a relação transferencial do indivíduo com o poder do Estado, ou [...] com o grande Outro ideológico em quem se origina a interpelação” (ZIZEK, 1999, *apud* ADORNO, 1999, p. 19).

A reflexão sobre o olhar e sobre seu percurso no poder metafórico do esquema ótico ([1949][1960b]1998) é a que melhor apreende o papel do Estado como o grande Outro, pois situa o olhar como causa do saber (QUINET, 2002, p. 10). A função de espelho A ao Estado não se restringe a algo estático; ela abriga a complexidade de uma função morfogênica sobre o indivíduo, identificando-o ao sujeito de direito, que não se dá conta de seu livre assujeitamento.

Desenvolver a relação entre o Estado e a constituição do sujeito a partir do texto de Lacan ([1949]1998, p.96) “O estágio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica”, vem da ideia de que é a partir da imagem especular que se constitui o mundo dos objetos para o sujeito. Isso permite pensar que o escopo da imagem é a identificação do olhar do outro; que o estatuto do objeto do olhar é o de causador do sujeito. Na imagem especular o sujeito se vê como o outro vê, algo do funcionamento do sujeito fica recalcado e, “no sujeito jurídico, o amor ao Estado se diz na necessidade de não contradição” (ORLANDI, 1996, p. 92).

O fato de a psicanálise ensinar que a relação do sujeito com o objeto do olhar compreende os três registros - “o imaginário do espelho, o simbólico da perspectiva e o real da topologia” (QUINET, 2002, p. 11) -, nos leva a considerar, no estudo da audiência do Poder Judiciário, o papel do Estado como grande Outro determinando posições-sujeito aos indivíduos que dela participam, impondo o rito da audiência com o “poder dizer” de cada um e delimitando o próprio espaço da audiência, dando ao campo escópico uma estrutura em que “o sujeito se encontra em exclusão interna com seu objeto” (QUINET, 2002, p. 11).

Melenotte (2006, p. 54) diz que o sujeito moderno é um sujeito “parasitado” pela imagem, que não se dá conta da medida segundo a qual esta o constitui (2006, p. 54). Aspectos da relação entre Estado e sujeito observados dentro do esquema ótico (LACAN [1949]1998, p. 97) nos permitem inferir que o sujeito só se “reconhece” a partir de um suporte (Estado) e que é esse suporte o criador de uma situação de antecipação da imagem do sujeito, constituindo-o. “*Es necesario convergerse de que ni la imagen del cuerpo, ni el cuerpo llamado ‘propio’ poseen individualidades ‘previas’*”⁵⁴ (CLÉRO⁵⁵, 2004 *apud* ZARKA, 2004, p. 166). Com esse pressuposto podemos apreender o modo como o corpo alcança sua individualização (idem).

O grande Outro da psicanálise, além das dimensões social e lógica, tem um viés político, segundo Miller:

[...] y también política, cuando reducimos su función a la del significante-amor que captura al sujeto y lo amarra a un trabajo del que es sustraído el goce. Es la estructura llamada “del discurso del amor”, y es también la de lo inconsciente [...] si el hombre es un animal político, es porque es un ser hablante y hablado, un “hablaser” decía Lacan, sujeto del inconsciente, lo cual lo condena a recibir del

⁵⁴ é necessário converger-se de que nem a imagem do corpo, nem o corpo chamado ‘próprio’ possuem individualidades ‘previas’ (tradução nossa).

⁵⁵ Conceptos lacanianos por Jean-Pierre Cléro.

Outro los significantes que lo dominan, lo representan, y lo desnaturalizan”⁵⁶
(MILLER, 2004 *apud* ZARKA, 2004, p. 129).

A articulação política que fazemos tem um caráter estrutural e não de desenvolvimento, pois trata de uma relação erótica do indivíduo com sua imagem refletida no espelho A (Estado), alienado-o de si mesmo, numa organização passional a que chama de seu eu (GAUFEY, 1998, p. 73 e 75). Essa relação se dá sob o “método de redução simbólica” no qual ocorre a “virage de *je* especular a *je* social” (op. cit., p. 87). O mistério formal em que “*alguién y objeto forman una pareja reunida por el operador ‘deseo del outro’*”⁵⁷ se dá sob uma forma unitária em que “*el je los percibe como se percibe a sí mismo. El je se reconoce en el outro, en el objeto, en la significación, en tanto están hechos a su imagen y semejanza*”⁵⁸ (op. cit. p. 88).

Para Gaufey (1998) a *incidência do não especularizável* também faz parte da organização do estádio do espelho, pois algo se constrói para além da experiência vivida pelo sujeito (a de um corpo despedaçado), em que a soma de suas partes jamais constituiria o “*um*” que está no espelho. Os referenciais do conhecimento especular não são da ordem da percepção visual, mas advêm do fato de o sujeito ser objeto do olhar de um outro (op. cit., p. 75).

No texto “O estádio do espelho como formador da função do Eu”, Lacan escreve sobre a estruturação do eu, “por etapas, em função de imagos retiradas do outro ou de identificações projetivas” (ROUDINESCO, 1998, p. 194) e essa estruturação ocorre numa “operação psíquica, ou até ontológica, pela qual o ser humano se constitui numa identificação

⁵⁶ e também política, quando reduzimos sua função à do significante-amo que captura o sujeito e o amarra a um trabalho de que é subtraído o gozo. É a estrutura chamada “do discurso do amo”, e é também a do inconsciente [...] se o homem é um animal político, é porque é um ser falante e falado, um “falasser” dizia Lacan, sujeito do inconsciente, o qual o condena a receber do Outro os significantes que o dominam, o representam, e o desnaturalizam (tradução nossa).

⁵⁷ em que alguém e objeto formam um par reunido pelo operador ‘desejo do outro’? (tradução minha).

⁵⁸ significações, objetos, tudo isso só existirá sob a forma unitária de onde o je os percebe como se percebe a si mesmo. O je se reconhece no outro, no objeto, na significação, pois estão feitos a sua imagem e semelhança (tradução minha).

com seu semelhante” (idem). Lacan, ao tratar da criança diante do espelho, fala de “imagem”, de “representação inconsciente através da qual um sujeito designa a imagem” (ROUDINESCO, 1998, p. 371), de uma relação que vem de fora, de um suporte humano ou artificial. Segundo Lacan ([1949]1998, p. 98), “a imagem especular parece ser o limiar do mundo visível”. A imagem especular é justamente o que põe a relação do “dentro” com o “fora” (CARREIRA, 2008) e a identificação “suporta a perspectiva escolhida pelo sujeito no campo do Outro, de onde a identificação especular pode ser vista sob aspecto satisfatório [...] o ponto do ideal do eu é o de onde o sujeito se verá, como se diz, como ‘visto pelo outro’” (LACAN 1964b, p. 253).

A descrição da assunção jubilatória da imagem especular pelo bebê indicia o efeito do simbólico sobre a criança (LACAN, [1949]1998), não basta a imagem. A “matriz simbólica” e a “dialética da representação” são descritas na necessidade de “intervenção de uma dissociação” que não é interior à criança. A unidade é dada de fora, não é da ordem da percepção, não é visual, é simbólica.

3.3.2 O Estado como o grande Outro

Alguns autores ligados à ciência do Direito identificam a Teoria Geral do Estado como todo o conhecimento relativo ao Estado. José Geraldo Filomeno (2006), porém, afirma que:

a Teoria Geral do Estado é muito mais abrangente do que a Ciência Política, já que descreve o próprio Estado, seu mecanismo e seu tríplice aspecto (sociológico, jurídico e político), enquanto a segunda estuda apenas o mecanismo das instituições políticas e assunção do poder (FILOMENO, 2006, p. 22, grifos nossos).

O Poder político já era assunto na obra República, de Platão, em que este descrevia o Estado ideal e suas funções (FILOMENO, op. cit., p. 21). Políbio e Cícero também são citados por Filomeno para concluir que da “autoridade e poder incontestáveis do *pater famílias*” da antiguidade, passou-se à abstração do poder político (op. cit., p. 11). A Teoria Geral do Estado seria, então, “uma ciência nova a estudar assunto velho”; “um verdadeiro alicerce para a construção do universo jurídico de modo global” (op. cit., p. 8 e 18); algo que define o Estado como “mero *instrumento para a realização do homem, tendo-se em vista sua fragilidade e impossibilidade de bastar-se a si mesmo*” (op. cit., p. 19, grifos do autor).

Conforme lição de Filomeno são elementos que constituem a noção de Estado: “território, população e direito, ao qual se *acopla necessariamente o poder*” (op. cit., p. 11, grifo nosso). A simples soma dos indivíduos que habitam determinado território não corresponde à noção de Estado, há algo mais que torna possível sua unidade:

os antigos costumes não seriam suficientes para definir os direitos e deveres numa sociedade como essa, com seu elevado padrão de vida, a sua distribuição desigual da riqueza e o vasto campo que oferecia ao embate dos interesses pessoais; *novas medidas de controle social* se tornariam necessárias, medidas que dificilmente poderiam ser postas em prática por outro meio que não a *instituição de um governo revestido de autoridade soberana e a submissão a esse governo*; em outras palavras, pela criação de um *Estado* (BURNS, 1959, p. 23, grifos nossos).

Considerando as citações acima, podemos inferir que a noção de sujeito de direito está estritamente ligada à noção de Estado. Conforme ensina Haroche (1992, p. 158), sujeito de direito é alguém “submetido à autoridade soberana”, “subordinado”; alguém que “não é livre, ‘ele é falado’, isto é, dependente, dominado”; “ser sujeito-de-direito não é nada mais que ‘ser para a Lei’”.

Nosso mundo da percepção visual está articulado à ordem do imaginário, estruturado e sustentado pelo simbólico; um mundo de imagens cujas perspectivas são dadas pelo simbólico (QUINET, 2002, p. 41). O campo visual, segundo a psicanálise “é constituído

pelos três registros destacados por Lacan: o imaginário do espelho, o simbólico da perspectiva e o real da topologia” (QUINET, 2002, p. 42). O protótipo do sujeito jurídico é dado pelo espelho (Estado) na posição de grande Outro: é o sujeito de direito. Segundo Quinet (op. cit., p. 41), o registro simbólico (a lei) “age como barreira entre o imaginário e o real ao mesmo tempo que os articula”. Para o autor (op. cit., p. 41-42), o registro do imaginário é onde reina o eu, no sentido cartesiano, “que, no entanto, não governa – pois quem comanda é o simbólico com sua lógica significante” (QUINET, 2002, p. 44).

A azáfama jubilatória de que fala Lacan ([1949]1998) se realiza no encobrimento da falta constitutiva do sujeito pela imagem (QUINET, 2002, p. 133), “imagem que, por definição, é sempre completa, inteira, uma vez que a falta não tem imagem e não há imagem alguma possível daquilo que falta” (idem). É a imagem que “leva o sujeito a regozijar-se na completude” (idem).

Tomando a linguagem como instrumento que faz a mediação entre sujeitos e realidade, a compreensão da constituição do sujeito de direito e dos processos de significação do discurso jurídico torna-se mais clara dentro do que Pêcheux (1988) propõe em sua teoria materialista dos processos discursivos: os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs)(ALTHUSSER, 1999) estabelecem a ideologia dominante e, por esse motivo são o *lugar* e as *condições* em que se realizam as transformações das relações de produção. A consequência disso é o estabelecimento de relações de desigualdade-subordinação na vida social, que materializam a ideologia e que não são evidentes, pois a ideologia e o inconsciente dissimulam a própria existência no interior de seu funcionamento, ao mesmo tempo em que produzem um “tecido de evidências subjetivas” em que se constitui o sujeito (PÊCHEUX, 1988, p. 152). Pêcheux (op. cit.) diz que o sujeito se constitui a partir do esquecimento daquilo que o determina, quando se identifica com uma formação discursiva dominante e reinscreve, em seu próprio discurso, elementos do “já dito”, que “*fornece-impõe a ‘realidade’*”

e seu sentido” (op. cit., p. 164, grifos nossos). Assim como a imagem vista pela criança no espelho funciona como suporte que antecipa algo, o Estado é o suporte que antecipa a imagem de sujeito de direito ao indivíduo, determinando a realidade e seu sentido. O Estado (Outro) é o ponto de partida para a constituição do discurso do sujeito e não há sujeito que não seja “falante” (BENVENISTE, 1976):

É na e pela linguagem que o homem se constitui como “sujeito”, porque só a linguagem funda na realidade, na “sua” realidade, que é a do ser, o conceito de “ego”. A “subjetividade” de que tratamos aqui é a capacidade do locutor de se colocar como “sujeito” (BENVENISTE, 1976, p. 284).

Conforme lição de Dor (1989), o sujeito é constituído numa articulação entre desejo-linguagem-inconsciente. Pode-se pensar o sujeito do discurso jurídico como o sujeito “do desejo do desejo do Outro” (op. cit. p. 146). Nessa articulação, o sujeito, ao buscar do Estado uma solução para o conflito em que se encontra, obtém algo que não é exatamente o que busca. O Estado, representado pelo juiz, inscreve-se junto ao depoente (outro) como um outro privilegiado (Outro), assujeitando-o ao universo de seus próprios significantes, pois lhe oferece solução para sua suposta demanda. A mediação da linguagem e da lei, no discurso jurídico em questão, leva a uma inadequação entre a justiça desejada pelo sujeito (pois ser sujeito é “ser para a Lei”⁵⁹) e aquilo que se faz ouvir desse desejo na demanda. Desse modo, o desejo do sujeito por justiça se dá, para o depoente, como “falta a ser para além da demanda” (DOR, 1989, p. 147), e inscreve esse sujeito numa relação indestrutível com o desejo do Outro (Estado-Juiz).

Schneider⁶⁰ explica essa articulação da seguinte maneira:

lo político consiste precisamente en articular lo imaginario con lo simbólico, pero sin escapar jamás de lo real [...] En un sistema simbólico, los vínculos no resultan de

⁵⁹ HAROCHE, 1992.

⁶⁰ El Estado como semblante, por Michel Schneider.

la acción voluntaria de los individuos sino que los preceden en virtud de una tradición y hacen pesar sobre ellos una norma coactiva. Depende del orden simbólico lo que uno no puede cambiar, le guste o no [...] Lo simbólico es más grande y más poderoso que nosotros, más antiguo e más duradero [...] Si restringe la libertad de elección, acrecienta esa verdadera libertad que es deseo⁶¹ (SCHNEIDER, 2004, *apud* ZARKA, 2004, p. 55-56 e 58).

3.3.3 Desejo, lei e objeto

Na articulação entre desejo lei e objeto, estabelecemos algumas considerações sobre ideologia e inconsciente no discurso jurídico, sobre a relação Estado e sujeito de direito, sem, contudo, alcançar a questão mesma da relação que governa aquelas duas categorias (ideologia e inconsciente), pois isso demandaria um aprofundamento no estudo da Psicanálise lacaniana. Para Pêcheux (1988, p. 181), a simples justaposição “freudo-marxista” não pode constituir uma solução, pois, segundo ele, a *falta de ligação entre ideologia e inconsciente* “atualmente ‘dá trabalho’ à pesquisa em Psicanálise”.

Às categorias “ideologia e inconsciente”, Pêcheux (1988, p. 152) dá o nome de “estruturas-funcionamento” e lhes dá a característica de “dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências ‘subjetivas’* em que “se constitui o sujeito”. Afirma (op. cit., p. 154, grifos do autor), que a palavra “interpelação” vincula o “aparelho *repressivo* do Estado (o aparelho jurídico-político que distribui-verifica-controla ‘as identidades’)” aos “aparelhos ideológicos de Estado” (AIEs)

⁶¹ Pois o político consiste precisamente em articular o imaginário com o simbólico, mas sem escapar jamais do real [...] Em um sistema simbólico, os vínculos não resultam da ação voluntária dos indivíduos mas os precedem em virtude de uma tradição e fazem pesar sobre eles uma norma coativa. Depende da ordem simbólica o que um não pode trocar, goste ou não [...] O simbólico é maior e mais poderoso do que nós, mais antigo e mais duradouro [...] Se restringe a liberdade de escolha, acrescenta essa verdadeira liberdade que é desejo (tradução nossa).

(ALTHUSSER, 1999); ou seja, vincula o “sujeito de direito” e o “sujeito ideológico”, mostrando que “*se fala ao sujeito, antes de que o sujeito possa dizer: ‘Eu falo’*”.

Se é verdade que a ideologia “recruta” sujeitos entre os indivíduos [...] e que ela recruta *a todos*, é preciso, então, compreender de que modo os “voluntários” são designados nesse recrutamento, isto é, no que nos diz respeito, de que modo todos os indivíduos *recebem como evidente* o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem (do que eles *querem* e do que se *quer* lhes dizer), enquanto “sujeitos-falantes” (PÊCHEUX, 1988, p. 157, grifos do autor).

Pêcheux (1988, p. 162, grifos do autor e nossos) diz que o próprio da formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido, a “objetividade material do interdiscurso” e que há *dois efeitos de discrepância* determinados materialmente *na estrutura do interdiscurso: o efeito de encadeamento do pré-construído* e a *articulação* (a qual é considerada como leis psico-lógicas do pensamento, determinadas materialmente na estrutura do discurso). Desse modo explica a articulação como algo que “*constitui o sujeito em sua relação com o sentido*”, representando, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito* (PÊCHEUX, 1988, p. 164).

Haroche (1992), por sua vez, coloca a ordem jurídica como algo que impõe linearidade e transparência na língua, controlando possíveis ambiguidades. Ela afirma que Pêcheux (1988, *apud* HAROCHE, 1992, p. 45-46, grifos nossos) traz uma perspectiva filosófica para a ambiguidade na língua, traz a percepção de que “a língua [...] *não se trata ‘antes de tudo’ da ‘comunicação’ de um sentido*”, mas que, “na exigência de *transparência e de linearidade* traz imperativos de um poder, primeiro religioso e, depois, *jurídico*”.

Haroche (op. cit.) cita Milner (1978, p.64-66) para lembrar que “na língua há o discernível”, que não está preso à convenção da língua, mas ao “Um” que o torna possível. Levanta a hipótese de que o *discernível* seria como que a *inscrição* de uma *causalidade*

interna ao sujeito, causalidade atuante na ordem dos signos (HAROCHE, 1992, p. 36, grifos nossos).

A essas observações de Haroche e de Pêcheux, acrescentamos o que diz Edelman (1980, p. 21): “*la categoria de sujeto en general era teóricamente ocultada bajo la categoria de sujeto de derecho*”⁶². É, pois, a partir do Estado que a categoria de sujeito linguístico e sujeito jurídico se constituem: o Estado impõe a Letra e a Lei.

Assim como a Letra impõe um sentido, a Lei impõe a conduta, tanto do juiz como dos que fazem seu depoimento oral. A Letra e a Lei impõem sentido transparente no discurso jurídico. Para ambas o fim não é a busca da expressão do sujeito, mas a busca das finalidades a que vieram a existir, ou seja, dos objetos próprios e, por conseguinte, do Estado que está por detrás delas: ser sujeito é “ser para a Lei” (HAROCHE, 1992, p. 158). O sentido não existe por si mesmo, mas é determinado por posições ideológicas existentes no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas (PÊCHEUX, 1988, p. 160). Essa posição teórica justifica a existência de um só discurso do Direito possível: justifica a atitude, do juiz, de recortar as falas em audiência e justifica o fato de as sentenças estruturadas como poesia estarem em desacordo com a lei. Ao discurso do Direito, científico, transparente não importam o sujeito jurídico (que se constitui na enunciação em audiência) e o sujeito linguístico, que, assujeitado à Letra e à Lei, não tem lugar para fazer valer um direito próprio.

Diante do que expusemos, a noção de “igualdade” embutida no discurso do Direito esconde a prática da categoria de sujeito de direito, já que este último situa-se dentro do modo de produção capitalista “*como la organización concreta/ideológica de la circulación, como el funcionamiento por excelência de todas las categorias del mercado,*

⁶² a categoria de sujeito em geral era teóricamente ocultada sob a categoria de sujeito de direito (tradução minha).

*tengan ellas por nombre la libertad, igualdad o la voluntad*⁶³” (EDELMAN, 1980, p. 21). O estudo do discurso jurídico proporciona, com a ajuda das teorias do Letramento (TFOUNI, 2005) e da AD (PÊCHEUX, 1988) “*una denuncia de gran importancia; él puede revelarnos el contenido concreto del humanismo jurídico - este modelo de todo humanismo -: la explotación del hombre por el hombre*”⁶⁴ (EDELMAN, 1980, p. 21).

Roudinesco (1998) desfaz a ideia - que há na teoria do Direito-, de que existe um “contrato” entre os homens e o Estado: “o pertencimento de um sujeito a seu ambiente já não podia ser definido como um contrato entre um indivíduo livre e uma sociedade, mas sim como uma *relação de dependência entre um meio e um indivíduo*” (ROUDINESCO, 1998, p. 371, grifos nossos).

Na inscrição do Estado junto ao sujeito (pequeno outro), como um outro privilegiado (Outro), observa-se que, ao mesmo tempo, esse Estado o assujeita ao universo de seus próprios significantes oferecendo-lhe uma solução jurídica para sua suposta demanda⁶⁵. A mediação da nominação da linguagem nesse processo introduz uma inadequação entre a justiça desejada pelo sujeito e aquilo que se faz ouvir desse desejo na demanda. O Poder Judiciário cumpre a Lei e não a vontade do indivíduo, pois, como grande Outro, assujeita este último ao universo de seus próprios significantes. O sujeito jurídico, então, se vê “livre” para se assujeitar. A liberdade de escolha e a autonomia estão no “signo *imagem de a*” (LACAN, 1992, p. 342), na imagem de sujeito de direito que o Estado oferece como grande Outro, na posição de espelho “A”, do esquema ótico (LACAN [1960b] 1998, p. 653). O assujeitamento se dá no sujeito linguístico e jurídico que se constitui a partir dessa imagem.

⁶³ como a organização concreta/ideológica da circulação, como o funcionamento por excelência de todas as categorias do mercado, tenham elas por nome a liberdade, igualdade ou a vontade (tradução minha).

⁶⁴ uma denúncia de grande importância; ele pode revelar-nos o conteúdo concreto do humanismo jurídico - este modelo de todo humanismo -: a exploração do homem pelo homem (tradução nossa).

⁶⁵ O Estado não só oferece uma solução jurídica como, também, proíbe o indivíduo de alcançar solução por si, proíbe a autotutela, conforme visto no capítulo primeiro e no anexo 1.

Conforme ensina Lacan (1992, p. 344), a introjeção simbólica do ideal do eu, uma instância incômoda (op. cit., p. 338), possibilita ao sujeito um “auto-quebramento [...] diante daquilo que é ao mesmo tempo ele e um outro” (op. cit., p. 341) e “é na medida em que o terceiro, o grande Outro, intervém na relação do eu com o pequeno outro, que algo pode funcionar, algo que acarreta a fecundidade da própria relação narcísica” (op. cit., p. 342).

Se “desejo e lei⁶⁶ são a mesma coisa no sentido de que seu objeto lhes é comum” (LACAN, 2005, p. 119) e se, na relação estreita entre lei e desejo, “somente a função da lei traça o caminho do desejo” (idem, p. 120), a referência ao Outro, tomado aqui como o Estado, desempenha uma “função essencial” na determinação do sujeito, pois oferece a este último “o signo *imagem de a*, essa imagem especular, desejável e destruidora ao mesmo tempo, efetivamente desejada ou não” (LACAN, 1992, p. 342, grifos do autor). Assim, diz Lacan, o Outro concerne ao lugar “de onde se constitui a perpétua referência do eu, em sua oscilação patética, nessa imagem que se oferece a ele e com que ele se identifica”; “o eu só se apresenta e se sustenta, como problemático, a partir do olhar do grande Outro” (idem).

Retomando o que afirma Miaille (1979, p. 90), sobre a fetichização do Direito - que não diz “o que deve ser”, mas diz “o que é” (sujeito de direito) - podemos afirmar que o sujeito jurídico, diante do Estado como grande Outro, pergunta: Que queres? (TFOUNI&LAUREANO, 2004). A fetichização da norma jurídica (MIAILLE, 1979, p. 90) faz parecer que a imperatividade vem da norma, mas, na realidade essa imperatividade vem da relação social real.

O *processo*, definido na doutrina jurídica como instrumento da jurisdição, consiste no método, usado pelos órgãos do Poder Judiciário, para estabelecer o que determina a lei a um determinado conflito de interesses. Seu objetivo, portanto, conforme descrito no Anexo A,

⁶⁶ Quando tratamos de Lei, nos referimos, também, à Letra.

não é o de solucionar o conflito entre as partes, mas, sim, de dizer qual é a vontade da lei para aquele conflito de interesses.

A lição de Haroche (1992, p. 158) sobre a transparência e linearidade do discurso - Discurso do Direito - mostra que ambas oferecem a referência, simultaneamente, desejável e destruidora (LACAN, 1992, p. 342), do sujeito de direito, “desejada ou não”, levando o “eu” a uma “oscilação patética”, na “imagem que se oferece a ele e com que ele se identifica”.

Miaille (1979, p. 90 e 97, grifos nossos), ao se referir à “tendência hegemônica do direito como *sistema de comunicação do modo capitalista*”, tece os seguintes comentários sobre o funcionamento do sistema jurídico: “tudo nos deixa, pois, crer que *a lei intervém ‘ao lado’ da vontade [...]* o que se esquece, então, de dizer é que a transmissão pela vontade dos indivíduos é, ela própria, prevista e organizada ... pela lei; que *a fonte formal da transmissão dos direitos já não é a vontade*” (MIAILLE, 1979, p. 137).

É interessante observar que o Código de Processo Civil (CPC) (BRASIL, [1973] 2007) regula o comparecimento da parte em juízo como um dever: “*compete à parte: I – comparecer em juízo, respondendo ao que lhe for interrogado*” (NEGRÃO, 2004, artigo 340). O depoimento que o autor ou réu prestará *não é um ato praticado espontaneamente; consiste num dever a ser realizado com dia e hora marcados*. O sujeito que vai depor perante o juiz e se acredita “autônomo” e “livre” não se dá conta de que tudo o que vai fazer ou dizer num procedimento jurídico é regulado minuciosamente pela lei.

CAPÍTULO 4 – A DIMENSÃO POLÍTICA DO SUJEITO NA CADEIA DISCURSIVA⁶⁷

4.1 INTRODUÇÃO

A retomada de conceitos estudados até aqui nos leva a aproximar a teoria materialista dos processos discursivos de Pêcheux (1988) com a teoria do estágio do espelho de Lacan ([1949]1998) e a teoria geral do Estado (CINTRA *et al*, 1981). De um lado, observamos a ideologia em seu efeito de aproximar a evidência do sujeito à evidência do sentido, dentro de um jogo de efeitos ideológicos do discurso do Direito que, na transparência da linguagem impõe a realidade e seu sentido, constituindo o sujeito de direito. Por outro lado, lei imperativa e coercitiva, impõe-se ao desejo do sujeito, capturando-o e submentendo-o. Estabelecida a relação entre Estado-sujeito e a teoria do estágio do espelho (LACAN [1949]1998), colocamos em evidência, neste capítulo, a constituição do sujeito do discurso dentro do rito jurídico, lugar em que o que deve e o que não deve ser enunciado é antecipado pela lei. Nesse rito o sujeito-depoente é colocado sob a condição de assumir a imagem de sujeito de direito (dever ser), o que provoca um deslocamento alienante que o introduz no campo da ficção (MERAZ, 2008). A teoria da AD (PÊCHEUX, 1988), torna compreensível como a história se inscreve no discurso do sujeito e como se constitui o sujeito jurídico (que, ao apresentar lapsos, distancia-se da imagem de sujeito de direito) em uma fala que é determinada de fora da vontade do sujeito. O discurso é produto do interdiscurso e o sujeito ignora isso ao crer que é a fonte de seu discurso. O assujeitamento ideológico (PÊCHEUX,

⁶⁷ Este capítulo deu origem ao artigo MONTE-SERRAT&TFOUNI *A dimensão política do sujeito na cadeia discursiva* publicado com algumas alterações na Revista Cadernos de Linguagem e Sociedade 15 anos, v. 11, n. 2, SILVA, D. (org.), UnB, p. 32-61, 2010.

1988) e a constituição psicanalítica (LACAN, 1998) do sujeito se aproximam nos processos de constituição do sujeito (interpelação). O Estado (Outro) produz-reproduz a imagem de sujeito de direito, sob a forma da autonomia, como “evidência natural”. Pensamos que, na constituição do sujeito no rito da audiência, há assujeitamento simultâneo: por determinação histórica (teoria materialista dos processos discursivos de Pêcheux) e por determinação constitutiva do sujeito (em que a libido do eu estaria investida na imagem do Estado como grande Outro (LACAN [1949]1998). A norma jurídica, aliada ao fetichismo do Direito, dita o valor dos comportamentos sociais; atribui às pessoas papéis sociais (MIAILLE, 1979), para que, na unidade da pessoa, um mesmo sujeito seja efetivamente outro. O rito jurídico tem a função de tornar menos nítida a separação entre exterioridade e mundo interior (HAROCHE, 2009). O sujeito embebido na subjetividade da narrativa passa por uma “operação de recobrimento que o torna compacto” (MELENOTTE, 2006), assumindo a imagem de assujeitado, sujeito de direito, que faz “um” entre identidade e aparência. Todo esse processo de constituição do sujeito, a distinção de sujeito de direito e sujeito jurídico e, ainda, o refinamento do conceito de sujeito *do* direito só podem ser observados no funcionamento da cadeia discursiva, com o apoio teórico da teoria do Letramento (TFOUNI, 1992, 2005).

4.2 A DIMENSÃO POLÍTICA DO SUJEITO NA CADEIA DISCURSIVA

4.2.1 Introdução

A percepção da existência de uma dimensão política do sujeito na cadeia discursiva tem sua base teórica na distinção entre os conceitos de discurso do Direito e de discurso jurídico, distinção essa não existente em literatura específica, até onde sabemos. O primeiro traz ideia de igualdade, transparência da língua e comporta um ritual de superposição

de falas (que exige a intervenção de técnico do Direito) para trazer uma situação enunciativa de coesão, de modo a dar-lhes um único sentido. O discurso jurídico (conceito por nós desenvolvido nesta tese), por sua vez, dissimula essa “intersubjetividade falante” (PÊCHEUX, 1988) quando rompe com a unidade de sentido do discurso do Direito e leva em conta o sujeito como efeito da linguagem, dividido, opaco. Compreendendo o sujeito como algo que se constitui na cadeia discursiva, podemos afirmar que há dupla dimensão de constituição desse sujeito. Essa perspectiva nos distancia do fetichismo do Direito e traz a possibilidade de observar como operam a ideologia e o inconsciente nas formações sociais que levam à marginalização de sujeitos com baixo grau de letramento.

As teorias do Letramento (TFOUNI, 2005), da Análise do Discurso (AD) de Pêcheux (1988) e da psicanálise lacaniana (LACAN [1949]1998) permitem observar o sentido em seu percurso social ideológico e psíquico e atentar para o fato de que as instituições impõem um sentido dominante com a finalidade de manter o *status quo*. Tomamos a língua como sujeita ao equívoco, como constituinte do sujeito em sua relação com o sentido - e o sentido como não único para questionar a possibilidade de que seja ultrapassada a incompatibilidade existente entre o discurso jurídico - da enunciação durante uma audiência perante o Poder Judiciário - e o discurso do Direito - do enunciado, da lei, que determina todos os atos dessa audiência. Colocamos em questão o fato de que, quando o sujeito jurídico emerge em seu depoimento perante o juiz, há a produção de atos falhos, de lapsos, que se contrapõem às qualidades que regem o sujeito de direito. Equívocos na elaboração dos termos de audiência, fazendo descompassar o que foi falado e o que foi escrito revelam um sujeito jurídico constituído fora da “ciência régia” (PÊCHEUX, 2002, p. 35). A psicanálise lacaniana, articulada às teorias acima mencionadas, nos permite pensar a imagem controlada de sujeito de direito dando lugar a gestos do sujeito jurídico no espaço real (ver Capítulo 3).

4.2.2 O discurso do Direito como discurso do “dever ser”

O evento da audiência, ocasião em que alguém faz seu depoimento perante o juiz de direito, nos leva a questionar a suposta transparência da língua que coexiste com a “necessária” intermediação do juiz nas falas para evitar possíveis distorções no sentido. O evento de letramento da audiência oferece posições discursivas de sujeito, influenciadas pela ideologia, colocadas de antemão pela lei, pois é evento originado em um Aparelho Ideológico do Estado: o Poder Judiciário. Há, entre outras, a posição-sujeito de juiz, para presidir a audiência (deve prestar concurso público para ser investido nessa posição) e aplicar a lei; a de depoente (que só pode falar aquilo que a lei determina que fale). A função do juiz é a de aplicar a lei “igual para todos”, mas, ao fazê-lo, fica instalado um lugar em que são ignoradas as desigualdades sociais, pois os que não têm acesso ao discurso do direito, técnico, ficam marginalizados.

A determinação da lei, sobre as intervenções do juiz nas falas em audiência e sobre a forma silogística pela qual ele deve elaborar sua decisão (sentença), traz à tona a dimensão jurídica da língua e sua efetividade social de uma maneira, digamos, exacerbada, diferente do juridismo⁶⁸ que permeia as relações sociais de modo mais diluído.

Compreendemos o discurso do Direito (BRASIL [1973], 2007) nesta pesquisa como algo que dá uma estrutura, um valor, tanto para a enunciação do depoente (introduz um efeito jurídico aos enunciados transcritos para o termo); como, para a sentença (só lhe concede valor jurídico se atender aos requisitos legais do raciocínio silogístico). O discurso do Direito determina os direitos e deveres dos depoentes e do juiz, ignorando o discurso jurídico com seus atos falhos e lapsos.

⁶⁸ O termo “juridismo” implica relações interpessoais marcadas por relações de poder (Lagazzi, 1987).

O discurso jurídico, por sua vez, não está presente só no ambiente forense, mas o ultrapassa e envolve a questão da constituição do sentido dos enunciados e discursos, valorizando o agir (LAGAZZI, 1988, p. 20). Essa percepção trouxe a diferenciação - de que falaremos mais adiante - entre as noções de sujeito *de* direito, sujeito *do* direito e sujeito jurídico, ainda não desenvolvidas em literatura especializada.

As teorias do Letramento (TFOUNI, 1992, 2005) e da AD pêcheutiana (Pêcheux, 1988), trouxeram nova maneira de compreender o que se passa na instância jurídica, uma ordem de sentidos que constitui a memória do dizer, determina as relações sociais; ordem do “dever ser”, que traz noções de obrigação e de imperativo que trabalham a materialidade da língua e a origem do dizer de sujeitos fora de um lugar de livre escolha, sob o controle da lei (CINTRA *et al*, 1981, p. 7). É possível observar uma irreversibilidade pré-determinada nos papéis assumidos em seus discursos (pelos sujeitos inseridos nesse contexto), constitutiva do sentido e que dá autoridade ao juiz para interpretar o que o autor ou o réu diz e transferir isso para documento escrito. Essa competência, que a lei dá ao juiz, de fazer recortes evitando “ambiguidade”, “distorção”, “mal entendido” (SILVA, 1987, p.145), nos leva a questionar a suposta necessidade de intervenção do magistrado, considerando as características de imutabilidade e transparência supostamente existentes na língua.

O momento do depoimento oral do autor e do réu, perante o magistrado, faz parte da constituição do sentido daquilo que enunciam e, por esse motivo, é nosso ponto de partida para observar a determinação e o assujeitamento pela lei. Nossa pesquisa pretende contribuir com a compreensão de que os discursos não são neutros, e de que o contexto faz parte desses discursos determinando os sentidos. Pretendemos observar o que se pode empreender do sujeito jurídico e os efeitos que isso produz sobre sua estruturação em contraposição à estrutura rígida trazida pelo sujeito *de* direito, sendo que esta última tem poder formador sobre o sujeito jurídico discordante. Sob o aspecto científico e não mais tomando a relação entre

Direito e sociedade de maneira estanque, sentimo-nos incomodadas a refletir sobre o sujeito determinado e assujeitado pelo jurídico de um lado, em confronto com o real e o papel da história, de outro, que permitem diferentes respostas do sujeito a essa determinação.

4.2.3 Relações de poder e materialidade discursiva

A fim de que haja melhor compreensão sobre a relação entre juiz, autor e réu, contexto de onde foi coletado material para esta pesquisa, abordaremos o conceito de poder e seus efeitos sobre o sujeito; as relações de poder em que se insere este último; e, por fim, como tudo isso se materializa no discurso, como o sujeito é afetado pela lei e reproduz isso no seu falar.

O discurso do Direito (entendido aqui como o conjunto de determinações da lei a respeito dos atos da audiência), que, segundo a visão dos juristas seria “neutro”, não é tomado como base para a análise dos dados desta pesquisa. Nosso foco está no *funcionamento* do discurso jurídico durante as falas dos depoentes, que se dão no ambiente forense, formal, permeado da ideologia da coerção, segundo procedimento imposto pela lei (discurso do Direito), pelo Código de Processo Civil (CPC) (BRASIL [1973] 2007).

As relações coercitivas do Estado em relação ao indivíduo, que levam à emergência do sujeito *de* direito podem ser observadas quando distanciamos discurso do Direito da noção de discurso jurídico. Enquanto este último é entendido como a *aplicação* formal da Lei em contextos institucionalizados (relações interpessoais marcadas por relações de poder inscritas numa esfera de tensão denominada juridismo) (LAGAZZI, 1987); o discurso do Direito (BRASIL [1973], 2007) é compreendido como algo que determina como se dá uma audiência, quais são os poderes e os deveres do juiz e das partes. O discurso do Direito é o ponto de partida na percepção dos sentidos que emergem no discurso científico e

supostamente neutro e, embora ele abranja um campo amplo de relações humanas, nos restringimos a alguns aspectos da Teoria Geral do Processo (CINTRA *et al*, 1981), pequena parte da Teoria Geral do Estado, ou seja, aos *efeitos de sentido* que circulam dentro da instituição do Estado, denominada Poder Judiciário, e, mais especificamente, dentro do funcionamento de uma audiência em que o cidadão comum vai reclamar, à pessoa investida do poder estatal (juiz), seus direitos e pedir uma solução.

Não analisaremos o conteúdo das falas ou das sentenças do juiz de direito. Como a AD, o Letramento e a psicanálise lacaniana adotam a postura científica do dado indiciário (GINZBURG, 1989) e lidam com o conhecimento opaco dos dados, colocamos em relevo o contexto (e não o conteúdo) em que foram produzidas essas falas e sentenças (TFOUNI, 1992), de modo a obtermos uma contribuição teórica essencial para discernir o discurso jurídico: o advento do paradigma indiciário para as ciências humanas, por elas trazido, torna possível o vislumbre do paradoxo de um sujeito “livre para se obrigar”.

O funcionamento de uma audiência (BRASIL [1973], 2007) envolve algumas restrições, como, por exemplo, a utilização obrigatória do Poder Judiciário para resolver conflitos (por meio de um instrumento chamado processo, com várias fases e, entre elas, a fase da audiência); o fato de o depoimento prestado não ser um ato espontâneo, mas um dever a ser realizado com dia e hora marcados. As audiências e as sentenças elaboradas por juízes de direito, que formam o corpus desta pesquisa, expressam uma parte do funcionamento do Poder Judiciário, situam-se dentro do que se chama de “Teoria Geral do Processo” (CINTRA *et al*, 1981), que, por sua vez, constitui uma parte da Teoria Geral do Estado. São “naturais”, para a Teoria Geral do Processo afirmações como: o Estado impõe-se sobre os particulares autoritariamente; o processo é instrumento do Estado para prestar a jurisdição e tem, como finalidade, estabelecer o que determina a lei, e não solucionar o conflito entre as partes; o juiz, como destinatário das provas feitas no processo, deve analisar a relevância e pertinência delas

e proferir sua sentença final sendo-lhe vedada a decisão pelo conhecimento próprio dos fatos em litígio.

Essa pequena amostra do conteúdo do discurso do Direito o traz como uma ciência que se diz neutra, apagando as origens históricas de suas imposições. As teorias do Letramento (TFOUNI, 2005) e da AD (PÊCHEUX, 1988) tornaram possível o fato de utilizarmos essas mesmas origens históricas para buscar o modo como se constituem os sentidos no jurídico, ou seja, para buscar enxergar a ciência do Direito para além da ideia de transparência e de idealismo jurídico. Assim, sob uma perspectiva epistemológica compreendemos o Direito como modo de produção de um funcionamento social que reproduz o Estado, e, ao mesmo tempo, quer ser visto desvinculado dos fenômenos sociais.

É a materialidade discursiva associada à visão crítica sobre o discurso do Direito (MIAILLE, 1979; TFOUNI, 2005; PÊCHEUX, 1988, HAROCHE, 1992), que nos permite observar a perda de unidimensionalidade deste último, sua suposta neutralidade, expondo o fosso existente entre a teoria jurídica e sua prática. A coação inerente às normas traz a impressão de transparência, transforma-se num obstáculo que faz o foco sair da realidade e ir para as ideias (MIAILLE, 1979). Distanciando-nos desse ponto de vista, conforme será demonstrado mais adiante, podemos pensar a materialidade discursiva das falas em audiência realizadas pelo Poder Judiciário como um lugar onde se observa o sujeito cindido, ou seja, aquele que ocupa a posição-sujeito *de* direito (“aquele que é para a lei”) (Haroche, 1992) e o que ocupa a posição-sujeito jurídico (aquele que emerge no discurso jurídico, com características discordantes da estrutura rígida que dá forma ao sujeito *de* direito). Embora a ciência jurídica positiva se faça “neutra” ao conceituar Estado, juiz, justiça sob um proceder objetivo, trazendo a ideia de que está fora de um contexto social em que tudo parece se equivaler, deve ser observada sob o ponto de vista de sua materialidade histórica, como um

produto da sociedade integrado à estrutura econômica, como tendo uma “causalidade estrutural” (MIAILLE, 1979, p. 74).

4.2.4 Sujeito *de* direito, sujeito *do* direito e sujeito jurídico

Com essa visão do contexto sócio-histórico sobre a origem da ciência do Direito é possível compreender o caráter artificial da noção de sujeito *de* direito, pois, juntamente com a noção de Estado, representam “formas jurídicas necessárias” a uma sociedade capitalista (MIAILLE, 1979, p. 107). Para funcionar, o capitalismo supõe a “atomização”, a “representação ideológica da sociedade como um conjunto de indivíduos separados e livres” (op. cit., p. 111), fenômeno compreendido aqui sob o conceito de sujeito *de* direito. Na categoria sujeito *de* direito, levando em conta o contexto sócio-histórico, é possível perceber que não existe liberdade, nem igualdade, e que o Estado ocupa o pilar do sistema jurídico, sob a forma sociopolítica dentro da qual a classe dominante exerce o seu poder (op. cit.). Segundo ensina Miaille (1979), só poderemos compreender Estado e sujeito *de* direito quando os tomarmos como conceitos históricos: nascidos em determinada sociedade, num momento determinado e com uma função determinada.

Podemos afirmar, então, que o sistema jurídico reproduz o Estado e o sujeito *de* direito. Para questioná-los é preciso deslocá-los da lógica jurídica e submetê-los ao corte epistemológico, enxergar a lógica jurídica como algo que divorcia direito e fatos (PÊCHEUX, 1988; MIAILLE, 1979). A relação econômica depende da relação política e social. A formação social não é um lugar de justaposição, mas de uma unidade, mesmo que contraditória (MIAILLE, 1979). O Direito, por ter hegemonia no sistema de comunicação capitalista, traz, na norma, a ideia de “troca equivalente” e, sendo marcado pelo idealismo,

esconde, sob as “relações livres e iguais”, a relação entre proprietário do capital e proprietário da força de trabalho (op. cit., p. 198).

Tomado como “forma plenamente visível da autonomia” (Pêcheux, 1988, p. 159), o sujeito *de* direito, também compreendido como “forma-sujeito” (op. cit., p. 163-164, 183), tem sua vontade ligada não apenas a uma “orientação da pessoa em direção da ação”, mas também a uma “valorização do agir” (LAGAZZI, 1988, p. 20). Seu significado é o de alguém que é “submetido à autoridade soberana”, “que é subordinado” (HAROCHE, 1992, p. 158). A ideia do sujeito *de* direito, portanto, implica um só discurso possível, onde não há lugar para “fazer valer um desejo próprio” (LEGENDRE, 1976 *apud* HAROCHE, 1992, p. 158). O discurso do Direito obscurece, sob a suposta transparência da linguagem, o “caráter material do sentido das palavras e dos enunciados” (PÊCHEUX, 1988, p. 160). Isso ocorre porque, segundo ensina Pêcheux (1988, *apud* GUIMARÃES 2002, p. 14), o sujeito fala de um lugar no interdiscurso em que a memória é estruturada pelo esquecimento de que já significa.

Sujeito *de* direito é a “*identificação* pela qual o sujeito ‘se reconhece’ como homem”, processo em que “o imaginário [...] mascara radicalmente qualquer descontinuidade epistemológica” (PÊCHEUX, 1988, p. 128). Situa-se nas categorias *ideologia* e *inconsciente* a que Pêcheux (op. cit., p.152) dá o nome de “estruturas-funcionamento”.

Utilizamos a teoria psicanalítica lacaniana (LACAN, 1992, p. 342) para situar a noção de sujeito *de* direito, neste estudo, como signo *imagem de ‘a’*, que nos permite compreender o Estado, como grande Outro, na constituição do sujeito. Voltaremos a esse tema mais adiante.

A partir do conceito de sujeito *de* direito sentimos a necessidade de estabelecer uma diferenciação com o conceito de sujeito *do* direito que, nesta pesquisa, é aquele cuja vontade é disciplinada pela lei (MIAILLE, 1979, p. 137). Este último se apoia, paradoxalmente, no rigor do texto da lei e nas supostas “liberdade” e “autonomia” para

decidir sobre suas ações. Enquanto o sujeito *de* direito é ideológico e se situa fora da cadeia discursiva, o sujeito *do* direito é o que, na cadeia do discurso, ocupa a posição discursiva de juiz de direito dentro de determinada sociedade e desempenha uma função determinada, em que a transmissão de sua vontade é prevista e organizada pela lei (op. cit.). É aquele que, na burocracia “procede dos escritos da lei, e não tem nada a dizer que lhe seja próprio”; aquele cujo desejo é mantido como “legal satisfação” (LEGENDRE, 1976 *apud* HAROCHE, 1992, p. 190). Sujeito *do* direito é aquele que tem “competência jurídica”, que faz um trabalho de construção que, mediante uma seleção das propriedades pertinentes, permite reduzir a realidade à sua definição jurídica, essa “ficção eficaz” (BOURDIEU, 1998, p. 233).

Outra particularidade referente ao sujeito *do* direito está na linguagem especializada de que se serve, sendo ela constituída para ser compreendida pelos técnicos do discurso do Direito. Só esses técnicos (sujeitos do direito) têm acesso aos elementos, mecanismos e procedimentos que implicam certos conceitos jurídicos. A linguagem jurídica, segundo Le Bars (2007) é uma linguagem formada por certas expressões que não têm nenhum sentido na linguagem corrente, mas têm um sentido congelado pelo discurso do Direito. A especialidade da terminologia jurídica torna “necessário” o trabalho do especialista para a “exata” tradução de sua linguagem de trabalho; os juristas, os agentes da justiça (que compreendemos como sujeitos *do* direito), têm o encargo de fazer os sujeitos (sujeito jurídico), não especialistas desse discurso, compreenderem os conceitos e procedimentos jurídicos, cujos sistemas integram uma lógica própria. Essa tarefa tem um propósito: o de eliminar “qualquer ambiguidade na comunicação científica ou técnica” (LE BARS, 2007, p. 7).

A dimensão política do sujeito na cadeia discursiva comporta, além dos conceitos de sujeito *de* direito e sujeito *do* direito, o conceito de sujeito jurídico. A diferença estabelecida entre esses conceitos, até onde sabemos, ainda não foi desenvolvida pelos

estudiosos do assunto. O sujeito jurídico corresponde ao *funcionamento* da estrutura discursiva a que Pêcheux (1988, p. 163-164 e 183) denomina “forma-sujeito”. Sob esse funcionamento, o sujeito jurídico não reconhece sua subordinação, seu assujeitamento ao Outro (Estado), pois se assujeita sob a forma da autonomia. O sujeito jurídico é constituído sob os efeitos de sentido que circulam no contexto da audiência, em que a lei dita o que deve ou não deve ser feito, o que pode e o que não pode ser dito.

A justaposição dos conceitos de sujeito de direito e sujeito jurídico nos permite equiparar o primeiro ao sujeito cartesiano, que tem a função de trabalhar como uma “espécie de ponto geometral” (QUINET, 2002, p. 148) que apreende o espaço do rito jurídico determinado pela lei, reduzindo o ponto de vista e direcionando a perspectiva do olhar do sujeito jurídico, marginalizando sua subjetividade (lapsos e falhas). Na imagem de sujeito de direito, compreendida como “imperativo de ideal” (op. cit., p. 281), o sujeito jurídico acredita-se um sujeito de direitos e obrigações. “Cria-se” a imagem do sujeito de direito e exclui-se o espontâneo, a subjetividade do sujeito jurídico. O sujeito não é um ser que vê, mas é um ser visto, “que está o tempo todo sob o olhar do Outro, engaiolado na pirâmide visual do Outro” (op. cit., p. 286); o sujeito jurídico torna-se, assim, o sujeito supostamente transparente submetido ao comando do dar-se a ver do sujeito de direito (op.cit.); torna-se um “simulacro de ser” (op. cit., p. 291).

4.2.5 A dimensão política do sujeito na cadeia discursiva

Estabelecidas as diferenças conceituais entre sujeito *de* direito, sujeito *do* direito e sujeito jurídico, utilizamos o continuum desenvolvido por Tfouni (1992) para observar que, na cadeia do discurso jurídico, a posição-sujeito *do* direito (ocupada pelo juiz de direito) situa-se em lugar diferente da posição-sujeito jurídico (ocupada pelos depoentes de nosso corpus).

Lembramos que o fato de conceituarmos sujeito *de* direito como ideológico nos leva a ligá-lo ao discurso do Direito, do enunciado, da lei, lugar diverso do discurso jurídico, da enunciação. Assim como o discurso do Direito se mostra como “transparente” e “universal”, o sujeito *de* direito corresponde com as características de unidade e indivisibilidade. Já o discurso jurídico com sua materialidade discursiva constitui o sujeito jurídico, opaco e discordante.

A visão de Tfouni (1992) sobre Letramento como prática social (processo sócio-histórico que agrupa tanto alfabetizados com variados graus de domínio da escrita, quanto os não-alfabetizados), aplicada ao evento letrado de uma audiência do Poder Judiciário, nos leva a perceber que as práticas sociais da escrita nesse contexto têm maior eficácia quanto maior for o grau de letramento do indivíduo. No continuum desenvolvido pela autora (TFOUNI, 1992, p. 26) estão as várias posições discursivas (desde os menos até os mais letrados) disponíveis em uma sociedade, sendo compreendidas como determinantes do grau de letramento dos sujeitos⁶⁹. O discurso do Direito localiza-se, nesse continuum, nos níveis mais abstratos e sofisticados de uso da escrita, como linguagem técnica e oficial (TFOUNI&CARREIRA, 2007, p. 155) cria uma “barreira linguística” em que se encobre a ordem “igualar para melhor dominar”.

O controle dos sentidos, dado pela lei ao juiz, torna “natural” e “necessária” sua intervenção nas falas, “corrigindo-as” e “suprindo a deficiência” (SILVA, 1987, p. 145). Esse funcionamento da lógica jurídica compara-se ao funcionamento da gramática, que constitui o pensamento de modo a eliminar o conteúdo concreto para o qual remete; exclui contradições, leva ao controle dos sentidos por meio de uma ideologia dominante, produz uma voz social homogênea (MONTE-SERRAT&TFOUNI, 2012b). Quando questionamos as supostas estabilidade e transparência da escrita, fomos levadas a comparar as falas gravadas (e, posteriormente, transcritas) de depoimentos de testemunhas e partes (autor e réu) com aquilo

⁶⁹ Existe letramento sem alfabetização.

que se fez corresponder a elas e foi fixado em “termo de audiência”. Observamos que a função do juiz (sujeito *do* direito) ao remover “obscuridades” e “suprir deficiências”, na crença de que existe uma língua universal, homogênea, que igualaria a todos perante a lei, coexiste com lapsos do sujeito jurídico ao enunciar. Existe uma tensão e observamos que nessa tensão os atos falhos, as ambiguidades, as dispersões são desprezados pelo sistema jurídico.

Conforme explicamos anteriormente, a relação sujeito-Estado, situada na ligação entre ideologia e inconsciente (PÊCHEUX, 1988) - que dissimulam sua própria existência na constituição do sujeito - vincula sujeito *de* direito e sujeito ideológico, mostrando que existe algo que fala ao sujeito, antes que ele possa dizer algo (PÊCHEUX, 1988). No interdiscurso, além do efeito de encadeamento do pré-construído, há a constituição do sujeito em sua relação com o sentido (articulação) (Pêcheux, 1988). A transparência e a linearidade da língua trazem imperativos do poder jurídico: o Estado impõe “como” e “quando” falar, o que justificaria os recortes do juiz nas falas e o formato silogístico para as sentenças que este elabora.

Na inscrição do Estado junto ao sujeito (pequeno outro), como outro privilegiado (grande Outro), a liberdade de escolha e a autonomia do sujeito-depoente estão no “signo *imagem de a*” (LACAN, 1992), na imagem de sujeito *de* direito oferecida pelo Estado (Outro), na posição de espelho “A”, do esquema ótico de Lacan ([1960b] 1998). O assujeitamento do sujeito linguístico e jurídico se dá a partir dessa imagem. O ideal do eu, ou seja, a imagem de sujeito *de* direito, é uma introjeção simbólica (LACAN, 1992). A Lei, ao determinar “como” e “quando” falar durante uma audiência perante o juiz, traça o caminho do desejo do sujeito. Desse modo o Estado tem função essencial na determinação do sujeito, oferecendo a este, em sua função de espelho “A”, “signo *imagem de a*”, imagem especular desejável, que fala antes de o sujeito falar, situação que será exemplificada em seguida, com dados colhidos em audiência.

4.2.6 A enunciação e a constituição do sujeito político na cadeia discursiva

Quando tratamos do discurso do Direito precisamos levar em conta a percepção do não-dito, originado na ficção jurídica sob o princípio da publicidade de que “ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece” (BRASIL [1942]⁷⁰2007, art. 3º). Essa pressuposição é de fundamental importância para o sistema jurídico porque, por meio de uma presunção, garante a eficácia das leis. Não pode ser ignorada e tem um lugar importante na materialidade linguística dos sujeitos estudados durante sua enunciação em audiência perante o Poder Judiciário. É a lei que determina os ritos dos atos jurídicos realizados nessa audiência; estabelece-os por meio de princípios da Teoria Geral do Processo (CINTRA *et al*, 1981). É, portanto, a lei que, de maneira pormenorizada, estabelece quem fala, o quê fala, quando fala (BRASIL [1973] 2007, arts. 346, 445-446, 451 e 457); ela organiza os atos de fala dos sujeitos-depoentes. Assim, os ritos impostos ao procedimento jurídico da audiência atuam ideologicamente, de modo que o depoente se submeta a eles sem que o fato de que seu desconhecimento desses mesmos ritos lhe cause estranheza. A estrutura do discurso do Direito determina previamente valores para as enunciações, introduz valor jurídico nas relações entre o juiz e os depoentes aos quais estes se submetem “livremente”.

Os atos de enunciação, tanto do juiz, quanto dos depoentes, estão relacionados a algo que está além deles, ou seja, à lei, que dita quais são seus deveres e direitos numa audiência, a fim de orientar o sentido das falas em determinada direção. No Código de Processo Civil (CPC) (BRASIL [1973]2007) - lei que regula os atos do procedimento judicial - o discurso do Direito se coloca como começo, origem das falas, determinando, para esse

⁷⁰ O art. 3º da Lei de Introdução ao Código Civil (LICC) – Decreto-Lei 4657/42 – tem a mesma redação no art. 3º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – Lei 12.376/2010, que substitui a primeira.

contexto, um sentido prévio⁷¹. Um dos meios pelos quais a lei regula o encadeamento das falas é concedendo ao juiz o poder de interrogar, já que a ele cabe “dirigir os trabalhos da audiência” (op. cit., art. 446). Vejamos, no recorte abaixo, em que o juiz (J) interroga o sujeito-depoente (TA) e este, ao responder, mostra-se disperso em sua fala, mas, posteriormente, no texto escrito do termo de audiência, torna-se coerente e conciso:

J: O que que a senhora sabe?

TA: É que ele morou lá um ano ... um ano de:: ... sem pagar aluguel sem pagar condomínio e que foi movida uma ação de despejo contra ele e ele saiu deixou danos no imóvel

J: Que ... que danos foram esses?

TA: Pintura geral do imóvel limpeza controle que ele entregou ... ele entregou a chave

ao do ... à doutora (V) a advogada ... ao doutor (X) no escritório dele ... aí o controle não funcionava ... limpeza geral ... pintura geral no imóvel ...

(vide ANEXO C, Transcrição da audiência 1, de 23/01/08, linhas 35-42, p. 321)

A fala acima corresponde, no documento do Poder Judiciário (termo de audiência), ao seguinte recorte:

Inquirida pelo MM. Juiz, na forma e sob advogado da autora, respondeu: Foi a depoente quem fez a vistoria de entrada e saída do imóvel. Lembra-se que o imóvel não foi devolvido nas mesmas condições em que foi locado, já que o locatário não fez a pintura geral nem a limpeza [...]

(vide ANEXO C, Termo de depoimento da testemunha da autora (aud. 1) – 23/01/08, p. 324).

Observamos nos dados acima, que, ao enunciar, o discurso do sujeito dá abertura a outros sentidos que não os impostos pelo discurso do Direito. O sentido passa por um deslocamento, dando lugar à deriva, ao deslize no depoimento da testemunha do autor (TA).

⁷¹ Cf. Ducrot (*apud* Henry, 1992, p. 225 e 231) que define a pressuposição por sua inerência ao enunciado (pressuposição referente à significação) e à enunciação (pressuposição como ato de linguagem, realizado na enunciação e, eventualmente, marcado no enunciado).

Existe busca de estabilidade de sentido quando, na elaboração do termo, o juiz bloqueia o movimento significante. Esses dados são importantes para percebermos que o sujeito é constituído pela linguagem e por ela afetado; ele não nasce, mas se constitui no campo da linguagem (ELIA, 2004). Não adotamos a noção de sujeito cartesiano, senhor de seus atos e de vontade livre, mas, sim, a concepção de sujeito clivado, assujeitado, submetido ao inconsciente e às condições histórico-sociais (PÊCHEUX, 1988, 2002; TFOUNI, 2005), de um sujeito que se constitui junto com o sentido.

No decorrer da audiência são construídas narrativas, a respeito de um fato, que colocam o ponto de vista de cada um dos sujeitos, do autor, do réu ou da testemunha. Essas narrativas são retomadas pelo sujeito que ocupa a posição de juiz (J), que, por meio de seus recortes, as coloca dentro de determinados limites impostos pelo discurso do Direito. É, este último, a base sobre a qual o sujeito juiz⁷² transforma narrativas com origem em atividade linguageira e em conhecimento do senso comum em narrativas enquadradas pelo discurso do Direito. “TA”, no recorte acima, tem um discurso segundo as formações imaginárias (FI) (PÊCHEUX, 1988) daquilo que o discurso do Direito qualifica como “depoente”, encaixado dentro de um “certo número de valores e de palavras-chaves” (CHEMAMA, 2002, p.245). Na substituição da fala do depoente pela fala do juiz ocorre o que Orlandi (2003, p. 244) denomina “forma da mistificação”, em que a subsunção de uma voz pela outra, “como se” se distingue do “faz de conta”, pois, explica a autora, este último “se constitui na relação com o imaginário”, e o “como se” se relaciona ao simbólico, com o “domínio das instituições”, em que a “fala é ritualizada, dada de antemão” (op. cit., p. 247).

Os recortes da fala de “TA” lidos e comparados ao recorte do termo ditado pelo juiz, permitem observar que este último traz um sentido diverso daquele relatado pela testemunha (TA). Houve dispersão no relato dela e, também, associação livre “ele morou lá

⁷² Sujeito **do** direito, conforme explicado anteriormente, pois ele tem o conhecimento da lei.

um ano ... um ano de:: ... sem pagar aluguel sem pagar condomínio e que foi movida uma ação de despejo contra ele e ele saiu deixou danos no imóvel”. Já, no ditado do juiz à escrevente, o depoente (TA) é colocado como *enunciador* de um discurso com causa e efeito: “*Lembra-se* que o imóvel não foi devolvido nas mesmas condições em que foi locado, *já que* o locatário não fez a pintura geral nem a limpeza”. É importante, neste momento, refletir sobre as expressões “*lembra-se*”, “*já que*” e, também, sobre o fato de o juiz (J) colocar o depoente (TA) como sujeito dessa enunciação. Os enunciados, tanto de “TA” quanto de “J”, remetem aos mesmos fatos, porém não constroem as mesmas significações. O sujeito *do* direito emerge quando o sujeito-juiz (J) enuncia “corretamente” em nome do sujeito-depoente (TA) sendo, este último, estranho à “univocidade lógica” da lei (PÊCHEUX, 2002, p. 43).

No recorte de depoimento acima reproduzido podem ser percebidos atos do sujeito-juiz (J) no intuito de impedir interpretações do sujeito-depoente (TA). Há, nesse momento uma “sobre-interpretação” (PÊCHEUX, 2002, p.45) feita pelo juiz (J), que organiza as falas de “TA” “ao modo de uma rede de paradigmas” (op. cit., p. 46). Tomando como fundamento da produção de linguagem a relação entre os processos parafrástico (“retorno constante a um mesmo espaço dizível”) e polissêmico (“deslocamento, ruptura, emergência do diferente, da multiplicidade dos sentidos”), podemos afirmar, com Serrani (1993, p.16 e 23, grifos nossos), que a paráfrase, no discurso do Direito, pode ser concebida como “ressonância interdiscursiva de significação que *tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido*”, pois é esse mesmo discurso do Direito que define as condições de possibilidade dos enunciados.

As materialidades discursivas dos recortes mencionados implicam um ritual ideológico do discurso do Direito que trabalha o sentido das falas do sujeito-depoente (TA), nelas insere um sentido e dá uma única direção ideológica. A retomada, feita pelo sujeito-juiz (J), não é neutra; há superposição de falas no enunciado do sujeito-juiz (J), que, por sua vez,

traz outra situação enunciativa: a de coesão de sentido em lugar de dispersão. O juiz (J), ao fazer seu ditado parafraseando o depoente (TA), funde a voz deste com a sua, incorporando-a: “a paráfrase é um discurso sem voz, pois quem está falando está falando o que o outro já disse [...] é uma máscara que se identifica totalmente com a voz que fala atrás de si” (SANT’ANNA, 1985, p. 29). A paráfrase é “o outro no mesmo” (SERRANI, 1993, p. 29). Há algo que vem regulamentar um percurso do olhar, que faz o discurso “entrar [...] na categoria do mesmo” e rejeitar “como desvios do olhar, todas as zonas de instabilidade, de dispersão, de contradição” (COURTINE, 2006, p. 25). O discurso do Direito adquire uma “estrutura, uma ordem de significado” (WHITE, 1991, p. 9), um valor jurídico, valor de prova, somente depois de se tornar uma narrativa escrita do juiz.

Ao lado da constituição do sujeito *do* direito (sujeito do enunciado, da lei), na cadeia discursiva, há, também, a constituição do sujeito jurídico durante a enunciação feita em audiência. O discurso do Direito, científico e racionalista traz consigo o recalque, o silenciamento, de modo a colocar o discurso jurídico “como resíduo” (SIGNORINI, 2001, p. 114). Esse objeto recalcado retorna sob a concepção de um sujeito-falante em que o inconsciente (ideologia e desejo) é pré-condição para que esse dizer se concretize (TFOUNI, 2008). Compreendemos o discurso jurídico como discurso narrativo, lugar onde se instala a subjetividade, o modo pelo qual o sujeito organiza sua simbolização particular (TFOUNI&PEREIRA, 2009). Denominamos, portanto, sujeito jurídico aquele que emerge nos depoimentos narrados e transcritos e nas sentenças que escapam ao modelo imposto pela lei.

A narrativa do sujeito-juiz, sujeito *do* direito, traz um “discernimento” em relação ao que foi narrado na audiência; pressupõe a “noção de realidade na qual ‘verdadeiro’ é identificado com ‘o real’” (WHITE, 1991, p.10); tem começo, meio e fim bem delineados, pois o sujeito-juiz é aquele que conhece a lei. A desordem e a ausência de enredo nas falas do

depoente são frustrantes para o discurso do Direito, que, por sua vez, as remete à significação mítica do discurso do sujeito juiz. O discurso do Direito não pode, por sua natureza, produzir história subjetiva (sujeito jurídico), mas produz a “existência explícita de uma constituição política que é cultuada em ... leis e costumes racionais” (WHITE, 1991, p. 16), ou seja, o discurso do Direito produz o sujeito *do* direito.

A constituição do sujeito *de* direito como signo imagem de *a*, segundo a psicanálise lacaniana, se dá na medida em que “a realidade se presta à representação narrativa”, lugar de “conflito entre o desejo e a lei”, na lição de White (1991, p.17). Para esse autor (idem), onde não há o poder da lei, não existe nem sujeito nem evento narrado. Assim, no discurso do Direito, a historicidade e a narratividade não existiriam se não houvesse sujeito *do* direito e sujeito jurídico. White (1991, p. 18) observa que a narratividade “pressupõe a existência de um sistema legal [...] tem a ver com os tópicos da lei, da legalidade, da legitimidade, ou, mais genericamente, da autoridade”. O sujeito-juiz, ao fazer recortes nas falas e ditar para o escrevente de sala o que deve ser escrito no termo, enuncia segundo a determinação da lei; sua narrativa, na cadeia discursiva, se apresenta no lugar mais próximo do conceito do sujeito *de* direito descrito pela lei, ou seja, aquilo que o sujeito-juiz (sujeito *do* direito) enuncia deve corresponder à previsão legal para sua conduta.

Em sentença ditada ao escrevente de sala, o juiz (J), em outro recorte, em meio a sua decisão, pretensamente segundo os moldes do discurso do Direito, pronuncia a seguinte frase: “Até porque...o contrato não é celebrado...para diletantismo dos contratantes”⁷³. Quando “J” utiliza o operador “*até porque*” inseriu, em sua fala, um juízo de valor diverso daquele preconizado pela lei, já que a estrutura formal do raciocínio silogístico - que a lei determina para a elaboração da sentença - “não espelha as propriedades básicas da consciência humana” (LURIA, 1977 *apud* TFOUNI, 2005, p. 37). Ao emitir uma apreciação

⁷³ Em capítulo posterior retomaremos a análise desse recorte.

particular na afirmação: “*até porque ...*”, o sujeito *do* direito - sujeito na posição de juiz, conhecedor da lei - é dividido por seu próprio discurso, ocasião em que emerge o sujeito jurídico na enunciação de interesse particular e se contrapõe à qualidade de não contradição do sujeito científico (ORLANDI, 1996, p. 92). Esse é um exemplo de que o sujeito é, ao mesmo tempo, “sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação” (HENRY, 1992, p. 188).

Podemos observar, a esse respeito, que há uma “estratégia alternativa à prática linear escriturística” (TFOUNI&PEREIRA, 2009) dentro do raciocínio lógico institucionalizado do Poder Judiciário. Essa estratégia escapa ao esquema de papéis rígido e à interpretação controlada da estrutura silogística, caracterizando-se como resistência à interpelação ideológica dominante do discurso do Direito. A esse processo Certeau (1994, p. 252, *apud* TFOUNI, 2005, p.22) dá o nome de “economia escriturística”, “uma outra coisa” que é ““calada – recalçada, melhor dizendo – mas que no entanto retorna”, ... escapando à dominação de uma economia sociocultural [...] ao poder de uma elite e, enfim, ao controle da consciência esclarecida” . Ao estudarmos o sujeito no discurso jurídico, atentamos para “o único sujeito que se deve supor [...] aquele que a psicanálise define como efeito da linguagem enquanto realização do simbólico” (HENRY, 1992, p. 186). O grande Outro é a matriz simbólica, e se equipara à *ação estruturante da linguagem* que leva a um hiato entre organismo e corpo (GODOY, 2009).

Quando colocamos lado a lado sujeito *de* direito, “*signo imagem de a*” (situando o Estado no lugar do espelho A) (LACAN, 1992, p. 342) e sujeito jurídico, queremos demonstrar que na cadeia discursiva durante uma audiência, ainda que seja um contexto sócio-histórico em que a determinação legal predomina, o sujeito (jurídico ou o sujeito *do* direito) não é dono de seu dizer. No recorte comentado acima, o sujeito-juiz (sujeito *do*

direito), conhecedor da lei, sujeito do enunciado desta, é cindido, pois também é sujeito da enunciação e, ao ditar para o escrevente de sala, não se dá conta dessa divisão e traz, em sua fala, valor particular e não o valor universal preconizado pela lei por meio do raciocínio silogístico.

Ao aproximarmos a evidência do sujeito e do sentido, imposta pela ideologia, como sugere Pêcheux (1988), podemos compreender a dificuldade existente no jogo de efeitos ideológicos do discurso do Direito. Quando dissimulamos a “intersubjetividade falante” do sujeito *do* direito (sujeito-juiz) podemos observar outro valor em sua enunciação, que não o ditado pela lei; foi possível observar a história se inscrevendo no discurso desse sujeito constituindo o sujeito jurídico em sua enunciação durante uma audiência. Levando em conta o que Elia (2004) ensina sobre o inconsciente psicanalítico, como algo que não é articulável, mas que pode já estar articulado ao nível do inconsciente, e da sujeição do sujeito a esse inconsciente que se articula sem seu arbítrio, podemos observar a produção de atos falhos e lapsos discordantes das características que deveriam estar presentes no sujeito *do* direito, sujeito do enunciado do termo de audiência ou da sentença.

O fato de a fala ser determinada de fora da vontade do sujeito (AUTHIER-REVUZ, 1990), como produto do interdiscurso é ignorado pelo próprio sujeito que se acredita fonte do discurso. O “eu forte”, autônomo e livre é uma ilusão que a ciência do Direito produz para o sujeito e o Estado, evidência anterior ao sujeito, produz-reproduz sujeitos *de* direito como “evidências naturais” (PÊCHEUX, 1988). Afirmamos que há diferença entre sujeito *de* direito e sujeito jurídico e, no “Estado do sujeito *de* direito”, o assujeitamento é do sujeito jurídico. Ao “sujeito *de* direito” cabe o papel de “signo *imagem de a*” (LACAN, 1992, p. 342), que o Estado, como “A”, no esquema ótico de Lacan ([1960b] 1998, p. 653), oferece ao “assujeitamento do sujeito”.

Para Pêcheux (1988) a constituição do sentido e a constituição do sujeito juntam-se na figura da interpelação (na qual vinculamos sujeito ideológico e sujeito *de* direito) e, ao mesmo tempo, fica dissimulada a subordinação-assujeitamento ao grande Outro (Estado) sob a forma da autonomia (estrutura discursiva da forma-sujeito). Pensamos, portanto, a determinação do sujeito pela Lei (Estado) em dois momentos que ocorrem simultaneamente: pela determinação histórica (teoria materialista dos processos discursivos de Pêcheux) e pela determinação constitutiva (em que a libido do eu estaria investida na imagem do Estado como grande Outro, imagem esterilizante, que leva à passagem do [eu] especular para o [eu] social) (LACAN, [1949]1998). A utilização metafórica do esquema ótico completo de Lacan ([1949] [1960] 1998), para dar ao Estado a função de “A”, espelho plano, proporciona a formação do sujeito *de* direito equivalente ao ideal do eu, “como um campo organizado de uma certa maneira no interior do sujeito” (LACAN, 1992). Nessa elaboração do Estado como espelho (A), o sujeito teria sua função preenchida pela imagem de sujeito *de* direito, à imagem e semelhança do Estado como o grande Outro. Os referenciais do conhecimento especular não são da ordem visual. O sujeito advém do objeto do olhar de um outro.

Nessa nova dimensão de sensibilidade sobre a dimensão política do sujeito distanciamo-nos do fetichismo do Direito, rompemos a lógica convencional do jurídico e trazemos a possibilidade de observar como opera o inconsciente na determinação do sujeito com a alteridade: “o que diz respeito ao ser, ao ser que se colocaria como absoluto, não é jamais senão a fratura, a rachadura” (LACAN, [1972-1973]1985, p. 20).

Segundo a proposta do continuum do Letramento, de Tfouni (1992, 2005), observamos, estabelecidas as diferenças entre discurso do Direito e discurso jurídico, as diferenças conceituais entre sujeito jurídico (sujeito da enunciação), sujeito *de* direito (ideológico e signo *imagem de a*), e sujeito *do* direito (sujeito do enunciado; sujeito que ocupa essa posição por ser conhecedor e aplicador da lei).Essas noções são de difícil percepção;

podem, no entanto, ser observadas no funcionamento discursivo, na relação enunciado/formulação (LAGAZZI, 1988, p.56), pois ali há “uma ilusão que, no interior do discurso, pode ocupar diferentes posições” (LAGAZZI, 1988, p. 57). Essa distinção conceitual nos permite observar o sujeito clivado na aplicação da lei.

CAPÍTULO 5 – SUJEITO E SENTIDO NO DISCURSO JURÍDICO

5.1 INTRODUÇÃO

O discurso técnico e elaborado da ciência do Direito, de que nos ocupamos no Capítulo primeiro, tem uma forma de operar produzindo sentido transparente e dando valor à atuação dos sujeitos que participam dos atos de uma audiência do Poder Judiciário. Por se tratar de uma linguagem constituída de normas, decisões, declarações, está impregnada pela precisão do juridismo e não é acessível à compreensão de todos. O rigor da linguagem jurídica cria a “necessidade” da intermediação de especialistas que transformem os fatos do cotidiano em noções jurídicas sob a forma da impessoalidade (LE BARS, 2007, p. 35). As regras de Direito, marcadas pela generalidade (“todos”, “ninguém”, “alguém”, “aquele que”, “cada um”) (idem) e pela ação verbal no presente ou no futuro, adquirem valor atemporal e função de imperativo, favorecendo sua receptividade pelo sujeito “livremente” assujeitado (op. cit., p. 36).

Essa rápida descrição da linguística jurídica na introdução do tema “discurso jurídico” tem o escopo de estabelecer a “não-relação” entre ambos (SOUZA, 2008, p. 569), pois constituem campos radicalmente heterogêneos. A esse respeito, citamos Milner: “as dimensões da linguagem que mais importam à psicanálise são justamente aquelas de que a linguística não trata” (MILNER, 1992, p. 859, *apud* SOUZA, 2008, p. 569).

Aspectos do sujeito de direito, previsível e mensurável, do discurso do Direito, são tratados em diversos textos científicos. O de que vamos tratar neste capítulo é a noção de *sujeito do discurso*, a quem denominamos *sujeito jurídico*; é o *parlêtre* (o falasser da psicanálise), que, conforme mencionamos anteriormente, é desprezado pela ciência do

Direito. Observamos o ser enquanto falante, com suas marcas de emergência subjetiva no discurso em processo, a fim de apreender a forma como as leis permeiam as atividades do indivíduo, cidadão comum, ditando-lhe um poder/não poder.

5.2 SEMÂNTICA DISCURSIVA E RELAÇÕES IDEOLÓGICAS

Deixando de lado aquilo que é mensurável e verificável do discurso do Direito, partimos para o processo discursivo com foco na relação da subjetividade com a enunciação, uma a uma, observando as singularidades que “quebram” a consistência do discurso da lei, na busca de um “não-dito” nos recortes do corpus. Que efeito trazem os recortes, feitos pelo juiz, às falas das partes durante a audiência? Que efeito de sentido gera a sentença redigida com estrutura de poesia e não na forma do raciocínio silogístico conforme manda a lei? Que relação sujeito-grande Outro esse corpus representa? Isso é um enigma para o sujeito comum, hermético; uma minuciosa análise psicanalítica e discursiva, no entanto, pode abrir novos caminhos de interpretação sobre as marcas formais que passam despercebidas na utilização da “máquina judiciária”.

A metodologia que a AD (PÊCHEUX, 1988) propõe torna possível que “o conhecimento constitua-se além do ‘achar’ de cada pesquisador e fora de qualquer modelo pré-concebido” (LAGAZZI, 1988, p. 51).

Nosso corpus é constituído de uma sequência de enunciados de que faremos alguns recortes, para relacionar o discurso (entendido como efeito de sentido entre interlocutores), com o exterior da língua, ou seja, com fatos históricos que levaram à formação do sentido pesquisado; e, por fim, tentar compreender como se dá o processo de produção do discurso jurídico.

Para melhor compreensão da metodologia adotada, passamos a uma rápida explicitação sobre quem são os sujeitos investigados, quais as condições de produção de seu discurso, como se deu a constituição do corpus e como se constituem os procedimentos utilizados para a análise dos dados.

Os sujeitos estudados são aqueles que ocupam a posição de autor, de réu, de testemunha, os que ocupam a posição de juiz e de escrevente de sala, posições essas alocadas por força de lei, por mecanismos jurídico-institucionais que delineiam o contexto de uma audiência que ocorre em Vara Cível da Justiça Estadual. Acrescentamos que, com a sentença em forma de poesia, observamos também a posição do sujeito juiz em sua atividade de proferir uma sentença.

Sob o aspecto da lei, a parte (autor ou réu) ou a testemunha deve ser alguém apto a manifestar sua vontade de maneira válida; a própria lei diz a esses sujeitos o que é permitido e o que é proibido, fornecendo parâmetros ao agir deles (LAGAZZI, 1988, p. 45). A ficção da lei “dá, ao invisível, o caráter de visível” (EDELMAN, 1980, p. 54-55). Nesse “juridismo” (LAGAZZI, 1988, p. 46) das relações jurídicas entre os sujeitos-depoentes e o juiz de direito é garantida a ordem; as declarações e opiniões dos sujeitos que são ouvidos na audiência, não são edificadas “sobre razões, mas sobre símbolos que mistificam, interferindo no distanciamento crítico do sujeito e permitindo a legitimação de um poder” (LAGAZZI, op. cit., p. 47).

O sujeito de direito vai desempenhar, então, uma função marcada pelo idealismo, que esconde as desigualdades, entre os sujeitos na relação jurídica, sob “relações livres e iguais” de “indivíduos independentes”.

O sujeito que ocupa a posição de juiz é pessoa formada em Direito e investida, por meio de concurso público, na função jurisdicional do Estado. Como é alguém que conhece a

lei e sua tarefa é a de fazer com que seja cumprida, o definimos sob a noção de “sujeito *do* direito”. Lembramos que *sujeito jurídico* é o sujeito da enunciação; *sujeito de direito*⁷⁴ é ideológico e *signo imagem de ‘a’* e, por fim, *sujeito do direito*⁷⁵ é sujeito do enunciado, é o técnico da lei, que ocupa essa posição por conhecer e aplicar a lei. Essas diferenças conceituais são utilizadas tanto para ilustrar a divisão constitutiva do sujeito, como também a relação com a questão do letramento, a respeito da qual podemos inferir que ao sujeito pouco letrado está interdita a posição-sujeito ocupada pelo sujeito *do* direito na cadeia discursiva⁷⁶.

As formações discursivas (FDs) (PÊCHEUX, 1988) dão a perspectiva aos sujeitos naquilo que podem ou devem dizer, a partir da posição que ocupam em seu discurso determinado pelo jurídico. A influência da lei (BRASIL, [1973] 2007) na produção dos discursos observados não pode ser ignorada quando determina ao juiz que questione as partes e dite para o escrevente de sala o que deverá constar do termo de audiência; ela coloca, sobre os sujeitos, coerções que determinam lugares e temas a serem abordados. A lei é o ponto de origem das falas do juiz e dos recortes que ele faz sobre as falas das partes, determinando ao magistrado que fixe os pontos controvertidos a serem discutidos na audiência. As falas partem dela e a ela retornam.

O juiz que profere uma decisão (sentença) também está sujeito à lei quanto ao modo em que a redige, pois o Código de Processo Civil (BRASIL [1973] 2007) determina que a sentença de mérito no processo de conhecimento contenha uma premissa maior, uma premissa menor e o dispositivo e, caso isso não ocorra, será considerada nula.

⁷⁴ « *Où personne ne parle, sauf rituellement [...] la passivité politiquement représentée par cette idée du sujet ‘de’ droit dans la bureaucratie* » (HAROCHE, 2010, p. 161). « Em que ninguém fala, salvo ritualmente [...] a passividade, politicamente representada por esta idéia do sujeito-de-direito na burocracia » (HAROCHE, 1992, p. 191).

⁷⁵ « *Le sujet ‘du’ droit, dans la bureaucratie, procède des écrits de la loi et n’a rien à dire en propre* » (HAROCHE, 2010, p. 160, grifo nosso). “O sujeito ‘do’ direito, na burocracia, procede dos escritos da lei, e não tem nada a dizer que lhe seja próprio”(cf. HAROCHE, 1992, p. 190, grifo nosso).

⁷⁶ Observação feita verbalmente pela Profa. Leda Verdiani Tfouni em reunião para discutir o texto da tese.

Observar o assujeitamento desses sujeitos a partir de suas falas em audiência é importante, porque é nelas que o sujeito se constitui, passa pelo processo de identificação, de assujeitamento. Conforme lição de Elia (2004, p. 36), para explicar como o sujeito se constitui “é necessário considerar o campo do qual ele é o efeito, a saber, o campo da linguagem”. A enunciação (e não o enunciado) é que demonstra como o sujeito se relaciona com as coisas que diz. Essa abordagem não é feita de maneira isolada, pois a enunciação está determinada não só por quem a emite, mas também por aquele para quem é emitida.

[...] não é da língua que está se tratando, mas de discurso, quer dizer, de uma ordem própria, distinta da materialidade da língua, no sentido que os linguistas dão a esse termo, mas que se realiza na língua: não na ordem do gramatical, mas na ordem do enunciável, a ordem do que constitui o sujeito falante em sujeito de seu discurso e ao qual ele se assujeita em contrapartida (COURTINE, 1999, p. 16).

O contexto sócio-histórico em que os sujeitos analisados se inserem também tem sua importância no discurso, pois os depoentes (testemunhas, autor e réu) são inseridos em um ambiente que não é o de sua vivência cotidiana. Assim, as condições em que enunciam fazem parte da constituição de seu discurso e influenciam os efeitos de sentido do dizer. Os “lugares” sociais que o sujeito falante ocupa determinam sua posição-sujeito num discurso relativo a relações hierarquizadas, sustentadas no poder dos diferentes lugares a partir dos quais o sujeito é constitutivo do que diz, e essas relações de força se fazem valer na comunicação (ORLANDI, 1999, p. 39).

As falas analisadas se deram durante audiência de Vara Cível do Poder Judiciário estadual, dentro do procedimento que a lei (BRASIL, [1973] 2007) impõe ao processo de conhecimento. Ocorreram, portanto dentro de uma instituição do Estado, o Poder Judiciário, o que influi não só nos gestos e modo de relação entre as partes (autor e réu), testemunhas, juiz e escrevente de sala, mas, também, na maneira de o juiz proferir sua decisão em forma de sentença. A organização das práticas e dos ritmos das falas influencia a prática discursiva,

pois o ambiente é permeado pela coerção; a lei prevê, de antemão, o que pode e o que não pode ser dito e o aquilo pode ou não pode ser feito.

O fato de a lei (BRASIL, 2003; [1973] 2007) impedir o autor de resolver o conflito por si, o leva à prática de uma série de atos, por ela regulamentados minuciosamente, que, somado a outros, formam o procedimento judicial. A atuação do juiz nesse procedimento é colocada pela lei numa posição “super e inter partes” e revestida de poderes administrativos ou de polícia para assegurar a ordem; o autor é aquele que faz o pedido de prestação jurisdicional e o réu, aquele contra quem essa prestação é pedida. A função do juiz é complementada pela de órgãos auxiliares, como, por exemplo, o de escrevente, que colabora na movimentação do procedimento judicial.

Os atos desse procedimento seguem certa ordem. É dividido em fases e uma delas é a fase probatória, em que o autor, o réu e as testemunhas fazem seu depoimento oral perante o magistrado. Desse momento da “língua trabalhada pelo poder” (LAGAZZI, 1988, p. 24), colhemos elementos para nossa pesquisa sobre letramento e discurso jurídico. O depoimento oral das partes e das testemunhas, a falas dos seus respectivos advogados e as falas do juiz, enfim, tudo só foi gravado depois de concedida a autorização pelo magistrado e depois de dado o consentimento de cada um dos envolvidos neste estudo, com sua assinatura nos termos de consentimento (elaborados conforme orientações do Comitê de Ética). Quanto às sentenças estruturadas como poesia e ao Acórdão, não foi necessária a assinatura de termo de consentimento, pois constituem documento publicado em cartório, a que qualquer pessoa tem acesso.

Os depoimentos orais das partes (autor, réu) e das testemunhas, com seus respectivos advogados, já transcritos e anexados a esta pesquisa; o ditado do juiz (denominado “termo de audiência”) feito, durante as audiências, para o escrevente de sala; as

sentenças com estrutura de poesia e o Acórdão (decisão de Tribunal) criticando uma delas; tudo isso constitui o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido do discurso jurídico, estudado sob a perspectiva de uma “semântica discursiva”, determinada historicamente pelas relações ideológicas inerentes à instituição do Poder Judiciário, e determinada pela constituição psicanalítica e discursiva do sujeito.

5.3 DISCURSO: ORDEM DO ENUNCIÁVEL, ORDEM QUE CONSTITUI O SUJEITO

5.3.1 Discurso na audiência

Para chegarmos à ordem do enunciável, à superfície linguística do corpus desta pesquisa, utilizamos um aparelho para gravar as falas, que foram transformadas em documentos escritos (v. ANEXO C). Também foram anexados os termos das audiências correspondentes às audiências gravadas. Esses termos consistem num ditado do juiz, feito durante a audiência, ao escrevente de sala; são recortes que ele mesmo faz das falas dos depoentes. As gravações transcritas e os textos dos termos formam nosso corpus discursivo que, segundo a AD pêcheutiana (GADET & HAK, 1990, p. 239), é “um conjunto de textos de extensão variável (ou sequências discursivas), remetendo a condições de produção consideradas estáveis”.

A análise do discurso parte da superfície linguística do material colhido⁷⁷ (PÊCHEUX, 1988), passa por uma de-superficialização linguística e uma de-sintagmatização discursiva, para chegar ao modo de produção dos efeitos de sentido do discurso jurídico. Na

⁷⁷ sequências verbais orais ou escritas de dimensão variável, em regra superiores à frase (GADET & HAK, 1990)

superfície linguística situa-se uma “dupla ilusão” (GADET & HAK, 1990, p. 180) concernente aos esquecimentos nº 2 e nº 1. A operação de “de-superficialização linguística” visa a anular o “esquecimento nº 2 (pré-consciente - consciente no nível do imaginário)” (op. cit., p. 181). Como resultado dessa operação, obtém-se um objeto teórico denominado “objeto discursivo”. Sobre este é realizada uma “de-sintagmatização”, que incide na zona de esquecimento nº 1, chegando, por fim, ao “processo discursivo” (idem).

A língua na sua materialidade, “enquanto ordem significante capaz de equívoco, de deslize, de falha” (FERREIRA, 2003, p. 196) é pressuposto para a análise da materialidade do discurso (idem, p. 197) e para trazer à tona o opaco processo de produção do sentido. Em nossa análise, descrição e interpretação serão alternadas como num batimento (FERREIRA, 2003). A singularidade do discurso materializado nas transcrições diz respeito à condição do sujeito, que não é mais a origem de si; ao sentido, que não é conteúdo; à história que não é contexto, e à ideologia, que não é defeito (op. cit.).

O sujeito constituído e afetado pela linguagem não nasce pronto, ele se constitui e, por esse motivo, distancia-se do sujeito cartesiano, senhor de seus atos e de vontade livre; é sujeito clivado, assujeitado, submetido ao inconsciente e às condições histórico-sociais. A abordagem desse sujeito, que se constitui junto com o sentido, é objeto da análise que se inicia coma a audiência 1, do dia 23/01/08 (ANEXO C, p. 321) - que se refere a uma ação jurídica em que A (autor) pede ao Estado-juiz que cobre de seu inquilino (I) o valor em dinheiro que corresponda aos prejuízos que sofreu pelos danos que este último provocou em seu imóvel - o advogado (AA) do autor (A), em nome deste último, afirma ao juiz que o inquilino (I) não cumpriu a obrigação de pintar o imóvel antes de restituí-lo e, caso não lhe pague o valor da pintura, quer cobrá-lo da fiadora (F). Esta, por meio de seu advogado, afirmou ao juiz que o imóvel foi devolvido nas mesmas condições em que foi recebido por I. Na audiência, o juiz ouviu uma testemunha do autor (TA) e reconheceu que os danos no

imóvel foram comprovados e que a ré (fiadora F) também é responsável por eles, condenando-a, por meio de uma sentença, ao pagamento da indenização pedida.

No decorrer da audiência são construídas narrativas, a respeito de um fato, que colocam o ponto de vista de cada um dos sujeitos, do autor (A), do réu (R) ou da testemunha (TA ou TR). Essas narrativas são retomadas pelo sujeito que ocupa a posição de juiz, com o objetivo de colocá-las dentro de determinados limites impostos pelo discurso do Direito. É, este último, a base sobre a qual o sujeito juiz⁷⁸ transforma narrativas, com origem em atividade linguageira e em conhecimento do senso comum, em enunciados enquadrados pelo discurso do Direito. É o que se depreende do recorte⁷⁹ abaixo:

(35) **J**: O que que a senhora sabe?

(36) **TA**: É que ele morou lá um ano ... um ano de:: ... sem pagar aluguel sem pagar

(37) condomínio e que foi movida uma ação de despejo contra ele e ele saiu deixou danos (38) no imóvel

(39) **J**: Que ... que danos foram esses?

(40) **TA**: Pintura geral do imóvel limpeza controle que ele entregou ... ele entregou a chave (41) ao do ... à doutora (V) a advogada ... ao doutor (X) no escritório dele ... aí

(42) o controle não funcionava ... limpeza geral ... pintura geral no imóvel ...

(vide ANEXO C, Transcrição da audiência 1, de 23/01/08, p. 321)

Essas falas correspondem ao seguinte recorte do termo de audiência:

Inquirida pelo MM. Juiz, na forma e sob advogado da autora, respondeu: Foi a depoente quem fez a vistoria de entrada e saída do imóvel. Lembra-se que o imóvel não foi devolvido nas mesmas condições em que foi locado, já que o locatário não fez a pintura geral nem a limpeza [...]

(vide ANEXO C, Termo de depoimento da testemunha da autora (aud. 1) – 23/01/08, p. 324).

⁷⁸ Sujeito *do* direito, conforme explicado anteriormente (cap. 4, item 4.2.4), pois ele tem o conhecimento da lei.

⁷⁹ Na AD pêcheutiana recortes são fragmentos de textos ou falas que formem uma unidade discursiva, que correlacionam linguagem e situação.

Os enunciados de TA, caracterizados pela deriva e, muitas vezes, ausência de coerência, constituem-se num espaço não pacífico, obscuro e vago; transformam-se, na interpretação do sujeito juiz (J), em uma narrativa onde se espera que haja não-contradição, visto que os sentidos ali presentes seriam delimitados pelo discurso do Direito, que coloca um sujeito mensurável e predizível (HAROCHE, 1992, p. 30) em cujo discurso não haveria furos.

É importante lembrar que o funcionamento de uma audiência, no Poder Judiciário, tem todos os seus procedimentos estritamente regulados pela lei, o Código de Processo Civil (BRASIL, 2007), conforme o exposto no Anexo A. De acordo com o funcionamento do discurso do Direito, convém destacar que o direito processual “cuida das relações dos sujeitos processuais, da posição de cada um deles no processo, da forma de se proceder aos atos deste”, regula, portanto, a atuação do sujeito-juiz e dos sujeitos que ocupam as posições de autor e de réu (CINTRA *et al*, 1981, p. 15). Cada um deles deve agir de acordo com a lei sob pena de seus atos serem anulados, não surtindo efeito no mundo jurídico. Esse assujeitamento é descrito por Kant (1971, p. 212-213):

Contra el legislador supremo del Estado no hay, pues, ninguna oposición legal del pueblo, pues un Estado jurídico solo es posible como sumisión a su voluntad legisladora universal. No hay pues, tampoco, derecho de sedición, todavía menos derecho de rebelión (KANT, 1971, p. 212-213)⁸⁰.

A função do sujeito que está na posição sujeito-juiz é a de presidir a audiência, controlar a participação de quem vai falar, do quê vai falar e por quanto tempo, além disso determina o recorte das falas e dita para o escrivão aquilo que deverá constar no termo de audiência. Nesse termo (cf. ANEXO C, Termo de depoimento da testemunha da autora - audiência 1, de 23/01/08, p. 324) estão anotados o nome, o endereço, a profissão da

⁸⁰ Contra o legislador supremo do Estado não há, pois, nenhuma oposição legal do povo, pois um Estado jurídico só é possível como submissão a sua vontade legisladora universal. Não há pois, tampouco, direito de sedição, nem mesmo direito de rebelião (KANT, 1971, p. 212-213). Texto traduzido do francês para o espanhol por Cesáreo Morales, 2007, p. 26.

testemunha, características que o Estado dá ao sujeito, entendidas aqui como um processo de identificação, um “apagamento progressivo da situação por uma via que leva diretamente ao sujeito universal” (PÊCHEUX, 1988, p. 127): ao sujeito-de-direito. Ao reconhecer-se “como homem, como operário, empregado funcionário, chefe”, diz Pêcheux (op. cit., p. 117, grifo do autor), o que está em jogo é a “*identificação pela qual o sujeito ‘se reconhece’ como homem*”; processo em que “o *imaginário [...] mascara radicalmente qualquer descontinuidade epistemológica*” (op. cit., p. 128, grifos nossos). Há, nesse processo de identificação, a atuação da ideologia constituindo “os indivíduos em sujeitos” (PÊCHEUX, 1988, p. 129). Pêcheux explica que, no processo discursivo, existe “o efeito ideológico ‘sujeito’” e não um “‘sujeito’ ideológico como ‘sempre-já dado’” (op. cit., p. 125). Morales (2007, p. 25) descreve o Direito como “*la pila de las águas bautismales que consagran a cada hombre como su ‘próprio señor’*”⁸¹, desse modo, as “liberdades”, que o sujeito de direito tem, tornam-se matéria da Lei e as “garantias” que lhe são dadas são tuteladas pelo Estado.

É interessante observar que o sujeito que se identifica na posição sujeito-depoente (TA) tem um discurso segundo as formações imaginárias daquilo que o discurso do Direito qualifica como “depoente”, encaixado dentro de um “certo número de valores e de palavras-chave” (CHEMAMA, 2002, p. 245). Chemama explica, quando trata da Revolução Francesa, que o que pode fazer coesão dentro da noção de igualdade abstrata dos indivíduos é um discurso que produza a representação imaginária daquilo que se chama povo (op.cit., p. 244). Transpondo esses termos para o discurso do Direito, a palavra da lei torna-se, dentro das formações imaginárias, um meio de exercício do poder, pois, o sujeito-depoente está impedido de fazer justiça pelas próprias mãos, tem de, obrigatoriamente, recorrer ao Poder Judiciário para resolver seus conflitos⁸²; e, ao mesmo tempo, a utilização que esse sujeito faz do Judiciário deve seguir os termos estritos que a lei coloca, sob pena de sofrer não só a

⁸¹ a pia das águas de batismo que consagram a cada homem como seu ‘próprio senhor’ (tradução minha).

⁸² Está impedido de fazer justiça pelas próprias mãos (autotutela, v. Anexo A).

nulidade do ato que praticou, como também de sofrer punição do Estado. É o que se observa dos recortes da advertência que o sujeito-juiz faz a cada um dos depoentes na audiência 2, de 24/01/08:

- (35) **J**: O senhor está compromissado a dizer a verdade sob pena de ser processado pelo
 (36) crime de falso testemunho ...
 [...]
 (94) **J**: O senhor está compromissado a dizer a verdade sob pena de ser processado pelo
 (95) crime de falso testemunho ... a pena pode ir até seis anos de reclusão ...
 [...]
 (150) **J**: O senhor está compromissado a dizer a verdade sob pena de ser processado pelo
 (151) crime de falso testemunho ...
 (vide ANEXO C, Transcrição da audiência 2, de 24/01/08, p. 329-332)

Lagazzi (1988, p. 56) explica que o funcionamento discursivo ocorre na relação enunciado/formulação, em que se atinge determinada formação discursiva (FD) pela relação entre o lugar (em que se encontra inscrito sujeito) e a situação (ambiente material e institucional), relação essa a que Pêcheux (1988) dá o nome de condições de produção. A autora (op. cit., p. 56-57) explica, citando Courtine, que, dentro das condições de produção, atuam as condições de formação, que por sua vez, fazem “corresponder à sequência discursiva tomada, um ‘domínio da memória’”, “conjunto de sequências discursivas que pré-existem à enunciação dessa sequência discursiva” e, conseqüentemente, em que se constitui o sujeito como “um efeito do processo sem sujeito, uma ilusão que, no interior do discurso, pode ocupar diferentes posições”.

Na substituição da fala do depoente pelo juiz ocorre o que Orlandi (2003, p. 244) denomina “forma da *mistificação*”, em que a *subsunção de uma voz pela outra*, “*como se*”, se distingue do “faz de conta”; este último se relaciona ao imaginário, e o “*como se*” se relaciona ao *simbólico*, ao “*domínio das instituições*”, em que a “*fala é ritualizada, dada de antemão*” (ORLANDI, 2003, p. 247, grifos nossos).

A validação ou não das falas dos sujeitos-depoentes (testemunha do autor, testemunha do réu, por exemplo) não é um acontecimento alheio à audiência, mas é parte constitutiva do discurso desses sujeitos; o direito à palavra está sujeito à hierarquia. É como se houvesse um “mito do complô” (CHEMAMA, 2002, p. 245), com a função de reforçar a coesão do sujeito-depoente dentro do discurso do Direito contra um “inimigo externo”.

Pode-se pensar, então, sob esse aspecto, que os depoentes têm as características do “sujeito moderno”, que, quando situados *fora dos parâmetros colocados pela lei*, são percebidos como excluídos do contexto jurídico, como “*não-reconhecido[s]*, sem vínculos” (op. cit., p. 248, grifos nossos). O sujeito-depoente é alguém que está “submetido à autoridade soberana” da lei, é “subordinado”, não é livre; e, para que seu depoimento tenha valor, deve buscar ocupar a posição de “sujeito-de-direito”, que “não é nada mais que ‘ser para a Lei’” (HAROCHE, 1992, p. 158). A construção desses vínculos, de que fala Chemama (2002), pode ser observada na determinação da lei sobre aquilo que o sujeito-depoente vai falar e, mesmo que este se distancie do objetivo da lei em sua fala, o sujeito-juiz, ao presidir a audiência, o fará retomar esse caminho. É o que se pode observar do seguinte recorte da audiência 2 de 24/01/08:

(112) **J** ((indagando a testemunha)): O senhor sabe em nome de quem que estavam os

(113) conhecimentos de transporte?

(114) **TA2**: Não lembrá o nome eu não lembro era uma transportadora até aqui de Ribeirão

(115) Preto eu não lembro o nome ... era... ()

(116) **J** ((ditando à escrevente)): Não se lembra o nome da transportadora em cujo nome

(117) estavam os conhecimentos de transporte

(118) **AA**: Quanto tempo ele efetuou essas entrega aqui?

(119) **J** ((olha para a testemunha))

(120) **TA2**: Trabalhei aqui acho que mais ou meno de uns ... quase cem ou noventa dias

(121) mais

(122) **J** ((ditando à escrevente)): Trabalhou para os autores durante aproximadamente

(123) noventa dias

(vide ANEXO C, Transcrição da audiência 2, de 24/01/08, 331).

Há uma dispersão na narrativa do sujeito-depoente, e o juiz, ao fazer seu ditado para o escrevente de sala tenta amarrar o discurso.

Nas linhas 36 a 39 da audiência 1, de 23/01/08, essa função de amarrar o discurso e de colocar em discussão um dos objetos discursivos está mais evidente:

T: É que ele morou lá um ano ... um ano de:: ... sem pagar aluguel sem pagar condomínio e que foi movida uma ação de despejo contra ele e ele saiu deixou danos no imóvel

J: Que ... que danos foram esses?

T: Pintura geral do imóvel limpeza controle que ele entregou ... ele entregou a chave ao do ... à doutora (*omissis*) a advogada ... ao doutor (*omissis*) no escritório dele ... aí o controle não funcionava ... limpeza geral ... pintura geral no imóvel ...

(vide ANEXO C, Transcrição da audiência 1, de 23/01/08, p. 321)

Nessa ação jurídica são os danos que importam e o juiz sabe disso, sabe onde o discurso jurídico tem de entrar, pois ele é o “técnico”, o que conhece o Direito (sujeito *do* direito). Conforme ensina Chemama (2002, p. 242), o sujeito é “amplamente tributário dos efeitos de discurso” e a história do sujeito-depoente se faz numa “historicização primária, ou seja, a história já se faz na cena em que será interpretada uma vez escrita”. Para Chemama (2002) o sentido é parte integrante do fato e porque constitui uma historicização, revela facilmente o alcance ideológico daquele fato.

Zoppi-Fontana (2005, p. 55) observa a existência de um paradoxo no processo de “identificação/subjetivação político-ideológica” do sujeito, ao afirmar que há algo invisível atuando “internamente as relações de dominação/resistência” inscrito nas formas linguísticas. É o que tentaremos demonstrar a partir do entendimento de que “é na e pela linguagem que o

homem se constitui como ‘sujeito’” (BENVENISTE, 1976, p. 284); e, também, a partir da afirmação de Pêcheux (1988, p. 162), de que o próprio da formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido, a “objetividade material do interdiscurso”.

O interdiscurso é todo um conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido, é preciso que elas já façam sentido. E isto é o efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que passando para o ‘anonimato’, possa fazer sentido em minhas palavras (ORLANDI, 2001, p. 33-34).

Para Pêcheux (1988), conforme exposto anteriormente, existem dois efeitos na estrutura do interdiscurso: o efeito de encadeamento do pré-construído e a articulação (que considera como leis psico-lógicas do pensamento, determinadas materialmente na estrutura do discurso). Assim, a articulação “*constitui o sujeito em sua relação com o sentido*, representando, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito*” (PÊCHEUX, 1988, p. 164, grifos do autor).

Para ilustrar essas considerações, reproduzimos, a seguir, recortes relativos à transcrição do que a testemunha falou em audiência (1, de 23/01/08), o correspondente ditado do juiz e, por último, o recorte do termo de depoimento digitado pelo escrevente, segundo esse mesmo ditado. Poderemos, desse modo, atentar para o que é próprio da ordem jurídica: imposição de transparência na língua, para controle de possíveis ambiguidades (HAROCHE, 1992, p. 45-46).

(transcrição do depoimento):

(35) **J:** O que que a senhora sabe?

(36) **T:** É que ele morou lá um ano ... um ano de:: ... sem pagar aluguel sem pagar

(37) condomínio e que foi movida uma ação de despejo contra ele e ele saiu deixou danos

(38) no imóvel

(39) **J:** Que ... que danos foram esses?

(40) **T:** Pintura geral do imóvel limpeza controle que ele entregou ... ele entregou a chave (41) ao do ... à doutora (V) a advogada ... ao doutor (X) no escritório dele ... aí

(42) o controle não funcionava ... limpeza geral ... pintura geral no imóvel ...
(vide ANEXO C, Transcrição da audiência 1, de 23/01/08, p. 321)

(ditado do juiz):

(51) **J** ((ditando à escrevente)): Foi a depoente quem fez a vistoria de entrada e saída do

(52) imóvel ... Lembra-se que o imóvel não foi devolvido nas mesmas condições em que

(53) foi locado ... vírgula ... já que o locatário não fez a pintura geral

(vide ANEXO C, Transcrição da audiência 1, de 23/01/08, p. 322)

(digitação do escrevente, grifo nosso):

[...] Foi a depoente quem fez a vistoria de entrada e saída do imóvel. *Lembra-se* que o imóvel não foi devolvido nas mesmas condições em que foi locado, *já que* o locatário não fez a pintura geral nem a limpeza [...] (vide ANEXO C, Termo de depoimento da testemunha da autora (aud. 1) – 23/01/08, p. 324).

Os recortes acima, lidos e comparados ao recorte do termo ditado pelo juiz, permitem observar que este último traz um sentido diverso daquele relatado pela testemunha. Houve dispersão no relato dela e, também, associação livre “ele morou lá um ano ... um ano de:: ... sem pagar aluguel sem pagar condomínio e que foi movida uma ação de despejo contra ele e ele saiu deixou danos no imóvel”. Já, no ditado do juiz à escrevente, a depoente é colocada como enunciativa de um discurso com causa e efeito: “*Lembra-se* que o imóvel não foi devolvido nas mesmas condições em que foi locado, *já que* o locatário não fez a pintura geral nem a limpeza”. Questionamos as expressões “*lembra-se*”, “*já que*” e, também, o fato de o juiz colocar o depoente como sujeito dessa enunciação. Os enunciados, tanto do depoente quanto do juiz, remetem aos mesmos fatos, porém não constroem as mesmas significações. Ao narrar seu depoimento, a testemunha ou parte (autor ou réu) “desenham” as explicações segundo as exigências da lei, dentro de um padrão que lhes atribui essas posições-sujeito e direciona seu relato com determinada perspectiva. Quando há incoerência em sua narrativa, há marginalização desta.

O sujeito-depoente (sujeito jurídico) tem a oportunidade de falar sobre os fatos que vivenciou, mas não pode, no discurso do Direito (termo de depoimento), fazer-se passar por sujeito de uma narrativa; essa posição é delegada, pela lei, ao juiz (sujeito do direito). No discurso do Direito há uma preocupação em manter a narrativa do depoente separada daquilo que foi escrito sobre sua fala, dando a sensação de que existe um “caos” no discurso do depoente, que “precisa” ser combatido. O espaço administrativo jurídico é espaço discursivo logicamente estabilizado (PÊCHEUX, 2002) em que se supõe “que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete *propriedades estruturais independentes de sua enunciação*” (op. cit., p. 29, grifos nossos). Isso leva a uma “imperiosa necessidade de homogeneidade lógica” (PÊCHEUX, 2002, p. 33) cujo controle recai sobre polos privilegiados como o Estado e as instituições (op. cit., p. 34), que monopolizam “um saber unificante das ‘coisas a saber’” com a função de “assegurar o controle sem risco de interpretação ([...] uma auto-leitura científica, sem falha, do real)”, o saber unificante da “ciência régia” (op. cit., p. 35). É essa imagem de ideal do eu, de sujeito de direito, que o Estado oferece ao sujeito jurídico.

No recorte do termo de depoimento, resultante do ditado do juiz, foram eliminadas as supostas “falhas” do depoente, restando um discurso “unificante” do Direito, lugar onde emerge o sujeito do direito. Como opera a noção de sujeito do direito na ocasião em que o sujeito-juiz enuncia “corretamente” em nome do sujeito-depoente, considerando, este último, como estranho à “univocidade lógica” (PÊCHEUX, 2002, p. 43)? Essa situação aparece em um outro recorte, que mostra quem pode tomar a palavra:

(46) **AA:** Só uma ... uma pergunta ... só pergunta se foi ela que fez a vistoria de entrada e

(47) saída do imóvel

(48) **J:** A senhora que fez Γ a vistoria de entrada e saída?

(49) **TA:** Γ Isso

(vide ANEXO C, Transcrição da audiência 1, de 23/01/08, p. 321)

O advogado do autor não pode questionar diretamente a testemunha. Além da mediação por meio do ditado ao escrevente, ao juiz cabe intermediar as perguntas entre advogado e depoente. Esses fatos impedem interpretações, há uma “castração simbólica” (PÊCHEUX, 2002, p.45), que leva a uma “sobre-interpretação estrutural” do sujeito-juiz, organizando a fala “ao modo de uma rede de paradigmas” (op. cit., p. 46).

Tomando como fundamento da produção de linguagem a relação entre os processos parafrástico (“retorno constante a um mesmo espaço dizível”) e polissêmico (“deslocamento, ruptura, emergência do diferente, da multiplicidade dos sentidos”), podemos afirmar, com Serrani (1993, p. 16 e 23, grifos nossos), que a *paráfrase*, no *discurso do Direito*, pode ser concebida como “ressonância interdiscursiva de significação que *tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido*”, pois é esse mesmo discurso do Direito que define as condições de possibilidade dos enunciados.

As materialidades discursivas dos recortes mencionados até aqui implicam um *ritual ideológico do discurso do Direito* trabalhando o sentido das falas do sujeito-depoente, nelas *inserindo um sentido*, dando uma única direção ideológica. A retomada, feita pelo sujeito-juiz, não é neutra; há superposição de falas no enunciado do sujeito-juiz trazendo outra situação enunciativa, a de coesão de sentido em lugar de dispersão. O juiz, ao fazer seu *ditado* parafraseando o depoente, *funde a voz* deste com a sua, *incorporando-a*: “a *paráfrase* é um *discurso sem voz*, pois quem está falando está falando o que o outro já disse [...] é uma *máscara* que se identifica totalmente com a voz que fala atrás de si” (SANT’ANNA, 1985, p. 29, grifos nossos). A *paráfrase* é “o outro no mesmo” (SERRANI, 1993, p.29, grifos nossos).

O ritual da audiência, em que se toma o depoimento das partes (autor, réu) ou das testemunhas, tem como finalidade buscar “a verdade dos fatos”. Conforme assinalado no Anexo A, no funcionamento do discurso do Direito o

processo é o caminho percorrido pelo Estado para compor a lide. É um método. Processo, aliás, significa "marcha avanti", "caminhada", do latim *procedere*, que significa "seguir adiante" [...]. E método, de μετα – maior, que transcende – e odo – caminho, passagem –, etimologicamente, significa "caminho superior" [...]. Daí que Noronha [...], definindo o processo penal, di-lo: "(...) o conjunto de atos legalmente ordenados para apuração do fato, da autoria e a exata aplicação da lei. O fim é este; a descoberta da verdade, o meio. (SOUZA, 2010).

Essa busca da verdade por meio do processo implica poder nas palavras do juiz e, também, uma crença em sua legitimidade, pois, conforme explicitado anteriormente, o Poder Judiciário, como Aparelho Ideológico do Estado (AIE) (ALTHUSSER, 1999), é o lugar de práticas e de relações de poder. Para Foucault (1996, p. 12), a verdade “é produzida no mundo graças a muitas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder”. O ritual da audiência é uma forma de busca de uma “verdade” construída sob um mecanismo coercitivo em que o juiz faz indagações ao depoente, segundo sua “competência” jurídica, que é tida como

um poder específico que permite que se controle o acesso ao campo jurídico, determinando os conflitos que merecem entrar nele e a forma específica de que se devem revestir para se constituírem em debates propriamente jurídicos: só ela pode fornecer os recursos necessários para fazer o *trabalho de construção* que, mediante uma seleção das propriedades pertinentes, permite *reduzir a realidade* à sua definição jurídica, essa *ficção* eficaz (BOURDIEU, 1998, p. 233, grifos nossos).

É possível observar que, durante a tomada do depoimento, o sujeito-juiz, dentro de sua “competência” jurídica, constrói a “ficção eficaz” da realidade (idem) apagando, no termo de depoimento escrito, a situação enunciativa das perguntas ritualizadas feitas ao depoente. Não se encontram, nesse documento, frases explicativas como “Perguntado ... respondeu”. Há, apenas, a *colocação*, no documento escrito (termo de depoimento), *do sujeito-depoente como enunciator* de um *discurso com causa e efeito*, como por exemplo: “*Lembra-se que o imóvel não foi devolvido nas mesmas condições em que foi locado, já que o locatário não fez a pintura geral nem a limpeza*”.

A função dessa análise discursiva sobre recortes de uma audiência é a de romper o “*mito especular*” da leitura para retirar o “privilégio da visão”, que apaga um dos polos dessa “*relação especular*” dentro do “*narcisismo da estrutura*” da ciência do Direito (COURTINE, 2006, p.10, grifos nossos). Existem pelo menos duas zonas no campo do visível: a de captação da imagem, onde se opera a ilusão do ramo sem que nela apareça o dispositivo do esquema ótico gerador da imagem; a outra onde se vê esse dispositivo sem que funcione a ilusão (MELENOTTE, 2006). Podemos observar que, no decorrer da audiência, o discurso do Direito faz funcionar a ilusão de que só seja visto o sujeito do direito enunciando (tomando o lugar do sujeito depoente dispersivo), de modo coeso e homogêneo, reduzindo a realidade a uma ficção.

No discurso político, e nele incluímos o discurso do Direito, as práticas discursivas definem “o que pode tornar-se objeto da enunciação, as formas que tal enunciação pode tomar, os conceitos que aí se encontram empregados e as escolhas estratégicas que aí se operam” (COURTINE, 2006, p. 69). A enunciação está ligada à linguagem. Seria a linguagem um aparelho de captura do sujeito, como indaga Allouch (2001, p. 34): “*cette machine avec laquelle ses persécuteurs le manipulaient, était... un langage. Un langage machine. Est-ce que le langage est un appareil?*”⁸³. O sujeito jurídico, inconsistente, estaria envolvido por essa máquina capaz de realizar uma “operação de recobrimento”, tornando-o compacto (MELENOTTE, 2006, p. 49), sob a forma de sujeito do direito?

Em seu ditado ao escrevente de sala, após ouvir o sujeito-depoente, o juiz colocase como narrador. É o que se pode depreender do seguinte texto transcrito da audiência 1, de 23/01/08:

⁸³ Aquela máquina com a qual seus dominadores a manipulavam era ... uma linguagem. Uma linguagem máquina. A linguagem é um aparelho? (tradução nossa).

(57) **J** ((dirigindo-se à testemunha)): Ele não devolveu o controle remoto da garagem?

(58) **T**: Ele devolveu o controle mas ele não funcionava

(59) **J** ((ditando à escrevente)): que::: o controle remoto da garagem devolvido pelo autor

(60) também não estava funcionando

(vide ANEXO C, Transcrição da audiência 1, de 23/01/08, p. 322)

O início da frase enunciada pelo sujeito-juíz “que:::”, com o prolongamento da vogal “e”, tem o valor de “depois”, “então”, sugerindo continuidade temporal em sua narrativa. Há uma tradução, feita pelo juiz, do “conhecer em contar”, “moldando a experiência humana em uma forma assimilável a estruturas de significação” (WHITE, 1991, p. 5). Segundo White (idem), a “narrativa substitui sem cessar a significação da cópia pura e simples dos acontecimentos relatados”, pois, no conflito entre o real da enunciação do sujeito depoente e o imaginário do enunciado escrito no termo de depoimento, as “aspirações conflitantes” do sujeito são “mediadas, arbitradas ou resolvidas” (WHITE, 1991, p. 8), adquirindo, no do discurso do Direito, uma “estrutura, uma ordem de significado, que não possuem como mera sequência” (op. cit., p. 9); ou seja, o depoimento da testemunha só passa a ter valor jurídico, valor de prova, depois de se tornar uma narrativa do juiz escrita no seguinte recorte do termo da audiência 1:

[...] O controle remoto da garagem devolvido pelo inquilino também não estava funcionando. Depois da vistoria [...]

(vide ANEXO C, Termo de depoimento da testemunha da autora (aud. 1) – 23/01/08, p. 324).

O “par pergunta-resposta” tem, para Tfouni (2006, p. 117) uma função na visão vertical do discurso: “corresponde a uma construção argumento-predicado realizada conjuntamente, pelo participante que pergunta e pelo que responde, e [...] o produto deste procedimento é a construção conjunta de uma proposição”, realizando, assim, uma “operação de apagamento da premissa menor” (idem, p. 114), ou seja, dos fatos alegados pelos sujeitos

depoentes. A dúvida da interrogativa é substituída pela certeza da afirmação, de modo que o próprio “*caráter de verticalidade do diálogo*” leve a uma “*construção conjunta do conhecimento*” (op. cit., p. 118, grifos nossos). Nesse caso, os enunciados produzidos são inseridos num “*processo de produção, cuja dinâmica ao mesmo tempo determina e é determinada pelo que já foi dito e pelo potencialmente enunciável*” (TFOUNI, 2006, p. 118, grifos nossos).

A narrativa do sujeito-juiz, sujeito *do* direito, traz um “discernimento em relação à natureza dos eventos reais” (WHITE, 1991, p. 9); pressupõe a “noção de realidade na qual o ‘verdadeiro’ é identificado com ‘o real’” (op. cit., p. 10); tem começo, meio e fim bem delineados, pois o sujeito-juiz é aquele que conhece a lei. A desordem e a ausência de enredo nas falas do depoente são frustrantes para o discurso do Direito, que, por sua vez, as remete à *significação mítica* do discurso do sujeito juiz. O ato enunciativo do juiz tem a função organizadora da temporalidade; a continuidade e a temporalidade se engendram na enunciação (CASTRO, 2011).

Segundo lição de White (1991, p. 13, grifos nossos), o sentido dos eventos está em serem estes inscritos num enredo, ou seja, numa estrutura de relações que os investe “de significado por serem *identificados como partes de um todo integrado*”; ou seja, o enredo faz o “um”. O discurso do Direito evoca a lei, que opera no domínio da memória, e se “desdobra antes sob o signo do ‘real’ do que do imaginário”, tomando as palavras de White (idem). Isso ocorre devido ao fato de o texto ditado pelo juiz parecer racional, por registrar eventos do rito da audiência presenciados por este e pelo sujeito depoente; existe um “desejo manifesto de registrar somente aqueles eventos sobre cuja ocorrência poderia haver pouca dúvida” (idem). O juiz tem a *lei* como *princípio* ou *regra de significação* para registrar, no termo de depoimento, determinados fatos relatados pelo depoente, *numa busca de completude* e continuidade numa *ordem de eventos*. É, a *lei* reguladora dos procedimentos judiciais, o

princípio de significância que vai *reger a construção da narrativa do juiz* sobre os fatos relatados pelo depoente, sendo que *essa narrativa vai*, por sua vez, *construir* “uma *imagem de continuidade, coerência e significação*” (WHITE, 1991, p. 15) sobre o discurso dispersivo do depoente.

Em seu estudo sobre a narratividade, White (idem) explica que o que traz o sentido de completude e regularidade a uma narrativa é o fato de esta realizar-se sob a “noção de um centro social” que relacione os eventos reciprocamente e os invista de “significância moral e ética”. A narrativa, dentro do discurso do Direito, apresenta uma forma determinada e, também, um conteúdo político:

Art. 451. Ao iniciar a instrução, o juiz, ouvidas as partes, fixará os pontos controvertidos sobre que incidirá a prova [...]

Art. 457. O escrivão lavrará, sob ditado do juiz, termo que conterá, em resumo, o ocorrido na audiência [...] (BRASIL, [1973], 2007).

Podemos afirmar, com White (1991, p. 16) que o seguinte recorte do termo ditado pelo juiz - “*Lembra-se que o imóvel não foi devolvido nas mesmas condições em que foi locado, já que o locatário não fez a pintura geral nem a limpeza*” - diz respeito ao curso uniforme de eventos que, todavia, não é objeto de recordação, pois esta última é um “sentimento imperfeito” que implica conhecimento do passado; e o discurso do Direito não pode produzir história subjetiva (sujeito jurídico), mas produz a “existência explícita de uma constituição política que é cultuada em ... leis e costumes racionais” (WHITE, 1991, p. 16), ou seja, o discurso do Direito produz o sujeito do direito.

É pelos motivos acima descritos que o juiz realiza recortes nas falas do depoente, fazendo com que “acidentalmente” desapareçam certos períodos como, por exemplo, os que a testemunha (audiência 4) enuncia abaixo:

(13) J: Seu (*omissis*) como que foi que o senhor tem a dizer sobre a data dos fatos?
O que

(14) aconteceu?

(15) A: Ah:: na data dezoito do oito ... após passar o final de semana ... ah:: ... com meu

(16) filho ... () na velocidade normal ... é:: ... eu tenho () regulamentação de visita ...

(17) devolve ele às dezoito horas de domingo ... ah:: ... nós estávamos ah:: no

(18) McDonald's ... terminando ah:: o dia né que nós fizemos várias atividades e tal ... e:::

(19) tentei entrar em contato com a mãe pra combinar o local ... certificar o local de

(20) devolução ... porque ela tem duas residências tem a da casa da mãe que ela fica

(21) eventualmente e tem a residência dela que nos Campos Elíseos e tem a fixa que é no

(22) Ipiranga então são distâncias diferentes e as crianças tavam brincando ... queriam

(23) saber se podiam brincar mais dois minutinho ... esses tipo de coisa ... não consegui

(24) contato telefônico ... não conseguindo pegamos saímos ah::: rumo ao Ipiranga que é

(25) ah:: o local da residência dela ... é ... houve nesse meio tempo a ligação da (*omissis*)

(26) para a minha mãe é ah:: perguntando sobre ... sobre a devolução do (*omissis*) ... ela

(27) falou assim eu vou ligar para o (*omissis*) ... aí ela ligou pra mim ah:: e falou deve ter

(28) visto que eu havia ligado antes e telefonado pra minha mãe ... minha mãe ligou pra

(29) mim e eu questioneei ah:: qual o local ... qual o local ... ela falou assim na casa dela

(30) nos dirigimos à casa dela ... em seguida houve uma ligação da (*omissis*) falando pra

(31) mim assim ... é::: ... tou esperando o:: o (*omissis*) ... não é eu falei eu estou aqui em

(32) baixo ... aí ela desligou o telefone e ligou em seguida ... mas eu não estou na minha

(33) casa eu estou na casa da minha mãe ... que isso era próximo do horário da devolução

(34) que era dezoito horas ... eu me desloquei do Ipiranga havia ... ah:: ... esperado um

(35) tempo até me desloquei e fui até a casa dos Campos Elísios onde aconteceu o fato ... (36) chegando lá eu parei o veículo ... é ... a uns dez metros de distância da ... da casa da::

(37) ... da mãe dela ... desci com o (*omissis*) ... no portão esperava a (*omissis*) e a

(38) (*omissis*) ... que é a irmã dela ... ah::: levei o (*omissis*) ni-nisso que eu cheguei

(39) próximo a elas ... é::: que já havia entregado ... cheguei entreguei o (*omissis*) ... as

(40) crianças, filhas da (*omissis*) ... desceram do carro pra da mais um abraço nele ... ah::

(41) ele voltou né abriu o braço pras crianças com medo de ... não não volte ... aí eu falei

(42) não não tem problema nenhum filho ta tudo bem ... a (*omissis*) veio junto com as

(43) crianças que elas desceram do carro a (*omissis*) veio e nos encontramos na frente da

(44) casa dela ... Eu, a (*omissis*) e as três crianças mais a (*omissis*) ... ah::: acabamos de

(45) conversar entreguei despediram da criança ... voltamos para o carro ... é:: nu que nó i

(46) i nisso a (*omissis*) comentou com o (*omissis*) nossa (*omissis*) você tava no

(47) McDonald's e tal agora vamos passear com a tia ele falou obaa legal vamu passeá i i

- (48) fomos embora me dirigi ao carro pra ir embora ... no que estávamos voltando a gente
- (49) escutou a (*omissis*) colocando o Gabriel pra dentro em tom de bronca com pressa vai
- (50) logo entra ... porque ela não iria levar ele e ele começou a chorar ... a::: i::: ... como já
- (51) havia uns fatos que ele reclama de várias vezes apanhar ... vári várias situações ...
- (52) tudo isso ta em outro processo ... é ... eu entrei no carro e aguardei um pouco
- (53) escutando o choro dele ... eu sou pai eu ... me senti mal com aquela porque ele
- (54) passou o dia inteiro em atividades ... bastante feliz e chega aquele momento aquele
- (55) ponto triste ... aguardamos alguns minutos nisso a a::: (*omissis*) pegou e falou assim
- (56) não então eu vou embora ... e saiu com o carro e a (*omissis*) entrou para dentro de
- (57) casa ... ela ela entrando () ficamo tranqüilo ela ta com a mãe ta tudo em ordem e eu
- (58) sabia também que naquele momento estava o (*omissis*) que é uma pessoa que
- (59) também ... tem uma certa agressividade ... né ... fiquei preocupado com a criança ...
- (60) ficá ... com ele ali ... a partir desses minutos iniciais ai que::: que ela voltou e::: ela
- (61) saiu acabou essa preocupação ... ficamos no carro discutindo se nós iríamos no circo
- (62) que a gente havia passado na Francisco Junqueira que tava na entrada da cidade ou se
- (63) por exemplo íamos a uma sorveteria ... alguma coisa ... aonde ficamos ali
- (64) J: Só o senhor a (*omissis*) e os filhos dela
- (65) A: Não ... estava então ... eu (*omissis*)
- (66) J: (*omissis*) isso
- (67) A: E os dois filhos dela
- (68) J: E os filhos dela
- (69) A: O (*omissis*) e a (*omissis*) ... ela estava decidindo pra onde iríamos porque nós
- (70) moramos em (*omissis*) então aqui é uma cidade é:: de fora pra eles decidiram qual
- (71) que eles gostariam de ir ... até citamos o caso da mulher do () Banana Azul ... que
- (72) tinha um sorvete azul ... ficamos discutindo se queríamos ir pra esse tipo de lugar ...
- (73) ou ... terminar num shopping alguma coisa assim ... é:: nesse momento a (*omissis*)
- (74) voltou com o carro para em frente à casa da (*omissis*) ... da mãe da (*omissis*) ... e a
- (75) (*omissis*) saiu pra entrar no carro sozinha sem acompanhamento do (*omissis*) ... no que
- (76) ela viu que nós ainda estávamos parado lá se incomodou e começou a dizer
- (77) assim ... é::: ... qui que é isso ... ficou incomodada ... e a (*omissis*) também ficou
- (78) muito irritada porque estava atrasando ela ... ela falou vamos logo vamos logo qui
- (79) que é isso que que ta acontecendo ... e realmente acelerou bastante a (*omissis*) ... ela
- (80) cobrou da (*omissis*) uma atitude ... a (*omissis*) veio até o carro onde nós estávamos e
- (81) perguntou o que é que estava acontecendo ... eu falei (*omissis*) nós estamos definindo
- (82) pra onde nós vamos estamos conversando aqui não tem nada com você ... fique
- (83) tranqüila ... tamo decidindo pra onde que a gente vai se vai () de voltar pra casa ou

- (84) vai virar à direita e sair pra outro caminho ... ah ... mesmo porque se a gente tocasse
- (85) pra esquina ali é escuro e ali é um lugar seguro claro ... né ah::: a (*omissis*) voltou
- (86) inconformada pro carro gritando que iria chamar a polícia ... nisso houve um espanto
- (87) nosso ... uma indignação ... sem entender o que estava acontecendo ... ali a (*omissis*)
- (88) começou a gritar ... o (*omissis*) (*omissis*) (*omissis*) ... o (*omissis*) saiu de dentro da
- (89) casa ... praticamente correndo e veio até a janela do carro ... e perguntou pra mim ...
- (90) o que que é isso ... o que que ta acontecendo? Eu falei é::: não ta acontecendo nada
- (91) nós tamos aqui somente conversando e já vamos embora ... aí ele reiterou o qui qui é
- (92) que ta acontecendo ... ah::eu falei ó fica na sua não tem necessidade disso ... nisso
- (93) que eu falei fique na sua ele começou a chutar o vidro ... nesse momento ... ele ...
- (94) com a mão esquerda que estava fechada eu não sei o que havia ... ele colocou alguma
- (95) coisa nas costas ... e começou a quebrar o vidro com o pé com o pé direito ... o vidro
- (96) que tava aberto até a metade ... após quebrar o vidro ele socou várias vezes eu tava
- (97) preso ao cinto ... eu me defendi com o braço esquerdo ...então a maioria dos socos
- (98) pegou no cotovelo não houve ferimentos em mim e não teve ... é::: nenhuma lesão no
- (99) meu rosto nada ... a partir daí é:: ... eu me inclinei eu tentei dar partida no carro mas
- (100) tava travado o volante e como eu me defendia com o braço esquerdo eu não consegui
- (101) destravar ... o ... o volante ... a (*omissis*) vendo a situação e preocupada com os filhos
- (102) gritou ... é::: para com isso meus filhos estão no carro ... nisso o (*omissis*) saiu do do
- (103) vidro lateral meu e tentou quebrar o vidro traseiro ficou a marca do pé ... pode
- (104) verificar na foto ... tentou quebrar o vidro das crianças ... ele ele chutou o vidro mas
- (105) ele desequilibrou e quase caiu no chão ... pode ver que escorregou o pé dele no:: no
- (106) vidro ... que a ... ele saiu do vidro traseiro e subiu em cima do capô ... no meu
- (107) entendimento a intenção era o vidro dianteiro ele pulou uma vez caiu onde fez o
- (108) amassamento do capô e a ... pode ver na foto ... tem o as marcas do pé dele ... nisso
- (109) eu dei partida no carro a assim que ele pulou a primeira vez ... eu dei partida e
- (110) ingrenei marcha à ré ... no que eu tentei saí ... ele e a (*omissis*) tentaram passar por
- (111) trás do carro ... possivelmente para ir no vidro lateral onde tava a (*omissis*) ... eu fiz
- (112) várias manobras ... porque havia um carro na frente e eu não conseguia simplesmente
- (113) sair pra frente eu tinha que ir pra frente ... encostei o pneu na calçada fui ... fui pra
- (114) trás fui pra frente e e durante essa monobras ... eles não conseguiram ultrapassar o

- (115) carro do outro lado ... como eu tinha um carro na frente eles saíram e deram a volta
- (116) pelo carro da frente ... só que nisso eu já havia feito a manobra no carro engrenei a
- (117) primeira e já estava com o carro em movimento ... quando é eu acabei de sair da
- (118) visão do carro que estava estacionado o (*omissis*) entrou na frente entrou de forma
- (119) que tava realmente de um modo que eu não podia passar ... a (*omissis*) agarrou ele
- (120) pelo braço ... pegou primeiro pelo braço ... puxou e agarrou ele e tirou ele da frente ...
- (121) ele tentou se livrar dela nisso eu desviei o máximo possível pra direita e consegui
- (122) passar ... passei toquei até a esquina e acionei a polícia militar pois estava sendo
- (123) agredido ... contei o fato que aconteceu liguei duas vezes e:: em torno de sete
- (124) minutos ... não chegou a dez ... a viatura:: chegou o policial (*omissis*) e (*omissis*) ...
- (125) nós demos ré e paramos próximo à à casa da mãe da (*omissis*) ... e no que eu parei a
- (126) (*omissis*) desceu do carro inconformada ... e falou (*omissis*) o que que é isso? Meus
- (127) filhos estão no carro o que que vocês estão fazendo ... o (*omissis*) ... é::: vendo aquilo (128)que ela estava nervosa ... pediu pra que ela se acalmasse e parasse ... pediu que ela (129)parasse com aquilo ... ela voltou para o carro ficou com a porta aberta ...olhando os
- (130) filhos dela ... eu peguei o ... fui direto ao (*omissis*) ... nisso a mãe da (*omissis*) estava
- (131) extremamente alterada dizendo pro policial que eu tentando atropelar o meninos dela
- (132)... que tudo aquilo aconteceu ela sendo uma professora e as palavras que ela disse ...
- (133) é porque ele trouxe a famiagem dele aqui ... é o modo que ... que ... o policial falou ó
- (134) ... ele pode trazer quem ele quiser aqui ... inclusive perguntou você paga pensão?
- (135) Falei pago ... não tenho um não tenho problema nenhum com isso é:: per perguntou
- (136) aliás perguntou pra (*omissis*) se eu pagava pensão ... ela confirmou ... falou ele pode
- (137) vim com quem ele quiser aqui trazer a criança não não existe esse problema ... eles
- (138) estavam muito alterados falando com o (*omissis*) o (*omissis*) pediu várias vezes
- (139) respeito ... mais de duas vezes ...
- (140) **J**: Com relação aos danos no veículo? É ... a ... foram ocasionados somente naquela
- (141) ocasião?
- (142) **A**: Somente naquela oportunidade
- (143) **J**: Que o senhor descreveu?
- (144) **A**: Exatamente
- (vide ANEXO C, Transcrição da audiência 4, de 20/01/09, p. 355-357)

O depoimento acima transcrito corresponde ao seguinte termo, já com os recortes feitos pelo sujeito-juiz, onde se pode perceber que, “acidentalmente”, desapareceram vários períodos:

Ao ser interrogado pelo MM. Juiz, respondeu: O depoente esclarece que os danos ocasionados em seu veículo foram causados pelo Sr. No dia 17 de agosto de 2008, logo após ter devolvido seu filho na residência da mãe de sua ex-esposa. Que o veículo em questão pertence a co-autora.

(vide ANEXO C, Termo de depoimento do autor (aud. 4) – 20/01/09, p. 362).

A constituição do sujeito de direito como signo imagem de *a*, segundo a psicanálise lacaniana, se dá na medida em que “a *realidade* se presta à *representação narrativa*”, lugar de “*conflito* entre o *desejo* e a *lei*” (WHITE, 1991, p. 17, grifos nossos). Para esse autor (idem), “onde não existe o poder da lei, não pode haver nem um sujeito nem o tipo de evento que se presta à representação narrativa”; e, ainda, “historicidade” e “narratividade” não podem existir “sem alguma noção do sujeito legal que pode servir como agente, instrumento e sujeito da narrativa histórica em todas as suas manifestações”. White (op. cit., p. 18) afirma que a narratividade

pressupõe a existência de um sistema legal contra que, ou a favor de que, os agentes típicos de um registro narrativo militam. E isto levanta a suspeita de que a *narrativa em geral* [...] *tem a ver* com os tópicos da *lei*, da *legalidade*, da *legitimidade*, ou, mais genericamente, da *autoridade* [...] então [...] o tipo de consciência capaz de imaginar a necessidade de representar a realidade como uma história é concebível somente em termos de seu interesse na lei, na legalidade e legitimidade, e assim por diante (WHITE, 1991, p. 18, grifos nossos).

Como se daria, então, a constituição do sujeito pelo signo imagem de *a*? Pensamos que, nesse momento, os *ritos* impostos pelo Poder Judiciário *exercem a função da imagem*, que é a de estabelecer uma relação do organismo com sua realidade, de produzir uma transformação no sujeito quando este assume essa imagem, provocando um deslocamento alienante que o *introduz no campo da ficção* (MERAZ, 2008, p. 98).

Essa transformação do sujeito jurídico em sujeito do direito pode ser observada no seguinte ditado do juiz (audiência 1, de 23/01/08):

(transcrição da audiência, grifos nossos)

(81) J ((dirigindo-se à escrevente)): Tudo pronto?

- (82) **E** ((responde afirmativamente com movimento de cabeça))
 (83) **J**: (A) *move* ação de cobrança contra (F) *alegando* vírgula em resumo
 (84) vírgula que *locou* o imóvel residencial de sua propriedade a (I) figurando a ré
 (85) como fiadora ... como vírgula ... figurando a ré como fiadora ... vírgula e que o
 (86) locatário desocupou o imóvel sem efetuar os reparos necessários ponto ...
 Assim *pede*
 (87) seja a ré condenada a lhe pagar a quantia de cento e oitenta reais ... ponto ...
 Citada ...
 (88) vírgula a ré apresentou contestação ponto ... Preliminarmente *alegou*
 incompetência
 (89) relativa ... vírgula inépcia da inicial e carência da ação por impossibilidade
 jurídica
 (90) do pedido e ilegitimidade passiva ponto ... No mérito *diz* em síntese que o
 imóvel foi
 (91) devolvido pelo locatário nas mesmas condições em que entregue quando do
 início da
 (92) locação ... ponto Réplica a folhas quarenta e seis barra quarenta e oito ... ponto
 ...
 (vide ANEXO C, Transcrição da audiência 1, de 23/01/08, p. 322).

Nesse recorte do ditado do juiz este coloca a voz do autor (A), que promoveu a ação de cobrança, conformando-a às expressões: “move”, “alegando”, “locou”; e, também, a voz da ré (F), fiadora do locatário, nas seguintes expressões: “alegou”, “diz”. Desse modo os *sujeitos jurídicos (A) e (F) são introduzidos numa ficção alienante do sujeito de direito*, pois as alegações do recorte acima dizem respeito a uma fase do processo em que os advogados, tanto de (A), quanto de (F), como técnicos do direito, formularam suas “petições”⁸⁴ em nome de seus clientes. Não foram, efetivamente, (A) e (F) que fizeram essas alegações, mas, sim, seus advogados. Em um outro recorte, o juiz fala em nome do autor (A):

- (transcrição da audiência, grifo nosso)
 (97) ponto ... É o relatório ponto ... Decido ... O pedido é procedente ... ponto ...
Alegou e
 (98) *logrou* demonstrar ... a autora ... vírgula ... como lhe competia ... vírgula
 (99) **E**: Como?
 (100) **J**: E *logrou* demonstrar a autora vírgula como lhe competia vírgula ...
 que:: o
 (101) locatário realmente devolveu o imóvel ... em precárias condições ... folhas ...
 vinte ...
 (102) barra ... vinte e cinco ... vírgula contrariando vírgula ... assim vírgula ...
 frontalmente

⁸⁴ Formulação escrita de pedido (formulado por advogado e com forma e conteúdo previstos pela lei) feita perante juiz competente.

(103) ... o que foi avençado no contrato de locação ... vírgula ... ou seja vírgula ... que

(vide ANEXO C, Transcrição da audiência 1, de 23/01/08, p. 322-323)

Em meio ao ditado ao escrevente de sala, o juiz, “imparcial” como determina a lei, enuncia:

(transcrição da audiência, grifo nosso)

(104) devolveria o imóvel ... pintado e nas mesmas condições ... que recebeu no início da

(105) locação ... ponto E como o réu assinou tal contrato na condição de fiador e principal

(106) pagador ... vírgula responsabilizando-se ... solidariamente ... por todas as obrigações

(107) dali constantes ... vírgula ... não se pode agora ... eximir ... do dever de indenizar ... a

(108) locadora pelos prejuízos que o locatário ... lhe causou ... vírgula ... *até porque* ... o

(109) contrato não é celebrado ... para o diletantismo dos contratantes ... vírgula mas sim

(110) para gerar certos e determinados efeitos por eles previstos e desejados ... ponto ...

(vide ANEXO C, Transcrição da audiência 1, de 23/01/08, p. 323).

Existe a percepção de que, até então, o sujeito-juiz enunciava segundo os moldes do discurso do Direito, fazia a representação escrita da fala de modo a controlar a segmentação as palavras, a manipular-lhes a ordem, estreitando a relação entre “domínio da escrita e raciocínio lógico” (TFOUNI, 2005, p. 25). E, ao utilizar o operador “*até porque*” inseriu, em sua fala, um juízo de valor diverso daquele preconizado pela lei, já que a *estrutura formal do silogismo “não espelha as propriedades básicas da consciência humana”* (LURIA, *apud* TFOUNI, 2005, p. 37, grifos nossos). Como já mencionado anteriormente, a decisão do juiz (trata-se aqui de uma sentença proferida durante a audiência), deve conter o relatório dos fatos, o direito aplicável a estes e, por fim, a sua decisão a respeito. Não é isso que ocorre neste caso, pois o sujeito-juiz emite uma apreciação particular na afirmação “*até porque ... o contrato não é celebrado ... para o diletantismo dos contratantes ... vírgula mas sim para gerar certos e determinados efeitos por eles previstos e desejados*”. É possível observar, nesse momento, que o sujeito *do* direito - sujeito na posição de juiz, conhecedor da lei - é dividido

por seu próprio discurso, quando emerge o sujeito jurídico na enunciação de interesse particular, contrapondo-se às qualidades do sujeito científico, onde há a necessidade de não contradição (ORLANDI, 1996a, p. 92).

Há, nesse ponto, entretanto, o que Tfouni&Pereira (2009, grifos nossos) denominam “estratégia alternativa à prática linear escriturística”, que, dentro do raciocínio lógico institucionalizado, permite “um deslocamento diante do rígido esquema de papéis e do fechamento da interpretação calcados na estrutura silogística, caracterizando, deste modo, uma *resistência à interpelação da formação ideológica dominante*”. A esse processo De Certeau (1994, p. 252, *apud* TFOUNI, 2006, p. 22) dá o nome de “economia escriturística”, “uma outra coisa” que é ““calada – recalçada, melhor dizendo – mas que no entanto retorna’, ... escapando à dominação de uma economia sociocultural [...] ao poder de uma elite e, enfim, ao controle da consciência esclarecida” .

No que diz respeito à constituição do sujeito, o grande Outro se equipara à *ação estruturante da linguagem* que leva a um hiato entre organismo e corpo (GODOY, 2009). Lacan ([1957] 1998) postula que o inconsciente é estruturado como uma linguagem e, em seu funcionamento, supõe um sujeito que não é dono de seu dizer, visto que existe uma barra (o recalque) que separa radicalmente significante e significado. No recorte acima descrito, o sujeito-juiz, tomado como *sujeito do direito*, conhecedor da lei, sujeito do enunciado desta, é *cindido*, pois *também é sujeito da enunciação* e, ao ditar para o escrevente de sala, não se dá conta dessa divisão e traz, em sua fala, valor particular e não universal como preconiza a lei por meio do raciocínio silogístico.

Em seu “Seminário sobre ‘A carta roubada’”, Lacan ([1955]1998, p. 13-66) se refere ao signo como um “raciocínio litigioso” em que a determinação simbólica não pode ser tomada como um “simples acaso”. Pensa-se no significante como um campo híbrido em que

atuam o político e o acontecimento. Ele se move em uma zona em que a distinção entre ambos não tem literalmente sentido algum. O político oferece ao sujeito uma equivalência na troca (LACAN, 1992), uma medida comum. O acontecimento oferece múltiplos sentidos, oferece a deriva e o equívoco: a possibilidade de o sentido vir a ser outro (PÊCHEUX, 2002).

Dentro desses pressupostos deduzimos que o sujeito do conhecimento (sujeito do direito), sujeito cartesiano, que articula sentido e significado em categorias, se distancia do sujeito do significante (sujeito jurídico), sujeito do saber, “capturado nas malhas de uma balança eterna entre linguagem e desejo” (SANTUARIO, 2009, p. 18-19): “o inconsciente é simplesmente um outro nome para o conhecimento simbólico na medida em que ele é um conhecimento que não se sabe, um conhecimento que o sujeito não sabe que sabe”.

Percebemos, no “Estádio do espelho” (LACAN, [1949]1998), de um lado, o “ego, instância da captação imaginária” e de outro o “sujeito habitante do simbólico”, imerso na linguagem (SANTUARIO, 2009, p. 18). Santuário (2009, p. 18) afirma que Lacan dá um caráter tridimensional ao significante, “para além da singela compreensão da obsessão filosófica de visada cartesiana, que torna simétricos sujeito (produtor de conhecimento) e objeto tematizado (Telos do conhecimento)”, afirmando que a “própria ordem simbólica [...] atua como condição de possibilidade da própria existência do jogo [linguístico]”.

Na relação entre sujeito do conhecimento, e sujeito da linguagem, há uma clivagem do sujeito, marcando-o como dividido em sua enunciação. A inserção do homem na ordem simbólica enlaçado no desejo do Outro, é um saber diverso do conhecimento no sentido tradicional que relaciona alguém que sabe com a coisa sabida; trata-se de um saber que se inscreve no discurso do sujeito (GODOY, 2009).

Por mais que a estrutura, o político, determine um sentido, a qualquer momento este pode ser revirado e ser modificado. Lacan (1961-1962), para explicar esse acontecimento,

lança mão figura topológica da banda de Moebius. Afirma que a subversão do espaço acompanha a subversão do sujeito, articulando imaginário e realidade. O inconsciente age retroativamente e seu funcionamento está ligado à questão espacial: “a reflexão psicanalítica sobre o sujeito implica uma consideração sobre o espaço” (RIVERA, 2009, p. 1). Por meio da banda de Moebius, Lacan (1961-1962) consegue representar a subversão do espaço sobre o sujeito, pondo o imaginário do lado do avesso. A bidimensionalidade do discurso do Direito, científico, tido como imparcial é quebrada por uma terceira dimensão, a do significante, em que emerge o sujeito do discurso jurídico na fala do sujeito-juiz que enuncia “*até porque...*”.

Segundo Godoy (2009), a fita de Moebius é uma superfície que, através de um corte e de uma semi-torção, representa que o inconsciente está no avesso, marcando a relação do inconsciente com o discurso consciente. Afirma a autora que

a construção do sujeito para Lacan é “em relação” sim, só que com o objeto “a”. É esta noção de estrutura que delineia, de forma radical, a diferença entre o conhecimento e o saber: um campo apontando para a demanda e outro para o desejo (GODOY, 2009, p. 126).

O sujeito-juiz não é uno, pois, ao aplicar a escrita (lei) a um caso que lhe é dado a julgar, se divide, podendo emergir o sujeito jurídico. Quando parafraseia, repete as “cenas” da audiência, é sujeito *do* direito; quando comete equívocos, interpreta, é sujeito jurídico. Feitas essas considerações iniciais sobre o rito da audiência e seus efeitos sobre o sujeito, passamos ao estudo de algumas questões sobre as decisões do sujeito-juiz (sentenças) com estrutura de poesia.

5.3.2 Discurso na sentença

A observação do discurso como ordem do enunciável e ordem de constituição do sujeito numa sentença leva em conta o fato de que, conforme visto anteriormente, a sentença deve ser elaborada segundo um modelo silogístico imposto pela lei. A linguagem nela utilizada deve ser “transparente”, de modo a não deixar dúvidas quanto ao seu conteúdo. O corpus desta pesquisa, todavia, é composto de sentenças que não obedecem a esse padrão. Nelas estão presentes elementos característicos da narrativa, juízo de valor, elementos de textos poéticos, que as transformam em narrativa e poesia (lugares do uso da linguagem onde o deslizamento dos sentidos e a polissemia podem ocorrer), fugindo daquele silogismo.

A confecção da sentença é regulada pelo Código de Processo Civil (CPC) (BRASIL, [1973] 2007), que dispõe:

Art. 458. São requisitos essenciais da sentença:

I – o relatório, que conterá os nomes das partes, a suma do pedido e da resposta do réu, bem como o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II – os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III – o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões, que as partes lhe submeterem (BRASIL, [1973] 2007, p. 533).

Para os doutrinadores do direito a decisão do juiz (sentença) deve seguir um padrão silogístico segundo o qual devem ser colocados os fundamentos (a lei, premissa maior), os fatos (premissa menor), para chegar ao dispositivo (conclusão). Essa lógica jurídica divorcia Direito e fatos (MIALLE, 1979, p. 174), refletindo uma autonomia do Direito em relação aos fatos.

O processo jurídico tem uma função, a de, como instrumento da jurisdição, culminar com uma sentença que estabeleça as determinações da lei para um conflito de

interesses. Seu objetivo, conforme mencionado no capítulo primeiro, *não é o de solucionar o conflito entre as partes, mas, sim, de dizer qual é a vontade da lei para aquele conflito de interesses* (cf., também, ANEXO A).

O Letramento (TFOUNI, 1992, 2005) e a Análise do Discurso (AD) (PÊCHEUX, 1988) denunciam o que há por trás dessa naturalização de sentidos: instituições com função de impor um sentido dominante. Nas sentenças fora dos moldes da lei e com estrutura de poesia, podemos observar o juiz, que as proferiu, instalado em um lugar diferente daquele previsto pelo aparelho estatal: afastado do modelo linear do silogismo e com linguagem não “transparente”.

Segundo o discurso do Direito, para decidir, o julgador não pode emitir parecer particular, mas deve formar seu convencimento de acordo com as provas e com as alegações apresentadas pelas partes. Sua liberdade de convicção não é arbitrária, deve motivar suas decisões de conformidade com o que dispõe a lei (BRASIL, [1973]2007). É esse o modelo de decisão imposto ao sujeito que ocupa a posição de juiz ao proferir uma sentença. E esse é o conteúdo da crítica que o relator do Acórdão⁸⁵ faz ao juiz que elaborou sentença com estrutura de poesia:

[...] a r. sentença é nula por falta de fundamentação.

Da mesma forma que a petição inicial há de ser clara, precisa e concisa, no melhor estilo tomista, deve a sentença também ser clara, precisa e concisa [...]

Não resta dúvida que há vários estilos de redação, incluindo o poético, o literário moderno. Mas estes, a menos que muito talento se tenha, não se coadunam com o jurídico, próprio dos arrazoados, petições, decisões e sentenças.

Óbvio que a ciência jurídica, como ciência, tenha linguagem própria; mas sendo o direito uma ciência prática, quem o aplica, até porque se dirige também a leigos,

⁸⁵ Em virtude de exigência do Comitê de Ética da FFCLRP-USP, não é possível fornecer a identificação do autor.

deve procurar linguagem clara, escorreita, compreensível, distanciando-se, pois da poesia moderna, abstrata, hiper-subjetiva. Quem é julgado, quer saber porque está sendo julgado daquela forma. Exige motivação. E esta tem de ser clara, óbvia, cristalina. Não pode ser difusa, confusa, obscura, imprecisa, desconexa. O estilo do jurista não se permite a divagações, a hermetismo, sob pena de nada dizer, nem atingir seu objetivo de intérprete da norma, de hermeneuta, do aplicador do direito. De distribuidor de justiça.

Poucos são como GUIMARÃES ROSA e CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE. Mas estes gênios da literatura brasileira não empregavam o estilo literário em seus afazeres de funcionários públicos. Precisão, concisão, não significam hermetismo e incompreensão. A genialidade está muitas vezes na simplicidade da forma, na maneira singela de se comunicar. Inteligente. Compreensível. Límpida.

“Venia permissa”, não se apreende da r. sentença, dela não exsurge os motivos que levaram a sua parte dispositiva, contrariando, pois o art. 458, II, do C. P. C..

E uma rosa, é uma rosa, é uma rosa, é uma rosa... [...]

(vide ANEXO C, Acórdão – ref. Sentença 2, p. 391-392)

Esse Acórdão⁸⁶ está situado no espaço de significações estabilizadas (PÊCHEUX, 2002), em que o estruturalismo fecha a possibilidade de emergir o sujeito no caráter oscilante de sentido, fecha a possibilidade de transformar o sentido. Emerge o sujeito *do* direito que, conforme já expusemos, é o que, na cadeia discursiva, mais se aproxima do ideal de sujeito de direito. Pêcheux (1988, *apud* HAROCHE, 1992, p. 45-46) fala, sob uma perspectiva filosófica, sobre a ambiguidade: “a língua [...] na exigência de transparência e de linearidade traz imperativos de um poder, primeiro religioso e, depois, jurídico. Para ele (PÊCHEUX, 2002) o movimento estruturalista não se sustenta por não ter levado em conta o humor e o traço poético.

O relator do Acórdão não se dá conta de que, ao defender a abstração do raciocínio silogístico da sentença, ele mesmo é sujeito cindido. O que esse relator quis dizer com “E uma rosa, é uma rosa, é uma rosa, é uma rosa...”? Essa frase foi escrita por Gertrude Stein, “*a rose*

⁸⁶ Decisão tomada coletivamente pelos Tribunais de Justiça (SILVA, 1987, vol I, p. 77).

is a rose is a rose”, no poema “*Sacred Emily*” de 1913, e, tem sido, costumeiramente, usada para interpretar que as coisas são o que elas são (“*things are what they are*”) (STEIN, 2009). Dentro dessa referência, o relator do Acórdão quer indicar que uma sentença é uma sentença e uma poesia é uma poesia, cada uma dentro de seu modelo ideal. Ora, essa asserção cabe dentro do estruturalismo, da ciência régia, descritos por Pêcheux (2002); mas, conforme temos visto até aqui, o sentido não é único, pode deslizar. Se essa mesma sentença, criticada no Acórdão por ser estruturada como poesia, for relacionada ao que escreveu Cecília Meireles sobre a rosa: “Não te aflijas com a pétala que voa: também é ser deixar de ser assim” (MEIRELES, 2009), o sentido desliza. Pode-se depreender que uma sentença é uma sentença ainda que perca algumas “pétalas” de sua forma.

Com esses dados podemos refletir a respeito da constituição do sujeito e da constituição dos sentidos, nos termos em que propõe Pêcheux (1988), ou seja, que ambas devam ser pensadas numa articulação aos processos de interpelação-identificação que atravessam o sujeito.

Mariani (1998, p. 88) lembra que o discurso, como efeito de sentidos entre locutores, leva à compreensão da “linguagem como prática simbólica, uma prática que se constitui pela via do significante⁸⁷”. O conceito de significante, comum à linguística e à psicanálise, permite compreender que o sujeito é constituído e “mediatizado” (idem) pelo simbólico, e não por “acaso” (LACAN [1955] 1998, p. 66).

Partindo do entendimento de que o simbólico, na linguagem, constitui o sujeito como efeito (MARIANI, op. cit.), pensamos, com Lacan ([1955]1998), que o elo que une significante/significado seria uma barra radical e o que se encontra no inconsciente é o significante. Assim, como a correspondência entre significante e significado não é fixa, pois

⁸⁷ “Elemento significativo do discurso (consciente ou inconsciente) que determina os atos, as palavras e o destino do sujeito à sua revelia e à maneira de uma nomeação simbólica” (ROUDINESCO, 1998, p. 708).

uma barra os separa, é possível, ao significante, ter sentidos múltiplos, apresentar a deriva, o sentido outro (PÊCHEUX, 2002).

Numa perspectiva discursiva, o político determina o sentido, produzindo embate entre várias posições-sujeito. Dentro desse movimento, o sentido pode ser favorável ao sujeito, garantindo a identificação, ou pode destruir o sujeito, que, alienado, não chega sequer a emergir de forma singular, permanecendo numa “oscilação patética” (LACAN, 1992, p. 342) (TFOUNI, PEREIRA & MONTE-SERRAT, 2009, p. 41-42).

Existe um não-saber sobre os significantes, e a disputa pelo saber sustenta o político através de uma determinada posição-sujeito, de um efeito-sujeito (PÊCHEUX, 1988). Dentro do discurso do Direito, de origem ideológica, há um jogo dialético em que a posição-sujeito distribuidor de sentidos tem lugares marcados entre os sujeitos mais letrados (TFOUNI, 2005). Segundo a AD (PÊCHEUX, 1988), a ideologia instala a “evidência” de sentidos por meio da identificação do sujeito com as formações discursivas (FDs), com aquilo que pode e deve ser dito, e, ao mesmo tempo, apaga, para o sujeito, o fato de ele ser assujeitado ao simbólico. O que a AD pêcheutiana propõe, articulada à psicanálise lacaniana, é que, “nesse processo de interpelação-identificação, nunca completo ou total, espaços de resistência e falhas, afetados pelas redes significantes, deslocam o efeito das filiações nas formações discursivas” (MARIANI, 1998, p. 89).

Esse efeito de deslocamento nas formações discursivas (FDs) pode ser pensado tomando a “carta roubada” como uma metáfora da posição-sujeito (LACAN [1955]1998), e o fato de que desconhecimento do conteúdo desta afeta a todos (recalque). Existe uma contingência que diz respeito à indivisibilidade da carta e, também, uma separação de dois planos de possibilidades, pois, em seu conto,

Poe não revela o conteúdo da carta, mas indica seu valor político através de um intrincado jogo de relações entre as personagens, o que inclui dissimulações, ambiguidades e equívocos que muitas vezes permanecem no não-dito. Embora a

narrativa siga um caminho com começo, meio e fim, podemos perceber que nesse dizer se desenvolve uma história em outro plano, o do não-dito, que, de acordo com a fórmula de Pêcheux (1988) se exprime por “diz-se $\underline{x}$ para não dizer $\underline{y}$ ”, ou seja: por mais que se queira dominar o sentido, sempre sobra um resto, que, para ser recuperado, precisa ser remetido a uma outra cena enunciativa (TFOUNI, PEREIRA & MONTE-SERRAT, 2009, p. 42).

Há, então, ao lado de um suposto e vago “poder da linguagem”, com sua “rede de significantes, nomes comuns, nomes próprios, efeitos de *shifting*, construções sintáticas etc” (PÊCHEUX, 1988, p. 154-158), um “processo de interpelação-identificação constituído pela ordem do significante enquanto fundamento do simbólico”, em que o sujeito é determinado na rede de significantes, assujeitado ao Outro e dividido por seu próprio discurso. O sujeito não é dono de seu dizer, há uma barra (o recalque) separando radicalmente significante e significado e isso pode ser observado na análise do Acórdão analisado anteriormente.

Ao criticar a sentença elaborada com estrutura de poesia, o relator do Acórdão dá importância à obrigatoriedade de clareza e transparência do discurso do Direito: “sendo o direito uma ciência prática, quem o aplica, até porque se dirige também a leigos, deve procurar linguagem clara, escoreita, compreensível, distanciando-se, pois da poesia moderna, abstrata, hiper-subjetiva” (vide ANEXO C, Acórdão ref. Sentença 2, p. 392).

O juiz relator dessa decisão impõe um sentido que tenta impedir a deriva e a polissemia da poesia. Retomando o ensino de Lacan ([1957-1958] 1999) - de que significante e significado não têm pressuposição recíproca, de que há uma preeminência do significante sobre o significado e há a barra, que os relaciona com função de “*point de capiton*”⁸⁸, inferimos que é a circulação de significantes que determina o poder no jogo político. Assim como no conto de Poe é à posse da carta que se atribui poder político, também o relator do Acórdão ocupa posição-sujeito de determinar o sentido do discurso do sujeito-juiz em sua sentença. O poder se exerce no hiato necessário entre significante e significado. Trata-se,

⁸⁸ Ponto de estofo, que produz a ilusão necessária de um significado fixo.

como afirma Mariani (1998, p. 90), de algo que “fala antes e de Outro lugar, esgarçando a linearidade do formulável instaurada no enunciado do ‘eu-aqui-agora’ do teatro da consciência”; trata-se de um “elemento [que] irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado antes, em outro lugar, independentemente” (PÊCHEUX, 1988, p. 156). Assim, é possível que “o sujeito, identificável e responsabilizado pela ordem jurídico-ideológica com relação ao que diz e faz” possa se deparar com o “inesperado, uma ‘identidade oculta’, simultânea e paradoxalmente absurda e familiar” (MARIANI, *idem*).

Há esse “inesperado” na relação do relator do Acórdão com o que ele mesmo escreveu (“e uma rosa é uma rosa, é uma rosa, é uma rosa”). Esse sujeito na posição de relator, estando sob a transparência imaginária dos sentidos, na tentativa de apagar o fato de que o sujeito resulta de um processo, viu-se instalado na ordem do significante, em que a “ilusão do mesmo” dá “suporte ao imprevisível”, abre para a “multiplicidade (polissemia)”, desarticula, na “realidade imaginária, a identificação com o outro” (MARIANI, 1998, p. 90). O relator, iludido pela transparência da linguagem, não se dá conta que uma rosa não deixa de ser rosa ainda que perca algumas pétalas; que a sentença do juiz não deixa de ser sentença por ter sido escrita com estrutura de poesia; mas esse “inesperado” instala-se mesmo assim.

Aires, (2009, p. 11) lembra que, no ensino de Lacan, o significante é diferente de si mesmo, segue uma “lógica não-identitária”, e a formação do inconsciente está relacionada a um “rébus” – “no sentido de que resiste à compreensão imediata, só se deixando ler por meio de um trabalho de deciframento”.

Dito de modo mais claro: na teoria lacaniana o significante é opositivo, relativo e não carrega qualquer conteúdo em si, já que sua relação com a significação se faz por encadeamento, de tal modo que o significante implica o apagamento da coisa, abolindo suas qualidades e retendo apenas a contagem e a diferença como tal. Como consequência dessa concepção, é possível à análise lacaniana considerar que a significação se produz para cada sujeito particular no momento de sua enunciação,

abrindo margem para os jogos significantes, mais notadamente a polissemia (AIRES, 2009, p. 14).

Assim como no conto de Poe a carta tem um exterior e um interior e um conteúdo desconhecido; o imaginário e a realidade também têm “um interior e um exterior e podem ser revirados como uma luva”; têm uma “indivisibilidade contingente” e uma divisibilidade “estruturalmente determinada” (MAJOR, 1989, p. 41 e 43). Essas características estão presentes no significante cuja unidade pode ser rompida a qualquer momento. Por mais que a estrutura, o político, dividam o significante, impondo-lhe sentido único, evidente, ele, a qualquer momento, pode ser revirado e ter seu sentido modificado, de modo que “as noções de avesso e direito passam a ser contidas uma na outra” (TFOUNI, PEREIRA & MONTE-SERRAT, 2009, p. 46).

A AD (PÊCHEUX, 1988) pensa a língua discursivamente, ou seja, como “base material significante”, em que o sujeito “não escolhe um modo pelo qual será interpelado”, “ele é interpelado porque é afetado pelas determinações históricas e inconscientes” (MARIANI, 1998, p. 90). O discurso do Direito, pensamos, se recusa a aceitar essa postura e, na busca de “regularidades universais e em nome de um positivismo científico” rejeita “justamente o que singulariza cada língua”: “o lugar do equívoco” (op. cit., p. 91).

O que questionamos aqui é a impossibilidade de completude do sujeito do direito, pois existe um impossível inscrito na ordem da língua que emerge como equívoco, como “ponto de ruptura”, que “permite pensar no que sempre falta e escapa às cadeias significantes já constituídas”, no que “se marca o descontínuo, o não-linear e com uma temporalidade de outra ordem” (op. cit., p. 91).

Pêcheux (1988 *apud* MARIANI, p. 92) afirma que “o real da língua não tem suas bordas suturadas, como uma língua lógica: ele é atravessado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do chiste e das séries associativas que o desorganizam/desestratificam

sem apagá-lo”. O real da língua “comparece à revelia do sujeito, marcando, ou melhor, materializando um esgarçamento do processo significante” (idem), surpreendendo esse mesmo sujeito, como atesta D’Agord (2009): “O significante, afirma Lacan (1964/1998) ‘joga e ganha antes que o sujeito constate isso, a ponto de, no jogo do *Witz*, do chiste, por exemplo, ele surpreender o sujeito””.

As sentenças do corpus, estruturadas como poesia, e elaboradas num lugar em que o discurso não admite falhas. Nelas o discurso do Direito busca a constituição de um sujeito de direito; não trazem consigo um prazer estético, a violação do cotidiano, comuns à função poética. Em que lugar o grande Outro está interpelando esse sujeito-juiz? Que funcionamento é esse? Essas são questões que nos interpelam a dar continuidade a essa pesquisa em outra ocasião, pois são articulações que demandam aprofundamento na psicanálise lacaniana, a qual possibilita um viés interpretativo que “não segue a linha da comunicação”, mas segue o “fantasmático inscrito na cadeia associativa inconsciente” (CALAÇA, 2009). As sentenças de nosso corpus, com estrutura de poesia, situam-se no repetível e nos intriga o fato de que, mesmo havendo o “retorno do mesmo”, o “não-idêntico” pode se manifestar, pressupondo a *lalangue*, lugar em que “a repetição do significante [...] não coincide com o espaço do repetível próprio à língua [...] o que faz com que em toda língua um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro” (PÊCHEUX, 1988, p. 51). Um desafio de estudo futuro está na questão de buscar saber se o sentido novo, inerente a um prazer estético da poesia, estaria na “repetição do significante” de que fala Pêcheux, que abre múltiplas possibilidades de significar, apontando para a tensão entre a paráfrase e a polissemia, a qual possibilita o movimento da significação, apontando para a opacidade, lugar onde o impossível se “inscreve na materialidade do texto, enquanto ausência” (MARIANI, 1998, p. 94).

CAPÍTULO 6 – ALTERIDADE E RITOS NO DISCURSO JURÍDICO⁸⁹

6.1 INTRODUÇÃO

Um dos princípios que norteiam o discurso do Direito é o de igualar a todos perante a Lei e a “suposta” necessidade dos ritos jurídicos dão a aparente impressão de que todos os indivíduos envolvidos em conflitos de interesses têm as “mesmas” oportunidades de “escolher” e “livremente” dar ao Estado a tarefa de “solucionar” esses conflitos. A ideia de imposição da transparência da linguagem do discurso do Direito homogeneíza os sentidos e, ao mesmo tempo, encobre o fato de que instala a desigualdade nas formações sociais.

O raciocínio lógico-verbal do Direito, permeado da coerção, tenta manter o *status quo* desse sujeito “livremente” assujeitado. Em nosso estudo até o momento, temos visto que a língua está sujeita ao equívoco e que sentido não é único, o que torna possível apreender que o sujeito (jurídico) se constitui com qualidades que se contrapõem às qualidades que regem o sujeito do direito. O rito do procedimento processual, com suas determinações, visa a afastar o sujeito da materialidade discursiva. Com o objetivo de pensar o conceito psicanalítico de alteridade juntamente com a noção de imagem controlada de sujeito de direito dando lugar a gestos do sujeito jurídico no espaço real, fazemos uma aposta: a de que as supostas igualdade e liberdade de escolha do sujeito de direito estaria no que Lacan denomina de “signo *imagem de a*”, imagem que o Estado oferece na posição de “A” do esquema ótico (LACAN

⁸⁹ Este capítulo deu origem ao artigo MONTE-SERRAT, D.; TFOUNIL, V., *Alteridade e ritos no discurso jurídico* publicado com algumas alterações na Revista SPAGESP, vol 12, n 1, jun 2011.

[1949]1998); e a de que o assujeitamento se dá no sujeito jurídico, que se constitui a partir dessa imagem.

6.2 OS RITOS NO DIREITO E SUA RELAÇÃO COM O SUJEITO DE DIREITO

Uma forma de conceituar o sujeito de direito como “signo imagem de *a*” é a de que ele consiste num “para-além, no registro do real que escapa ao espelho e à representação”, como “nenhum ser, senão seu semblante” (QUINET, 2002, p. 37). Signo imagem de *a*, no esquema ótico de Lacan ([1949]1998) é dado pelo espelho “A”, o grande Outro. É a partir do grande Outro que são constituídas as coordenadas simbólicas do desejo do sujeito, que há suporte simbólico da identificação especular (QUINET, 2002). Desse modo, o grande Outro introduz uma perspectiva, um “lugar de onde o sujeito aguarda um lugar de amor, o reconhecimento de seu valor”, lugar que “traz um olhar de aprovação para os atos do sujeito” (op. cit., p. 118). Essa perspectiva, todavia, “não permite que o sujeito veja que entre o olhar e o olho há uma esquiz, e que não há coincidência e sim engodo” [...] “é no Outro que o sujeito busca sua imagem ideal, fazendo dele um espelho que reflete a maravilha que ele é, para, então, encontrar seu lugar de majestade no desejo do Outro” (idem).

Como se daria esse processo em que o sujeito jurídico reconheceria seu valor na imagem de sujeito de direito? Entendemos que seja por meio dos ritos jurídicos. Estes estão estritamente ligados à função jurisdicional “conferida”, pelos indivíduos, ao Estado (cf. ANEXO A). O surgimento dos ritos não foi algo pacífico, pouco a pouco foi inculcado na sociedade o entendimento de que não há sociedade sem um conjunto de normas gerais e positivas que regulem a vida social. Nos primórdios as regras de comportamento eram

refletidas em lendas e tradições orais e o mais forte garantia a satisfação de sua pretensão em detrimento do mais fraco. Em um certo momento da história, dizem os juristas, aos poucos os indivíduos foram “percebendo” que poderiam obter uma solução de seus conflitos por meio de uma solução amigável e imparcial dada por árbitros, pessoas de confiança eleitas pelas partes envolvidas no litígio. Essa função foi confiada aos sacerdotes, ou aos anciãos. Nessa fase da história surge o juiz, antes do legislador.

Com o passar do tempo, houve uma “evolução” no sentido de o Estado (do latim *status*; designa a sociedade politicamente ou juridicamente organizada), abarcar todo o poder de dirimir litígios, passando a se impor aos indivíduos, invadindo sua esfera de liberdade e, aos poucos, passa a absorver o poder de ditar soluções para os conflitos entre as pessoas. Essa é a visão dos cientistas do Direito.

Na perspectiva discursiva (AD) (PÊCHEUX, 1988, TFOUNI, 1992, 2005) e psicanalítica (LACAN, [1949]1998) há algo de opaco no modo de colocar em relevo o papel do Estado. É preciso levar em conta o contexto histórico para compreender o paradoxo existente na alteridade de um sujeito “livre para se obrigar”.

Cremos que nosso estudo sobre o conceito de sujeito jurídico põe em relevo o modo como o Estado impõe-se sobre os particulares de maneira que fique oculto seu autoritarismo, ou seja, sob um “apagamento” das origens históricas da ciência do Direito, mostrando-a como ciência “neutra”.

Com esses pressupostos podemos compreender que a noção de sujeito de direito tem um caráter artificial e que, juntamente com a noção de Estado, representam “as formas jurídicas necessárias a uma sociedade dominada pelo capitalismo e não a qualquer sociedade abstrata” (MIALLE, 1979, p. 107). O modo de produção capitalista supõe [...] a ‘atomização’,

a representação ideológica da sociedade como um conjunto de indivíduos separados e livres: o sujeito de direito (MIAILLE, 1979, p. 111).

Dentro da visão histórica da categoria sujeito de direito podemos afirmar que não há a liberdade, nem a igualdade apregoadas pelo discurso do Direito. No pilar do sistema jurídico está o Estado, fenômeno histórico, forma sociopolítica dentro da qual a classe dominante exerce o seu poder (MIAILLE, 1979, p. 128). Estado e sujeito de direito só podem ser compreendidos quando tomados como conceitos históricos: nascidos em determinada sociedade, num momento determinado e com uma função determinada (MIAILLE, 1979, p. 132).

Nos ritos jurídicos são dadas aos sujeitos posições-sujeito alocadas por força de lei e estas últimas estão ligadas a formações discursivas (FDs) que influenciam seu dizer. A enunciação dos sujeitos segue um rito descrito pela lei. Suas falas partem da lei e a ela retornam. O mesmo ocorre com o sujeito-juiz, que elabora sentença utilizando raciocínio silogístico imposto pela lei. O campo da linguagem é lugar de constituição do sujeito e nos permite estudar seu assujeitamento. Durante o evento da audiência, o papel do rito jurídico é o de objetivar a percepção, dando a ela o semblante de univocidade e retirando o “lugar para a adesão equívoca do sujeito” (QUINET, 2002, p. 38). O Estado, como grande Outro (“A”), constitui o registro simbólico que estrutura as relações significantes, constitui o discurso estruturador da realidade da audiência. A “equivocidade própria ao significante repercute na realidade percebida pelo sujeito” (QUINET, 2002, p. 38), pois “um significante pode remeter a vários significados e essa equivocidade encontra seu correlato no sujeito que [...] se divide quanto à atribuição de diversos sentidos” (op. cit., p. 39). Dentro do discurso do Direito, essa equivocidade fica menos manifesta, devido ao “poder unificador” (op. cit., p. 39) da imagem do sujeito de direito sobre a constituição do sujeito jurídico, legitimando a identidade na continuidade existente na imagem de sujeito de direito. Essa legitimação se dá, por exemplo,

quando a imagem de sujeito de direito expõe, na continuidade do discurso do sujeito *do* direito (juiz), esboços do discurso do depoente, valorizando os recortes feitos pelo juiz, os quais têm visibilidade no discurso do Direito. A equivocidade do sujeito jurídico passa despercebida no rito da audiência devido ao fato de a estrutura imaginária colocar o sujeito de direito como “unificador, fonte de síntese objetivadora” dos depoimentos (QUINET, p. 2002, p. 39).

Os sentidos que circulam são determinados pela ideologia inerente ao Poder Judiciário e pela constituição psicanalítica do sujeito. Este pratica atos regulados pela lei, que formam o procedimento judicial, que, por sua vez, influencia os ritmos das falas e da escrita, enfim, da prática discursiva na audiência.

6.3 ALTERIDADE NO DISCURSO JURÍDICO

Lembramos que o sujeito não nasce nem se desenvolve, mas se constitui, e essa constituição abarca, também, o sujeito do inconsciente articulada ao plano social (ELIA, 2004, p., 36). Na teoria psicanalítica, sujeito é “ato de resposta” ao grande Outro, que o convoca e “exige o trabalho do sujeito em sua constituição”; e esse encontro “cria o passado” que atua como “anterioridade determinante” (op. cit., p. 43-44).

Na relação sujeito-Estado, o sujeito experimenta uma articulação entre necessidade, demanda e desejo que o constitui em sujeito “do desejo do desejo do Outro” (DOR, 1989, p. 146) pelo fato de que língua e inconsciente estão intimamente relacionados (MILNER, 1987).

O discurso do Direito, ao fornecer a realidade por meio dos ritos, também impõe os sentidos, oferecendo, por meio da ideologia, a imagem de sujeito de direito. Se mudarmos a perspectiva do discurso do Direito para a perspectiva do discurso jurídico, seremos capazes de dissipar a evidência da transparência de linguagem - “o que é” e “o que deve ser” do sujeito de direito – e de observar que emerge o sujeito jurídico, assujeitado, num “jogo de efeitos ideológicos” (PÊCHEUX, 1988, p. 153), presente em todo discurso. Esse sujeito jurídico está assujeitado aos efeitos de sentido sob a “forma *plenamente visível da autonomia*” (PÊCHEUX, 1988, p. 159) e não se dá conta desse fato porque o modo de ser da ciência do Direito (discurso do Direito) mascara o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 1988), constituindo, sob essa evidência, o sujeito de direito.

Propomos o estudo da alteridade no discurso jurídico a partir da relação entre o Estado e a constituição do sujeito sob a metáfora do esquema ótico de Lacan ([1949]1998). Pensamos a constituição do sujeito a partir da imagem especular que tem o estatuto de causadora do sujeito. Nela o sujeito se vê como o outro vê e algo de seu funcionamento fica recalcado por uma “necessidade de não contradição” (ORLANDI, 1996, p. 92). Todo esse processo acontece sob um aparato que condiciona a constituição da imagem (MELENOTTE, 2006) e esse aparato, para nós, está na função do Estado. É a partir do Estado (Outro) que o discurso e o sujeito se constituem; nem a imagem de sujeito, nem o “próprio” sujeito possuem individualidades prévias (esse episódio é constitutivo). Tendo o Estado a função de grande Outro, podemos afirmar que esse Outro tem além da dimensão social e lógica, a dimensão política.

No capítulo em que nos aprofundamos sobre a teoria do estágio do espelho (LACAN, [1949]1998) pudemos notar, numa abordagem estrutural, que nessa etapa do desenvolvimento da criança, há uma individualização, que delimita fronteira entre ela e seu exterior, o que significa afirmar que o eu da criança se reconhece no Outro. Com esses

pressupostos podemos compreender que os referenciais do conhecimento especular não são da ordem visual, mas vêm do fato de o sujeito ser objeto do olhar de um outro (Estado como grande Outro) e podemos compreender, também que a unidade não é da ordem da percepção do sujeito, é dada de fora, é simbólica. Afirmamos, então, que existe *relação de dependência* entre o meio e o indivíduo, nos distanciando do que preconiza a Teoria Geral do Estado, ao propor a existência de uma relação contratual entre o homem e o Estado.

Na visão dos juristas, o que dá unidade ao Estado é sua autoridade soberana. Com a noção de Estado surge a noção de sujeito de direito: “submetido à autoridade soberana” (HAROCHE, 1992). Pêcheux (1988) desfaz a opacidade desse entendimento ao descrever sua teoria materialista dos processos discursivos. De acordo com essa teoria, a ideia de contrato entre indivíduos e Estado dá lugar à interpelação, pelo Estado, dos indivíduos em sujeitos: os Aparelhos Ideológicos do Estado (dentre eles o Poder Judiciário) (AIEs) (ALTHUSSER, 1999) estabelecem a ideologia dominante, que, materializada nas relações de desigualdade-subordinação na vida social, produz “evidências” subjetivas que constituem o sujeito e, ao mesmo tempo, dissimulam essas relações por meio dos dois esquecimentos: o sujeito se constitui a partir do esquecimento daquilo que o determina, quando se identifica com uma formação discursiva (FD) dominante e reinscreve, em seu próprio discurso, elementos do “já dito”, que “fornece-impõe a ‘realidade’ e seu sentido” (PÊCHEUX, 1988, p. 164).

Essa ilusão discursiva que captura o sujeito (resultante do trabalho da ideologia materializada na língua sob a forma dos dois esquecimentos) é da ordem da enunciação e traz uma ilusão de realidade do pensamento de que o sujeito “escolhe” o que vai dizer ao enunciar, sem se dar conta de que está enunciando em paráfrases e continua assujeitado à mesma formação discursiva (FD):

[...] ao esquecimento [número dois] pelo qual todo sujeito falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada (PÊCHEUX, 1988, p. 173).

Por outro lado, o esquecimento número um, inconsciente, recalca o interdiscurso de tal modo que o sujeito usa os sentidos preexistentes, se inscrevendo nas formações discursivas do discurso do Direito sem se dar conta disso, pois pensa que o sentido se origina nele (sujeito). Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados na língua (ORLANDI, 2001).

É na linguagem que o sujeito se constitui; na articulação desejo-linguagem-inconsciente, o sujeito se torna sujeito do “desejo do desejo do Outro” (DOR, 1989, p. 146). O sujeito busca o Estado para a solução de um conflito; o Estado se inscreve, em relação a ele, como um sujeito privilegiado (Outro) e o assujeita ao universo de seus próprios significantes. Há uma inadequação entre a justiça desejada pelo sujeito e o que se faz ouvir desse desejo na demanda. O desejo do depoente fica como “falta a ser para além da demanda” e o inscreve numa relação com o desejo do Outro (idem).

A ligação entre ideologia e inconsciente se dá porque Pêcheux (1988) as entende como “estruturas-funcionamento”, que dissimulam sua própria existência na constituição do sujeito. A interpelação vincula aparelho repressivo e aparelho ideológico de Estado, vincula sujeito de direito e sujeito ideológico, mostrando que “*se fala ao sujeito, antes de que o sujeito possa dizer: ‘Eu falo’*” (PÊCHEUX, 1988, p. 154).

Quando o Estado se inscreve junto ao sujeito como o grande Outro, oferece a esse sujeito a liberdade de escolha e a autonomia que estão no “*signo imagem de a*” (LACAN, 1992). O sujeito constituído a partir dessa imagem especular e desejável é o sujeito de direito, ideal do eu como uma introjeção simbólica (LACAN, 1992). A lei traça o caminho do desejo

por meio da imposição do “dever ser” através dos ritos. Segundo ensina Quinet (2002, p. 27-28), com o “surgimento do *cogito* cartesiano, o olho da razão adquire certeza” e o “eu penso precede o eu vejo, que vem até mesmo antes da existência (logo eu existo)”.

Com o surgimento da ciência da luz e o império da evidência inaugurado por Descartes, o mistério do olho desaparece para dar lugar à física da visão, que cria um espaço matemático feito para quem não vê (QUINET, 2002, p. 27).

Embora no discurso do Direito se construa um espaço geométrico - “que um cego pode ‘ver’” (QUINET, 2002, p.28), um espaço que não é o visual propriamente dito; um espaço em que a “ordem do visível é excluída e, ao mesmo tempo, tudo se torna ‘visível’ pela razão” (idem), constituindo seu sujeito de direito previsível e sem falhas -, não podemos deixar de reconhecer que há um sujeito jurídico se constituindo na enunciação feita em audiência. O discurso do Direito, científico e racionalista silencia discurso jurídico e o sujeito jurídico que nele se constituem, mas esse recalque retorna nas falas e faz emergir o inconsciente nesse dizer. O discurso narrativo é o lugar onde se instala essa subjetividade, o modo pelo qual o sujeito organiza sua simbolização particular (TFOUNI, 2005). No sujeito que emerge nos depoimentos narrados e transcritos não há o caráter de previsibilidade e, por ser opaco, emerge sob lapsos e deslizos, pois a língua não é uma esfera plena com um conteúdo homogêneo, mas “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamento, de retomadas, de conflitos, de regularização...Um espaço de desdobramentos, réplicas polêmicas e contra discursos” (PÊCHEUX, 1999, p. 56).

A teoria da materialidade discursiva (PÊCHEUX, 1988), ao aproximar a evidência do sujeito e do sentido, imposta pela ideologia, permite compreender a dificuldade existente no jogo de efeitos ideológicos do discurso do Direito. Pêcheux (1988), ao dissimular a “intersubjetividade falante” torna visível como a história se inscreve no discurso do sujeito e isso permite a compreensão do modo como se constitui o sujeito jurídico, em sua enunciação,

no contexto de uma audiência. Somamos, a esse fato, o que Elia (2004) coloca sobre o inconsciente psicanalítico, como algo que não é articulável, mas que pode já estar articulado ao nível do inconsciente e da sujeição do sujeito a esse inconsciente, que se articula sem seu arbítrio, mas com sua escolha, no ato mesmo em que se faz sujeito do inconsciente (criando a produção de atos falhos, lapsos, sintomas e chistes). Tem-se, então, que a fala é determinada de fora da vontade do sujeito (AUTHIER-REVUZ, 1990), que o discurso é produto do interdiscurso e o sujeito ignora isso ao crer que é a fonte de seu discurso. O “eu forte” é uma ilusão que as ciências produziram para o sujeito. Por meio da AD (PÊCHEUX, 1988) e do Letramento (TFOUNI, 2005), é possível observar os mecanismos de constituição do sujeito jurídico, que levam em conta a materialidade da língua, ou seja, o equívoco, a falha, como elementos estruturantes do político.

Pensamos o assujeitamento ideológico (PÊCHEUX, 1988) e a constituição psicanalítica (LACAN, 1998) do sujeito como coisas que se aproximam nos processos de “imposição-dissimulação” (PÊCHEUX, 1988) que constituem o sujeito, na tese em que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos livres, para que livremente se submetam às ordens do Sujeito. Assim, compreendemos o Estado como uma evidência anterior ao sujeito, como uma evidência anterior à luta entre duas forças, como espaço, terreno dessa luta, de modo a produzir-reproduzir sujeitos de direito como “evidências naturais” (PÊCHEUX, 1988). Acreditamos haver diferença entre sujeito de direito e sujeito jurídico. Entendemos que, no “Estado do sujeito de direito”, o assujeitamento é do sujeito jurídico. O “sujeito de direito” seria, o “*signo imagem de a*” (LACAN, 1992, p. 342), que o Estado, como “A”, no esquema ótico de Lacan ([1960b] 1998, p. 653), oferece ao “assujeitamento do sujeito”, numa captura do olhar, como brilho de *agalma* relacionado ao invisível, com as funções de mostrar e ocultar (CARASTRO, 2012, *apud* MONTE-SERRAT, 2012, p. 7). A “agalmatização” é uma estratégia que designa o espaço em que o sujeito vai se constituir (DURAND, 2012, *apud*

MONTE-SERRAT, 2012, p. 8); e a lógica de *agalma* reside num espaço ritual (COCCIA, 2012, *apud* MONTE-SERRAT, 2012, p. 8).

A constituição do sentido e a constituição do sujeito juntam-se na figura da interpelação, em que ficam vinculados sujeito ideológico e sujeito de direito e, ao mesmo tempo, fica dissimulada a subordinação-assujeitamento ao grande Outro (Estado) sob a forma da autonomia (estrutura discursiva da forma-sujeito). Pensamos, portanto, a determinação do sujeito pela Lei (Estado) em dois momentos que ocorrem simultaneamente: pela determinação histórica (teoria materialista dos processos discursivos de Pêcheux) e pela determinação constitutiva (em que a libido do eu estaria investida na imagem do Estado como grande Outro, imagem esterilizante, que leva à passagem do [eu] especular para o [eu] social) (LACAN, [1949]1998). Propomos a utilização metafórica do esquema ótico completo de Lacan (1949, 1960b), para dar ao Estado a função de “A”, espelho plano, de modo a proporcionar a formação do ideal do eu “como um campo organizado de uma certa maneira no interior do sujeito” (LACAN, 1992). Nessa elaboração do Estado como espelho (A), pensamos, o sujeito teria sua função preenchida pela imagem de sujeito de direito, daquele que “é para a Lei” (HAROCHE, 1992, p. 158), à imagem e semelhança do Estado como o grande Outro. Os referenciais do conhecimento especular não são da ordem visual. O sujeito advém do objeto do olhar de um outro.

O conceito de alteridade da psicanálise lacaniana permite apreender novas dimensões de sensibilidade sobre o sujeito jurídico: traz um distanciamento do fetichismo do Direito, rompe a lógica convencional dos estudos sobre o jurídico e possibilita observar como opera o inconsciente na determinação do sujeito.

6.4 RITO JURÍDICO E LINGUAGEM

A articulação dos conceitos de alteridade, rito e discurso jurídico assegura uma percepção de que existe, entre a linguagem e o campo da visão, algo que vem regulamentar um percurso do olhar, que faz o discurso “entrar [...] na categoria do mesmo” e rejeitar “como desvios do olhar, todas as zonas de instabilidade, de dispersão, de contradição” (COURTINE, 2006, p. 25). Gregolin (2011) destaca o papel da mídia em produzir identidades e explica que isso dá, basicamente, por meio de mitos, que reproduzem imagens culturais e promovem a generalização e integração social dos indivíduos. A autora afirma que

Essas funções são asseguradas pela ampla oferta de modelos difundidos e impostos socialmente por processos de imitação e formas ritualizadas. Esses modelos de identidades são socialmente úteis, pois estabelecem paradigmas, estereótipos, maneiras de agir e pensar que simbolicamente inserem o sujeito na “comunidade imaginada”. A sofisticação técnica produz uma verdadeira saturação identitária pela circulação incessante de imagens que têm o objetivo de generalizar os modelos. A profusão dessas imagens age como um dispositivo de etiquetagem e de disciplinamento do corpo social. (GREGOLIN, 2011, p. 302, 303).

O discurso jurídico em sua articulação com o discurso do Direito situa-se no “interior de uma *performance*”, a qual “descreve as regras de competência do sujeito falante” (COURTINE, 2006, p. 59), por meio dos ritos do judiciário. Podemos afirmar, com Courtine (op. cit., p. 68), que o discurso jurídico “deve ser pensado como uma unidade dividida, dentro de uma heterogeneidade em relação a si mesmo”, dependente do pré-construído do interdiscurso. É a prática que define aquilo que pode tornar-se objeto da enunciação segundo a lição de Pêcheux ([1975]1997, p. 147), pois “o discurso sempre fala antes, em algum lugar e independentemente” do sujeito do enunciado. A enunciação é exterior ao sujeito e a exterioridade daquilo que é enunciado “permite pensar a subjetivação do sujeito falante em relação ao sujeito ideológico de seu discurso” (COURTINE, 2006, p. 69).

A enunciação, no discurso jurídico, é regida por rituais do discurso do Direito que buscam apagar toda interrupção ou toda descontinuidade, na tentativa de impor somente uma verdade que “apague” outros enunciados. Desse modo, o discurso do Direito concebe um “modo de falar na forma de um sistema de enunciados co-possíveis”, que “constituem um vocabulário a partir do qual as sequências discursivas podem ser formuladas por um sujeito no interior de um conjunto de operações de formulação”, delimitando “o universo de objetos para o discurso” (COURTINE, 2006, p. 77). Essa delimitação foi exemplificada na análise de dados, nas ocasiões em que o sujeito-juiz substitui as falas dos depoentes por enunciados “aceitáveis” pelo discurso do Direito. Essa tentativa de imposição de “uma verdade” só pode ser realizada pelo sujeito mais letrado (TFOUNI, 2005), que ocupa a posição de sujeito-juiz.

O discurso do Direito procura encobrir o real fornecendo, em seus rituais, uma “lista como se fosse um catálogo de objetos que podem ser enumerados, especificados e ao mesmo tempo dissipar ‘o que todos podem ver’” (COURTINE, 2006, p. 79). Existe, segundo Tfouni (1992, p. 108), “um mecanismo de produção de sentido”, de “inclusão e de exclusão” que levam o sujeito depoente a ver impedida sua inserção em determinadas formações discursivas (FDs).

Os ritos de uma audiência do Poder Judiciário podem ser explicados, segundo lição de Edelman (1980, p. 135), como uma “circulação” que suprime as diferenças; assim, “todo sujeito de direito é igual a todo sujeito de direito”, e o sujeito depoente pode realizar sua “liberdade” no mesmo poder em que se lhe reconhece o poder de vender-se. Sob o aspecto da teoria do Letramento (TFOUNI 1992, p. 100), o discurso do Direito, monologizante, produz uma voz social homogênea.

Esses ritos, somados ao modo silogístico de elaborar sentenças, são modos “da interpelação ou da subjetivação do sujeito falante pelo sujeito ideológico” (COURTINE,

2006, p. 82). Manifestam-se como embates ideológicos realizados na interação verbal (GARDIN, 1984), por meio de fórmulas de diálogos que provocam transformação na enunciação, assujeitando os conteúdos, dos depoimentos das partes e da sentença proferida pelo juiz, a “exigências de práticas da escrita e leitura adequadas ao aparato áudio-visual de informação”. Assim, o discurso jurídico não está separado da produção e da recepção de imagens, sendo estas tomadas como práticas reguladoras da subjetivação dentro de uma “performatividade do discurso” que deixa de ser prioritariamente verbal (COURTINE, 2006, p. 85). A performatividade imposta pelo discurso do Direito faz com que o “objeto percebido” se afaste “da percepção, o visto da vista” (QUINET, 2002, p. 30), de modo que a imagem de sujeito de direito ganhe uma autonomia própria e que o sujeito jurídico seja negligenciado. Os recortes de fala ditados pelo juiz de direito só adquirem valor pelo fato de o discurso do Direito determinar que eles sejam visíveis no espaço da audiência, aparato do Estado, como espelho “A”, destinado a refletir a imagem do sujeito de direito, fazendo com que o visível do sujeito jurídico se torne opaco para que o invisível do sujeito de direito reflita a certeza, a transparência do discurso do Direito.

Somente o olho, assim armado pela razão, será capaz de perceber aquilo que não é visível a olho nu, fonte de equívocos, para chegar a *perspicuitas*, a transparência. Este ‘olhar’ assim construído ‘é o único capaz de ver, com perfeição, a evidência, definida enquanto marca distintiva do verdadeiro’ (CHAUÍ, 1988, p. 37, *In* QUINET, 2002, p. 29).

6.5 MÁSCARA E PERSONA NO DISCURSO JURÍDICO

Para definir Direito, Miaile (1979, p. 80) aponta um impasse: o de diferenciar a norma jurídica de outros sistemas normativos como moral, religião e costumes. Estabelece que a regra de direito é uma regra de conduta social sancionada pela coação; afirma que “a

ciência jurídica estuda fenômenos que são normas, quer dizer, prescrições” e que convém considerar o “dever ser” da regra jurídica como fato social. Apresenta, em seguida, o conceito mais comum de Direito: “conjunto de normas ou de regras obrigatórias e oficialmente sancionadas, pelas quais estão organizadas as relações entre as pessoas que vivem em sociedade” (MIAILLE, 1979, p. 81). Esse conceito obscurece a realidade, pois faz correspondência entre as palavras “normas” e “pessoas”, identificando um fetichismo e *fetiche*, segundo o autor (op. cit., p. 82), é “um objeto ao qual são atribuídas virtudes extraordinárias” (idem), dessa maneira, palavras ou termos teriam a virtude de se explicar por si mesmos.

O equívoco da comparação entre “norma” e “obrigação” reside em desconhecer os significados dessas palavras. A palavra “norma”, no grego, significa “medida”, “à medida habitual” (op. cit., p. 86), dando ao sistema jurídico a característica de relações em que, dentre todos os “comportamentos sociais possíveis, apenas alguns são considerados como normais” (idem), quer dizer, conforme ou compatíveis, segundo os casos, com a norma, com a medida que dita o valor dos comportamentos sociais. Em outras palavras, antes de obrigação, a norma jurídica constitui instrumento de medida. Neste ponto Miaille (op. cit.) cita Marx, para fazer um paralelo entre mercadoria e processos de troca de um lado e sistema jurídico capitalista de outro. Diz (op. cit., p. 87, grifos do autor) que no “fetichismo da mercadoria”, de Marx, o fenômeno da troca real dissimula-se sob a forma do valor; que o *direito igual*, na teoria marxista, “é sempre aqui no seu princípio o *direito burguês*”, pois, “*pela sua natureza o direito não pode senão consistir no emprego de uma mesma unidade de medida*”; há, portanto, no Direito, a “ideia de *troca por equivalente* que não pode ser realizada senão através de uma *medida comum*”.

Essa troca aparece em um momento preciso da evolução da sociedade, mas essa realidade é ocultada por uma produção ideológica. O autor (MIAILLE, 1979) explica que esse

ocultamento acontece através da definição da palavra “pessoa”, que, no grego, significa “máscara”. Quando o Direito torna os indivíduos em pessoas no sentido jurídico, atribui a eles um certo número de papéis para representar o jogo social, instituindo um sistema de relações, “um conjunto de *normas* que estabelecerão a *medida destas relações sociais*” (op. cit., p. 88, grifos do autor). Norma e pessoa estão reunidas na ideia de que a norma jurídica emana do homem, sendo, este último, objeto do Direito e ao mesmo tempo seu autor. Nesse processo o “fetichismo da mercadoria”, “da norma e da pessoa” esconde nas “relações entre coisas”, a realidade das relações entre pessoas (op. cit., p. 88-89). O que “aparece” no mundo do Direito são as relações entre pessoas, os objetos de decisão, de vontade, de razão. “Jamais aparece a densidade de relações que não são queridas, das coisas às quais os homens estariam ligados, de estruturas constrangedoras mais invisíveis” (MIAILLE, 1979, p. 89). Essa é a função da máscara nos rituais: esconder a “natureza nua” do sujeito e, ao mesmo tempo, manter “o sentido do artifício” (COURTINE&HAROCHE, 1988, p. 37). Essa dualidade, segundo Courtine, decorre fundamentalmente do político, que impõe a “unidade da pessoa” (op. cit., p. 38):

Um *mesmo* sujeito é, efetivamente, *outro* [...] E esta dualidade original resiste sob as expressões da unidade: a afirmação do ser suscita a questão da aparência, a procura da identidade faz surgir a máscara, a interioridade da pessoa privada se exterioriza na personagem pública, o sujeito de uma enunciação se declina nas formas do sujeito do enunciado [...] O homem como sujeito social é, efetivamente, um homem duplo, ao mesmo tempo *ser* e *aparência*, pois é esta a condição de todo ser exposto ao olhar [...] Ele dá de si, ou recebe do outro, alguma coisa que é máscara, duplo, invólucro, pele desprendida (COURTINE&HAROCHE, 1988, p. 38-39, grifos dos autores).

Lacan ([1960b] 1998, p. 678) também afirma que “*persona*” é uma máscara e não um “simples jogo de etimologia”; que essa “noção veio a ganhar valor, por encarnar uma unidade que se afirmaria no ser” e, na “relação com o outro da autoridade, o ideal do eu,

seguindo a lei de agradar, leva o sujeito a se desagradar ao sabor da ordem”; o eu ideal, por sua vez, com o “risco de desagradar, só triunfa ao agradar a despeito da ordem”.

A função da máscara é tratada, por Pêcheux (1988, p. 183), como efeito Münchhausen, quando se refere à história do barão (de mesmo nome) que se sustentava no ar pelos próprios cabelos. Com esses dados Pêcheux (op. cit., p. 164) explica como funciona a “forma-sujeito” (“forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais”), dentro do modo de produção capitalista e sob a dominância do jurídico. Para o autor (PÊCHEUX, 1988, p. 198), existe um “discurso da ciência” em que o sujeito está apagado, “presente por sua ausência” e, para esclarecer essa confusão, afirma que “não há ‘discurso da ciência’”, pois “todo discurso funciona com relação à forma-sujeito”. Assim, para ele, o discurso idealista resta como um “paradoxo incompreensível” em que a produção de conhecimentos é um “processo sem sujeito” (idem). O autor (PÊCHEUX, 1988, p. 213) afirma que as práticas discursivas do domínio das ciências e da política, não estão separadas, mas articuladas. Desse modo, “toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das *formações discursivas* que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas” (idem, grifos do autor). Essas formações discursivas são um lugar de “trabalho de reconfiguração”, em que há “recobrimento-reprodução-reinscrição” do sentido, pois “não existe prática sem sujeito” e “a questão da prática discursiva levará necessariamente à questão do efeito do complexo das formações discursivas na forma-sujeito” (op. cit., p. 213-214). Pêcheux esclarece que a prática discursiva não é uma “prática de sujeitos”, pois esta sugere “a solução no próprio momento em que se propõe a questão que elas evocam, dissimulando totalmente que a base da solução é incompatível com a da questão” (op. cit., p. 227). A máscara e o fetiche do discurso do Direito, pensamos, estão nisso a que Pêcheux denomina “prática de sujeitos”, que se sustentam pelos próprios cabelos (efeito Münchhausen). A prática discursiva, por sua vez, se refere à prática em que o sujeito é “constitutivamente colocado como autor e responsável por seus atos (por suas ‘condutas’ e por suas ‘palavras’) em cada prática em que se inscreve” em que é interpelado em “sujeito responsável” (op. cit., p. 214).

6.6 O RITUAL É DA ORDEM DO OLHAR

Num estudo sobre rituais, Mariza Peirano (2003, p. 7-11) afirma que estes marcam a vida social e têm, como característica, o fato de “revelarem valores”, “transmitirem conhecimento”, “reproduzirem relações sociais”, e, por serem constituídos de “sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos” têm ação “performativa”. A esses dados a autora acrescenta a ideia, de Durkheim, de que o vínculo entre rituais e representação traria a eficácia social como efeito, pois, “os cultos (ou rituais) são ‘atos de sociedade’. Através deles, a sociedade toma consciência de si, se recria e se afirma” (op. cit., p. 17-18).

Essas afirmações perdem sua base se retomadas à luz do que ensina Pêcheux (1988, p. 183 e 192) sobre o funcionamento da “forma-sujeito”, quando afirma que não existe um “estado de natureza - ou de inocência – epistemológico” em que existe um “sempre já” das teorias, “matérias-primas teóricas” em que se produzem os conceitos fundadores de uma ciência. Não existe uma sociedade que “toma consciência de si”, que se sustenta pelos próprios cabelos como o barão de Münchhausen.

O paradoxo apontado por Pêcheux (op. cit., p. 193) é o de que existe, a um só tempo, “um discurso e de uma construção [...] sem sujeito [...] um corpo articulado de conceitos” e o efeito cego em suspenso “dessa mesma determinação enquanto efeito-sujeito”. Assim, o interdiscurso, o funcionamento do pré-construído, desempenha o papel de elemento essencial para a constituição do discurso de uma ciência; desempenha (op. cit., p. 194) o “trabalho do impensado no pensamento” em que “nomes e expressões se apagam, com a referência ‘evidente’ a seus objetos”, outros aparecem como que “deslocados”, “incongruentes” (idem).

É nessa “evidência” que opera a ideologia. No “mito idealista” em que a lógica seria o princípio de toda ciência, em que se faz a “triagem entre enunciados verdadeiros e enunciados falsos” (PÊCHEUX, 1988, p. 197), assim, a produção de conhecimentos viria de um “simples desenvolvimento (empírico-dedutivo) das propriedades dos objetos” (idem). Enquanto esse “mito idealista” estabelece correspondência entre as realidades do mundo e os enunciados de linguagem - “todo animal é racional ou privado de razão = todo número é par ou ímpar = toda proposição é verdadeira ou falsa = toda linha é reta ou curva” (op. cit., p. 234), mascara-se o “mito da neutralidade científica” de que a objetividade científica está ligada a tomada de posição materialista (op. cit., p. 197-198). O efeito ideológico da linguagem da ciência distancia-se da referência a situações e deixa subsistir somente “um puro sistema ‘coerente’ de propriedades lógicas” (idem), sustentado pela referência a outras

construções teóricas. Pêcheux (op. cit., p. 198-199) afirma que toda ciência começa por um “‘corte epistemológico’ que constitui um ponto de não retorno” e seu discurso (da ciência) tem um sujeito “presente por sua ausência”.

Dentro desse contexto, como compreender o paradoxo da afirmação, de Peirano (2003, p. 18), de que “a sociedade é um todo que nos precede, com poderes de guiar nossa vida, reproduzindo- e/ou transformando-a”? Como se pode apreender a afirmação (op. cit., p. 22) de que os rituais desempenham papéis na sociedade e que, no rito de passagem, há a incorporação do sujeito a uma “nova condição”? E o que pensar de seu resultado de “ênfase na unidade” (op. cit., p. 28)? Ou de sua função de operar “para especificar, iluminar e focalizar o papel tematizado” (op. cit., p. 29)?

Não seria o caso de afirmar que o desdobramento e os efeitos dos ritos fundamentam a representação do político? “Se a política se assemelha ao teatro, é na medida em que o desdobramento aí reina sem divisão; é porque a *política* e o *teatro tiram* da própria *estrutura do olhar* sua emergência, sua *condição de possibilidade*, o princípio daquilo que os coloca em cena” (COURTINE&HAROCHE, 1988, p. 39, grifos nossos). Que outra opção teria o sujeito-depoente, que é impedido pela lei de exercer justiça pelas próprias mãos, ao comparecer perante o sujeito-juiz para ser ouvido, senão a de assujeitar-se aos ritos que lhe são impostos?

A importância dos rituais determinados pelo discurso do Direito reside exatamente nisto: em que “o campo do político é o lugar do olhar”, lugar onde há “*relação de impostura*”, onde se “estabelecem dominações, aceitam-se servidões” (COURTINE&HAROCHE, 1988, p. 39, grifos nossos). Há, no que diz respeito à ordem do poder, a “*exigência de uma coincidência de intenção e de aparência* sobre o que se fundam as concepções jurídicas ou políticas da pessoa ou do Estado” (COURTINE&HAROCHE, 1988, p. 41, grifos nossos) e o *corpo*, imerso no *campo político*, está sob uma “*apreensão imediata*” que exige dele sinais (GINZBURG, 1989).

O corpo, no que se refere ao discurso jurídico, é afetado por objetos teóricos e práticos na relação com o outro (juiz), em uma audiência de conciliação e julgamento. Essa relação se dá de modo regrado em seu aspecto e nas atitudes dos sujeitos e tudo isso reflete nos sentidos que circulam, na questão da identidade do sujeito, fornecendo-lhe a “base

invariante de um sujeito estável” (COURTINE&HAROCHE, 1988, p. 43). Essa base acarreta as garantias de estabilidade do sujeito cartesiano, assegura a composição exterior de um tipo, o sujeito de direito. “A identidade individual não se mantém mais aí por uma observação interior nem por um ideal de medida; ela é constituída por uma observação exterior e pela exigência de um cálculo” (op. cit., p. 44). A subjetividade e a introspecção do sujeito são banidas por meio de um conjunto de regras a serem seguidas. Nesse caso, o sujeito jurídico constitui-se no paradoxo “de um olhar sobre si, constituído fora de si” (op. cit., p. 45). Esse olhar, constituído pelo sujeito de direito, traz, como marca, a tendência de um suporte fixo, imóvel, que vem delimitar o espaço do sujeito jurídico, impondo o imaginário de uma alteridade que, ao mesmo tempo em que oferece algo ao olhar (ritos processuais), subtrai o próprio fato dessa impostura, sob a dissimulação da autonomia do sujeito de direito.

6.7 A ALTERIDADE É DA ORDEM DO ESPECULAR

Courtine & Haroche (1988, p. 46), ao tratarem da identidade do homem moderno, identificam duas tradições paralelas: a de uma “história política e social de um lado” e a de “uma história natural”, de outro. Os autores afirmam que, embora ambas se ignorem, persiste, nelas, a questão da “dualidade da pessoa – a relação entre corpo e alma, exterior e interior, superfície visível e profundidade escondida”. Dizem, ainda, que, no final do século XVIII e início do XIX, surgiram “novas maneiras de escrever e descrever a expressão humana”: “o estilo científico”, apresentado como nova forma literária, como premissa de um modo enunciativo (op. cit., p. 47). Em decorrência disso “um outro olhar sobre o corpo humano e uma nova historicidade” passaram a coexistir com uma “transformação da enunciação dos textos” (op. cit., p. 47-48). Courtine & Haroche afirmam que esse “sistema de positivities”

trouxe um “apagamento da linguagem”, que deixa de ser espontânea para dar lugar a uma “historicidade profunda”, que “penetra no âmago das coisas, isola-as e define-as em sua coerência própria” (op. cit., p. 48). Desse processo, decorre uma “suspeição sobre o conhecimento introspectivo” e uma inversão no sentido do olhar, é o que afirmam os autores (idem):

O movimento do saber irá, de agora em diante, do exterior para o interior enquanto um novo olhar se constitui, o qual confia o corpo dessacralizado a uma observação externa. Esta inversão de perspectiva [...] traduz e legitima, por uma verdadeira reviravolta, um deslocamento da identidade individual e social: a aparência e o comportamento, os fatos e os gestos, a partir de então, responderão pela natureza íntima (COURTINE&HAROCHE, 1988, p. 48).

O discurso do Direito, que até então tocava o corpo sob a forma de direito de punir, estende-se além do corpo, chegando à alma, sob a forma do poder de julgar, sob a forma de “um castigo que age em profundidade sobre o coração, o pensamento, a vontade, as disposições” (op. cit., p. 49). A dimensão jurídica, que estabelece “o que é” e “o que deve ser”, toma uma dimensão muito maior que lhe garante maior efetividade. Essa eficácia do jurídico atua, a partir de então, sobre a constituição do olhar do sujeito. O modelo político “atravessa e organiza o espaço individual tão bem quanto o espaço social”, “estabelece a relação do corpo de cada sujeito” conformando-o “a uma identificação fundamental à majestade do corpo real”, ao “porte majestoso” (status) (op. cit., p. 52).

É interessante a ligação que Courtine & Haroche (op. cit., p. 52-53) fazem da palavra “status” (estado), à raiz etimológica “stha”: “uma forma erigida em um lugar, cuja fixidez impede que se aproximem dela e parece imobilizar o tempo”. Afirmam que o rei, submetido a inúmeras restrições, era “obrigado a ficar sempre no mesmo lugar e idêntico a ele mesmo, não aceitando ninguém por perto”. É nessa *tensão* entre a *rigidez da aparência* e o *mistério subjacente* que residem o *fascínio* e a distância da *máscara*: “eu sou exatamente o que tu vês, diz a máscara, e tudo o que temes está atrás” (op. cit., p. 53, grifos nossos). Para os

autores (idem, grifos nossos), “a *impassibilidade*, este silêncio no rosto, é um *modelo político*, um traço essencial da arte de comandar”, capaz de calar a boca e, também, a alma.

O corpo do rei, “modelo da opressão que rege e ritualiza, em sua aparência, o corpo de todo homem”, é substituído, mais tarde, pela “tirania da transparência” em que a *máscara evidente dá lugar a um enigma a decifrar* (op. cit., p. 54 e 57, grifos nossos). A nova identidade suscita novas máscaras: “os simulacros da autenticidade” (COURTINE&HAROCHE, 1988, p. 58), que fazem confusão entre identidade e aparência, introduzindo o “um”.

Ao que os autores (op. cit.) chamam de “o enigma de identidade e aparência”, denominamos, neste estudo sobre o discurso do Direito, de sujeito de direito, signo *imagem de a*. Este último está relacionado ao conceito psicanalítico da alteridade (grande Outro, “A”), que o interpela e “é condição de possibilidade de qualquer interlocução” (BAIRRÃO, 2001, p. 5). Segundo Bairrão (idem) a aparição do outro se dá no imaginário, cuja propriedade principal está na especularidade, “o sujeito tem de ser pensado na sua interdependência com o seu Outro e este outro ‘imagina-se’ concretamente” [...] “Fora da interpelação com um sujeito, Outro Absoluto é inacessível, impossível, Abscôndito”. O grande Outro, segundo o autor (op. cit., p. 5-6), é “como que uma possibilidade transcendental de toda e qualquer situação de alteridade”, lugar em que “está em pauta o estatuto do ‘si’ e a indissociabilidade entre eu e outro”. Afirmamos, então, que não há Estado (Outro) se não houver sujeito jurídico, “sujeito livre para se obrigar”, pois conforme explica Haroche (1992, p. 68), “não há ‘sujeito-de-direito’ abstrato”.

Colocar o Estado na posição de grande Outro, nesta pesquisa, afasta a possibilidade de percebê-lo apenas no mundo sensível e no campo do conhecimento, limitado ao campo racional. Bairrão (2001, p. 8) traz ensinamento de Corbain (1996) ao afirmar que

“aprendemos a recolher e a valorizar as intenções implícitas de todos os atos de consciência ou da transconsciência” quando percebemos a realidade misturada ao sujeito:

Tudo o que o homem imagina, tudo o que percebe em realidade, seja qual for esta percepção, inteligível ou sensível, neste mundo ou no além, tudo isso constitui outras tantas coisas inseparáveis do seu eu essencial. Melhor dito, o que é para ele objeto de percepção é algo que existe em si mesmo, e não em algo alheio a ele (CORBIN, 1996, p. 189 *apud* BAIRRÃO, 2001, p. 12)⁹⁰.

Na alteridade, segundo Bairrão (op. cit., p. 14), “psicanaliticamente, o sujeito para subsistir precisa do Outro precisa ser significado pelo Outro, depende da palavra que lhe confere ser, sentido”.

Podemos afirmar que o signo imagen de *a*, oferecido pelo Estado (A) faz o sujeito jurídico encontrar sua imagem (de sujeito de direito) como re-presentação, dentro de um brilho que carrega seu valor:

Qu'est-ce re-présenter, sinon présenter a nouveau [...] ou à la place de [...] ? Le préfixe 're-' importe dans le terme la valeur de substitution. Quelque chose qui était présent et ne l'est plus est maintenant représenté. A la place de quelque chose qui est présent ailleurs, voici présent un donné, ici : image ?

*[...] Le désir d'absolu du sujet dans l'image lui fait retour, non comme son image propre, appropriée, mais comme celle d'un autre [...] c'est une étrange réflexion de soi sur soi dans le mouvement d'absolu du désir qui pose le sujet comme moi non dans son identité, ni même dans le mouvement de l'identification de soi, mais dans une totale altérité : par l'Autre comme un autre soi (MARIN, 1993, p. 11 et 17, *apud* MONTE-SERRAT, 2012, p. 9)⁹¹.*

⁹⁰ Tradução para o português por BAIRRÃO, 2001, p. 12.

⁹¹ O que é re-presentar, senão apresentar de novo [...] ou em lugar de [...] ? O prefixo ‘re-’ importa em valor de substituição. Algo que estava presente e não está mais é agora representado. Em lugar de alguma coisa que está presente em outro lugar, aqui presente há algo dado: imagem ?

[...] O desejo absoluto do sujeito na imagem o faz retornar, não como sua imagem própria, apropriada, mas como aquela de um outro [...] é um estranho reflexo de si sobre si no movimento de desejo absoluto que coloca o sujeito como eu, não em sua identidade, nem mesmo no movimento de identificação de si, mas dentro de uma total alteridade: pelo Outro como um outro de si (MARIN, 1993, p. 11 et 17, *apud* MONTE-SERRAT, 2012, p. 9, tradução nossa).

6.8 O MOVIMENTO DOS RITOS E O FASCÍNIO DA MÁSCARA NA CAPTURA DO SUJEITO

A obra “Mythologiques”, de Lévi-Strauss ([1964-1971] *apud* PEIRANO, 2003, p. 34-41) estabelece a dicotomia entre “cultos (rituais) e representações: de um lado estão as ações, de outro, o pensamento”. Lévi-Strauss também identificava o mito à estrutura da língua, colocando-o em patamar superior ao do rito (relacionado à prática); Edmund Leach (1969 *apud* PEIRANO, 2003, p. 37), por sua vez, equipara mitos e ritos, afirmando que são fenômenos interligados e que precisam ser focalizados em ação, pois constituem “forma de transmitir e perpetuar o conhecimento socialmente adquirido”. Dessas asserções, Peirano (op. cit., p. 39, grifos nossos) conclui, citando Mauss e Durkheim, que “a sociedade é um sistema de forças *atuantes*: a eficácia das *ações* sociais e das crenças precisa ser incluída na análise para que se identifiquem os *mecanismos de movimento e de reprodução* da sociedade”.

Essa necessidade de identificação dos mecanismos que reproduzem a sociedade foi objeto da atenção de Michel Pêcheux (1988), por ocasião da exposição de sua “teoria materialista dos processos discursivos”, já mencionada nesta pesquisa. Retomamos, dela, o fato de que considera os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs) (ALTHUSSER, 1999) como o lugar e as condições em que se realizam as transformações das relações de produção, pois eles (AIEs) estabelecem as relações de desigualdade-subordinação na vida social, entre as quais está o Poder Judiciário, um dos lugares onde vai se materializar a ideologia. As relações de desigualdade-subordinação não são, todavia, evidentes, pois, conforme explica Pêcheux (1988), a ideologia e o inconsciente dissimulam a própria existência no interior de seu funcionamento, ao mesmo tempo em que produzem um “tecido de evidências subjetivas” em que se constitui o sujeito.

Como se dá esse processo? Como podem ser formadas essas paradoxais “evidências subjetivas”? Autores da atualidade têm se dedicado a esse tema utilizando, porém, outras denominações para o fenômeno; dentre elas, o de “fluidez e desmedida das sociedades contemporâneas” (HAROCHE, 2009, p. 37). Tentaremos articular, a partir de agora, a função dos ritos e a função da imagem da máscara (persona) na captura da subjetividade.

Haroche (2009, p. 37-39) traz o conceito de alteridade ligado ao conceito de um limite, uma “fronteira entre o eu e o não-eu” e diz que a ausência ou o esmaecimento desse limite compromete a capacidade de percepção do sujeito. Elias (1991 *apud* HAROCHE, 2009, p. 38), por sua vez, fala da necessidade de distância entre indivíduos imposta pela civilização e, nessa distância, nota que atividades de que o indivíduo participava com todos os seus membros, passam a se limitar apenas aos olhos, os movimentos do corpo vão se restringindo à medida que a importância da visão aumenta. Nesse processo, afirma o autor (*op. cit.*), a separação entre exterioridade e mundo interior fica menos nítida.

Para Haroche (2009, p. 42), “a retração da consciência, na realidade, intensificou e se tornou constante nas maneiras de sentir, ver e pensar, em virtude da continuidade dos fluxos sensoriais presente nas sociedades contemporâneas”; deixou de existir a “sintetização” em uma única percepção sensorial e, no lugar desta, restam percepções fragmentadas. Assim, conclui a autora (HAROCHE, 2009, p. 42), “a consciência pode existir sem nenhum julgamento [...] o homem pode sentir e não compreender suas próprias sensações”; não há um acréscimo, uma reorganização do próprio sujeito quando se depara com uma ação do mundo exterior.

Ao tratar do tempo como algo em que “tudo passa, nada permanece”, Haroche (*op.cit.*, p. 44) pontua que algo subsiste e dura nesse funcionamento, que é o eu, a fonte do

definido. A esse respeito Ravaisson (1997, p. 55, grifos nossos) explica que a *excitação sensorial rebaixa* a capacidade de *discernimento* e “*desenvolve-se [...] pela continuidade ou repetição* uma espécie de atividade obscura que *previne* cada vez mais o *querer* e, também, a impressão dos objetos exteriores”. Assim, a função dos ritos, com sua continuidade ou repetição, ao mesmo tempo em que *rebaixa* a *sensibilidade*, “*exalta a mobilidade*” (op. cit., p. 74-75, grifos nossos); e “é cada vez mais fora da esfera da personalidade [...], *nos órgãos imediatos dos movimentos*, que se *formam* as inclinações que fazem o *hábito*” (op. cit., p. 79, grifos nossos).

Nos ritos a realidade é movente. Nos ritos da audiência há uma previsão, pela lei, da série de atos para seu funcionamento. Para ilustrar como se daria a captura do sujeito jurídico numa audiência, trazemos para esta discussão o ensinamento de Feldman (2002) a respeito do que ocorre no cinema. Esse autor (op. cit., p. 69) afirma que o movimento reproduz a realidade de forma mecânica e traz a ilusão de um produto mágico, não explicável racionalmente. O movimento, segundo ele (op. cit., p. 11), se liga aos fenômenos da percepção, “*el punto de vista desde el cual se enfoca todo este proceso es el de la fascinación que los fenómenos cinéticos producen en el espectador, acentuando su poder de penetración, directa e indirecta*”⁹². Desse modo, o movimento dos ritos processuais exerce uma atração sobre o sujeito-depoente e introduz uma realidade virtual (a de sujeito do direito, signo *imagem de a*) na percepção da realidade. Esse processo faz com que, no sujeito jurídico, as “percepções fragmentadas”, no dizer de Haroche (2009, p. 42), não passem por uma “sintetização”, por uma “reorganização do próprio sujeito quando se depara com uma ação do mundo exterior”. O que vai fazer vínculo entre o passado relatado pelo sujeito-depoente, e o momento presente da audiência, é o signo *imagem de a*, que determina o sujeito-juiz (representante do Estado), sujeito conhecedor da lei, nos recortes que faz das falas, no ditado

⁹² O ponto de vista a partir do qual se enfoca todo este processo é o da fascinação que os fenômenos cinéticos produzem no espectador, acentuando seu poder de penetração, direta e indireta (tradução nossa).

ao escrevente e na sentença com estrutura silogística que elabora. Podemos afirmar, então, que restam alguns fragmentos da realidade para o sujeito-depoente e que, sobre eles, opera-se uma “magia” do movimento dos ritos da audiência destinada a “instalar” o sujeito de direito.

Lévi-Strauss (1986, p. 250) afirma que “se mito e rito não se duplicam, completam-se frequentemente”. Existe um papel exercido pelo movimento, que é, para Feldman (2002, p. 14 e 62), o de fator de distorção da realidade ou mesmo de distorção da capacidade de reflexão e de compreensão do sujeito-espectador. O sujeito “inconsistente” é envolvido por uma “operação de recobrimento que o torna compacto”, sofre uma mudança na sua imagem (MELENOTTE, 2006, p. 49). Há, no dizer de Lacan ([1949] 1998, p. 100), para o sujeito “apanhado no engodo da identificação espacial”, a fabricação, de fantasias de uma “forma de sua totalidade”, a que o autor chama de “ortopédica”. Pode-se acrescentar, a essas observações, o pensamento de Lévi-Strauss (1986, p. 251) a respeito do ritual, no sentido de que este último é “conjuntivo”, que estabelece uma “união”, uma “comunhão”, uma “relação orgânica” entre dois grupos que são dados, no início, como dissociados.

Haroche (2009, p. 46) lembra que “são necessários pontos fixos, referências enquadramentos, uma certa forma de estabilidade, de regularidade, para enraizar o pensamento e a *existência* no mundo real”. Ela (op.cit., p. 53) afirma que o “eu como síntese pessoal” necessita de um “limite entre interioridade e exterioridade”.

Feitas as considerações acima, chegamos à conclusão de que a finalidade essencial dos ritos no discurso do Direito está na sua atuação, de forma contínua, que marca os sentidos e atrofia a imaginação e a espontaneidade do sujeito jurídico; a máscara (persona), por sua vez, homogeneíza e traz o conformismo dos indivíduos sob a forma do sujeito de direito, do sujeito livre para se assujeitar. Haroche (2009, p. 48) diz que

nos processos que caracterizam a modernização, uma dimensão que produz uma movimentação permanente [...] tem efeitos sobre os modos de existência, as maneiras de ser e de viver, e mesmo sobre as maneiras de sentir. O movimento impõe a rapidez, a instantaneidade, o imediatismo, afastando a possibilidade de perceber, olhar e escutar distintamente. Ele descarta a possibilidade da hesitação, da dúvida e inibe a elaboração da percepção e da reflexão, levando assim a um estado de surdez e cegueira, tanto física como psíquica (HAROCHE, 2009, p. 48).

Nos ritos impostos pelo discurso do Direito a violência do Estado - “mutilando” o sujeito, fazendo descompassar sua capacidade de reagir aos atos que lhe são impostos e a sua capacidade de representação e de percepção do real -, torna o sujeito visível e inteligível: “quanto mais o aparato onde estamos se complica [...] menos vemos [...] Nosso mundo, fugindo tanto de nossa compreensão como de nossa percepção, torna-se cada dia mais obscuro [...] tão obscuro que não podemos nem mesmo reconhecer seu obscurecimento” (CORNILLE *et al*, 1999, p. 22, *apud* HAROCHE, 2009, p. 51).

“O eu e o mundo, a faculdade de pensar e de experimentar são perdidas ao mesmo tempo”, essas palavras de Arendt⁹³ (1974, p. 101, *apud* HAROCHE, 2009, p. 51) trazem características do discurso do Direito, que tira toda espontaneidade dos depoimentos e, por meio do raciocínio silogístico, afasta o juiz da realidade que o circunda; desse modo conduz o sujeito a se constituir à imagem do sujeito de direito (signo imagem de *a*), conduz a “homens sem profundidade, sem interioridade e sem consciência” (HAROCHE, 2009, p. 51). Sobre, para o sujeito jurídico, no dizer de Lacan ([1972-1973]1985, p. 20), a “fratura, a rachadura”.

O sujeito, determinado pelo político (Estado como grande Outro), pelos ritos da audiência, pode, todavia, passar, a qualquer momento, por uma reviravolta que modifique o sentido que lhe é imposto. Lacan (1961-1962) explica esse acontecimento por meio da figura topológica da banda de Moebius, figura cujo lado direito coincide com seu lado avesso, unidos por uma meia-torção. É nesse movimento de torção que emerge uma estrutura que

⁹³ Tradução de Haroche (2009, p. 51).

subverte o espaço comum de representações, fazendo com que as noções de avesso e direito passem a ser contidas uma na outra (GLOSSÁRIO ORBITA.STARMEDIA, 2009). Estaria essa torção naquilo que Haroche (2009, p. 57) denomina “agir” do sujeito? No gesto de “significar buscar prever, antecipar-se, imaginar, e seguir – após a reflexão – o movimento, tomando muitas vezes a iniciativa de escapar ao ritmo imposto, recusá-lo”? (idem) Ou no fato de “poder significar parar, meditar, refletir, temporizar” (HAROCHE, 2009, p. 57)?

Essa resposta do sujeito, a que Haroche (op. cit., p. 53) chama de “eu como síntese pessoal”, cremos, está ligada não às paráfrases impostas pelo discurso do Direito, mas à polissemia, que se distancia da previsibilidade daquele. A função do funcionamento da audiência, pensamos, é a de estabelecer uma relação do sujeito jurídico com a imagem do sujeito de direito de modo a provocar no sujeito-depoente (sujeito da enunciação), um “deslocamento alienante” que o introduz no “campo da ficção” (MERAZ, 2008, p. 98) da ciência do Direito, para torná-lo sujeito do direito.

Por mais que o discurso do Direito tente impor uma relação direta entre linguagem e exterioridade, não há relação direta entre uma situação e uma enunciação, não há, também, “individualidade prévia” (LE GAUFÉY, 1998, p. 83). Nos recortes que analisamos, observamos que até mesmo o sujeito que ocupa a posição-sujeito juiz, conhecedor da lei e incumbido de aplicá-la, ao constituir-se na enunciação, desgarra-se da suposta unidade do sujeito *de* direito, determinada pela ficção da ciência do Direito. O sujeito *do* direito, pois, tem características do sujeito jurídico, quando lhe escapa a captura da máscara, “simulacro da autenticidade” que faz “um” entre identidade e aparência (COURTINE&HAROCHE, 1988, p. 58).

CAPÍTULO 7 - CONCLUSÃO - O CORPO ESCRITO PELO DISCURSO DO DIREITO⁹⁴: A EFICÁCIA DA LEI ENTRE O VISÍVEL E QUEM VÊ

7.1 INTRODUÇÃO

Em todo este trabalho de pesquisa pudemos ver que a prática discursiva determinada pelo discurso do Direito dificulta a compreensão do jogo dos efeitos ideológicos que reflete. Nosso estudo caminha num sentido contrário ao da produção do discurso da ciência para dissimular a “intersubjetividade falante” (PÊCHEUX, 1988), para compreender o inconsciente “articulado no logos da linguagem” (ELIA, 2004, p. 57) e a “inexorabilidade da sujeição do sujeito” (idem). A análise dos dados trouxe a possibilidade de observar a produção de formações como atos falhos, lapsos, não previstos na “montagem encobridora” (ELIA, 2004, p. 19-20) do discurso do Direito. Esse fato permitiu estudar a heterogeneidade da fala, o sujeito dividido, a polifonia que pontua o sujeito do inconsciente (REVUZ, 1990). Por outro lado, a “clivagem” feita pelo sujeito do direito restaura uma unidade ilusória, constituindo um “eu forte” (ibidem).

Recortes do corpus foram estudados à luz da AD (PÊCHEUX, 1988) de linha francesa, e da teoria do Letramento (TFOUNI, 1992, 2005), na busca da compreensão dos mecanismos de constituição dos sujeitos jurídicos enunciadores na audiência e também dos sujeitos jurídicos elaboradores de sentenças. Temos presente o alerta que faz Pêcheux (1988,

⁹⁴ Este capítulo MONTE-SERRAT, D., “*O instante decisivo no corpo escrito pelo discurso do Direito*” foi apresentado em Mesa-Redonda do Congresso Internacional da ALED, Belo Horizonte, novembro de 2011b e, posteriormente, publicado, com alterações, MONTE-SERRAT&TFOUNI, *O instante decisivo no corpo escrito pelo discurso do Direito* nos Cadernos do IL, Porto Alegre:UFRGS, n.º 44, junho de 2012c, p. 43-56.

p. 129, grifos do autor) a respeito do erro duplo de “considerar as ideologias como *ideias* e não como *forças materiais*” e o de “conceber que elas têm sua origem *nos sujeitos*, quando na verdade elas ‘*constituem os indivíduos em sujeitos*’”.

Deixamos assinalado que tomamos o assujeitamento ideológico (PÊCHEUX, 1988) e a constituição psicanalítica (LACAN, 1998) do sujeito como construtos que se aproximam nos processos de “imposição-dissimulação” que constituem o sujeito: “o indivíduo é interpelado como sujeito [livre] para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto [livremente] sua submissão” (PÊCHEUX, 1988, p. 133). Assim, pode-se ter o Estado como uma evidência anterior ao sujeito: o grande Outro é uma evidência anterior ao sujeito.

Tanto nas falas recortadas da audiência (termo de audiência), como na sentença sob forma do raciocínio silogístico, pudemos observar, ao mesmo tempo, uma subjetividade livre, centro de iniciativas, e um ser assujeitado, sem liberdade, aceitando “livremente” seu assujeitamento (HAROCHE, 1992, p. 51 e 58). Estabelecemos diferença entre o sujeito de direito e o sujeito jurídico e nos detivemos na “uma nova forma de assujeitamento”, em que o sujeito “não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao *Outro*, ou ao *Sujeito*, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito *sob a forma da autonomia*”, “isto é, através da estrutura discursiva da forma-sujeito” (PÊCHEUX, 1988, p. 164, grifos do autor).

Na “unidade discursiva” (ORLANDI, 1987, p. 139-140), que relaciona linguagem e situação, pensamos a determinação do sujeito de direito não só pela ideologia (PÊCHEUX, 1988), mas também como algo estrutural, constitutivo, em que a libido do eu estaria investida no Estado como o grande Outro. O sujeito estudado é determinado pela Lei (Estado) em dois momentos, que ocorrem simultaneamente: *histórico* (teoria materialista dos processos discursivos), Pêcheux (1988, p. 152); e *constitutivo* (libido do eu investida na imagem do

Estado como grande Outro), (LACAN [1949]1998). Esta última (imagem do Estado), uma “miragem subjetivista”, no dizer de Lacan (2005, p.114) é esterilizante e implica alienação do sujeito (LACAN, [1949] 1998, p. 101).

De tudo o que expusemos, queremos nos ater, neste último capítulo, ao aspecto da *visibilidade* que o *esquema ótico*, aplicado metaforicamente ao discurso do Direito, nos traz; buscamos salientar a importância desse *aparato*, já que o “olhar não é um atributo do sujeito, que dele se serve como instrumento” (QUINET, 2002, p. 18).

Em nossa retrospectiva de um sujeito assujeitado “livremente” e sob a “forma da autonomia”, não há uma simples justaposição de situações, mas o sujeito passa a *possuir* a imagem que lhe é dada pelo Estado (A). Pretendemos articular à noção de interpelação do sujeito pelas formações discursivas do “dever ser” da lei - que caracterizam a instância ideológica (PÊCHEUX, 1988) -, o campo do escópico, em que o sujeito é afetado pelo olhar do grande Outro (Estado) nas práticas discursivas em uma audiência do Poder Judiciário.

No decorrer do rito desse evento letrado podemos observar a imagem de sujeito de direito se sobrepondo à imagem do sujeito depoente que enuncia. Notamos, também, que, embora o Estado ocupe a função do espelho no esquema ótico de Lacan ([1949]1998) para dar a imagem coesa do corpo escrito pelo discurso do Direito, essa imagem é rompida com a emergência de um sujeito dividido, sujeito a falhas e lapsos, constituído num discurso de outra ordem, fora da lógica jurídica.

Se sob a perspectiva especular do “dever ser” o discurso do Direito escreve o corpo de um sujeito “livremente” assujeitado, sob a perspectiva do escópico há o deslocamento da estrutura rígida do silogismo e da transparência da lei, caracterizando uma resistência do sujeito à formação ideológica dominante desse discurso, como algo que traz à tona aquilo que foi recalçado.

7.2 CORPO E IMAGEM PRODUZIDOS NA ALTERIDADE E NO RITO JURÍDICO

A justaposição entre ideologia e inconsciente não explica o discurso jurídico (PÊCHEUX, 1988). Propomos nesta pesquisa, uma articulação “psico-lógica” (op. cit., p. 162) entre aqueles conceitos, de modo a colocar a imagem especular do Estado fundando um narcisismo (na acepção de Freud). É possível, a partir de então, descrever a relação “erótica” do indivíduo com sua imagem proposta pelo Estado (“A”) (LACAN, [1960b]1998 e 2005, p. 334), que faz o sujeito alienar-se de si mesmo, “numa organização passional a que chama de seu eu” (GAUFEY, p. 73 e 75). Propomos, ainda, o sujeito de direito com a característica de uma unidade que vem da exterioridade com uma “estatura” da imagem que o Estado lhe oferece, logo convertida em “estátua em que o homem se projeta” (LACAN [1949] 1998, p. 98). O sujeito, dividido, está assujeitado ao “método de redução simbólica”, de que fala Lacan (idem), e este instaura o recalque, que, por sua vez, proporciona a “passagem do [eu] especular para o [eu] social” (idem).

O “mistério formal” (GAUFEY, 1998, p. 88-89) presente no texto “O estádio do espelho”, que reúne “sujeito” e “objeto” sob o “operador ‘desejo do outro’” de que fala Gaufey (1998, p. 88-89), cremos, só existe sob a forma unitária da máscara (persona), compreendida como o sujeito de direito - aquele que “é para a Lei” (HAROCHE, 1992) – sob o conhecimento especular, como imagem do Estado como grande Outro, não sob a ordem da percepção visual, mas sob o fato de o sujeito ser objeto do olhar de um outro.

A escolha do discurso do Direito como lugar de percepção da sobreposição da imagem de sujeito de direito à imagem de sujeito jurídico tem uma vantagem sobre outros

discursos da ciência: a de que nele (discurso do Direito) o juridismo, a valorização do agir (LAGAZZI, 1988), se dá em seu grau máximo, o que permite uma maior “nitidez” na observação do processo de constituição do sujeito na cadeia discursiva, se considerarmos que o discurso é lugar de constituição do sujeito, segundo lição de Sercovich:

Toda fantasia se desarrolla dentro del marco de una escenografia socialmente condicionada y determinada por los procesos discursivos y los demás sistemas significantes: rituales, gestos, comportamientos constitutivos de prácticas específicas etc. De esta forma, los complejos discursivos en una formación social se metabolizán psíquicamente, produciendo los efectos necesarios para la imersion de sujeto en la estrutura de sus condiciones objetivas de existência (SERCOVICH, 1977, p. 53)⁹⁵

Há um corpo, relativo a esse sujeito, que se forma. Esse corpo não é o biológico, mas “aquilo que é anterior à distinção entre objeto sensível e sujeito que sente, entre o visível e quem vê” (MERLEAU-PONTY, 1964, *apud* QUINET, 2002, p. 39). Compreendido como o fundamento da percepção, é o corpo que promove o entrelaçamento com o mundo; assim, há um privilégio do campo visual que faz com que vidente e visível se correspondam sem que se saiba mais quem vê e quem é visto (QUINET, 2002).

O conceito de imagem neste texto é tomado sob concepção diversa do senso comum. Em regra as pessoas compreendem imagem como “representação gráfica, plástica ou fotográfica de pessoa ou de objeto” (FERREIRA, 1999, p. 1077), como “forma intuitiva do objeto”, de maneira que ela resta empobrecida. Estendemos esse conceito numa articulação com as questões da Análise do Discurso (PÊCHEUX, 1988) e da Psicanálise (LACAN [1949]1998), a fim de aliá-lo, não à soma de saberes, mas a algo que tem uma eficiência

⁹⁵ Toda fantasia se desenvolve dentro do marco de um cenário socialmente condicionado e determinado pelos processos discursivos e pelos demais sistemas significantes: rituais, gestos, comportamentos constitutivos de práticas específicas etc. Dessa forma, os complexos discursivos em uma formação social se metabolizam psiquicamente, produzindo os efeitos necessários para a imersão do sujeito na estrutura de suas condições objetivas de existência (SERCOVICH, 1977, p. 53, tradução nossa).

psicológica própria, a *imago* (GAUFEY⁹⁶, 1998). O conceito de *imago* está ligado a um diferente modo de operar, pois, segundo Gaufey (1998) tem a missão de introduzir no visível o invisível e assegurar como “um” o indivisível. Entendida dessa maneira, podemos compreender melhor a dimensão do discurso dada por Sercovich (1977, p. 77): “*los procesos de identificación se encontrarían en la base de la adhesión del sujeto a los variados discursos que de esta forma lo capturan, o en otros términos, lo ‘persuaden’*”⁹⁷. O efeito morfogênico do discurso do Direito sobre a constituição do sujeito dá forma ao sujeito jurídico e ao sujeito *do* direito na cadeia discursiva e, fora dela, dá forma ao sujeito de direito.

Lembramos que o evento letrado da audiência sobre o qual trabalhamos em nossa análise tem seu rito determinado pela lei (BRASIL [1973]2007). A lei constitui o sujeito de direito, ideológico, previsível e mensurável (HAROCHE, 1992), sob a determinação de fazer corresponder o que foi falado e o que foi escrito, ocasião em que há sobreposição da imagem do sujeito de direito sobre as falas do depoente. Para que ocorra todo esse processo de conformação do corpo àquilo que lhe define o discurso do Direito há a necessidade de um “instrumento” (CERTEAU, 1994, p. 237), um aparato (esquema ótico), assujeitando o sujeito de maneira “invisível”, sob um efeito ideológico⁹⁸ e inconsciente⁹⁹.

7.3 O CORPO ESCRITO PELO DISCURSO DO DIREITO

⁹⁶ Gaufey remete ao texto “Para além do ‘Princípio de realidade’”, de Lacan, que foi publicado em *Évolution Psychiatrique*, 1936, fascículo III, número especial de estudos freudianos.

⁹⁷ os processos de identificação se encontrariam na base da adesão do sujeito aos variados discursos que desta forma o capturam, ou em outros termos, o persuadem (SERCOVICH, 1977, p. 77).

⁹⁸ que já descrevemos no Capítulo Primeiro, ao tratar da “teoria materialista dos processos discursivos” de Michel Pêcheux (1988, p. 152).

⁹⁹ Em que o sujeito é assujeitado pelo grande Outro (Estado), na posição do espelho A do esquema ótico de Lacan ([1949][1960b]1998).

A imagem de sujeito de direito dada pela lei dentro do rito jurídico leva a um “‘real’ desconhecido, outrora designado como carne” (CERTEAU, 1994, p. 237); a ficção da lei dá um corpo unificador à fragmentação das falas dos depoentes, instala uma imagem virtual imaginária que dá ao sujeito uma ilusão de totalidade (PORGE, 2006, p. 75).

Embora tenhamos destacado a importância dos ritos no jurídico, que dão ocasião para que se instale a imagem de totalidade do sujeito de direito, não podemos ignorar que a lei “se faz crer e praticar” (CERTEAU, 1994, p. 241), ela “se inscreve portanto graças ao que dela já se acha inscrito”, ou seja, a lei torna-se “historiada e historicizada, narrada por corpos” (idem). Em outras palavras, a lei “se faz carne” e, ao mesmo tempo, conforma o corpo àquilo que ela determina, dando-lhe movimento pelo rito.

O sujeito que se constitui durante a enunciação do rito jurídico ocupa lugares configurados de antemão pela lei tornando “natural” a intervenção do juiz nas falas. O papel que o rito jurídico tem na constituição do sujeito de direito é o de comportar a superposição das falas do juiz sobre as dos depoentes, de modo que haja coesão de sentido; e isso se dá de maneira “invisível”, conforme já expusemos.

A importância do rito jurídico é a de permitir a ocasião para que haja interação verbal entre juiz e depoente; é o rito que vai fornecer “à palavra a luz de sua significação” (BAKHTIN, 1981 *apud* SOUZA, 1995, p. 109) dentro do discurso do Direito; a “compreensão ativa e responsiva” (SOUZA, 1995, p. 109) do juiz é um traço que une os interlocutores.

Adaptando ao nosso texto a explicação de Michel de Certeau sobre o estatuto da eficácia da lei, de ser ela *aplicável*, podemos enumerar três fatores: o de que o texto da lei é um modelo ou “ficção”; o de que é um instrumento; e, por fim, o fato de que, sob a lei, há “uma carne que a escritura transforma em corpo” (CERTEAU, 1994, p. 237). Quanto a este último fator, é possível explicá-lo quando o Estado (espelho “A”) atua na constituição do

sujeito, fazendo seus “corpos dizerem o código” e tornando-os “emblemas de uma lei identificadora” (CERTEAU, 1994, p. 240-241). Para Michel de Certeau (1994, p. 242), “a lei joga com o corpo: ‘Dá-me o teu corpo e eu te darei sentido’”.

O Estado como grande Outro (LACAN, [1949]1998) promove uma dissociação, uma “individualização” que delimita a fronteira entre o indivíduo e o exterior, instalando o eu como “corpo próprio”. Esse corpo não se reduz ao organismo e é “chamado de corpo narcísico, que é um corpo de gozo” (LEITE, 2010). A reflexividade no espelho traz uma “eficiência psicológica própria” (GAUFEY, 1998, p. 63) que aliena o sujeito na alteridade da imagem (op. cit., p. 70); induz à imagem do eu por efeito de uma antecipação dada pela lei, ou seja, funda a identificação do sujeito dentro do complexo espaço-temporal imaginário (op. cit., p. 189). O sujeito se fixa na imagem de sujeito de direito que o aliena de si mesmo quando enuncia no rito jurídico: o grande Outro (Estado) é aquele a partir do qual o discurso se constitui.

Existe um jogo entre a imagem do sujeito de direito refletida pelo espelho “A” (Estado) e a realidade dos gestos interpretativos dos depoentes, que não é refletida e constitui um resto. Aquela é valorizada, pode ser objeto do olhar; esta não pode ser objeto do olhar dentro do discurso do Direito, está fora do espelho “A”. A forma total do corpo é dada na exterioridade (LACAN, 1949, 1960b *apud* GAUFEY, 1998, p. 84), oferecida por meio da imagem especular (LACAN [1949]1998, p. 98): a imagem de sujeito do direito. Sujeito de direito e gestos interpretativos dos depoentes têm funcionamentos diferentes, numa discordância com a realidade (op. cit.).

7.4 O VALOR MÍTICO DA PRÁTICA ESCRITURÍSTICA

O evento da audiência se baseia na “prática escriturística” (CERTEAU, 1994, p. 224) da elaboração dos termos (que resultam de um ditado do juiz ao escrevente), ou da elaboração de uma sentença pelo juiz. Essa prática, segundo Michel de Certeau (idem) pode ser entendida como um mito, pois, tanto o termo como a sentença podem ser tomados como “discurso[s] fragmentado[s] que se articula[m] sobre práticas heterogêneas”; são textos que têm “poder sobre a exterioridade” da qual foram previamente isolados; foram “desenfeitiçados” das ambiguidades (op. cit., p. 225).

A sentença e o termo apresentam uma acumulação de falas que são conformadas ao modelo do discurso do Direito, refazendo a história. Há uma tradução, feita pelo juiz, que molda a experiência do sujeito depoente “em uma forma assimilável a estruturas de significação” (WHITE, 1991, p. 5). O ditado do juiz substitui a cópia dos acontecimentos relatados de modo que, no conflito entre o real da enunciação do sujeito depoente e o imaginário do enunciado escrito no termo de depoimento, as “aspirações conflitantes” do sujeito são “mediadas, arbitradas ou resolvidas” (WHITE, 1991, p. 8) adquirindo, no caso do discurso do Direito, uma “estrutura, uma ordem de significado” (op. cit., p. 9); ou seja, a fala do depoente só passa a ter valor jurídico, valor de prova, depois de se tornar uma narrativa do juiz escrita no termo.

A narrativa do sujeito-juiz traz um “discernimento em relação à natureza dos eventos reais” (WHITE, 1991, p. 9); pressupõe a “noção de realidade na qual ‘verdadeiro’ é identificado com ‘o real’” (op. cit., p. 10); tem começo, meio e fim bem delineados, pois o sujeito-juiz é aquele que conhece a lei. A desordem e a ausência de enredo nas falas do depoente são frustrantes para o discurso do Direito, que, por sua vez, as remete à significação mítica do discurso do sujeito-juiz.

Segundo lição de White (op.cit., p. 13), o sentido dos eventos narrados pelo depoente está em serem estes inscritos num enredo, ou seja, numa estrutura que os investe “de significado por serem identificados como partes de um todo integrado”; ou seja, o enredo faz o “um”. O discurso do Direito evoca a lei, que opera no domínio da memória, e se “desdobra antes sob o signo do ‘real’ do que do imaginário”, tomando as palavras de White (op. cit., p. 13). Isso ocorre devido ao fato de o texto ditado pelo juiz parecer racional, por registrar eventos ocorridos durante a realização do rito da audiência presenciados por este e pelo sujeito depoente. O juiz tem a lei como princípio ou regra de significação para registrar, no termo de depoimento, determinados fatos relatados pelo depoente, numa busca de completude e continuidade numa ordem de eventos. A lei (BRASIL [1973]2007) que regula os procedimentos judiciais constitui o princípio de significância que vai reger a construção da narrativa do juiz sobre os fatos relatados pelo depoente, sendo que essa narrativa vai, por sua vez, construir “uma imagem de continuidade, coerência e significação” (WHITE, 1991, p. 15) sobre o discurso dispersivo do depoente.

7.5 A RESISTÊNCIA À INTERPELAÇÃO IDEOLÓGICA DO DISCURSO DO DIREITO

Retomamos o recorte em que o sujeito-juiz enunciava segundo os moldes do discurso do Direito (vide páginas 159-160 desta tese), controlando a segmentação as palavras entre “domínio da escrita e raciocínio lógico” (TFOUNI, 2005, p. 25). No entanto, ao utilizar o operador “*até porque*”, inseriu em sua fala um juízo de valor diverso daquele preconizado daquele que a lei impõe, emitindo uma apreciação particular na afirmação “até porque ... o contrato não é celebrado ... para o diletantismo dos contratantes”. Ele, na posição-sujeito de

técnico da lei, é dividido por seu próprio discurso, fazendo emergir a enunciação de interesse particular, que se contrapõe às qualidades do sujeito de direito. O sentido único imposto pelo silogismo da sentença desliza para um outro sentido e traz à tona o fato de que o sujeito não é uno, mas é dividido, opaco. O sujeito de direito, descrito pela lei e mensurável, situado no plano ideológico, ao passar para o plano discursivo mostra-se dividido, sujeito a falhas e lapsos, fazendo emergir um deslocamento no esquema de papéis e no fechamento da interpretação relativos à estrutura silogística (TOFUNI&PEREIRA, 2010), o que, caracteriza a resistência à interpelação da formação ideológica dominante do discurso do Direito. A esse processo Certeau (1994, p. 252, *apud* TFOUNI, 2005, p. 22) dá o nome de “economia escriturística”, “uma outra coisa” que é ““calada – recalçada, melhor dizendo – mas que no entanto retorna’, ... escapando à dominação de uma economia sociocultural [...] ao poder de uma elite e, enfim, ao controle da consciência esclarecida” .

Concluimos nosso estudo sobre letramento e discurso jurídico com a observação de que existe um hiato entre organismo e corpo (GODOY, 2009). Ao postular que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, Lacan ([1957]1998) supõe um sujeito que não é dono de seu dizer. Na ilustração do recorte acima, o sujeito-juiz, conhecedor da lei e sujeito do enunciado desta, é cindido, pois também é sujeito da enunciação e, ao ditar para o escrevente de sala, não se dá conta dessa divisão e traz, em sua fala, valor particular e não universal como preconiza a lei por meio do raciocínio silogístico; ele introduz uma falha “no império escriturístico” da lei (CERTEAU, 1994, p. 247), um “barulho inquietante de uma outra tradição” (op. cit., p. 249). O lugar de onde ele fala é “exterior ao empreendimento escriturístico” (op. cit., p. 252). Esse deslocamento da estrutura antecipadora da lei, na cadeia discursiva não comporta contradição e apresenta uma lógica própria em que a escritura da lei “se torna traço sem corpo” (CHRISTIN, 2001, p. 15).

Falar de mitos e ritos nos permite concluir que podemos compreender o discurso do Direito segundo Vernant (1982), pois,

au lieu de mourir de sa belle mort, le mythe survit dans ce à quoi on donne aujourd'hui le nom d'idéologie [...]

Le mythe en effet ne connaît d'autre ordre de priorité que celui d'une force aveugle, la force pulsionnelle, qui tend à rendre tout objet homogène à son trajet, qui tend à ployer le réel dans le sens de son parcours. Aucune urgence ne vient porter ombrage à la volonté toute-puissante, à volonté de puissance, à laquelle le mythe obéit. D'ailleurs, si cette volonté perd de son tranchant, le mythe tout simplement se meurt, découvrant à vif la question qu'il occulte : la question du sujet (VERNANT, 1982, apud PÉCAUT, [1982]1988, p. 11)¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Em lugar de morrer sua bela morte, o mito sobrevive dentro daquilo a que nomeamos ideologia [...] O mito, com efeito, não conhece outra ordem de prioridade além de uma força cega, a força pulsional, que homogeneíza todos os objetos em seu trajeto, que tende a submergir o real em seu percurso. Nenhuma urgência se equipara à vontade toda-poderosa, à vontade de poder, à qual o mito obedece. Além disso, se essa vontade perde sua aresta de corte, o mito simplesmente morre, deixando a descoberto a questão que ele encobre: a questão do sujeito (VERNANT *apud* PÉCAUT, 1982, p. 11).

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T., **Um mapa da ideologia**, (org.) Slavoj Zizek, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- AIRES, S., **Da Quase Equivalência à Necessidade de Distinção**: significante e letra na obra de Lacan. Disponível em http://www.psicanaliseefilosofia.com.br/textos/significante_e_letra.pdf. Acesso em 27 de janeiro de 2009.
- ALCALÁ, C., Em torno de *Observações para uma Teoria Geral das Ideologias* de Thomas Herbert, *In Estudos da Linguagem*, n° 1, Vitória da Conquista, jun., p. 15-21, 2005.
- ALLOUCH, J., **Le sexe du maître**. L'érotisme après Lacan, Paris: Exils, 2001.
- ALTHUSSER, L., **Pour Marx**. Paris : Maspéro, 1965 .
- _____, [1970] **Idéologie et appareils idéologiques d'Etat**, Revue La Pensée, n° 151, mai-juin, p. 29, trad. Cast. Editorial Laia, Barcelona, 1974.
- _____, [1970b] Idéologie et appareils idéologiques d'État (Notes pour une recherche), *In La pensée*, n° 151, p. 3-38, (soins de Jacques Bidet : *Sur la reproduction*), Paris : PUF, 1995.
- _____, **Positions**, Paris: Éd. Sociales, p. 121, 1976 .

_____, Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado, *In Um mapa da ideologia*, Slavoj Zizek (org.), Rio de Janeiro: Contraponto, p. 105-142, 1999.

ALVES, C., **A estruturação dos serviços de Assistência Judiciária nos Estados Unidos, na França e no Brasil e sua contribuição para garantir a igualdade de todos no acesso à Justiça**, Premio Capes de Teses, Direito, 2006. Disponível em http://www.capes.gov.br/avaliacao/premio_capesteses.html. Acesso em 16 de julho de 2008.

ARENDT, H., Karl Jaspers, citoyen du monde, *In Vies politiques*, Paris: Gallimard, 1974.

AUGUSTINI, C., Dobras interdiscursivas: o movimento do sujeito na construção enunciativa dos sentidos, *In Sínteses*, vol. 5, Campinas: UNICAMP, p. 9-17, 2000.

AUTHIER-REVUZ, J., Heterogeneidade(s) enunciativa(s), *In Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas: UNICAMP/IEL, jul.-dez., p. 26-36, 1990.

BAIRRÃO, J., A imaginação do outro: intersecções entre psicanálise e hierologia, *In Paideia* 11 (20), p. 11-26, 2001. Acesso em 04 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v11n21/03.pdf>.

BARROSO, C., Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento, vol. 11, **Coleção sinopses jurídicas**, São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

BAKHTIN, M., **Problemas da poética de Dostoiévski**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BENVENISTE, E., Da subjetividade na linguagem, *In Problemas de linguística geral*, cap. XXI, São Paulo: Edusp, 1976.

BOURDIEU, P., **O poder simbólico**, 2ª Ed., Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 1998.

BRASIL, Decreto-Lei 4657 de 1942, In NEGRÃO, T. e GOUVÊA, J., **Código Civil** 26ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05.10.1988, (org.) Yussef Said Cahali, 5ª ed., São Paulo: RT, 2003.

BRASIL, **Código de Processo Civil**, Lei 5869, de 11.01.1973, In NEGRÃO, T. e GOUVÊA, J., 39ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL, **Código de Processo Civil**, Lei 5869, de 11.01.1973 modificada pela Lei 10358 de 27.12.2001. Acesso em 21 de maio de 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm

BURNS, E., **História da Civilização Ocidental**, Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1959.

CALAÇA, L., **Linguagem e a poesia na Psicanálise**: trânsitos entre Lacan e Octávio Paz.

Disponível em <http://lcalaca.com/psicologia/linguagem-e-poesia-na-psicanalise-transitos-entre-lacan-e-octavio-paz>. Acesso em 26 de janeiro de 2009.

CARASTRO, M., *Agalma* ou les figurations de l'invisible. **Approches comparées**. Accès

13 février 2012. Disponible à http://www.anhima.fr/IMG/pdf/Colloque_Agalma.pdf

CARREIRA, A., **Anotações de grupo de estudos comparativos das obras de Wallon e Lacan**, Ribeirão Preto, 2008.

CARVALHO, F., **O sujeito no discurso**: Pêcheux e Lacan, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Área de Concentração: Linguística, Orientadora Profa. Dra. Maria Antonieta Amarante Mendonça Cohen, Belo Horizonte, 2008.

CASTRO, M., **O enigma do “amanhã” na fala de uma criança brasileira**. Apresentação oral no XVI Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de la América Latina (ALFAL), Alcalá de Henares: Madrid, Espanha, 2011.

CERTEAU, M., **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer; Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHAUÍ, M., Janela da alma, espelho do mundo, *In Olhar*, São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

CHEMAMA, R. **Elementos lacanianos para uma psicanálise no cotidiano**, Porto Alegre: CMC Editora, 2002.

CINTRA, A.C., GRINOVER A. e DINAMARCO C., **Teoria Geral do Processo**, 3ª ed, São Paulo: RT, 1981.

CLÉRO, J., Conceptos lacanianos, *In* ZARKA, Y **Jacques Lacan. Psicoanálisis y política**, 1ª ed., Buenos Aires: Nueva Visión, 2004.

COCCIA, E., palestrante na Mesa-Redonda do **Colloque International Agalma ou les figurations de l'invisible**. Approches comparées, sob coordenação do Prof Marcello Carastro, EHESS, INHA, Paris, 13 e 14 fevereiro de 2012.

CORBAIN, H., **Cuerpo espiritual y Tierra celeste**. Barcelona: Ediciones Siruela, 1996.

CORNILLE, S., IRVENEL, P., *In* ANDERS, G., **Nous fils d'Eichmann**, Paris: Rivages, 1999.

COURTINE, J., Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours, **Revue "Philosophiques"**, vol IX, n. 2, Oct., 1982.

_____, O chapéu de Clémentis : observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político, *In* FERREIRA, M; INDURSKY, F., (orgs.) **Múltiplos territórios da Análise do Discurso**, Porto Alegre: Sagra Luzzatto, p. 15-22, 1999.

_____, **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública, trad. Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho, São Carlos: Claraluz, 2006.

COURTINE, J & HAROCHE, C., O homem perscrutado – semiologia e antropologia política da expressão e da fisionomia do século XX, *In* LANE, S.(org.), **Sujeito e texto**, São Paulo: EDU, p. 37-60, 1988.

D'AGORD, M., *et alii*, Há um sentido apesar de eu não o compreender, *In* **Psicologia Clínica**, vol. 18, n. 2, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-56652006000200008&script=sci_arttext. Acesso em 25 de setembro de 2009.

DAMASIO, A., **O erro de Descartes**, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELMANTO, C., **Código Penal Comentado**, 3ª. Ed., Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 1991.

DINAMARCO, C., **Fundamentos do Processo Civil Moderno**, tomo I, São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2000.

DIRHUM, **A saúde como garantia fundamental e a política pública como seu limite**. Disponível em <<http://www.mp.rs.gov.br/dirhum/doutrina/id537.htm>>. Acesso em 29 de nov. de 2008.

DOR, J., **Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem**, Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, p.139-147, 1989.

DUCROT, O., **Princípios de Semântica Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1972.

DURAND, J-L, moderador no **Colloque International Agalma ou les figurations de l'invisible**. Approches comparées. Coordenação Prof. Marcello Carastro, EHESS, INHA, Paris, 13 e 14 fevereiro de 2012.

EDELMAN, B., **La Practica Ideologica del Derecho**, Madrid: Editorial Tecnos, 1980.

_____, **Le Droit saisi par la photographie** – éléments pour une théorie marxiste du droit, Paris: Maspero, p. 24, 1973.

ELIA, L., **O conceito de sujeito**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

ELIAS, N., Conscience de soi et image de l'homme, *In* ELIAS, N., **La société des individus**, Paris: Fayard, 1991.

FELDMAN, S., **La fascinación del movimiento**, Barcelona: Editorial Gedisa, 2002.

FERREIRA, A., **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, M., O caráter singular da língua no discurso, *In Discurso, Língua e Memória*, ORGANON, Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vol 17, número 35, p. 189-200, 2003.

FOUCAULT, M., *L'Archeologie du savoir*, Paris: Gallimard, 1969.

_____, *La volonté du savoir* (Histoire de la sexualité), Paris : Gallimard, 1976.

_____, Qu'est-ce qu'un auteur?. Conferência pronunciada na "Sociedade Francesa de Filosofia" em 22 de fevereiro de 1969, trad. Márcia Gatto e Clarice Gatto, *In Littoral*, n. 9, Paris: Eres, 1983.

_____, *Microfísica do poder*, 12ª Ed., Rio de Janeiro: Graal, 1996.

_____, *A História da Loucura na Idade Clássica*, São Paulo: Perspectiva, 1997.

FUKUE, M., **Contribuições do conceito de identificação imaginária lacaniana para a Análise do Discurso.** Disponível em <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/POSTERES/MarioRafaelYudi.pdf>. Acesso em 19 de setembro de 2012.

GADET, F & HAK, T., **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux, trad. Bethania Mariani, Campinas: Ed UNICAMP, 1990.

GADET, F.; HAK, T., **Por uma análise automática do discurso** – uma introdução à obra de Michel Pêcheux, Campinas: UNICAMP, 1997.

GADET, F. & PÊCHEUX, M. **A língua Inatingível** – O discurso na história da Lingüística. Campinas: Pontes, 2004.

GARDIN, B., Un récit d'interaction: les compte-rendus de délégations syndicales. **Langages** 74, Paris: Didier/Larousse, p. 93-122, 1984.

GAUFEY, G., **El lazo especular. Un estudio transversero de la unidad imaginaria**, trad Graciela Leguizamón, Argentina: Edelp SA, 1998.

GINZBURG, C., Sinais: raízes de um paradigma indiciário, *In Mitos, emblemas e sinais*, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GLOSSÁRIO ORBITA.STARMEDIA. Acesso em 24 de setembro de 2009. Disponível em <http://orbita.starmedia.com/~del.grande/disserta/gloss.htm>.

GODOY, H., **Saber e conhecimento**. Acesso em 30 de agosto de 2009. Disponível em <http://www.escolaletrafreudiana.com.br/pagina.php?id=4952>.

GREGOLIN, M. Michel Pêcheux e a história epistemológica da Linguística *In Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, n. 1, p. 99-111, junho, 2005.

_____, Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades, *In* TFOUNI;MONTE-SERRAT;CHIARETTI (orgs.) **A Análise do Discurso e suas Interfaces**, São Carlos: Pedro e João, 406 p., 2011.

GUIMARÃES, E., **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação, Campinas, SP: Pontes, 2002.

HAROCHE, C., **Fazer dizer, querer dizer**, São Paulo: Hucitec, 1992.

_____, **Pensar a relação entre indivíduo e sociedade**, História: Questões e Debates, Editora UFPR, n. 38, p. 225-237, 2003.

_____, O outro e o eu na fluidez desmedida das sociedades contemporâneas, *In* NAXARA, M., e outros (org.), **Figurações do outro**, Uberlândia: EDUFU, p. 37- 62, 2009.

HAUG, W, **A crítica da estética da mercadoria**, São Paulo: Ed. UNESP, 1980.

HENRY, P.; MOSCOVICI, S., Problèmes de l'analyse de contenu, *In* **Langages**, n. II, sept. 1968.

HENRY, P., **A Ferramenta imperfeita** – língua, sujeito e discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

HORKHEIMER, M.& ADORNO, T., **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

HUSSERL, E., **Méditations cartésiennes**. Introduction à la phenomenology, Paris: A. Colin, 1931.

_____, **Husserliana – Gesammelte Werke**. Auf Grund des Nachlasses veröffentlicht von Husserl Archiv (Leuven) unter Leitung von H. L. Van Breda und S. Ijsseling, Den Haag, Martinus Nijhoff, vol I a XIX e XXI a XXIX, 1950.

_____, **Méditations cartésiennes**, Paris: PUF, 1994.

JAKOBSON, R., **Linguística e Comunicação**, São Paulo: Cultrix, 1971.

KANT, I., **Doctrine Du Droit**. Métaphysique des moeurs, Paris: VRIN, 1971.

LACAN, J., [1946] Formulações sobre a causalidade psíquica, *In* LACAN, J, **Escritos**, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 152-194, 1998.

_____, [1948] A agressividade em psicanálise, *In* LACAN, J, **Escritos**, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 104-126, 1998.

_____, [1949] O estágio do espelho como formador da função do eu, *In* LACAN, J, **Escritos**, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 96, 1998.

_____, [1953-1954] **Seminário I. Os escritos técnicos de Freud**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

_____, [1954-1955] **O seminário – livro 2 – o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

_____, [1955] O seminário sobre “A carta roubada”, *In* **Escritos**, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 13-66, 1998.

_____, [1957] A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud, *In* LACAN, J., **Escritos**, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____, [1957-1958] **O Seminário livro 5**. As formações do inconsciente, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____, [1958] A significação do falo, *In* LACAN, J., **Escritos**, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____, [1960] Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano, *In* **Escritos**, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 807, 1998.

_____, [1960b] Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”, *In* LACAN, J., **Escritos**, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 653, 1998.

_____, [1961-1962] A Identificação, *In* **O Seminário, livro 9**, inédito.

_____, [1962-1963] **A Angústia. O Seminário livro 10**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____, [1964] O inconsciente freudiano e o nosso, *In* LACAN, J., **O seminário – livro 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____, [1964b] O sujeito e o outro (I): A alienação, *In* LACAN, J., **O seminário – livro 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____, [1964-1965] **Problemas cruciais para a psicanálise**, tradução Letícia P. Fonsêca, publicação para circulação interna Centro de Estudos Freudianos de Recife, 2006.

_____, **Radiophonie**, Silicet 2/3, Paris: Seuil, 1970.

_____, **L'étoudit**. *In* Scilicet, nº4, Paris: Seuil, 1973.

_____, [1972-1973] **O seminário, livro 20**: mais ainda, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____, **Os complexos familiares na formação do indivíduo** ensaio de análise de uma função em psicologia, trad. Marco Antonio Coutinho Jorge, Potiguara Silveira júnior, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

_____, **O seminário, livro 8**: a transferência, trad. Dulce Duque Estrada, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____, **Seminário 17 – O avesso da psicanálise**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992b.

_____, **Escritos**, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____, **O Seminário, livro 10: a angústia**, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____, **Enciclopédia lacaniana de psicanálise**. Disponível em:

<http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://nosubject.com/Cogito&sa=X&oi=translate&resnum=2&ct=result&prev=/search%3Fq%3Dcogito%2Blacan%26hl%3Dpt-BR%26client%3Dfirefox-a%26channel%3Ds%26rls%3Dorg.mozilla:pt-BR:official%26hs%3Dxr5%26sa%3Dg>.

Acesso em 11 de janeiro de 2009.

LAGAZZY, S., **O desafio de dizer não**, Campinas: Pontes, 1988.

LAUREANO, M., **A interpretação (revelar e esconder sentidos): articulações entre análise do discurso e psicanálise lacaniana**, Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, FFCLRP-USP, Ribeirão Preto, 2005.

LEACH, E., **Genesis as *Myth* and Other Essays**, London, 1969.

LE BARS, A., **Cours de terminologie juridique**. Séminaire de terminologie juridique, théorie et applications, Sorbonne Nouvelle Paris 3, Paris, 2007.

LECOURT, D., **Une crise et son enjeu**, Paris: Maspero, p. 56, 1973.

LEGENDRE, P. **Jouir du pouvoir** (Traité de bureaucratie patriote), Éd. Minuit, Paris, 1976.

LEITE, N. Anotações feitas em sala de aula, na disciplina **Linguagem e Psicanálise**, Pós-Graduação, IEL-UNICAMP, 2008.

LEITE, M., **O lugar do corpo no tratamento analítico**: Lacan e o esquema ótico. Disponível em
http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.educacaoonline.pro.br/img_artigos/o_luga1.jpg&imgrefurl=http://www.educacaoonline.pro.br/index.php%3Fopcion%3Dcom_content%26view%3Darticle%26id%3D141:o-lugar-do-corpo-no-tratamento-analitico--lacan-e-o-esquema-optico. Acesso em 29 de março de 2010.

LÉVI-STRAUSS, C, **Mythologiques I-IV** : Le cru et le cuit, 1964 ; Du miel aux cendres, 1966 ; L'origine des manières de table, 1968 ; L'homme nu, 1971.

_____, **Minhas Palavras**, trad. Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

LURIA, A. R. **Cognitive Development – its cultural and social foundations**. Cambridge: Harvard University Press, 1977.

MACHADO, R., **Foucault, a Filosofia e a Literatura**. Acesso em 18 de setembro de 2011.
 Disponível em

http://books.google.com.br/books?id=Fh0FJFRziPAC&pg=PA45&lpg=PA45&dq=trag%C3%A9dia+foucault&source=bl&ots=v498-VAZS_&sig=CvT-LEeE1vFlCRCKSc8Ker7cpgU&hl=pt-BR#v=onepage&q=trag%C3%A9dia%20foucault&f=false

MACI, G., **La escena y el ojo**. Acesso em 04 de outubro de 2011. Disponível em <http://www.imagoagenda.com/libro.asp?idLibro=24272>.

MAINGUENAU, D., Formação Discursiva: unidades tópicas e não-tópicas, *In* BARONAS, R.,(org) **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva, São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. Disponível em http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao02/02r_sfs.php. Acesso em 10 de julho de 2011.

MAJOR, R., A parábola da carta roubada. Da direção da cura e da sua narração. **Tempo Psicanalítico**, XII (2): 11-49, 1989.

MALDIDIER, D, **A inquietação do discurso**, Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, B., **Ideologia e inconsciente na constituição do sujeito**, Gragoatá, Niterói, n. 5, p. 87-95, 2 sem. 1998.

_____, Subjetividade e imaginário linguístico, *In* **Linguagem em (Dis)curso**, Rio de Janeiro: Tubarão, nº especial, vol 3, p. 55-72, 2003.

_____, **Processos de subjetivação e identificação**: ideologia e inconsciente. Acesso em 22 de maio de 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-76322010000200008&script=sci_arttext.

MARIN, L., **Des pouvoirs de l'image** : gloses, Paris : Éd. Du Seuil, 1993.

MARX, K; ENGELS, F., **La sainte famille** ou Critique de la Critique critique contre Bruno Bauer et consorts, Paris : Les Éditions Sociales, 1969

MECCARELLI, M., O penal e a determinação da justiça na Europa do *ius commune*, *In* Anais Encontros de História do Direito UFSC **Ordenamentos jurídicos e a dimensão da justiça na experiência jurídica moderna e contemporânea**: Diálogo entre História, Direito e Criminologia, trad. Diego Nunes e Arno Dal Ri Júnior, Florianópolis: Ed. Fundação Boiteux, p24-37, 2010. Acesso em 05 de setembro de 2012. Disponível em http://www.iuscommune.ufsc.br/congresso2010/Corpo_Anais.pdf

MEIRELES, C., **4º Motivo Da Rosa**. Acesso em 24 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.aindamelhor.com/poesia/poesias11-cecilia-meireles.php>.

MELNOTTE, G., **Sustancias del imaginário**, trad. de Silvia Pasternac, México: Epee, 2006.

MERAZ, G., *Trompe l'oeil*: de lo real en la fotografía a la mirada no especular, *In* **Ensayos sobre fotografía documental**, IRERI DE LA PEÑA (coord.), México: Siglo XXI, 2008.

MERLEAU-PONTY, M., **Le visible et l'invisible**, Paris: Gallimard, 1964.

MIAILLE, M. **Uma Introdução Crítica ao Direito**, trad. Ana Prata, Lisboa: Moraes Editores, 1979.

MILLER, J.A., Lacan y la política, *In Jacques Lacan. Psicoanálisis y política*, 1ª ed., Buenos Aires: Nueva Visión, 2004.

MILNER, J-C, **O amor da língua**, porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

_____, **L'amour de la langue**, Le Seuil, Paris, p. 64-66, 1978.

_____, Linguistique et psychanalyse. **Encyclopaedia Universalis**. Corpus 13. Paris : Encyclopaedia Universalis France S. A., p. 858-862, 1992.

MONTE-SERRAT, D., **O Estádio do Espelho na Teoria do Estado** trabalho apresentado como requisito para a conclusão de créditos referentes à disciplina Linguagem e Psicanálise ministrada pela Profa. Dra. Nina de Araújo Leite, do IEL-UNICAMP, junho, 2008.

_____, A tragicidade do sujeito do discurso, Palestra proferida na Mesa-Redonda “O trágico nas Ciências Humanas” da II Jornada AD-Interfaces “**Os discursos sobre o trágico na contemporaneidade**”, em 20 de outubro de 2011, FFCLRP-USP.

_____, “**O instante decisivo no corpo escrito pelo discurso do Direito**” palestra proferida em Mesa-Redonda do Congresso Internacional da ALED, Belo Horizonte, novembro de 2011b.

_____, **Sujet de droit et signe image d’a**, artigo apresentado na conclusão do estágio na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), sob orientação do Prof. Marcello Carastro, Paris, fevereiro, 2012.

MONTE-SERRAT, R. **Reforma do Poder Judiciário e outro temas**, Ribeirão Preto: São Francisco Ed., 1998.

MONTE-SERRAT, D ; TFOUNI, L. V. “A dimensão política do sujeito na cadeia discursiva”, *In Cadernos de Linguagem e Sociedade 15 anos*, v. 11, n. 2, SILVA, D. (org.), UnB, p. 32-61, 2010. Disponível em <http://www.red.unb.br/index.php/les/article/view/2829>.

_____, Alteridade e ritos no discurso jurídico, *In Revista da SPAGESP*, vol 12, n. 1, Ribeirão Preto, jun. 2011.

_____, A suposta igualdade perante a lei : as dissonâncias do discurso na audiência do Poder Judiciário, *In Letra Magna – Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, ano 8, n 15, 2 sem 2012. Disponível em http://www.letramagna.com/artigo14_15.pdf. Acesso em 23 de outubro de 2012.

_____, Efeitos ideológicos da gramática do discurso do Direito, *In Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 13(1) 2012b, Denize Elena Garcia da Silva (org.), Brasília: Thesaurus, UnB. Disponível em <http://seer.bce.unb.br/index.php/les/article/view/7136/0>.

_____, O instante decisivo no corpo escrito pelo discurso do Direito, *In Cadernos do IL*, Porto Alegre:UFRGS, n.º 44, junho de 2012c, p. 43-56 Disponível em <http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/index>

MORALES, C., **Fractales: pensadores del acontecimiento**, México: Siglo XXI Editores, 2007.

NASIO, J., **Mi cuerpo y sus imágenes**, 1ª Ed., Buenos Aires: Paidós, 2008.

NEGRÃO, T. J., **Código de Processo Civil e legislação em vigor**, 36ª. Edição, São Paulo: Ed. Saraiva, 2004.

ONATE, A., **A noção husserliana de subjetividade transcendental**, *In Veritas*, Porto Alegre, UNIOESTE, PR, v. 51, n. 2, p. 109-116, 2006.

ORLANDI, E., **A linguagem e seu funcionamento**, Campinas: Pontes, 1987.

_____, Discurso: fato, dado, exterioridade, *In CASTRO, M. (org.) O método e o dado no estudo da linguagem*, Campinas: UNICAMP, 1996.

_____, **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1996a.

_____, **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**, Campinas: Pontes, 1999 e 2001.

_____, **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**, Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____, **Análise de Discurso**, Michel Pêcheux, Campinas: Pontes, 2011.

PASOLD, C., **Concepção para o Estado Contemporâneo**. Disponível em <http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=dalmo+dallari+determinantes+sociais+da+sa%C3%BAd&start=40&sa=N>.

Acesso em 29 nov. 2008.

PASUKANIS, E., **Marxisme et Théorie générale du droit**, E.D.I., 1970.

PÉCAUT, M. **La matrice du mythe**. Essai sur l'inconscient originaire, Paris : Éd. Aubier Montaigne, 1982, *In* PÊCHEUX, M., **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**, Campinas: Ed. Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, M., [1982] Ideologia: aprisionamento ou campo paradoxal?, *In* ORLANDI, E., **Análise de Discurso**, Michel Pêcheux, Campinas: Pontes, 2011.

_____, **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**, Campinas: Ed. Unicamp, 1988.

_____, Papel da memória *In* ACHARD, P. et al. **Papel da memória**, Campinas: Pontes, p 49-57, 1999.

_____, **O Discurso**: estrutura ou acontecimento? 3ª Ed., Campinas, SP: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C., Mises aux points et perspectives à propôs de l' AAD., *In* **Langages** 37, Paris : Didier/Larousse, p. 7-80, 1975.

PÊCHEUX, M., FUCHS, C., [1975] A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas, *In* GADET, F.; HAK, T., (orgs.) **Por uma análise automática do discurso** – uma introdução à obra de Michel Pêcheux, Campinas: UNICAMP, 1997.

PEIRANO, M., **Rituais ontem e hoje**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

PLON, M., **Analyse du discours (de Michel Pêcheux) vs analyse de l'inconscient**, palestra proferida no 1 SEAD , Seminários de Estudos em Análise do Discurso, Porto Alegre, UFRGS, 2003. Disponível em <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/MichelPlon.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2012.

PORGE, E., **Jacques Lacan, um psicanalista**: percurso de um ensino, trad. Cláudia T. G. Lemos, Nina V. de Araújo Leite e Viviane Veras, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

QUINET, A., **Um olhar a mais**, Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2002.

RAVAISSON, F., **De l'habitud**, Paris: Payot Rivages, 1997.

RIVERA, T., **Ensaio sobre o espaço e o sujeito**. Lygia Clark e a psicanálise. Acesso em agosto de 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982008000200004&script=sci_arttext. Acesso em agosto de 2009.

ROUDINESCO, E., **Dicionário de psicanálise**, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____, Jacques Lacan: o estádio do espelho, *In A análise e o arquivo*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SAFOUAN, M., De la structure em psychanalyse. Contribution à une théorie du manque. **Qu'est-ce que le structuralisme?** Paris : Seuil, 1968.

SANT'ANNA, A., **Paródia, Paráfrase & Cia**, 2ª Ed., São Paulo: Ed. Ática, 1985.

SANTUARIO, L., **Lacan e a linguagem**. Acesso em 26, de agosto de 2009. Disponível em <http://www.redepsi.com.br/portal/modules/soapbox/print.php?articleID=23>

SCHNEIDER, M., El Estado como semblante, *In Jacques Lacan. Psicoanálisis y política*, 1ª ed., Buenos Aires: Nueva Visión, 2004.

SERCOVICH, A., **El discurso, el psiquismo y el registro imaginário**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1977.

SERRANI, S., **A Linguagem na Pesquisa Sociocultural**. Um estudo da repetição na diversidade, Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

SIGNORINI, I., Construindo com a escrita “outras cenas de fala”, *In*: SIGNORINI, I. (org.), **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento**, Campinas: Mercado das Letras, p. 97-134, 2001.

SILVA, D. P., **Vocabulário Jurídico**, 10ª. Ed., Rio de Janeiro: Editora Forense, 1987.

SOUZA, S., Bakhtin: a dimensão ideológica e dialógica da linguagem, *In* **Infância e linguagem**: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin, Campinas: Papirus, 1995.

SOUZA, P, De uma questão lit(o/e)ral à linguística possível, *In* **Língua, Literatura e Ensino**, vol. III, maio, 2008.

SOUZA, V., **Observações sobre a busca da verdade no processo judicial**. Acesso em 17 de janeiro de 2010. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6628>

STEIN, G., **A rose is a rose is a rose**. Acesso em: 24 de janeiro de 2009. Disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/Rose_is_a_rose_is_a_rose_is_a_rose.

TFOUNI, L.V., **Adultos não-alfabetizados: o avesso do avesso**, São Paulo: Pontes, 1988.

_____, **Letramento e analfabetismo**. Tese de Livre-Docência, FFCLRP-USP, Ribeirão Preto, 1992.

_____, **A escrita: remédio ou veneno?**, In AZEVEDO, M. A. & MARQUES, M. L. (orgs.), **Alfabetização Hoje**, São Paulo: Ed. Cortez, p 51-69, 1994.

_____, **Letramento e alfabetização**, São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

_____, Anotações das aulas da disciplina **Análise do Discurso**, FFCLRP-USP, Departamento de Psicologia e Educação, Curso de Graduação em Psicologia, 2006.

_____, **Adultos não-alfabetizados em uma sociedade letrada**, Ed. Rev., São Paulo: Cortez, 2006.

_____, Mensagem e poesia. A atualidade de Saussure e Jakobson, ou sobre a verdade do sujeito (e do sentido) em deriva. In Gaspar, N. M. & Romão, L. M. S. **Discurso e texto: multiplicidade de sentidos na Ciência da Informação**. São Carlos: EDUFSCAR 2008.

TFOUNI, L. & LAUREANO, M., “Que queres?”- O sujeito no discurso e seu desejo: o papel da ideologia, *In* **Revista Consciência**, n. 2, v. 18, jul/dez, p. 09-26, 2004.

TFOUNI, L. & CARREIRA A., **O sujeito submetido à linguagem**, Revista Investigações da Universidade Federal de Pernambuco, vol. 20, n. 2, jul., Pernambuco, 2007.

TFOUNI, L. V.; PEREIRA, A.; MONTE-SERRAT, D., **A carta roubada e a estrutura do inconsciente**, Revista intersecções. Disponível em http://www.anchieta.br/unianchieta/revistas/interseccoes/ultimas_edicoes.asp.

Acesso em novembro de 2009.

TFOUNI, L. V.; PEREIRA, A., **Letramento e formas de resistência à economia escriturística**, Revista Forum Linguístico, UFSC, v.2. p. 67-79, jul-dez 2009.

TFOUNI, L. & MONTE-SERRAT, D., Letramento e Discurso Jurídico, *In Linguagem e Direito*, Org. Virgínia Colares, Recife: Ed universitária da UFPE, 2010.

VAX, L., **L'empirisme logique**, Paris: PUF, 1970.

VERNANT, P. Avant-propos, *In* PÉCAUT, M. **La matrice du mythe**. Essai sur l'inconscient originaire, Paris : Éd. Aubier Montaigne, 1982.

VOLOSHINOV, V., **El signo ideológico y la Filosofía del Lenguaje**, Nueva Visión, Buenos Aires, 1976.

WALLON, H., **As origens do caráter na criança**, trad. Heloysa D. de Souza Pinto, São Paulo: Nova Alexandria, 1995.

WHITE, H., **O valor da narrativa na representação da realidade**, trad. José Luis Jobin, Niterói: Instituto de Letras da UFF, 1991.

ZARKA, Y., **Jacques Lacan. Psicoanálisis y política**, 1ª ed., Buenos Aires: Nueva Visión, 2004.

ZIZEK, S., O espectro da ideologia, *In* ADORNO, W., **Um mapa da ideologia**, Slavoj Zizek (org.), Rios de Janeiro: Contraponto, p. 7-38, 1999.

ZOPPI-FONTANA, M., **Objetos Paradoxais e Ideologia**, Estudos da Linguagem, nº 1, Vitória da Conquista, junho, p. 41-59, 2005.

ANEXO A – Aspectos da Teoria Geral do Processo

A análise do evento da audiência e da sentença em forma de poesia demanda o conhecimento de alguns aspectos da teoria jurídica que lhe digam respeito. Descrevemos, aqui, de forma resumida, o que é o Estado e seu funcionamento por meio do Poder Judiciário. Ressaltamos, porém, que se trata de um resumo da teoria jurídica, feito dentro da visão que os juristas têm da Ciência do Direito.

Cabe afirmar, ainda, que a Teoria Geral do Processo situa-se dentro da Teoria Geral do Estado.

1 Direito e de Estado

Cesar Luiz Pasold (2008), em artigo sobre a “Concepção para o Estado Contemporâneo”, afirma que a noção de Estado não foi sempre a mesma. Para esse autor (PASOLD, 2008) o conceito de Estado é histórico e concreto, não podendo ser aplicado indistintamente para todas as épocas, mas somente para o período em que nasceram a ideia e a prática da Soberania. Sugere uma classificação dos tipos de Estado no decorrer da história (PASOLD, op. cit.) desde os Antigos Estados Orientais, em que rei e povo contraem obrigações mútuas na forma de um pacto diante de Jeová até chegar ao Estado Contemporâneo, instituição política que tem como finalidade o Bem Comum e se coloca

como um “instrumento eficaz a serviço do Todo Social”. Paulo Buss (2000, p. 174) também define o Estado Contemporâneo como uma “nova concepção de Estado [...] que (re)estabelece a centralidade de seu caráter público e de sua responsabilidade social, isto é, seu compromisso com o interesse público e com o bem comum”.

O conceito de Direito faz a ligação jurídica entre o conceito de Estado e o conceito de sujeito, pois, segundo teóricos do Direito, existe um contrato, entre os “homens” e a autoridade civil, destinado à proteção dos “direitos naturais” daqueles.

Sob o enfoque dos direitos humanos, o Estado é concebido como o formulador de sua lei maior, a Constituição, que traça as garantias fundamentais dos cidadãos, estando, entre elas, a garantia da igualdade entre os homens – que é de nosso interesse específico, conforme observação anterior. Quando a lei trata dos direitos humanos, discorre sobre garantias à vida, à liberdade, à igualdade e ao convívio social, na busca do bem-estar do indivíduo (DIRHUM, 2008). Direitos e liberdades surgiram como limitações à atuação do poder do Estado sobre o indivíduo, sobre sua vida privada, pois resultaram de movimentos sociais que, em meados do século XIX, tinham em vista a proteção do trabalhador.

A Constituição, como Lei Maior do Estado, estabelece princípios norteadores para a criação de leis inferiores a ela, no sentido de disciplinar a conduta dos cidadãos. O Direito é conceituado como o conjunto de todas as normas gerais e positivas (impostas independentemente da concordância do sujeito) que disciplinam a conduta dos cidadãos.

Para este estudo observamos o Estado brasileiro, concebido com três poderes: o Executivo, com função de fazer cumprir leis; o Judiciário (Estado-Juiz), com função de aplicar as leis; e o Legislativo, que faz as leis. A lei brasileira estabelece que os indivíduos, no caso de haver um conflito de interesses, não podem buscar a solução pelas próprias mãos, mas devem pedi-la ao Estado-Juiz; e o método utilizado para isso é o processo judicial.

As leis que disciplinam o funcionamento do Poder Judiciário, de interesse para esta pesquisa, são, basicamente, a Constituição Federal (BRASIL, 2003) e o Código de Processo Civil (BRASIL [1973]2007). Tratarei, em seguida, do funcionamento do direito e de como se dá uma audiência, a fim de esclarecer alguns aspectos da influência do Estado sobre o sujeito.

2 As origens do Direito

Antes de abordar o tema central desta pesquisa, fazemos essa explanação sobre as origens do direito - na visão dos juristas, enfatizamos - pois, para relacionar o passado e o presente há aspectos que não mudam e se apresentam evidentes influenciando as atividades humanas nos dias de hoje. Existem estruturas sociais, resistentes ao tempo, que exercem alguma influência no direito e não podem ter suas origens desconhecidas.

Para melhor apreensão do discurso jurídico e de sua relação com o sujeito faremos um breve apanhado do que é o Direito, de suas origens, dos princípios que o norteiam, do que é o processo, dos elementos que o compõem, até chegar ao evento da audiência, lugar onde entendemos serem instaladas desigualdades que são ignoradas e à sentença, ato que, juridicamente, põe fim ao processo jurídico¹⁰¹.

Conforme entendimento dos doutrinadores do direito, o homem é definido como um ser social e, como consequência, participa de relações sociais complexas que podem provocar o surgimento de conflitos de interesse. Os juristas entendem que não há sociedade sem Direito.

¹⁰¹ Esclarecemos que, se houver inconformidade com a decisão do juiz, o autor ou o réu pode recorrer dessa decisão, nos casos em que a lei o prevê. Assim, a decisão final não residirá na sentença, mas no Acórdão proferido por órgão do Tribunal de Justiça do Estado.

O Direito - conjunto de normas gerais e positivas que regulam a vida social – tem, para os juristas, uma função ordenadora da sociedade, coordenando os interesses, os desejos, as exigências e as pretensões que os homens procuram satisfazer. Na convivência social, afirmam, normalmente, surgem variados conflitos que, em regra, resolvem-se sem prejuízos para os valores humanos. Mas, quando levam à desordem e à violência, quando o sujeito de um dos interesses em conflito quer impor a realização de seu interesse sobre o de outra pessoa e encontra resistência, surge a necessidade da resolução desse conflito. Para os teóricos do Direito, cabe, então, ao Estado-juiz dizer qual é a vontade do ordenamento jurídico aplicável num caso concreto de conflito de interesses, mas nem sempre foi assim.

Definido como um conjunto de normas de conduta, o Direito já existia antes de surgir a escrita, pois, nem toda norma é escrita. Nas sociedades ágrafas, as regras de comportamento se refletiam nas lendas e tradições orais. Quando surgiu a escrita, as civilizações que a utilizaram pela primeira vez, já traziam conceitos avançados como os de casamento, de poder familiar, de propriedade e de contrato.

Nessas civilizações mais primitivas, afirmam os juristas, não existia um Estado que superasse os ímpetos individualistas dos homens, não existiam as leis como um conjunto de regras gerais e obrigatórias destinadas a disciplinar a vida social. Assim se alguém pretendia algo e outra pessoa o impedisse, ele obteria, com sua própria força, a satisfação de sua pretensão. Do ponto de vista dos dias atuais essa atitude era precária e aleatória, pois não garantia justiça, mas sim, a vitória do mais forte, astuto ou ousado sobre o mais fraco ou tímido. Esse sistema era chamado de *autotutela*.

Existia, ainda, um outro sistema primitivo de resolução de conflitos denominado *autocomposição* (que ainda está presente no direito moderno para regular determinadas situações). Nesse sistema, uma das partes envolvidas no conflito, ou as duas, abrem mão de

seu interesse ou de parte dele. A solução, aqui, tem a desvantagem de ser parcial e de depender sempre da vontade de uma ou das duas partes envolvidas. Segundo os doutrinadores do Direito, aos poucos os indivíduos foram percebendo que, em vez de uma solução parcial de seus conflitos de interesses, seria melhor uma solução amigável e imparcial dada por árbitros, pessoas de confiança eleitas pelas partes envolvidas no litígio. Essa função era confiada aos sacerdotes, cujas ligações com os deuses garantiam uma decisão acertada; ou aos anciãos, que conheciam os costumes do grupo social a que pertenciam os interessados. Nessa fase da história, surge, então, o juiz antes do legislador.

Com o passar do tempo, houve uma evolução no sentido de o Estado (palavra que deriva do latim *status*; designa a sociedade politicamente ou juridicamente organizada), abarcar todo o poder de dirimir litígios. Ele passa a se impor aos indivíduos, invadindo sua esfera de liberdade e, aos poucos, passa a absorver o poder de ditar soluções para os conflitos entre as pessoas.

Essa evolução no poder do Estado não se deu de maneira linear. Em uma abordagem superficial da história, esta mostra que, no Direito romano arcaico (desde as origens do direito romano até o século II a.C.), o Estado, por meio do pretor (magistrado) indicava qual o comando do direito para o caso concreto de interesses conflitantes. Os interessados escolhiam um árbitro de sua confiança e esse árbitro recebia do pretor o encargo de decidir o conflito. Mais tarde, com o crescimento do poder do Estado, este passou a nomear o árbitro (século II a.C. ao século III d.C.).

Com a finalidade de facilitar a sujeição de terceiros às decisões dos árbitros, a autoridade pública também passou a estabelecer regras abstratas que serviriam de critério vinculativo e determinativo para essas decisões, evitando, assim, que existissem julgamentos arbitrários e autoritários. Nessa época surge o legislador (Lei das XII Tábuas, 450 a.C.).

Num período posterior o pretor passou a tomar o lugar do árbitro e tomava conhecimento, ele mesmo, do mérito dos litígios entre os indivíduos proferindo sentença (século III d.C.). A essa altura, então, a justiça deixa de ser privada e passa a ser pública:

o Estado, já suficientemente fortalecido, impõe-se sobre os particulares, e, prescindindo da voluntária submissão destes, *impõe-lhes autoritativamente* a sua solução para o conflito de interesses. À atividade através da qual os juízes estatais resolvem as lides dá-se o nome de jurisdição. Pela jurisdição, como se vê, os *juízes agem em substituição às partes*, que não podem fazer justiça com as próprias mãos (vedada a autodefesa); *às partes, que não mais podem agir, resta a possibilidade de fazer agir*, provocando o exercício da função jurisdicional. E, como a jurisdição se exerce através do processo, pode-se provisoriamente conceituar este como método ou instrumento por meio do qual os órgãos jurisdicionais atuam para fazer cumprir preceito jurídico (vontade da lei) válido para as lides que lhes são apresentadas em busca de solução. (CINTRA *et al.*, 1981, p.7, grifos nossos).

3 O Direito brasileiro

Os Estados de direito ocidental adotaram a estrutura jurídica do direito romano. Quanto ao Brasil, o pensamento jurídico sofreu influência do direito romano, pois, na época do descobrimento era esse o direito aplicado em Portugal, sua Metrópole. Mesmo após a independência, as leis portuguesas mantiveram-se em vigor até a promulgação do Código Civil brasileiro, em 1917. As imposições ideológicas de Coimbra começaram a perder força desde 1827, quando foram criados cursos jurídicos no Brasil, com a finalidade de defender sentimentos e ideias nacionais. A predominância de bacharéis na vida política brasileira marcou, desde então, nossa cultura e teve papel importante na estruturação do Estado nas épocas do Império e da República.

Antes de descrever o funcionamento do Direito brasileiro, importa destacar a distinção entre o direito e a moral.

A vida em sociedade, para ser harmoniosa, envolve a observância de outras normas, além das jurídicas, como, por exemplo, as normas religiosas, morais, de cortesia. Normas jurídicas e normas morais se assemelham por constituírem regras de conduta, mas a principal diferença entre ambas está em que as primeiras são acompanhadas de sanção. Assim, a inobservância de uma norma moral pode trazer arrependimento, remorso; mas a inobservância de uma regra jurídica por alguém dá ao Estado o direito de lhe impor uma sanção.

O Direito nacional trata de ilícitos civis e penais. A palavra “ilícito” vem do latim *illicitus* e significa aquilo que é proibido, vedado por lei. Sob o aspecto jurídico, o ilícito é todo fato ou ato que viola um direito ou que causa um dano a alguém.

No início da civilização dos povos da Antiguidade, não se diferenciava os ilícitos em penais e civis. O Estado, que, segundo os juristas, ainda estava em uma fase embrionária, era mais fraco do que a vontade das pessoas que o compunham e não tinha condições de perceber a existência de ilícitos que prejudicavam apenas indivíduos e de ilícitos que, além do dano a particulares, prejudicavam o próprio Estado. Com o fortalecimento deste, foi surgindo a ideia, afirmam os doutrinadores do Direito, de infração penal como ofensa a valores sociais relevantes, vista sob o aspecto de dano causado à comunidade, e ,com esta, surgiu a necessidade de aplicação de pena e a ideia de colocar o Estado como titular do direito de punir.

O ilícito civil é toda ação ou omissão que gera prejuízo a direito alheio e sua prática dá, ao prejudicado, somente o direito a uma indenização. O ilícito penal, por sua vez, é a prática de um ato vedado em lei ou a omissão de um fato não permitido; é um crime

propriamente dito – fato tipificado na lei como ilícito, antijurídico e que tem, como consequência, a aplicação de sanção. São duas as sanções a que está sujeito o indivíduo que pratica um ilícito penal: a sanção penal, consistente na repressão e consequente punição da ilicitude; e a sanção civil, que consiste na indenização a que se sujeita o transgressor da regra, para reintegração da ofensa material causada ao patrimônio da vítima.

Já destacamos no item anterior que, havendo conflito de interesses, o indivíduo não pode agir por si para restabelecer a harmonia na coletividade, pois lhe é vedada a autodefesa. Deve, então, fazer agir, ou melhor, provocar a função jurisdicional do Estado, dando início a uma ação. Se o fato que provocou esse conflito de interesses foi um ilícito penal, terá origem uma ação penal. Se, por outro lado, o ilícito praticado foi civil, o prejudicado poderá promover uma ação cível para ser ressarcido do prejuízo sofrido. Cabe esclarecer, aqui, que o direito de ação é o direito que uma pessoa tem de provocar a função jurisdicional do Estado; e o processo é o instrumento por meio do qual o Estado irá realizar essa função dizendo qual a lei a ser aplicada ao caso concreto.

O discurso jurídico que circula em uma audiência, objeto de nosso estudo, se restringirá aos processos de natureza cível instaurados, portanto, após a prática de algum ilícito civil. Para que esse processo se desenvolva, a atividade do juiz e os depoimentos do autor e do réu são regulados pela lei. A lei também é foco de nossa pesquisa, pois reflete a função de legislar do Estado. Traçaremos, em seguida, alguns aspectos teóricos do funcionamento legal, a fim de trazer algum esclarecimento aos que não estão habituados aos meandros do mecanismo jurídico.

4 Legislação e jurisdição como funções do Estado

O poder do Estado, segundo os juristas, é uno, mas, para melhor funcionamento, é distribuído por vários órgãos de acordo com a função exercida: Executiva, Legislativa e Judiciária. O Poder Judiciário teria, então, a função de proteger os direitos e liberdades individuais. Sua função, denominada pelos doutrinadores do Direito como função jurisdicional, teria a finalidade de evitar que sejam inúteis as liberdades individuais, pois estas, nos países democráticos, dentre eles o Brasil, podem ser reivindicadas em juízo, ou seja, perante o Poder Judiciário.

Segundo a Constituição Brasileira – lei maior em que se fundamenta o país – o Poder Judiciário é exercido pelos seguintes órgãos: Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, Tribunais e Juízes do Trabalho, Tribunais e Juízes Eleitorais, Tribunais e Juízes Militares, Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal. Em nosso país, magistratura é o conjunto de juízes que integram o Poder Judiciário. A magistratura do Estado de São Paulo se divide em justiça superior, exercida pelos Tribunais, e em justiça inferior, exercida pelos juízes de direito ou magistrados. São esses magistrados, portanto, os que presidem a audiência de que colhemos material para estudo.

Os jurisconsultos afirmam que, ao regular as relações entre os indivíduos de uma determinada sociedade, o Estado se utiliza de duas de suas funções. A de *legislar*, quando coloca normas para disciplinar as diversas relações, estabelecendo o que é lícito e o que é ilícito, quais são os direitos, as obrigações, as faculdades e os poderes concernentes a cada cidadão. Essas normas de caráter abstrato ou são modelos de conduta que devem ser imitados ou são modelos de conduta reprovados pela sociedade. Com a função *jurisdicional*, o Estado busca a realização prática das normas e, segundo o modelo nelas estabelecido, vai dizer qual é a lei aplicável ao caso concreto, por meio de um instrumento chamado processo de conhecimento. O Estado pode, ainda, declarar quais medidas devem ser tomadas para que a

determinação da lei seja realmente cumprida, por meio de outro instrumento denominado processo de execução.

Esclarecemos que o processo de conhecimento é o mecanismo jurídico em que se desenvolve a audiência e, portanto, o discurso jurídico objeto de nossa pesquisa, mas fazemos ainda uma ressalva: há distinção entre o direito material e o direito processual. O direito material é a discussão que a parte vai trazer ao Poder Judiciário, um direito seu (um “caso” particular, por exemplo) que entende violado. Não vai ser fonte de meu interesse na pesquisa explorar o conteúdo daquilo que o depoente traz à discussão. Interessa-nos, apenas o direito processual, o modo como a lei regula a audiência e a maneira como o juiz deve proferir a sentença; ou seja, no caso de haver um conflito de interesses entre duas partes, como o Poder Judiciário estabelece o acordo entre elas. Nesse caso, o Estado deve ser estimulado a atuar, e esse estímulo deve partir daquele que entende ter um direito a proteger. O direito processual, portanto, é que está em destaque em nosso estudo, pois é ele que dita as normas de procedimento do discurso jurídico, ou seja, qual parte deve falar, em que oportunidade e como isso deve ser feito.

O Estado, segundo doutrinadores, não exerce, em regra, a sua função jurisdicional por vontade própria. Ele deve ser provocado a agir pelo interessado em defender um direito. O chamamento do Estado ao exercício da jurisdição e todos os procedimentos que envolverão a tomada de decisão referente ao conflito entre as partes se realizam por meio de um instrumento denominado processo. A dúvida ou o conflito que envolve o direito material (“caso” particular) de uma das partes será discutido em um processo (instrumento pelo qual o Estado exerce sua função jurisdicional), que, por sua vez é disciplinado pelo *direito processual*, como podemos apreender da lição de Cintra, Grinover e Dinamarco:

o que distingue fundamentalmente direito material e direito processual é que este cuida das relações dos sujeitos processuais, da posição de cada um deles no

processo, da forma de se proceder aos atos deste – sem nada dizer quanto ao bem da vida que é objeto do interesse primário das pessoas (CINTRA *et al*, 1981, p. 15).

Mas, então, o que vem a ser processo? É ele definido pelos juristas como instrumento de realização da jurisdição, é no processo que as partes desenvolvem uma relação jurídica, um “nexo, derivado do direito, que une dois ou mais sujeitos, atribuindo-lhes poderes, direitos, faculdades e os correspondentes deveres, obrigações, sujeições, ônus” (CINTRA *et al*, 1981, p. 13).

Existem, no processo, pelo menos duas partes: autor e réu. O primeiro instaura a relação processual e pede para que o Estado exerça a sua função jurisdicional. Essa relação processual se completa quando o réu é chamado a se defender em juízo.

A função jurisdicional (palavra que deriva do latim *juris dictio*, dizer o direito), exercida pelo Estado por meio de seus representantes, recebe a cooperação das duas partes envolvidas no conflito, conforme estabelecem as normas processuais.

É no processo, e também nas normas que o disciplinam, que são encontrados o conceito e as diretrizes reguladoras do discurso jurídico objeto de nossa pesquisa. É importante destacar, quanto às normas disciplinadoras do processo, que suas origens estão na lei, nos usos e costumes e também no negócio jurídico, ou seja, naquilo que as partes acordarem entre si como, por exemplo, em que cidade vão discutir a lide ou em que ocasião a suspenderão.

Antes de abordar o funcionamento do processo com as pessoas nele envolvidas faz-se necessária a noção, ainda que superficial, de alguns princípios norteadores do direito processual.

5 Princípios Gerais do Direito Processual

A forma e o caráter dos sistemas processuais residem em seus princípios norteadores, daí a necessidade de conhecê-los. O conhecimento desses princípios para essa pesquisa é crucial, pois há atitudes do juiz e das partes objeto dessa pesquisa que os tomam como um norte.

O direito processual tem tronco único e a distinção se dará conforme a natureza da pretensão no processo: o penal apresenta uma pretensão punitiva do Estado; o civil contém uma pretensão de resolução de conflitos não penais. Por serem diversas as naturezas das pretensões colocadas em discussão no processo, os princípios que o regem têm aplicação diferente nos campos do processo civil e do processo penal. Como o objeto deste estudo se concentra no processo civil, deixaremos de fazer comentários sobre os princípios que regulam o processo penal.

Segundo lição de Cintra, Grinover e Dinamarco (CINTRA *et al* 1981) são os seguintes princípios que regulam o direito processual civil:

a) *Princípio da imparcialidade do juiz*: o juiz coloca-se entre as partes do processo, mas numa posição acima delas e equidistante, garantindo-lhes uma aplicação justa do direito.

b) *Princípio da igualdade*: as partes têm asseguradas igualdade de tratamento para terem as mesmas oportunidades. Esse princípio de isonomia sofreu uma evolução para o princípio da igualdade real e proporcional, que garante tratamento desigual aos desiguais, a fim de suprir as diferenças; tem, todavia, aplicação restrita.

c) *Princípio do contraditório*: estando o juiz acima das partes e equidistante delas, deve dar-lhes igual oportunidade de falar e expor suas razões para, ao final, formar seu convencimento.

Somente pela soma da parcialidade das partes (representando uma, a tese, e a outra, a antítese) o juiz pode encarnar a síntese, em um processo dialético. E é por isso que se costuma dizer que as partes, em relação ao juiz, não têm papel de antagonistas, mas sim de “colaboradores necessários” (CINTRA *et al*, 1981, p. 25).

d) *Princípio da ação*: segundo este princípio, a parte é que tem a iniciativa de provocar o exercício da função jurisdicional. É vedado ao juiz dar início ao processo evitando-se, assim, que se ligue psicologicamente à pretensão colocada para julgamento. O princípio da ação visa a garantir a imparcialidade do juiz.

e) *Princípios da disponibilidade e da indisponibilidade*: o primeiro está ligado ao poder que uma pessoa tem de levar ou não seu conflito de interesses à apreciação do Poder Judiciário. Vigora no processo civil. No processo penal vigora o princípio da indisponibilidade, pois envolve litígios em que há lesão irreparável para a coletividade, para o interesse público, que se sobrepõe ao particular. Nesse caso, o processo penal é iniciado à revelia do prejudicado para que seja restaurada a ordem jurídica violada.

f) *Princípios da verdade formal e da verdade real*: estão ligados à necessidade que tem o juiz de, na instrução da causa, depender da iniciativa das partes na produção de provas, para, ao final, formar seu convencimento. A razão da imposição desses princípios está em assegurar a imparcialidade do julgador em sua decisão.

O juiz tem certa discricionariedade na investigação das provas apresentadas pelas partes no processo e esse poder é limitado pela lei.

No processo civil, foco de nosso estudo sobre o discurso jurídico, o princípio da verdade formal prevalece, ou seja, o juiz formará seu convencimento de acordo com as provas e com as alegações apresentadas pelas partes.

Já no processo penal, em que prevalece o interesse da coletividade, impera o princípio da verdade real e o juiz, nos limites da lei, tem acesso a livre investigação de provas.

g) *Princípio do impulso oficial*: uma vez iniciada pela parte a ação, cabe ao juiz tomar atitudes que movimentem o processo até chegar à fase final de sua prestação jurisdicional.

h) *Princípio da oralidade*: por ser relevante para o estudo do discurso jurídico, esse princípio será tratado com minúcia mais adiante, quando for discutida, nesta pesquisa, o funcionamento da audiência. Podemos conceituá-lo, por enquanto, como a predominância da palavra falada na transmissão, ao juiz, de fatos relevantes que irão influenciar seu convencimento.

i) *Princípio da persuasão racional do juiz*: está ligado à apreciação das provas apresentadas pelas partes. Ao levá-las em conta, o juiz não está preso a critérios previamente determinados, podendo julgá-las segundo critérios críticos e racionais. Essa liberdade de convicção não é arbitrária, pois o magistrado deve motivar suas decisões à luz da lei. Também tornarei a tratar deste princípio ao discorrer sobre a sentença proferida pelo juiz.

j) *Princípio da publicidade*: possibilita que qualquer pessoa do povo esteja presente em uma audiência e que, salvo exceções expressas em lei, tenha possibilidade de examinar os autos.

l) *Princípio da lealdade processual*: tem como foco impedir que as partes envolvidas no processo se utilizem de artifícios fraudulentos; impõe-lhes os deveres de probidade e de moralidade.

m) *Princípio da economia*: prega o máximo aproveitamento dos atos processuais com o mínimo possível de atividade processual, desde que não haja prejuízo para nenhuma das partes.

n) *Princípio do duplo grau de jurisdição*: tem a finalidade de permitir que um órgão judicial superior reexamine a decisão de um magistrado pertencente a órgão inferior, por meio de recurso instaurado pela parte que alega ter sofrido prejuízo. Este princípio estará presente em discussão a ser feita sobre a apreciação que um órgão do Tribunal faz sobre sentença proferida em forma de poesia.

Para que não haja dúvidas neste estudo faz-se necessário, ainda, distinguir a diferença entre processo e procedimento judicial, noções importantes para que se possa compreender como se dá o desenrolar do evento da audiência.

6 Processo, Procedimento e Relação Jurídica

O *processo*, definido na doutrina jurídica como instrumento da jurisdição, consiste no método, usado pelos órgãos do Poder Judiciário, para estabelecer o que determina a lei para um determinado conflito de interesses. Seu objetivo *não é o de solucionar o conflito entre as partes, mas, sim, de dizer qual é a vontade da lei para aquele conflito de interesses.*

São três os tipos de processo: de conhecimento, de execução e cautelar. Nosso estudo se limitará ao primeiro, o processo de conhecimento, em que há uma pretensão jurídica contestada e, para solucionar o conflito, o juiz profere uma sentença que declara a efetiva situação jurídica das partes.

Desde o momento em que a parte faz um pedido, provocando a atuação do poder jurisdicional do Estado, até o momento em que fica estabelecida a solução do conflito em uma sentença - ato que põe fim ao processo - se impõe a prática de uma série de atos que, em conjunto, formam o *procedimento* judicial, ou seja, a forma de agir.

Resumindo, segundo a doutrina jurídica, pode-se afirmar que o *processo* é um método que abrange tanto a sequência de atos praticados em juízo (*procedimento*) como também a formação do nexo (*relação jurídica*) entre o juiz e as partes, com a finalidade de obter uma sentença com a declaração da vontade da lei para o caso concreto de conflito.

O procedimento é a reunião de atos coordenados regulados pelo direito processual, ou seja, este dita, para cada caso concreto de conflito, um procedimento diferente conforme o direito material, o bem da vida (“caso” particular) trazido para discussão perante o Poder Judiciário. O *procedimento*, então, para melhor amparar a modalidade de direito material discutido, pode ser *comum* ou *especial*.

Processo é o método, sistema, que envolve a sequência dos atos (procedimento) praticados perante o Poder Judiciário e também a relação jurídica entre o juiz e as partes (relação jurídica processual). O processo e a relação jurídica que ele envolve não se confundem.

Dissertarei, primeiramente, sobre aspectos que dizem respeito à relação jurídica para, depois, descrever com mais detalhes o procedimento do processo de conhecimento, tomado como modelo básico para as audiências de instrução e julgamento, a fim de chegar a

uma noção do que é o discurso jurídico nesse contexto e como se dá a relação entre os sujeitos que dele participam.

Mais uma vez relembremos que *processo* é um método, um instrumento usado, pelo Estado, para prestar a jurisdição dizendo qual é a vontade da lei para o caso concreto de conflito que lhe foi apresentado; *procedimento*, por sua vez, é a marcha, a manifestação extrínseca do processo, é o meio pelo qual este se instaura, se desenvolve e se extingue. É por meio do procedimento que o processo caminha de seu ponto inicial até o ponto de encerramento, através de uma sucessão de atos praticados sempre em conformidade com o que determina a lei. Cada um desses atos processuais se realiza pelo exercício de um poder ou faculdade, ou para o desencargo de um dever ou ônus, exteriorizando a *relação jurídica* que dá sentido ao procedimento. Todos os atos do processo e todas as posições jurídicas que ele abrange são coordenados para um fim comum: a prestação jurisdicional.

O processo é composto por elementos subjetivos e objetivos. Os *elementos subjetivos principais* do processo são as partes e o órgão judicial (CINTRA *et al*, 1981). No processo funcionam três entes: Estado (na pessoa do juiz), autor e réu (que são chamados de partes e se situam nos polos contrastantes da relação processual).

O *juiz*, imparcial e investido de autoridade para dirimir a lide conforme impõe a lei, se coloca numa *posição de sujeito “super” e “inter” partes*. Tem ele o dever de prestar a jurisdição, não podendo se eximir dessa tarefa, pois tal atitude importaria em denegação da justiça. Para desempenhar suas funções a lei estabelece os seguintes poderes para o juiz: poderes administrativos ou de polícia, para assegurar a ordem no processo, e poderes jurisdicionais, que determinam o andamento do processo, atuam na formação do convencimento do juiz e o conduzem à decisão final a respeito do conflito que lhe foi apresentado pelas partes.

Autor e réu são entes que completam a relação jurídica processual. Autor é o que faz um pedido de prestação jurisdicional; e réu é aquele contra quem, em tese, a prestação jurisdicional é pedida.

A posição de sujeito autor e a posição de sujeito réu são regidas por três princípios básicos: o princípio da dualidade das partes, que impede a existência de processo se não houver dois sujeitos em posições processuais contrárias; o *princípio da igualdade das partes, que lhes assegura paridade no tratamento durante o desenvolvimento do processo*; e o princípio do contraditório que garante a cada uma das partes o conhecimento de atos do processo, dando a elas a possibilidade de contrariá-los. Cabe lembrar que, para melhor combater os atos que são contrários à parte, a lei prevê a representação desta, em juízo, por advogado - pessoa que, em razão de seu conhecimento do direito, está em condição de melhor defendê-la e de colaborar para que o processo atinja sua finalidade. A soma da parcialidade do advogado do autor com a parcialidade do advogado do réu possibilita o ponto de equilíbrio para que o juiz profira uma decisão imparcial.

Ainda na posição de sujeito autor ou de réu pode funcionar o Ministério Público, na pessoa do promotor, nos casos em que a lei prevê essa situação.

Cintra, Grinover e Dinamarco (1981) colocam como *elementos subjetivos secundários* os órgãos auxiliares da Justiça. O órgão principal é o juiz, em quem se concentram poderes e funções; sua atividade é complementada pela atuação de órgãos auxiliares como o escrivão, o oficial de justiça, os escreventes encarregados de documentar os atos do processo, enfim, todas as pessoas que de alguma forma colaboram na movimentação do processo, sob a sua autoridade, possibilitando a prestação jurisdicional.

São *elementos objetivos* do processo de conhecimento as provas e os bens (objetos sobre que recaem os interesses conflitantes das partes).

O processo envolve, ainda, dois *planos de relações*: o de relação de direito material, que recai sobre o bem da vida que está sendo disputado pelas partes, a que já me referi anteriormente, e que não é de interesse de meu estudo; e o plano de relação de direito processual, que tem como objetivo a prestação jurisdicional. Nossa pesquisa será concentrada na relação de direito processual.

Pelo fato de funcionar como um nexó que liga duas ou mais pessoas, conferindo-lhes poderes, faculdades, direitos e os correspondentes deveres, sujeições, obrigações e ônus, os estudiosos do direito afirmam que o processo tem a natureza de relação jurídica.

O indivíduo, perante um conflito de interesses, não está autorizado, pela lei, a buscar a solução por suas próprias forças, proibida que é a autotutela. Deve ele, então, pedir ao Estado-Juiz que profira uma decisão que determine qual é a vontade da lei para a situação conflituosa em que se encontra. O método usado, conforme explicitado anteriormente, é o processo. Este tomará nomes distintos conforme o pedido (provimento jurisdicional), nele colocado pela parte: processo de conhecimento, processo de execução e processo cautelar.

Segundo ensinamento dos juristas, no *processo de conhecimento* o juiz é chamado para dizer qual das partes tem razão. Tem, esse processo, como finalidade, a obtenção de uma sentença que decida sobre a questão principal do conflito. Para os casos em que uma pessoa já tenha obtido uma sentença que declare a solução do conflito, ou que tenha um título que ateste a certeza de seu direito, e o devedor não queira colaborar com a obrigação correspondente, a lei prevê o *processo de execução*, que tem como objetivo satisfazer aquela pretensão invadindo coercitivamente o patrimônio deste último. O *processo cautelar*, por sua vez, tem caráter acessório e destina-se a proteger, assegurar uma pretensão que será levada à apreciação do juiz ou que já está sob julgamento deste.

Para uma melhor compreensão do que é o procedimento reproduziremos a definição que De Plácido e Silva (1987) coloca em seu Vocabulário Jurídico:

enquanto o *procedimento* nos revela ou nos mostra a *ação de ir por diante*, a *ação de prosseguir*, ou a *atuação*, o *processo* nos fornece a *ordem de coisas*, que se seguem umas às outras, dá-nos a direção dessa sucessão de coisas, *para exato cumprimento do que se tem em mira* (SILVA, 1987, p. 455, grifos nossos).

Procedimento judicial exprime, então, a “*própria atuação em juízo* ou o *curso de uma demanda*” (SILVA, 1987, p. 455). Essa “*atuação* tanto se refere à do *autor*, como à do *réu* e à do *juiz*, desde que exprime o *movimento da ação*, seguindo os trâmites que lhe foram traçados pela lei processual” (idem). A razão de tratar desse assunto de maneira tão minuciosa se encontra em capítulo mais adiante, oportunidade em que discorreremos sobre a Teoria Geral do Estado.

A direção, a “*ordem de coisas*”, segundo o conceito acima, que tomamos para nossa pesquisa é a do *processo de conhecimento*.

Procedimento é o *modo de agir*. Segundo Silva (1987), é a maneira de se colocar em movimento qualquer conflito submetido ao Poder Judiciário. Será especial o procedimento quando necessitar de alguma *forma especial de agir* prevista pela lei.

O *procedimento*, no processo de conhecimento, é dividido pelos doutrinadores do direito nas seguintes fases: *fase postulatória*, em que as partes trazem perante o juiz suas pretensões de maneira motivada para influir em sua convicção; *fase ordinatória* em que o juiz verifica a regularidade do processo; *fase probatória* em que o autor demonstra fatos que constituem seu direito e o réu procura demonstrar fatos que modificam, impedem ou extinguem o direito do autor; e, por fim, a *fase decisória* em que o juiz profere sua decisão.

No procedimento do processo de conhecimento predomina a forma escrita. No entanto, na *fase probatória* - etapa do procedimento em que cada uma das partes irá tentar

demonstrar a veracidade dos fatos que, no início do processo, afirmaram ter ocorrido – a lei admite, além da prova documental, da pericial, da inspeção judicial, a *prova oral*, que pode se apresentar de duas formas: *depoimento pessoal* e *prova testemunhal*. É na fase probatória do processo de conhecimento, portanto, que colhemos elementos para nossa pesquisa sobre letramento e discurso jurídico.

Segundo os juristas, a razão para melhor conhecer cada uma das fases do *procedimento* do processo de conhecimento está no fato de ser ele constituído de uma série de *atos interligados e destinados a um fim comum*, ou seja, a decisão (sentença) que trará fim ao conflito de interesses existente entre as partes.

A primeira fase do procedimento no processo de conhecimento é a *fase postulatória* em que, o autor, que tem uma pretensão resistida pelo réu, elabora, com a contribuição de seu advogado, um documento escrito denominado *petição inicial*. Nesse documento, o autor requer ao juiz uma providência jurisdicional (sentença) favorável a seu pedido e pede, também, a sujeição do réu a essa decisão.

Recebida pelo juiz a petição inicial, este determina o procedimento seguinte que é a *citação* do réu, a fim de que ele tome conhecimento de que existe uma ação em juízo contra sua pessoa e para que tenha oportunidade de se defender contra os fatos alegados pelo autor. Esse ato de o réu se defender denomina-se *contestação*, que, assim como a petição inicial, toma a forma de documento escrito, elaborado com o auxílio de um advogado.

Tanto na petição inicial, quanto na contestação, autor e réu, respectivamente, devem apontar quais as provas dos fatos, que estão em discussão, pretendem apresentar em ocasião oportuna e quais testemunhas pretendem levar perante o juiz.

Na *fase ordinatória*, o juiz analisa o processo e determina, se necessário, providências para prepará-lo para o julgamento. Nessa ocasião pode o juiz: a) proferir sua

decisão se não for necessária apresentação de prova; b) pode proferir uma sentença que extinga o processo por não trazer algum elemento essencial para sua continuação; c) *pode determinar quais provas lhe serão apresentadas*. Neste último caso, o juiz declara o processo saneado e *determina dia e hora para que as partes compareçam à audiência com seus advogados*.

Estando o processo preparado para o julgamento, tem início a *fase probatória* em que as partes, em audiência, apresentarão elementos para formar a convicção do juiz, tentando demonstrar a veracidade dos fatos que alegaram na petição inicial (autor) e na contestação (réu).

A *audiência de instrução e julgamento*, segundo a doutrina, é um ato complexo, pois abrange atos de prova, de pedidos e de decisão. É *ato formal*, pois a *lei descreve em detalhes todos os procedimentos e a seqüência dos atos* que serão praticados pelas partes e pelo juiz. É ato público, porque, salvo algumas exceções, realiza-se de portas abertas. É, também, ato solene, por ser *presidida por uma autoridade pública*, o juiz, investido de poderes de polícia com a finalidade de manter a ordem e o decoro.

Encerrada a instrução, dá-se a *fase decisória*, em que o juiz proferirá desde logo a sua decisão (sentença) ou o fará no prazo que determina a lei.

A prova oral, que abrange tanto o depoimento das partes (autor e réu) como o das testemunhas, é realizada na audiência de instrução e julgamento situada dentro da fase probatória a que acabamos de nos referir. É ela importante para essa pesquisa tanto sob o aspecto do *Letramento*, quanto do ponto de vista da *Análise do Discurso* de linha francesa porque nela prevalece a *palavra falada* objeto de estudo de ambas as disciplinas, que, por sua vez, são o ponto de partida para nosso estudo sobre o *sujeito no discurso jurídico*.

Para um estudo mais apurado sobre a *palavra falada* na audiência de instrução e julgamento farei algumas observações sobre as *circunstâncias* em que ela é *proferida*, sempre tendo presente que essas mesmas circunstâncias são previamente previstas em lei – o Código de Processo Civil (BRASIL, [1973]2007).

Conforme explicitado anteriormente, na fase ordinatória do processo, o juiz já deixa marcada uma data em que será realizada a audiência. Nesse dia, o juiz declara aberta a audiência e manda chamar as partes e seus advogados. Esse ato poderá ser adiado uma só vez, como prevê a lei, por acordo entre as partes, pela ausência justificada do perito, das partes, das testemunhas ou dos advogados.

Se o conflito entre as partes versar sobre algo que admita transação, a lei prevê que o juiz marque dia e hora para uma audiência de conciliação em que ouvirá autor e réu. Obtida a conciliação, o juiz a reduzirá o acordo a um documento escrito e o homologará por meio de sentença, transformando-o em lei para as partes que dele participaram.

Não existindo conciliação, é o juiz, *segundo os parâmetros que a lei impõe*, que *fixará* quais os *pontos controvertidos a serem discutidos entre as partes*, a fim de não se perder tempo, como afirmam os doutrinadores do direito, com arguições irrelevantes ou com inutilidades. É ele também que *determinará quais provas* - dentre as apontadas na petição inicial do autor e na contestação do réu - *deverão ser apresentadas* no dia da audiência

ANEXO B - Modelos de termo de consentimento

Modelo de termo de consentimento do depoente

FFCLRP-USP - PÓS-GRADUAÇÃO - PSICOLOGIA

PESQUISA: LETRAMENTO E DISCURSO JURÍDICO

PESQUISADORA: Dionéia Motta Monte Serrat.

FINALIDADE: compreensão da influência da lei nas falas em audiência.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa feita por aluna do curso de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP-RP. Caso concorde em participar voluntariamente (atividade não remunerada), seu depoimento oral feito em audiência de instrução e julgamento perante o juiz de direito será gravado e, posteriormente, transcrito para um documento que será nosso material de pesquisa. Nesse caso, nenhuma informação a respeito de sua identificação será publicada em nosso estudo, preservando, assim, sua privacidade e garantindo o sigilo dessas informações. Esses dados não serão transmitidos aos professores, nem a qualquer outra pessoa que venha a ter contato com essa pesquisa.

O material colhido não será utilizado para avaliar o desempenho ou o comportamento do depoente, mas será objeto de estudo sobre a influência da lei sobre o que é dito. Nossa pesquisa se baseará na comparação do material gravado com o termo de audiência (que o juiz dita para o escrivão), com o objetivo de compreender qual é a influência da lei sobre essas falas. Essa pesquisa não oferece riscos à sua saúde física ou mental e o seu consentimento não irá interferir no procedimento judicial da audiência, nem no resultado final do processo jurídico, a sentença, uma vez que esse estudo tem objetivos unicamente científicos. Se você concordar em participar do estudo, assine seu nome neste termo de consentimento. Esclarecemos que, mesmo durante sua participação, você pode desistir a qualquer momento.

Declaro que, após ter recebido todos os esclarecimentos e informações sobre esta pesquisa, concordo em participar voluntariamente, autorizando a gravação de meu depoimento prestado em audiência de instrução e julgamento perante o MM Juiz de Direito da _____ Vara Cível de Ribeirão Preto.

Ribeirão Preto, ____ de _____ de 200 ____.

(assinatura do depoente)

RG: _____

(assinatura do pesquisador)

RG: _____

ANEXO B2 - Modelo de termo de consentimento do juiz para a gravação da audiência

Exmo. Sr. Juiz de Direito da ____ Vara Cível da Comarca de Ribeirão Preto.

Vimos por meio deste **REQUERIMENTO DE CONSENTIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA CIENTÍFICA**, pedir a Vossa Excelência autorização para gravar os depoimentos das partes (autor e réu) em audiência de instrução e julgamento do procedimento comum do processo de conhecimento, em dia e hora a serem acordados, com a finalidade de obtenção de material de pesquisa para curso de Pós-Graduação da FFCLRP-USP.

Esclarecemos que as falas realizadas em audiência serão transcritas pela própria pesquisadora e que os dados de identificação das partes e do juiz serão omitidos de nossa pesquisa, garantindo o sigilo das informações.

Requeremos, outrossim, de Vossa Excelência, autorização para acesso à cópia do termo da audiência gravada, com a finalidade de, na comparação com o texto degravado, compreender a determinação da lei sobre a enunciação do sujeito quando de seu depoimento oral, observando, à luz da ciência da Análise do Discurso, se há transformações discursivas introduzidas durante o processo de interpretação do juiz e de transcrição pelo escrevente de audiência. Também pretendemos estudar se o grau de letramento do depoente exerce alguma influência na interpretação do juiz. Anotamos que, da cópia dos termos de audiência, serão excluídos os dados que permitam a identificação do processo e das pessoas que dele participam.

Nestes termos, pedimos deferimento.

Ribeirão Preto, de _____ de 200__.

Defiro.

Dionéia Motta Monte Serrat

Pesquisadora – OAB 100.064

RG 10.328.427 (SSP/SP)

Dr.

Juiz de Direito da ____ Vara Cível

de Ribeirão Preto

ANEXO B3 - Modelo de termo de consentimento do juiz

FFCLRP-USP - PÓS-GRADUAÇÃO - PSICOLOGIA

PESQUISA: LETRAMENTO E DISCURSO JURÍDICO

PESQUISADORA: Dionéia Motta Monte Serrat.

FINALIDADE: compreensão da influência da lei nas falas em audiência.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

V. Exa. está sendo convidado a participar de uma pesquisa feita por aluna do curso de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP-RP. Caso concorde em participar voluntariamente (atividade não remunerada), suas falas em audiência de instrução e julgamento serão gravadas e, posteriormente, transcritas para um documento que será nosso material de pesquisa. Nesse caso, nenhuma informação a respeito da identificação de V. Exa. será publicada em nosso estudo, preservando, assim, sua privacidade e garantindo o sigilo dessas informações. Esses dados não serão transmitidos aos professores, nem a qualquer outra pessoa que venha a ter contato com essa pesquisa.

O material colhido não terá por finalidade avaliação de desempenho ou de comportamento, mas será objeto de estudo sobre a influência da lei sobre o que é dito. Nossa pesquisa se baseará na comparação do material gravado ao termo de audiência, com o objetivo de compreender qual é a influência da lei sobre as falas realizadas em audiência de instrução e julgamento. Essa pesquisa não oferece riscos à saúde física ou mental de V. Exa. e não irá interferir no procedimento judicial da audiência, uma vez que esse estudo tem objetivos unicamente científicos. Se V. Exa. concordar em participar do estudo, queira, por gentileza, assinar seu nome neste termo de consentimento. Esclarecemos que, mesmo durante a participação de V. Exa., poderá desistir a qualquer momento.

Declaro que, após ter recebido todos os esclarecimentos e informações sobre esta pesquisa, concordo em participar voluntariamente, autorizando a gravação de falas realizadas em audiência de instrução e julgamento por mim presidida.

Ribeirão Preto, ____ de _____ de 200__.

(assinatura do MM Juiz de Direito da ____ Vara Cível de Rib. Preto)

RG: _____

(assinatura do pesquisador)

RG: _____

ANEXO C AUDIÊNCIAS E SENTENÇAS

ÍNDICE DO ANEXO C

AUDIÊNCIAS

AUDIÊNCIA 1

Transcrição das falas da audiência (1) de 23/01/08.....	321
Termo de depoimento da testemunha da autora (aud. 1) – 23/01/08.....	324
Termo de audiência (1) – 23/01/08.....	325

AUDIÊNCIA 2

Transcrição das falas da audiência (2) de 24/01/08.....	329
Termo de depoimento da testemunha 1 do autor (aud. 2) – 24/01/08.....	334
Termo de depoimento da testemunha 2 do autor (aud. 2) – 24/01/08.....	336
Termo de depoimento da testemunha da ré (aud. 2) – 24/01/08.....	338
Termo de audiência (2) – 24/01/08.....	340

AUDIÊNCIA 3

Transcrição das falas da audiência (3) de 19/01/09.....	343
Termo de depoimento da testemunha 1 da autora (aud. 3) – 19/01/09.....	350
Termo de depoimento da testemunha 2 da autora (aud. 3) – 19/01/09.....	351
Termo de audiência (3) – 19/01/09.....	352

AUDIÊNCIA 4

Transcrição das falas da audiência (4) de 20/01/09.....	355
Termo do depoimento do autor (aud. 4) – 20/01/09.....	362
Termo de depoimento da testemunha 1 do autor (aud. 4) – 20/01/09.....	363
Termo de depoimento da testemunha 2 do autor (aud. 4) – 20/01/09.....	364
Termo de depoimento da testemunha 3 do autor (aud. 4) – 20/01/09.....	365
Termo de depoimento da testemunha 1 dos réus (aud. 4) – 20/01/09.....	366

Termo de depoimento da testemunha 2 dos réus (aud. 4) – 20/01/09.....	367
Termo de audiência n° 1 (aud. 4) do dia 20/01/09.....	368

AUDIÊNCIA 5

Transcrição das falas da audiência (5) de 20/01/09.....	370
Termo de depoimento da testemunha 1 (aud. 5) – 20/01/09.....	375
Termo de depoimento da testemunha 2 (aud. 5) – 20/01/09.....	376
Termo de audiência (5) do dia – 20/01/09.....	377

SENTENÇAS E ACÓRDÃO

Sentença 1.....	379
Sentença 2.....	386
Acórdão.....	390

Transcrição das falas da audiência (1) de 23/01/08

Termo de depoimento da testemunha da autora (aud. 1) – 23/01/08

Termo de audiência (1) – 23/01/08

A audiência do dia 23/01/08 se refere a ação de cobrança do valor correspondente aos danos provocados em imóvel devolvido ao final de locação. A proprietária afirma que o inquilino não cumpriu a obrigação de pintar o imóvel antes de restituí-lo e cobra, da fiadora do ex-locatário, o valor da pintura. A fiadora contestou o pedido dizendo que o imóvel foi devolvido nas mesmas condições em que foi recebido pelo locatário. Na audiência, foi ouvida uma testemunha da autora e o juiz, reconhecendo a comprovação dos danos e a responsabilidade da ré, a condenou ao pagamento da indenização pedida.

Transcrição da audiência (1) de 23/01/2008

- 1
2
3
4 Juiz (J) ((dirigindo-se ao advogado)): Boa tarde, doutor ... a doutora (*omissis*) ela é
5 esposa de nosso colega juiz doutor (*omissis*) e ela é aluna do mestrado e está fazendo
6 uma pesquisa ... Análise do Discurso e ela precisa gravar uma audiência ... gravada
7 neste sistema ... e:: ela gostaria de gravar esta audiência mas pra isso precisa contar
8 com a concordância do senhor ... se o senhor concorda ou não que seja gravada esta
9 audiência ... e se concordar se poderia assinar este termo concordando ... o senhor
10 concorda?
11 Advogado (A): Concordo
12 Escrevente (E) ((dirigindo-se ao advogado)): Doutor o senhor pode se sentá aqui?
13 J ((dirigindo-se ao advogado)): O senhor vai insistir no depoimento do senhor?
14 A: Só ... da:: ... da (*omissis*)
15 J ((dirigindo-se à escrevente)): Vê qual a testemunha é a (*omissis*)
16 E ((dirigindo-se à testemunha)): A senhora pode se sentar aqui por favor
17 J ((dirigindo-se à escrevente)): Pode qualificar
18 E ((dirigindo-se à testemunha)): A senhora me empresta um documento por
19 gentileza?
20 E: Qual que é o estado civil da senhora?
21 Testemunha (T): (*omissis*)
22 E: E a profissão?
23 T: (*omissis*)
24 E: O endereço residencial
25 T: (*omissis*)
26 E: Ribeirão Preto?
27 T: Ribeirão Preto
28 E ((devolvendo documento para a testemunha)): Pronto, to
29 J ((dirigindo-se à testemunha)): Dona (*omissis*)?
30 T: Isso
31 J: A senhora é parente de alguma das partes aqui?
32 T: Não ... eu sou a procuradora da dona (*omissis*) ... eu sou a proprietária da (*omissis*)
33 J: A senhora tem conhecimento dos fatos?
34 T: Tenho
35 J: O que que a senhora sabe?
36 T: É que ele morou lá um ano ... um ano de:: ... sem pagar aluguel sem pagar
37 condomínio e que foi movida uma ação de despejo contra ele e ele saiu deixou danos
38 no imóvel
39 J: Que ... que danos foram esses?
40 T: Pintura geral do imóvel limpeza controle que ele entregou ... ele entregou a chave
41 ao do ... à doutora (*omissis*) a advogada ... ao doutor (*omissis*) no escritório dele ... aí
42 o controle não funcionava ... limpeza geral ... pintura geral no imóvel ...
43 J ((dirigindo-se ao advogado)): Tem pergunta?
44 A: Não ... não tenho
45 J ((dirigindo-se à escrevente)): Só isso então ... Nada mais
46 A: Só uma ... uma pergunta ... só pergunta se foi ela que fez a vistoria de entrada e
47 saída do imóvel
48 J: A senhora que fez [a vistoria de entrada e saída?
49 T: [Isso
50 T: Isso

- 51 J ((ditando à escrevente)): Foi a depoente quem fez a vistoria de entrada e saída do
 52 imóvel ... Lembra-se que o imóvel não foi devolvido nas mesmas condições em que
 53 foi locado ... vírgula ... já que o locatário não fez a pintura geral
 54 J ((dirigindo-se à testemunha)): Faltava mais alguma coisa além da pintura geral?
 55 T: Só pintura, limpeza
 56 J ((ditando à escrevente)): E nem a limpeza ... ponto
 57 J ((dirigindo-se à testemunha)): Ele não devolveu o controle remoto da garagem?
 58 T: Ele devolveu o controle mas ele não funcionava
 59 J ((ditando à escrevente)): que::: o controle remoto da garagem devolvido pelo autor
 60 também não estava funcionando
 61 A: Se é quando a::: ...elaborada a vistoria de saída ela tentou entrar em contato com
 62 o::: ... o inquilino
 63 J ((com movimento de cabeça, manda que a testemunha responda))
 64 T: Tentei ... várias vezes ... e não tive resposta ... não tive pelo telefone
 65 J ((ditando à escrevente)): depois da vistoria ... vírgula ... a depoente tentou várias
 66 vezes entrar em contato com o inquilino... vírgula ... mas não obteve êxito
 67 J ((com gesto de cabeça, indaga se o advogado tem outras perguntas))
 68 A ((com gesto de mão e de cabeça, responde que nada mais tem a perguntar))
 69 J ((ditando à escrevente)) Nada mais.
 70 J ((ditando à escrevente)): Dada a palavra
 71 E ((faz longa digitação, sem que nada lhe seja ditado))
 72 J ((dirigindo-se à testemunha)): Dona (*omissis*) ... a doutora (*omissis*) está fazendo
 73 uma pesquisa de mestrado e:: ela precisa gravar as audiências e pra isso precisa do
 74 consentimento das partes ... das testemunhas ... a senhora concorda?
 75 T: Concordo ... ()
 76 J: Poderia assinar por favor?
 77 T: Assino ... aqui né?
 78 J ((dirigindo-se ao advogado)): Doutor o senhor vai reiterar a ()?
 79 A ((responde afirmativamente com movimento de cabeça))
 80 E ((faz longa digitação sem ditado))
 81 J ((dirigindo-se à escrevente)): Tudo pronto?
 82 E ((responde afirmativamente com movimento de cabeça))
 83 J: (*omissis*) move ação de cobrança contra (*omissis*) alegando vírgula em resumo
 84 vírgula que locou o imóvel residencial de sua propriedade a (*omissis*) figurando a ré
 85 como fiadora ... como vírgula ... figurando a ré como fiadora ... vírgula e que o
 86 locatário desocupou o imóvel ser efetuar os reparos necessários ponto ... Assim pede
 87 seja a ré condenada a lhe pagar a quantia de cento e oitenta reais ... ponto ... Citada ...
 88 vírgula a ré apresentou contestação ponto ... Preliminarmente alegou incompetência
 89 relativa ... vírgula inépcia da inicial e carência da ação por impossibilidade jurídica
 90 do pedido e ilegitimidade passiva ponto ... No mérito diz em síntese que o imóvel foi
 91 devolvido pelo locatário nas mesmas condições em que entregue quando do início da
 92 locação ... ponto Réplica a folhas quarenta e seis barra quarenta e oito ... ponto ...
 93 Infrutífera foi a tentativa de conciliação entre parênteses folhas sessenta e dois barra
 94 ... () folhas sessenta e dois ... e saneado o processo entre parênteses folhas sessenta e
 95 cinco barra sessenta e seis ... vírgula ... foi realizada a instrução ... vírgula após o que
 96 ... as partes apresentaram alegações finais ... reiterando os argumentos iniciais ...
 97 ponto ... É o relatório ponto ... Decido ... O pedido é procedente ... ponto ... Alegou e
 98 logrou demonstrar ... a autora ... vírgula ... como lhe competia ... vírgula
 99 E: Como?
 100 J: E logrou demonstrar a autora vírgula como lhe competia vírgula ... que::: o

101 locatário realmente devolveu o imóvel ... em precárias condições ... folhas ... vinte ...
 102 barra ... vinte e cinco ... vírgula contrariando vírgula ... assim vírgula ... frontalmente
 103 ... o que foi avençado no contrato de locação ... vírgula ... ou seja vírgula ... que
 104 devolveria o imóvel ... pintado e nas mesmas condições ... que recebeu no início da
 105 locação ... ponto E como o réu assinou tal contrato na condição de fiador e principal
 106 pagador ... vírgula responsabilizando-se ... solidariamente ... por todas as obrigações
 107 dali constantes ... vírgula ... não se pode agora ... eximir ... do dever de indenizar ... a
 108 locadora pelos prejuízos que o locatário ... lhe causou ... vírgula ... até porque ... o
 109 contrato não é celebrado ... para o diletantismo dos contratantes ... vírgula mas sim
 110 para gerar certos e determinados efeitos por eles previstos e desejados ... ponto ... A
 111 circunstância de não ter participado da vistoria ... é irrelevante ... vírgula ... já que é
 112 ônus do locatário ... e do fiador ... vírgula não do locador ... vírgula ... a prova de que
 113 o imóvel foi devolvido nas mesmas condições em que fora locado ... ponto O
 114 locatário ... vírgula ao invés de entregar as chaves à locadora ... e exigir ... recibo ...
 115 desta quanto às condições em que o imóvel estava sendo ... entregue ... vírgula como
 116 contratado vírgula ... preferiu pura e simplesmente ... devolver as chaves ... sem
 117 exigir ... qualquer recibo com ... as condições em que ... estava entregando o imóvel
 118 entre parênteses folhas vinte ... ponto À evidência que a simples entrega das chaves
 119 ... não comprova o estado de conservação ... em que se encontra encontrava o imóvel
 120 ... ponto ... Assim vírgula ... comprovados a extensão e o valor ... dos danos ...
 121 vírgula de rigor a procedência do pedido ... ponto Posto isso ... julgo procedente o
 122 pedido ... e condeno o réu a pagar à autora ... a quantia de cento ... e oitenta ... reais
 123 vírgula monetariamente corrigida e acrescida de juros de mora de um por cento ao
 124 mês ... entre parentes artigo quatrocentos e seis ... do Código Civil combinado com ...
 125 o artigo cento e sessenta e um vírgula parágrafo primeiro ... do ... Código Tributário
 126 Nacional ... fecha parênteses ... a partir da citação ... ponto Condeno o réu ainda ao
 127 pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios ... vírgula por
 128 equidade vírgula ... em seiscentos reais ... Fica o réu ad ... advertido de que ... vírgula
 129 não sendo efetuado o pagamento no prazo de quinze dias ... o valor do débito será
 130 acrescido da multa de dez por cento ... vírgula nos termos do artigo quatrocentos e
 131 trinta e cinco J do Código de Processo Civil ... quatro sete cinco J do Código de
 132 Processo Civil ... Dou por publicada nesta audiência e por intimadas as partes
 133
 134
 135
 136
 137
 138
 139
 140
 141
 142
 143
 144
 145
 146
 147
 148
 149
 150

Termo de depoimento da testemunha da autora (aud. 1) - 23/01/08

PODER JUDICIÁRIO
VARA CÍVEL DA COMARCA DE
Proc.nº

2
SP

TESTEMUNHA DA AUTORA

Testemunha:

R.G. nº

Estado Civil:

Profissão:

Endereço residencial: rua

Aos de costume disse nada. Ausentes os impedimentos legais, presta o compromisso. Inquirida pelo MM. Juiz, na forma e sob as penas da Lei, respondeu. Dada a palavra ao advogado da autora, respondeu: Foi a depoente quem fez a vistoria de entrada e saída do imóvel. Lembra-se que o imóvel não foi devolvido nas mesmas condições em que foi locado, já que o locatário não fez a pintura geral e nem a limpeza. O controle remoto da garagem devolvido pelo inquilino também não estava funcionando. Depois da vistoria, a depoente tentou várias vezes entrar em contato com o inquilino, mas não obteve êxito. Nada mais. Para constar. Eu, , Escrevente-Chefe, digitei e assino.

MM. JUIZ:

Testemunha:

Adv. Autora:

Termo de audiência (1) - 23/01/08

PODER JUDICIÁRIO
VARA CÍVEL DA COMARCA DE
PROCESSO Nº

- SP

1

TERMO DE AUDIÊNCIA

Audiência de Tentativa de Conciliação, Instrução e Julgamento

Ação:

Autor:

Réu:

Aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano dois mil e oito, às 15:30 horas, na cidade e comarca de , Estado de São Paulo, na sala de audiências da Vara Cível, sob a presidência do MM. Juiz de Direito, comigo a Escrevente-Chefe abaixo assinada, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento. Apregoadas as partes, verificou-se a presença do advogado da autora,. Ausente a ré, seu advogado e sua testemunha. Iniciados os trabalhos, foi dada por prejudicada a tentativa de conciliação, ante a ausência da ré. A seguir foi ouvida uma única testemunha da autora, cujo termo segue em apartado. A seguir pela parte autora foi dito que não tinha outras provas a produzir, requerendo o encerramento da instrução. A seguir pelo MM. Juiz foi dito que dava por encerrada a instrução e determinava que se desse à palavra a parte autora para alegações finais. Pela parte autora foi dito que reiterava seus argumentos expendidos na fase postulatória. A seguir pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: "Vistos. move ação de cobrança contra

Termo de audiência (1) - 23/01/08

PODER JUDICIÁRIO

VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO - SP

PROCESSO Nº

2

alegando, em síntese, que locou o imóvel residencial de sua propriedade a figurando a ré como fiadora, e que o locatário desocupou o imóvel sem efetuar os reparos necessários. Assim, pede seja a ré condenada a lhe pagar a quantia de R\$ 880,00. Citada, a ré apresentou contestação. Preliminarmente, alegou incompetência relativa, inépcia da inicial e carência da ação por impossibilidade jurídica do pedido e ilegitimidade passiva. No mérito, disse, em síntese, que o imóvel foi devolvido pelo locatário nas mesmas condições em que entregue quando do início da locação. Réplica a fls. 46/48. Infrutífera a tentativa de conciliação (fls. 62) e saneado o processo (fls. 65/66), foi realizada a instrução, após o que a parte autora apresentou alegações finais reiterando os argumentos expendidos na fase postulatória. É o relatório. **Decido.** O pedido é procedente. Alegou e logrou demonstrar a autora, como lhe competia, que o locatário realmente devolveu o imóvel em precárias condições (fls. 20/25), contrariando, assim, frontalmente o que foi avençado no contrato de locação, ou seja, que devolveria o imóvel pintado e nas mesmas condições que o recebeu no início da locação. E como a ré assinou tal contrato na condição de fiador e principal pagador, responsabilizando-se solidariamente por todas as obrigações dali constantes, não se pode agora eximir do dever de indenizar a locadora pelos prejuízos que o locatário lhe causou, até porque o contrato não é celebrado para o diletantismo dos contratantes, mas sim para gerar certos e determinados efeitos por eles previstos e desejados. A circunstância de não ter participado da vistoria é irrelevante, já que é ônus do locatário e do fiador, não do locador, a prova de que o imóvel foi devolvido nas mesmas condições em que fora locado. O locatário, ao invés de entregar

Termo de audiência (1) - 23/01/08

PODER JUDICIÁRIO
VARA CÍVEL DA COMARCA DE

- SP

PROCESSO Nº

3

as chaves À locadora e exigir recibo desta quanto Às condições de que o imóvel estava sendo entregue, como contratado, preferiu pura e simplesmente devolver as chaves sem exigir qualquer recibo quanto Às condições em que estava entregando imóvel (fls. 20). À evidência que a simples entrega das chaves não comprova o estado de conservação em que se encontrava o imóvel. Assim, comprovados a extensão e o valor dos danos, de rigor a procedência do pedido. Posto isso, julgo procedente o pedido e condeno a ré a pagar À autora a quantia de R\$ 880,00, monetariamente corrigida e acrescida de juros de mora de um por cento ao mês (art. 406 do Código Civil c.c. o art. 161, § 1º do Código Tributário Nacional, a partir da citação. Condeno a ré ainda ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo, por equidade, em R\$ 600,00. Fica a ré advertida de que, não sendo efetuado o pagamento no prazo de quinze dias, o valor do débito será acrescido na multa de dez por cento, nos termos do art. 475-J do Código Civil. Dou por publicada nesta audiência e por intimadas as partes". Nada mais. Para constar. Eu, _____, Escrevente - Chefe, digitei e assino.

MM. JUIZ:

Adv. Autora:

Transcrição das falas da audiência (2) de 24/01/08

Termo de depoimento da testemunha 1 do autor (aud. 2) 24/01/08

Termo de depoimento da testemunha 2 do autor (aud. 2) 24/01/08

Termo de depoimento da testemunha da ré (aud. 2) 24/01/08

Termo de audiência (2) – 24/01/08

A audiência de 24/01/08 diz respeito a ação por meio da qual os autores cobram alegada dívida decorrente de transporte de mercadorias para a ré, que contestou a ação negando a dívida por não ter havido ou o contrato ou o transporte alegados. Na audiência foram ouvidas duas testemunhas dos autores e uma da ré e, tendo faltado outra testemunha desta, foi marcada outra data para a continuação da audiência.

Transcrição da audiência (2) de 24/01/2008

1
2
3
4 Juiz (J): Boa tarde a todos
5 Os presentes: Boa tarde
6 J: A:: a doutora (*omissis*) ... ela ... é estudante de mestrado e está fazendo uma
7 pesquisa de:: sobre Análise do Discurso né? Isso ... e ela gostaria de gravar a
8 audiência ... se possível ... então eu pergunto se todos concordam com essa gravação
9 e se concordam assinar esse termo respondendo que aceitam a gravação
10 Um dos presentes: ()
11 J: Oh desculpe são esses daqui
12 J: Concluído então?
13 ((Presentes assinam os termos de consentimento)): ()
14 J: Digam doutores há possibilidade de acordo?
15 Advogado da ré (AR): Excelência por parte da ré ... não
16 J: Tem prova pra ser produzida? Depoimento pessoal ... não ... não pediram?
17 Advogado dos autores (AA) ((dirigindo-se ao advogado da ré)): Cê tem interesse?
18 AR: Eu tenho (), mas depoimento pessoal não ...
19 J: Desistem do depoimento pessoal?
20 AA ((referindo-se ao advogado do réu)): Se o doutor não se opor, também, se ele não
21 tiver depoimento por parte dele ...
22 J: Então chama a testemunha do autor
23 ((diálogos entre os advogados e o juiz sobre intimação de testemunha)): ()
24 Escrevente (E) ((para a primeira testemunha dos autores, TA1)): O senhor senta
25 naquela cadeira ali por favor?
26 J: Seu (*omissis*), a doutora (*omissis*) está fazendo uma pesquisa e ela gostaria de
27 gravar esta audiência o senhor se opõe a isso ou não?
28 TA1: ((consente com movimento de cabeça))
29 J: O senhor concorda?
30 TA1: ((confirma com aceno de cabeça))
31 ((Juiz dita o número do processo para escrevente))
32 J: (*omissis*) né? O senhor é parente do (*omissis*) ou do (*omissis*) ou o senhor tem
33 algum interesse nessa ação?
34 TA1: ((acena negativamente com a cabeça))
35 J: O senhor está compromissado a dizer a verdade sob pena de ser processado pelo
36 crime de falso testemunho ... O senhor presenciou ou tem conhecimento de um
37 contrato entre eles?
38 TA1: É ... eu só trabalhei ... um período ... um período
39 J: Com ele quem?
40 TA1: Com o (*omissis*) e o (*omissis*)
41 J: Sim, mas o senhor presenciou o contrato entre ele e a (*omissis*)?
42 TA1: Não
43 J ((ditando para a escrevente)): Não tem conhecimento e nem presenciou o contrato
44 entre as partes ... ponto O depoente apenas trabalhou um determinado período ...
45 J ((indaga a testemunha)): Para o (*omissis*) ou para o (*omissis*)?
46 TA1: o (*omissis*)
47 J ((prossequindo o ditado para a escrevente)): com o autor (*omissis*): com o autor
48 (*omissis*)
49 J ((indagando a testemunha)): Trabalhou do que?
50 TA1: Ajudante né?

51 J: De motorista?
 52 TA1: É
 53 J ((ditando para a escrevente)): Trabalhou para (*omissis*) como ajudante de motorista
 54 J ((indagando a testemunha)): Que período foi?
 55 TA1: É:: de janeiro ...
 56 J ((ditando para a escrevente)): No período de janeiro ...
 57 TA1: Fevereiro e março
 58 J ((ditando para a escrevente)): A março
 59 J ((indagando a testemunha)): De dois mil e seis?
 60 TA1: Isso
 61 J: Ele que pagava o senhor?
 62 TA1: Ele
 63 J ((ditando à escrevente)): Era (*omissis*) quem pagava o depoente
 64 J ((dirigindo-se aos advogados)): de quem que é a testemunha? Tem pergunta?
 65 AA: É:: ajudante qual é a função é::: como ajudante de motorista o que que ele fazia?
 66 Qual é o trabalho que ele executava na:: ... quando ajudante?
 67 ((Juiz olha para a testemunha))
 68 TA1: É:: descarregava o caminhão
 69 J ((ditando à escrevente)): Como ajudante de motorista vírgula o depoente
 70 descarregava caminhão
 71 AA: Se ele pode informar se ele fazia coleta de:: ... coleta
 72 J: De que?
 73 AA: De material de mercadoria
 74 ((Juiz olha para a testemunha))
 75 TA1: Eu:: ... o (*omissis*) vinha com o caminhão até Piracicaba e eu ajudava ele a ()
 76 Piracicaba ... fazia a cidade inteira com ele
 77 J: Fazia o que?
 78 TA1: Só descarregava em Piracicaba
 79 J: Se só descarregava?
 80 TA1: Em Piracicaba ... fazia as entrega
 81 J ((ditando à escrevente)): O depoente só ajudava a descarregar o caminhão na
 82 cidade de Piracicaba
 83 AA: Só isso
 84 J ((dirigindo-se ao advogado da ré)): Tem pergunta?
 85 AR: Não excelência, nada a perguntar
 86 ((ingressa a segunda testemunha dos autores, TA2))
 87 J: Seu (*omissis*) ... o senhor concorda com a gravação dessa audiência?
 88 TA2: Concordo
 89 ((escrevente qualifica a testemunha)): ()
 90 J: O senhor é parente do (*omissis*) ou do (*omissis*)?
 91 TA2: não
 92 J: O senhor tem algum interesse nessa ação?
 93 TA2: Não
 94 J: O senhor está compromissado a dizer a verdade sob pena de ser processado pelo
 95 crime de falso testemunho ... a pena pode ir até seis anos de reclusão ... o senhor
 96 presenciou o contrato entre o (*omissis*) o (*omissis*) e a (*omissis*)?
 97 TA2: Presenciar o contrato não
 98 J ((ditando à escrevente)): Não presenciou o contrato entre as partes
 99 J ((indagando a testemunha)): O senhor tem conhecimento aqui dos fatos o que é que
 100 o senhor sabe?

- 101 TA2: Eu sei que eu trabalhei no comércio é:: como ajudante
 102 J: Ajudante de que?
 103 TA2: Ajudante de entrega da firma deles
 104 J ((ditando à testemunha)): Trabalhou como ajudante de entrega para os autores
 105 J ((indagando a testemunha)): Eles que pagavam o senhor?
 106 TA2: Era sempre eles
 107 J ((ditando à escrevente)): Eram os autores quem ... pagavam ... o depoente
 108 J ((dirigindo-se ao advogado dos autores)): Tem pergunta?
 109 AA: Se ele recorda excelência se os conhecimento de transporte vinha em nome de
 110 qual transportadora ... ou seja se ele recorda se o conhecimento de transporte vinha
 111 em nome de que transportadora?
 112 J ((indagando a testemunha)): O senhor sabe em nome de quem que estavam os
 113 conhecimentos de transporte?
 114 TA2: Não lembrá o nome eu não lembro era uma transportadora até aqui de Ribeirão
 115 Preto eu não lembro o nome ... era... ()
 116 J ((ditando à escrevente)): Não se lembra o nome da transportadora em cujo nome
 117 estavam os conhecimentos de transporte
 118 AA: Quanto tempo ele efetuou essas entrega aqui?
 119 J ((olha para a testemunha))
 120 TA2: Trabalhei aqui acho que mais ou meno de uns ... quase cem ou noventa dias
 121 mais
 122 J ((ditando à escrevente)): Trabalhou para os autores durante aproximadamente
 123 noventa dias
 124 J ((dirigindo-se ao advogado da ré)): Tem pergunta?
 125 AR: Excelência ... se os conhecimentos de transporte é:: eram só dessa empresa ou
 126 seria de ... se existiam outras ... outros conhecimentos de outras empresas se eram só
 127 da empresa de Ribeirão Preto para a qual o representante dos autores trabalhava
 128 J ((dirigindo-se à testemunha)): Você sabe se os conhecimentos de transporte era só
 129 de uma empresa ou tinha de outras empresas?
 130 TA2: Não, tinha de outras empresas
 131 J ((ditando à escrevente)): Havia conhecimentos de transporte de várias empresas
 132 AR: Sem mais perguntas
 133 J ((dirigindo-se ao advogado da ré)): O senhor vai insistir naquela testemunha?
 134 AR: Sim excelência o senhor (*omissis*) e gostaria de insistir no depoimento do senhor
 135 (*omissis*) ... que é a outra testemunha que não foi intimada e ela é imprescindível pra
 136 ... e ela é a é a ... por parte da ré é a que mais tem conhecimento dos fatos
 137 J: Não vejo necessidade
 138 AR: Eu gostaria que o senhor indefrisse e que constasse do termo
 139 J: Tudo bem doutor eu especifico
 140 AR: Entendo que para o senhor não tem necessidade ... mas ... gostaria de reiterar
 141 por favor
 142 ((conversa inaudível entre o Juiz e a escrevente))
 143 J ((dirigindo-se à testemunha da ré TR)): Senhor (*omissis*) o senhor concorda com a
 144 gravação da audiência?
 145 TR: () ... pode
 146 J: O senhor é parente do (*omissis*) do (*omissis*)?
 147 TR: Não
 148 J: Não tem interesse nessa ação?
 149 TR: Não
 150 J: O senhor está compromissado a dizer a verdade sob pena de ser processado pelo

- 151 crime de falso testemunho ... o senhor presenciou ou tem conhecimento do contrato
 152 entre as partes ... o (*omissis*) e a (*omissis*)?
 153 TR: Não ... o contrato ... não foi elaborado contrato entre as partes ... desconheço
 154 J ((ditando à escrevente)): Não tem conhecimento do contrato entre as partes
 155 J ((dirigindo-se ao advogado da ré)): Pois não?
 156 AR: Se a testemunha sabe informar qual é a conduta ... se a condu ... qual é a
 157 conduta da empresa ao firmar parcerias ... com outras empresas ou com outros
 158 prestadores de serviço
 159 J ((dirigindo-se à testemunha)): O senhor trabalha lá na (*omissis*)?
 160 TR: Sim
 161 J: O que que o senhor é?
 162 TR: Sou analista de sistemas e gerente de tecnologia
 163 J ((ditando à escrevente)): É analista de sistemas e gerente de tecnologia da ré
 164 J ((indagando a testemunha)): Como que é a:: como é que são as parcerias da ... da
 165 TR: As parcerias são com empresas né? ... Contratos com empresas que coletam e
 166 entregam ... prestam serviços para a nossa empresa né? Com todas essas franquias
 167 tem um instrumento particular de parceria firmado né? Com assinatura da empresa e
 168 da ... quem taria prestando serviço pra gente
 169 J: A parceria tratada é por franquia?
 170 TR: Isso ... franquias com contrato assinado né?
 171 J: A ré costuma fazer parcerias com outras empresas mediante contrato de franquia
 172 J ((olha para o advogado da ré))
 173 AR: Se a testemunha tem conhecimento de alguma dívida pendente da empresa com
 174 os autores
 175 J ((indagando a testemunha)): Sabe se a:: se ela deve alguma coisa pros autores?
 176 TR: Que eu saiba não deve nada
 177 J ((ditando para a escrevente)): Pelo que sabe vírgula ... a ré nada deve aos autores
 178 AR: Sem mais
 179 J ((dirigindo-se ao advogado dos autores)): Sem perguntas?
 180 AA: Se ele sabe se houve algum tipo de negociação entre a ... a ré e os autores ... no
 181 passado
 182 J ((indagando a testemunha)): O senhor sabe se houve algum negócio entre eles ...
 183 das partes aqui?
 184 TR: Eu sei que a empresa prestou alguns serviços de entrega né? Agora o tipo de
 185 negociação que foi feito ... eu não sei
 186 J: Que empresa prestou serviços?
 187 TR: A empresa de Piracicaba, né? Do seu (*omissis*) no caso fez entregas pra
 188 (*omissis*) ... pra (*omissis*) né? Agora, como foi feita a negociação o contrato desse
 189 serviço...
 190 J ((ditando à escrevente)): Sabe que os autores chegaram a prestar serviços para a ré
 191 em Piracicaba vírgula mas o depoente não sabe os detalhes do contrato.
 192 AA: Sabe o período que ...
 193 J ((indagando a testemunha)): Sabe o período que foi?
 194 TR: Janeiro de dois mil e seis
 195 J: Só? Janeiro?
 196 TR ((ditando à escrevente)): Que os autores prestaram serviços à ré em janeiro de
 197 dois mil e seis
 198 AA: E houve quitação desse período?
 199 J ((indagando a testemunha)): Houve pagamento da ...
 200 TR: Não posso ()

201 J ((ditando à escrevente)): Não sabe se a ré pagou pelos serviços prestados pelos
202 autores
203 J ((dirigindo-se ao advogado da ré)): Vai insistir então?
204 AR: Vou
205 ((escrevente digita o termo de audiência e colhe as assinaturas das partes, dos
206 advogados e do Juiz))
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250

Termo de depoimento da testemunha 1 do autor (aud. 2) - 24/01/08

PODER JUDICIÁRIO
VARA CÍVEL DA COMARCA DE _____ - SP
Proc.nº _____

TESTEMUNHA DO AUTOR

Testemunha: 1

R.G. nº _____

Estado Civil: _____

Profissão: _____

Endereço residencial : rua _____

Aos de costume disse nada. Ausentes os impedimentos legais, presta o compromisso. Inquirida pelo MM. Juiz, na forma e sob as penas da Lei, respondeu: Não tem conhecimento e nem presenciou o contrato entre as partes. O depoente apenas trabalhou um determinado período com o autor. Trabalhou para () como ajudante de motorista no período de janeiro a março de 2006. Era () quem pagava o depoente. Dada a palavra ao advogado dos autores, as reperguntas respondeu: Como ajudante de motorista, o depoente descarregava caminhão. O depoente só ajudava a descarregar o caminhão na cidade de Piracicaba-SP. Dada a palavra ao advogado da ré, nada reperguntou. Nada mais. Para constar. Eu, _____, Escrevente - Chefe, digitei e assino.

MM. JUIZ:

Testemunha:

Autor:

Autor:

Adv. Autor:

Termo de depoimento da testemunha 1 do autor (aud. 2) - 24/01/08

PODER JUDICIÁRIO
VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO - SP
Proc.nº

2

Rep. Ré:

Adv. Ré:

Termo de depoimento da testemunha 2 do autor (aud. 2) - 24/01/08

PODER JUDICIÁRIO
VARA CÍVEL DA COMARCA DE : - SP

TESTEMUNHA DO AUTOR

Testemunha: 2

R.G. n°

Estado Civil:

Profissão:

Endereço residencial : rua

Aos de costume disse nada. Ausentes os impedimentos legais, presta o compromisso. Inquirida pelo MM. Juiz, na forma e sob as penas da Lei, respondeu: Não presenciou o contrato entre as partes. Trabalhou como ajudante de entrega para os autores. Eram os autores quem pagava o depoente. Dada a palavra ao advogado dos autores, as reperguntas respondeu: Não se lembra o nome da transportadora em cujo nome estavam os conhecimentos de transporte. Trabalhou para os autores durante aproximadamente noventa dias. Dada a palavra ao advogado da réu, as reperguntas respondeu: Havia conhecimentos de transporte de várias empresas. Nada mais. Para constar. Eu, _____, Escrevente - Chefe, digitei e assino.

MM. JUIZ:

Testemunha:

Autor:

Autor:

Adv. Autor:

Termo de depoimento da testemunha 2 do autor (aud. 2) - 24/01/08

1 2

PODER JUDICIÁRIO

2

VARA CÍVEL DA COMARCA DE 1

- SP

Rep. Ré:

Adv. Ré:

.

Termo de depoimento da testemunha da ré (aud. 2) - 24/01/08

PODER JUDICIÁRIO
VARA CÍVEL DA COMARCA DE , - SP
Proc.nº

TESTEMUNHA DA RÉ

Testemunha: TQ

R.G. nº

Estado Civil:

Profissão:

Endereço residencial : rua

Aos de costume disse nada. Ausentes os impedimentos legais, presta o compromisso. Inquirida pelo MM. Juiz, na forma e sob as penas da Lei, respondeu: Não tem conhecimento do contrato entre as partes. Dada a palavra ao advogado da ré, as reperguntas respondeu: É analista de sistema e gerente de tecnologia da ré. A ré costuma fazer parcerias com outras empresas mediante contrato de franquia. Pelo que sabe, a ré nada deve aos autores. Dada a palavra ao advogado dos autores, as reperguntas respondeu: Sabe que os autores chegaram a prestar serviços para a ré em Piracicaba, mas o depoente sabe os detalhes do contrato. Os autores prestaram serviços a ré em janeiro de 2006. Não sabe se a ré pagou pelos serviços prestados pelos autores. Nada mais. Para constar. Eu, _____ Escrevente - Chefe, digitei e assino.

MM. JUIZ:

Testemunha:

Autor:

Autor:

Termo de depoimento da testemunha da ré (aud. 2) - 24/01/08

PODER JUDICIÁRIO

2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIBEIRÃO PRETO - SP

Proc.nº

Adv. Autor:

Rep. Ré:

Adv. Ré:

Termo de audiência (2) - 24/01/0

PODER JUDICIÁRIO
VARA CÍVEL DA COMARCA DE - SP
PROCESSO Nº 1

TERMO DE AUDIÊNCIA

Audiência de Tentativa de Conciliação, Instrução e Julgamento

Ação: Cobrança

Autor:

Réu:

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano dois mil e oito, às 14:00 horas, na cidade e comarca de , Estado de São Paulo, na sala de audiências da Vara Cível, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr., comigo a Escrevente-Chefe abaixo assinada, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento. Apregoadas as partes, verificou-se a presença dos autores, bem como a ré, representada por, acompanhado de seu advogado Dr.. Iniciados os trabalhos e proposta a tentativa de conciliação, foi esta infrutífera. Pelas partes foi dito que desistiam dos depoimentos pessoais, o que foi homologado pelo MM. Juiz. A seguir foram colhidos os depoimentos de duas testemunhas dos autores e uma testemunha da ré, tendo esta última insistido na oitiva de sua testemunha ausente, com o que concordou a parte contrária. A seguir pelo MM. Juiz foi dito que: "Designo o próximo dia 16 de abril, Às 14:45 horas para a oitiva da testemunha da ré. Saem os presentes intimados, inclusive a ré de que deverá efetuar o depósito de diligência para instruir o mandado de intimação da testemunha". Nada

Termo de audiência (2) - 24/01/08

PODER JUDICIÁRIO
VARA CÍVEL DA COMARCA DE ! - SP

PROCESSO Nº 2

mais. Para constar. Eu, _____, Escrevente -
Chefe, digitei e assino.

MM. JUIZ:

Autor:

Adv. Autor:

Rep. Ré:

Adv. Ré:

Transcrição das falas da audiência (3) de 19/01/09

Termo de depoimento da testemunha 1 da autora (aud. 3) – 19/01/09

Termo de depoimento da testemunha 2 da autora (aud. 3) – 19/01/09

Termo de audiência (3) – 19/01/09

A audiência de 19/01/09 foi designada em ação cautelar por meio da qual a autora quer apreender (arrestar) bens da ré, que estaria dilapidando seu patrimônio. A ré é inquilina da autora, deve valor elevado a título de aluguéis e a locadora pede, ao juiz, a apreensão (arresto) dos bens que ainda estão no imóvel, para garantir o ressarcimento de parte de seu prejuízo. A audiência (chamada de justificação prévia) é feita para que o juiz ouça testemunhas que confirmem as alegações da autora e é feita sem que a ré saiba da existência da ação, dado o risco de desvio dos bens ainda restantes. Foram ouvidas duas testemunhas e o juiz concedeu o arresto.

Transcrição da audiência (3) de 19/01/2009

1
2
3
4 Juiz (J): Esta audiência aqui vai ser objeto de pesquisa para uma dissertação de
5 mestrado na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP ... sem a identificação
6 das partes ... advogado juiz ninguém vai ser identificado ... é:: há algum objeção do
7 senhor
8 Advogado da autora (AA): Nenhuma
9 J Nenhuma? Apenas eu vou pedir ao senhor e à:: cara testemunha que assinem então
10 aqui um termo de consentimento, tá? E:: eu vou deixar pro senhor aí ... aí o senhor
11 assina e pede pra testemunha depois assinar ... ok?
12 J ((dirigindo-se à testemunha)):: Como que é nome da senhora?
13 T1: (omissis)
14 J: (omissis)?
15 T1: (omissis)
16 J: (omissis)?
17 T1: (omissis)
18 J: (omissis)
19 T1: É
20 J: A senhora vai depor sob o compromisso de falar a verdade ok? Tá? A senhora
21 conhece a dona (omissis)?
22 T1: Conheço
23 J: Conhece?
24 T1: ((acena afirmativamente com a cabeça))
25 J: Conhece (omissis)?
26 T1: Conheço
27 J: É:: a dona (omissis) alugou um imóvel para a dona (omissis)?
28 T1: Sim
29 J: Imóvel comercial ou residencial?
30 T1: Comercial
31 J: Comercial ... que que ela ... trabalha com que nesse imóvel ... a senhora sabe?
32 T1: Eles estavam trabalhando com pneus ... ressolagem de pneus
33 J: Ressolagem de pneus ...
34 T1: Isso
35 J: Ok ... é:: onde é que fica localizado esse imóvel?
36 T1: Na ((testemunha informa o nome da rua e o número do imóvel))
37 J ((repete o endereço))
38 T1: É ((repete o número))
39 J: Aqui em Ribeirão Preto ... Qual bairro?
40 T1: Jardim (omissis)
41 J: Jardim (omissis)
42 T1: Isso
43 J: A senhora sabe se a dona (omissis) ... a locatária ela está desocupando o imóvel?
44 Já deixou o imóvel::?
45 T1: Na ... na quinta-feira eles foram lá e retiraram os equipamentos mas o imóvel já
46 estava fechado já ... só ia o pessoal fazer cobrança essas coisa mas o imóvel já tava
47 J: Estão retirando os equipamentos?
48 T1: Tiraram aí eu fui lá e fotografei na quinta-feira eles retirando os ... os
49 equipamentos ... os que tinha valor né e ficou só os lixo lá ()
50
51

- 52 J ((ditando)): É:: conhece as partes e sabe da existência do contrato de locação de um
 53 imóvel comercial localizado na ... rua (*omissis*), né?
- 54 T1: (*omissis*)
- 55 J: Número?
- 56 T1: (*omissis*)
- 57 J: (*omissis*) ... ponto
- 58 J ((corrigindo escrevente)): Desculpe ... é comercial a locação, tá? Constatou
 59 residencial ... é comercial ... locação de imóvel comercial ... contrato de locação ...
 60 ponto ... no local estava instalada uma empresa de ressolagem de pneus
- 61 J ((indagando a testemunha)): O imóvel já está fechado?
- 62 T1: Está mas os pneu ficou lá desde::: tem uns três meses que eles não vão mais lá
 63 assim só vai o pessoal fazer cobrança e tem muito mosquito também
- 64 J: ()?
- 65 T1: Não
- 66 J ((ditando)): Há três meses o imóvel está fechado ... ponto ... na última quinta-feira
- 67 J ((indagando a testemunha)): Quem foi retirar ... os equipamentos lá?
- 68 T1: O esposo dela, o (*omissis*)
- 69 J ((ditando)): O marido de (*omissis*) vírgula (*omissis*) ... vírgula ... vírgula ... foi até o
 70 local retirar os equipamentos utilizados na empresa de ressolagem de pneus
- 71 J ((indagando a testemunha)): Deixou apenas o estoque de pneus?
- 72 T1: O estoque ... é ... que aquilo lá corre risco de incêndio ... se dê um incêndio
- 73 J ((ditando)): Deixou no local apenas os pneus utilizados para ressolagem
- 74 J ((indagando a testemunha)): Para onde ele levou os equipamentos ... a senhora
 75 sabe?
- 76 T1: Na rua (*omissis*) no bairro Ipiranga
- 77 J ((ditando)): Os equipamentos foram levados para a rua (*omissis*) ...
- 78 J ((indagando a testemunha)): Que número?
- 79 T1: (*omissis*)
- 80 J ((ditando)): (*omissis*)
- 81 T1: No bairro Ipiranga
- 82 J: ()
- 83 J ((indagando a testemunha)): Como é que a senhora descobriu isso ... que:::
- 84 T1: Porque eu ... fui ... segui o caminhão ... que eles foram descarregar as máquinas
 85 só que ele não me autorizou a fotografar daí eu fotografei só a frente que o local onde
 86 eles descarregaram
- 87 J ((juiz dita em voz inaudível enquanto a testemunha fala. Interrompe a resposta da
 88 testemunha e indaga a ela)): A pedido de quem, da dona (*omissis*) que a senhora fez
- 89 T1: ()
- 90 J1 ((ditando)): Fez isso a pedido da autora
- 91 J ((indagando a testemunha)): E lá nesse outro endereço da rua (*omissis*) ... o que é
 92 que existe lá?
- 93 T1: Existe um barracão ..., tá fechado mas tem uns vãos que dá pra ver que todos os
 94 equipamentos estão lá dentro ... tem uns negócios de poste ... eu acho que eles
 95 trabalham também com negócio de::: esses postes de padrão ... de luz
- 96 J ((ditando)): É::: viu que o imóvel da rua (*omissis*) se constitui num barracão ... no
 97 qual são produzidos postes
- 98 J1 ((indagando a testemunha)): Residenciais ... é isso?
- 99 T1: É ... desses postes ... tem um monte de equipamento de poste lá dentro eu não sei
 100 se é
- J ((indagando a testemunha)): Pra casa, pra residência?

101 T1: É
 102 J ((ditando)): residenciais
 103 T1: E os equipamentos que eles levaram que couberam também está lá
 104 J: Sabe se eles ... dona (*omissis*) ... se ela::: está sendo cobrada por outras dívidas?
 105 T1: Claro que::: os outros vão lá pra fazer cobrança de::: de::: de calha que eles
 106 mandaram instalar no local e não pagaram
 107 J ((ditando)): Várias pessoas ... já foram ao local ... entre parênteses ... entre
 108 parênteses, ta? ... () ... várias pessoas já foram ao local ... abre parênteses ... ao local
 109 ... abre parênteses ... imóvel da rua (*omissis*) ... fecha parênteses ... para ... cobrar
 110 dívida
 111 J ((indagando a testemunha)): Dela? Da (*omissis*), não?
 112 T1: E os funcionários os funcionários também, os dois funcionários também não
 113 foram ressarcidos também
 114 J ((ditando)): O mesmo ocorreu com os seus funcionários ... o mesmo ocorreu com
 115 os seus funcionários ... vírgula que até hoje não receberam indenização trabalhista
 116 J ((dirigindo-se ao advogado da autora)): Pois não?
 117 AA: Se ele sabe se a depoente se foi ela que acompa ... é::: retirou as fotos do::: do
 118 imóvel
 119 J ((indagando a testemunha)): A senhora que tirou as fotos do imóvel?
 120 T1: foi
 121 J: Estas fotografias aqui, ó?
 122 T1: Foi
 123 J ((ditando)): Foi a depoente
 124 T1: Foi
 125 J ((mostrando fotografias para a testemunha)): Esta aqui esta aqui esta aqui
 126 T1: Foi
 127 J ((ditando)): Foi a depoente quem tirou as fotografias de fls. seis barra ...
 128 J ((indagando a testemunha)): Todas elas né?
 129 T1: Foi
 130 J ((ditando)): seis barra dezesseis
 131 J ((indagando a testemunha)): A pedido da dona (*omissis*) também?
 132 T1 ((acena afirmativamente com a cabeça))
 133 J ((ditando)): A pedido da autora
 134 T1: Ela pediu pra mim ... tirá
 135 AA: Se as fotos que acompanham o pedido de arresto se foi ela que tirou também
 136 J ((ao advogado)): São estas fotos, não são?
 137 AA: São as fotografias mesmo
 138 J: Ah ... depois
 139 AA: Isso
 140 J: Ah sim
 141 J ((indagando a testemunhas)): estas fotografias aqui
 142 T1: também
 143 J: Deste caminhão deste barracão
 144 T1: Foi, foi
 145 J: Isto aqui onde é ... lá na
 146 T1: Lá no barracão do imóvel onde estava alugado
 147 J: Lá na (*omissis*)
 148 T1: O imóvel ... é ... na (*omissis*)
 149 J: Da rua (*omissis*)
 150 T1: Isso

151 J ((ditando)): As fotografias de fls.
 152 T1: É
 153 J ((ditando)): trinta e nove
 154 T1: E tem os equipamentos ele tirando com o guincho
 155 J ((ditando)): Barra sessenta e quatro também foram tiradas pela depoente ... ponto
 156 Essas fotografias ... foram tiradas no imóvel locado e comprovam a retirada dos
 157 equipamentos a pedido da ré
 158 J ((dirigindo-se ao advogado)): Pois não
 159 AA: Gostaria de saber se a depoente no momento que ela estava no barracão se ela
 160 detectou é::: aberturas ... no telhado ... do imóvel
 161 J: Aberturas no telhado?
 162 AA: Isso
 163 J ((indagando a testemunha)): Havia aberturas no telhado
 164 T1: Tinha ... tiraram um cano que tinha uma chaminé grande e eu tirei uma foto que
 165 ficou um buraco em cima na ... na telha estragou toda a tinta
 166 J: E tiraram isso pra que, pra levar também?
 167 T1: Pra levar também ... eu acho
 168 J: É uma chaminé
 169 T1: Isso
 170 J ((ditando)): É::: a ré também promoveu a retirada de uma chaminé existente no
 171 imóvel locado ...
 172 T1: A foto tá por trás ... do lado direito ... que eu tirei depois ... ali do lado ... que eu
 173 tirei depois
 174 AA: Ainda não foi juntada ... essa foto da abertura não foi juntada ... que o senhor
 175 deve estar procurando
 176 J ((indagando a testemunha)): Tá aqui ... é essa fotografia aqui?
 177 T1: Isso ... é essa abertura aí
 178 J ((ditando)): Conforme ... fotografia juntada nesta oportunidade ... vírgula
 179 AA: Gostaria de saber se a depoente na hora que tava retirando as fotos se ela ...
 180 constatou a a::: acúmulo de água e larvas de mosquitos nos pneus
 181 J: Doutor essa pergunta eu vou indeferir porque é irrelevante
 182 AA: () deliberar ao final ... requerer a remoção desses pneus pra mandar pra
 183 J: Mas isso aí é uma questão de:::
 184 AA: incineração
 185 J: a ser decidida pelo Juízo no interesse da saúde pública
 186 AA: Isso
 187 J: que não é objeto desta ação
 188 AA: Sem mais
 189 J ((ditando)): Nada mais
 190 J ((dirigindo-se à primeira testemunha)): Esta audiência está sendo objeto de
 191 gravação para um trabalho de pesquisa da USP ... é::: sem identificação da senhora
 192 nem identificação de todo mundo que tá aqui a senhora autoriza a gravação da
 193 audiência?
 194 T2: Autorizo
 195 J: Inclusive vai ...
 196 J ((dirigindo-se à autora)): a senhora também autoriza, né?
 197 Autora (A): autorizo
 198 J ((dirigindo-se ao advogado)): Acho que ela assina aí ... o senhor pode assinar
 199 embaixo ... da assinatura dela
 200 Escrevente (E): ()

201 J: Ta ()
 202 E ((para a testemunha)): Pode assinar aqui, por gentileza?
 203 E: Pode aguardar lá fora um instantinho?
 204 ((entra a segunda testemunha, T2))
 205 E: Pode sentar aqui
 206 J: Como é o nome da senhora?
 207 T2: (*omissis*)
 208 J: Como?
 209 T2: (*omissis*)
 210 J: (*omissis*) é::: esta audiência ... é::: ela está sendo objeto de gravação e pesquisa
 211 para um trabalho de mestrado da USP ... há alguma oposição da senhora quanto à
 212 gravação do seu depoimento?
 213 T2: Oi?
 214 J: A senhora se opõe à gravação do seu depoimento?
 215 T2: Concordo
 216 J: Concorda?
 217 T2: É concordo
 218 J: Concorda
 219 J: A senhora não vai haver identificação nem da senhora nem minha nem de
 220 ninguém que ta participando da audiência ok? Vai-se perguntar apenas o seu
 221 depoimento sem a sua identificação ... a senhora concorda?
 222 T2: Concordo
 223 J: A senhora vai depor sob o compromisso de falar a verdade ok? Ta? Conhece dona
 224 (*omissis*)?
 225 T2: Conheço
 226 J: Conhece (*omissis*)?
 227 T2: Conheço
 228 J: É? É::: a dona (*omissis*) segundo consta aqui locou um imóvel alugou um imóvel
 229 da rua (*omissis*) pra dona ...
 230 T2: Alugou
 231 J: Alugou? É::: para fins residenciais ou comerciais a senhora sabe?
 232 T2: Pra comerciais
 233 J: É::? E o que que a dona (*omissis*) explorava no imóvel a senhora sabe?
 234 T2: Não
 235 J: Não sabe o que ela fazia lá?
 236 T2: É uma firma de pneus
 237 J: Tinha uma firma de pneus ... exatamente o que era a senhora não sabe?
 238 T2 ((acena negativamente com a cabeça))
 239 J: A senhora sabe se esse imóvel alugado está fechado e se está fechado há quanto
 240 tempo?
 241 T2: Ta fechado
 242 J: Há quanto tempo?
 243 T2: Ah eu ... nus ... uns déis meis
 244 J: Uns dez meses já? É::: a dona (*omissis*) retirou os equipamentos do imóvel?
 245 T2: Não
 246 J: Não retirou nada?
 247 T2: Foram eles que retiraram
 248 J: Eles quem?
 249 T2: O dono das máquinas
 250 J: Os donos das máquinas ... quem são os donos das máquinas ... a senhora sabe?

- 251 T2: A mulher
 252 J: A (*omissis*)
 253 T2: É
 254 J: E quem que foi lá retirar? Ela estava junto com as pessoas que foram retirar esses
 255 bens?
 256 T2: Não
 257 J: Não ... quem é que foi retirar a senhora sabe? Conhecia alguém?
 258 T2: O esposo dela
 259 J: O marido dela
 260 T2: O marido dela
 261 J: Mais alguém?
 262 T2: Junto com o () ... o homem da máquina
 263 J: Essas máquinas que ... que o marido dela retirou são ... essas máquinas são da
 264 (*omissis*) ou de outra pessoa a senhora sabe?
 265 T2: Ah, inté aí eu num posso afirmá nada
 266 J: Não pode afirmar ... Para onde foram levadas essas máquinas a senhora sabe? ...
 267 Não sabe?
 268 T2: Não
 269 J: Qual foi o meio de transporte que eles utilizaram para a retirada dessas máquinas?
 270 T2: Um caminhão
 271 J: Um caminhão ... A senhora viu a movimentação desse caminhão
 272 T2: Vi
 273 J: Para a retirada das máquinas? A senhora sabe se outras pessoas estão cobrando a
 274 dona (*omissis*) al ... alguma dívida?
 275 T2: Estão
 276 J: De onde é que eles se dirigem para a cobrança a senhora sabe?
 277 T2: Na casa da dona (*omissis*)
 278 J: Vão cobrar dela, na casa dela?
 279 T2: É, ainda procura por ele lá
 280 J: Procuram por ... pelo marido da (*omissis*) na casa da dona (*omissis*)
 281 T2: É
 282 J: São o que credores dela?
 283 T2: Não posso afirmar nada
 284 J: Mas ... as pessoas vão procurá-la pra qual finalidade?
 285 T2: Pra pré ... procurar saber dele do do marido da (*omissis*)
 286 J: Mas ... qual o motivo?
 287 T2: cobrança
 288 J: Cobrança? De dívida?
 289 J: Os empregados da empresa ele dispensou a senhora sabe?
 290 T2: Não sei
 291 J: Não sabe
 292 J ((dirigindo-se ao advogado)): Pois não
 293 A: Sem perguntas
 294 J ((ditando)): É ... conhece a autora ... tem conhecimento do com ... ponto ... tem
 295 conhecimento do contrato de locação ... vírgula ... que é destinado para fins
 296 comerciais ... ponto ... no local existia uma empresa que trabalhava com pneus ...
 297 ponto ... o imóvel está fechado a dez meses ... ponto na semana passada ... o
 298 marido::: ... da ré foi com um caminhão para retirar ... para retirar as máquinas
 299 utilizadas na empresa ... ponto não sabe ... para que local essas máquinas foram
 300 levadas ... ponto ... é comum credores procurarem ... credores da ré ... procurarem a

301 a autora ... no sentido de ... procurarem explicações sobre o seu paradeiro ... ponto
302 não sabe exatamente a quem pertencem os ... as máquinas retiradas ... do local

303 J: Nada mais

304 J: É::: a prova testemunhal colhida nesta audiência ... corroborou os fatos alegados
305 na inicial ... vírgula demonstrando que a ré ... está se desfazendo de seu patrimônio ...
306 para ... furtar-se ... ao cumprimento de obrigação celebrada ... com a autora ... e
307 outros credores ... ponto ... além disso vírgula as fotografias juntadas pela autora
308 demonstram a retirada de equipamentos instalados no imóvel locado ... tudo a
309 comprovar ... a intenção ... da ré ... de ... furtar-se ao pagamento ... dos da locação ...
310 dos aluguéis desculpe e encargos da locação ... ponto ... além disso vírgula ... outros
311 credores não têm encontrado a ré para o recebimento de seus créditos ... vírgula, fato
312 que ... comprova a intenção deliberada de cair em insolvência ... ponto ... Posto isso
313 ... vírgula defiro a liminar ... para ... arresto dos bens indicados na inicial entre
314 parênteses folhas quatro ... vírgula expedindo-se mandado para cumprimento ...
315 ponto a autora fica cientificada que deverá ... fornecer os meios necessários ao
316 cumprimento ... da liminar ... vírgula inclusive:: transporte ... ponto após vírgula ...
317 cite-se para contestar ... no prazo estabelecido no artigo 802 ... inciso segundo do
318 Código de Processo Civil ... ponto é::: após a::: o arresto e remoção ... dos bens ...
319 vírgula deverá a autora providenciar alienação das carcaças dos pneus ... vírgula
320 apresentando vírgula antes vírgula ... ao juízo vírgula ... três propostas de
321 interessados ... ponto somente após a análise e autorização deste Juízo ... é que ...
322 poderá se processar a alienação desses bens ... vírgula ... recolhendo a autora ... o
323 montante apurado ... a craseado à ordem e disposição a ordem e disposição ... deste
324 juízo ... Só isso

325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350

Termo de depoimento da testemunha 1 da autora (aud. 3) - 19/01/09

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE
VARA CÍVEL

TESTEMUNHA DA AUTORA

Nome:

Nacionalidade:

RG: -SSP/SP

Profissão:

Endereço residencial:

Às de costume disse nada. Compromissada e inquirida pelo MM. Juiz respondeu: conhece as partes e sabe da existência do contrato de locação do imóvel comercial localizado na rua , nº . No local estava instada uma empresa de ressolagem de pneus . Há três meses o imóvel esta fechado. Na última quinta-feira o marido de , foi até o local retirar os equipamentos utilizados na empresa de ressolagem de pneus. Deixou no local apenas os pneus utilizados para ressolagem. Os equipamentos foram levados para a rua , nº , bairro . Sabe disso porque seguiu o caminhão. Fez isso a pedido da autora. Viu que o imóvel da rua se constitui num barracão no qual são produzidos postes residenciais. Várias pessoas já foram ao local (imóvel da rua) para cobrar dívidas da ré. O mesmo ocorreu com os seus funcionários, que até hoje não receberam indenização trabalhista. Foi a depoente quem tirou as fotografias de fls. 6/16 a pedido da autora. As fotografias de fls. 39/64 também foram tiradas pela depoente. Essas fotografias foram tiradas do imóvel locado e comprovam a retirada dos equipamentos a pedido da ré. A ré também promoveu a retirada de uma chaminé existente no imóvel locado, conforme fotografia juntada nesta oportunidade. NADA MAIS. Do que para constar, lavrei este. Eu, _____ , Escrevente, digitei.

MM. Juiz:

Depoente:

Advogado:

Termo de depoimento da testemunha 2 da autora (aud. 3) - 19/01/2019

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE
ª VARA CÍVEL

TESTEMUNHA DA AUTORA

Nome:

Nacionalidade:

RG: -SSP/SP

Profissão:

Endereço residencial:

Às de costume disse nada. Compromissado e inquirido pelo MM. Juiz respondeu: Conhece a autora. Tem conhecimento do contrato de locação, que é destinado para fins comerciais. No local existia a empresa que trabalhava com pneus. O imóvel está fecha há dez meses. Na semana passada o marido da ré foi com um caminhão no local para retirar as máquinas utilizadas na empresa. Não sabe para que local essas máquinas foram levadas. É comum credores da ré procurarem a autora no sentido de procurarem explicações sobre o seu paradeiro. Não sabe exatamente a quem pertencem as máquinas retiradas do local. NADA MAIS. Do que para constar, lavrei este. Eu, _____ (_____),
Escrevente, digitei.

MM. Juiz:

Depoente:

Advogado:

Termo de audiência (3) - 19/01/09

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE
3ª VARA CÍVEL
AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO

Processo nº

Ação:

Autora:

Ré:

Aos 19 de janeiro de 2009, às 15:18 horas, no Edifício do Fórum e sala de audiências, onde presente se encontrava o MM. Juiz de Direito da Vara Cível, o Doutor , comigo Escrevente a seu cargo, foi aberta audiência de justificação nos autos da ação e entre as partes supra-referidas. Abertas, com as formalidades legais, e apregoadas as partes, presente a autora , bem como seu advogado Dr. , Ausente a ré

. Iniciada a audiência, pelo MM. Juiz foram ouvidas as testemunhas do autor, Sra. e Sra.

, cujos depoimentos seguem em apartado. Pelo MM. Juiz foi dito que: "A prova testemunhal colhida nesta audiência corroborou com os fatos alegados na inicial, demonstrando que a ré está se desfazendo de seu patrimônio para furtar-se ao cumprimento de obrigação celebrada com a autora e outros credores. Além disso, as fotografias juntadas pela autora demonstram a retirada de equipamentos instalados no imóvel locado tudo a comprovar a intenção da ré de furtar-se ao pagamento dos aluguéis e encargos da locação. Além disso, outros credores não têm encontrado a ré para o recebimento de seus créditos, fato que comprova a intenção deliberada de cair em insolvência. Posto isso, defiro a liminar para arresto dos bens indicados na inicial (fls. 4), expedindo-se mandado para cumprimento. A autora fica cientificada de que deverá fornecer os meios necessários ao cumprimento da liminar e inclusive transporte. Após, cite-se para contestar no prazo estabelecido no artigo 802, II, do Código de Processo Civil. Após o arresto e remoção dos bens, deverá a autora providenciar alienação das carcaças de pneus, apresentando, antes, ao Juízo, três propostas de interessados.

Termo de audiência (3) - 19/01/09

Somente após a análise a autorização deste Juízo é que poderá se processar a alienação desses bens, recolhendo a autora o montante apurado à ordem e disposição deste Juízo". **NADA MAIS**. Do que para constar, lavrei este. Eu, _____, Escrevente, digitei e subscrevi.

MM. Juiz:

Autora:

Advogado:

Transcrição das falas da audiência (4) de 20/01/09

Termo de depoimento do autor (aud. 4) – 20/01/09

Termo de depoimento da testemunha 1 do autor (aud. 4) – 20/01/09

Termo de depoimento da testemunha 2 do autor (aud. 4) – 20/01/09

Termo de depoimento da testemunha 3 do autor (aud. 4) – 20/01/09

Termo de depoimento da testemunha 1 do réu (aud. 4) – 20/01/09

Termo de depoimento da testemunha 2 do réu (aud. 4) – 20/01/09

Audiência (4) do dia 20/01/09 se refere a ação por meio da qual a proprietária de um automóvel e seu companheiro que o dirigia pedem o ressarcimento dos danos provocados pelos réus naquele veículo. Os réus são a ex-esposa do autor, o irmão e a irmã dela. Os estragos no automóvel teriam acontecido durante briga relacionada à guarda de um menino, filho do autor e da ré. Foi tomado o depoimento pessoal do autor e ouvidas três pessoas arroladas pelos autores e duas testemunhas arroladas pelos réus.

Transcrição da audiência (4) de 20/01/2009

1
2
3
4 Juiz (J): () depois as partes vão assinar uma declaração que concordam e não será
5 identificado ninguém não é identificado nem o processo nem a comarca ... sim? ...
6 estão todos de acordo ... bom, antes de mais nada, há possibilidade de algum acordo?
7 Advogados: ()
8 J: Não?
9 ((cai a gravação))
10 J: Vai ser feito o depoimento pessoal do senhor agora e eu gostaria que o senhor
11 concorda com a gravação ()
12 Autor (A): Concordo
13 J: Seu (*omissis*) como que foi que o senhor tem a dizer sobre a data dos fatos? O que
14 aconteceu?
15 A: Ah:: na data dezoito de oito ... após passar o final de semana ... ah:: ... com meu
16 filho ... () na velocidade normal ... é:: ... eu tenho () regulamentação de visita ...
17 devolve ele às dezoito horas de domingo ... ah:: ... nós estávamos ah:: no
18 McDonald's ... terminando ah:: o dia né que nós fizemos várias atividades e tal ... e::
19 tentei entrar em contato com a mãe pra combinar o local ... certificar o local de
20 devolução ... porque ela tem duas residências tem a da casa da mãe que ela fica
21 eventualmente e tem a residência dela que nos Campos Eliseos e tem a fixa que é no
22 Ipiranga então são distâncias diferentes e as crianças tavam brincando ... queriam
23 saber se podiam brincar mais dois minutinho ... esses tipo de coisa ... não consegui
24 contato telefônico ... não conseguindo pegamos saímos ah:: rumo ao Ipiranga que é
25 ah:: o local da residência dela ... é ... houve nesse meio tempo a ligação da (*omissis*)
26 para a minha mãe é ah:: perguntando sobre ... sobre a devolução do (*omissis*) ... ela
27 falou assim eu vou ligar para o (*omissis*) ... aí ela ligou pra mim ah:: e falou deve ter
28 visto que eu havia ligado antes e telefonado pra minha mãe ... minha mãe ligou pra
29 mim e eu questionei ah:: qual o local ... qual o local ... ela falou assim na casa dela
30 nos dirigimos à casa dela ... em seguida houve uma ligação da (*omissis*) falando pra
31 mim assim ... é:: ... tô esperando o:: o (*omissis*) ... não é eu falei eu estou aqui em
32 baixo ... aí ela desligou o telefone e ligou em seguida ... mas eu não estou na minha
33 casa eu estou na casa da minha mãe ... que isso era próximo do horário da devolução
34 que era dezoito horas ... eu me desloquei do Ipiranga havia ... ah:: ... esperado um
35 tempo até me desloquei e fui até a casa dos Campos Eliseos onde aconteceu o fato ...
36 chegando lá eu parei o veículo ... é ... a uns dez metros de distância da ... da casa da::
37 ... da mãe dela ... desci com o (*omissis*) ... no portão esperava a (*omissis*) e a
38 (*omissis*) ... que é a irmã dela ... ah:: levei o (*omissis*) ni-nisso que eu cheguei
39 próximo a elas ... é:: que já havia entregado ... cheguei entreguei o (*omissis*) ... as
40 crianças, filhas da (*omissis*) ... desceram do carro pra da mais um abraço nele ... ah::
41 ele voltou né abriu o braço pras crianças com medo de ... não não volte ... aí eu falei
42 não não tem problema nenhum filho tá tudo bem ... a (*omissis*) veio junto com as
43 crianças que elas desceram do carro a (*omissis*) veio e nos encontramos na frente da
44 casa dela ... Eu, a (*omissis*) e as três crianças mais a (*omissis*) ... ah:: acabamos de
45 conversar entreguei despediram da criança ... voltamos para o carro ... é:: nu que nó i
46 i nisso a (*omissis*) comentou com o (*omissis*) nossa (*omissis*) você tava no
47 McDonald's e tal agora vamos passear com a tia ele falou óhwa legal vamos passear i i
48 fomos embora me dirigi ao carro pra ir embora ... no que estávamos voltando a gente
49 escutou a (*omissis*) colocando o Galilei pra dentro em tom de brincadeira com pressa vai
50 logo entra ... porque ela não iria levar ele e ele começou a chorar ... a:: i:: ... como já

51 havia uns fatos que ele reclama de várias vezes apanhar ... vári várias situações ...
 52 tudo isso ta em outro processo ... é ... eu entrei no carro e aguardei um pouco
 53 escutando o choro dele ... eu sou pai eu ... me senti mal com aquela porque ele
 54 passou o dia inteiro em atividades ... bastante feliz e chega aquele momento aquele
 55 ponto triste ... aguardamos alguns minutos nisso a a::: (*omissis*) pegou e falou assim
 56 não então eu vou embora ... e saiu com o carro e a (*omissis*) entrou para dentro de
 57 casa ... ela ela entrando () ficamo tranquilo ela ta com a mãe ta tudo em ordem e eu
 58 sabia também que naquele momento estava o (*omissis*) que é uma pessoa que
 59 também ... tem uma certa agressividade ... né ... fiquei preocupado com a criança ...
 60 ficá ... com ele ali ... a partir desses minutos iniciais aí que::: que ela voltou e::: ela
 61 saiu acabou essa preocupação ... ficamos no carro discutindo se nós iríamos no circo
 62 que a gente havia passado na Francisco Junqueira que tava na entrada da cidade ou se
 63 por exemplo íamos a uma sorveteria ... alguma coisa ... aonde ficamos ali
 64 J: Só o senhor a (*omissis*) e os filhos dela
 65 A: Não ... estava então ... eu (*omissis*)
 66 J: (*omissis*) isso
 67 A: E os dois filhos dela
 68 J: E os filhos dela
 69 A: O (*omissis*) e a (*omissis*) ... ela estava decidindo pra onde iríamos porque nós
 70 moramos em (*omissis*) então aqui é uma cidade é::: de fora pra eles decidiram qual
 71 que eles gostariam de ir ... até citamos o caso da mulher do () Banana Azul ... que
 72 tinha um sorvete azul ... ficamos discutindo se queríamos ir pra esse tipo de lugar ...
 73 ou ... terminar num shopping alguma coisa assim ... é::: nesse momento a (*omissis*)
 74 voltou com o carro para em frente à casa da (*omissis*) ... da mãe da (*omissis*) ... e a
 75 (*omissis*) saiu pra entrar no carro sozinha sem acompanhamento do (*omissis*) ... no
 76 que ela viu que nós ainda estávamos parado lá se incomodou e começou a dizer
 77 assim ... é::: ... qui que é isso ... ficou incomodada ... e a (*omissis*) também ficou
 78 muito irritada porque estava atrasando ela ... ela falou vamos logo vamos logo qui
 79 que é isso que que ta acontecendo ... e realmente acelerou bastante a (*omissis*) ... ela
 80 cobrou da (*omissis*) uma atitude ... a (*omissis*) veio até o carro onde nós estávamos e
 81 perguntou o que é que estava acontecendo ... eu falei (*omissis*) nós estamos definindo
 82 pra onde nós vamos estamos conversando aqui não tem nada com você ... fique
 83 tranquila ... tamo decidindo pra onde que a gente vai se vai () de voltar pra casa ou
 84 vai virar à direita e sair pra outro caminho ... ah ... mesmo porque se a gente tocasse
 85 pra esquina ali é escuro e ali é um lugar seguro claro ... né ah::: a (*omissis*) voltou
 86 inconformada pro carro gritando que iria chamar a polícia ... nisso houve um espanto
 87 nosso ... uma indignação ... sem entender o que estava acontecendo ... ali a (*omissis*)
 88 começou a gritar ... o (*omissis*) (*omissis*) (*omissis*) ... o (*omissis*) saiu de dentro da
 89 casa ... praticamente correndo e veio até a janela do carro ... e perguntou pra mim ...
 90 o que que é isso ... o que que ta acontecendo? Eu falei é::: não ta acontecendo nada
 91 nós tamos aqui somente conversando e já vamos embora ... aí ele reiterou o qui qui é
 92 que ta acontecendo ... ah:::eu falei ó fica na sua não tem necessidade disso ... nisso
 93 que eu falei fique na sua ele começou a chutar o vidro ... nesse momento ... ele ...
 94 com a mão esquerda que estava fechada eu não sei o que havia ... ele colocou alguma
 95 coisa nas costas ... e começou a quebrar o vidro com o pé com o pé direito ... o vidro
 96 que tava aberto até a metade ... após quebrar o vidro ele socou várias vezes eu tava
 97 preso ao cinto ... eu me defendi com o braço esquerdo ...então a maioria dos socos
 98 pegou no cotovelo não houve ferimentos em mim e não teve ... é::: nenhuma lesão no
 99 meu rosto nada ... a partir daí é::: ... eu me inclinei eu tentei dar partida no carro mas
 100 tava travado o volante e como eu me defendia com o braço esquerdo eu não consegui

101 destravar ... o ... o volante ... a (*omissis*) vendo a situação e preocupada com os filhos
 102 gritou ... é::: para com isso meus filhos estão no carro ... nisso o (*omissis*) saiu do do
 103 vidro lateral meu e tentou quebrar o vidro traseiro ficou a marca do pé ... pode
 104 verificar na foto ... tentou quebrar o vidro das crianças ... ele ele chutou o vidro mas
 105 ele desequilibrou e quase caiu no chão ... pode ver que escorregou o pé dele no:: no
 106 vidro ... que a ... ele saiu do vidro traseiro e subiu em cima do capô ... no meu
 107 entendimento a intenção era o vidro dianteiro ele pulou uma vez caiu onde fez o
 108 amassamento do capô e a ... pode ver na foto ... tem o as marcas do pé dele ... nisso
 109 eu dei partida no carro a assim que ele pulou a primeira vez ... eu dei partida e
 110 ingrenei marcha à ré ... no que eu tentei sai ... ele e a (*omissis*) tentaram passar por
 111 trás do carro ... possivelmente para ir no vidro lateral onde tava a (*omissis*) ... eu fiz
 112 várias manobras ... porque havia um carro na frente e eu não conseguia simplesmente
 113 sair pra frente eu tinha que ir pra frente ... encostei o pneu na calçada fui ... fui pra
 114 trás fui pra frente e e durante essa monobras ... eles não conseguiram ultrapassar o
 115 carro do outro lado ... como eu tinha um carro na frente eles saíram e deram a volta
 116 pelo carro da frente ... só que nisso eu já havia feito a manobra no carro engrenei a
 117 primeira e já estava com o carro em movimento ... quando é eu acabei de sair da
 118 visão do carro que estava estacionado o (*omissis*) entrou na frente entrou de forma
 119 que tava realmente de um modo que eu não podia passar ... a (*omissis*) agarrou ele
 120 pelo braço ... pegou primeiro pelo braço ... puxou e agarrou ele e tirou ele da frente ...
 121 ele tentou se livrar dela nisso eu desviei o máximo possível pra direita e consegui
 122 passar ... passei toquei até a esquina e acionei a polícia militar pois estava sendo
 123 agredido ... contei o fato que aconteceu liguei duas vezes e:: em torno de sete
 124 minutos ... não chegou a dez ... a viatura:: chegou o policial (*omissis*) e (*omissis*) ...
 125 nós demos ré e paramos próximo à a casa da mãe da (*omissis*) ... e no que eu parei a
 126 (*omissis*) desceu do carro inconformada ... e falou (*omissis*) o que que é isso? Meus
 127 filhos estão no carro o que que vocês estão fazendo ... o (*omissis*) ... é::: vendo aquilo
 128 que ela estava nervosa ... pediu pra que ela se acalmasse e parasse ... pediu que ela
 129 parasse com aquilo ... ela voltou para o carro ficou com a porta aberta ...olhando os
 130 filhos dela ... eu peguei o ... fui direto ao (*omissis*) ... nisso a mãe da (*omissis*) estava
 131 extremamente alterada dizendo pro policial que eu tentando atropelar o meninos dela
 132 ...que tudo aquilo aconteceu ela sendo uma professora e as palavras que ela disse ...
 133 é porque ele trouxe a famiagem dele aqui ... é o modo que ... que ... o policial falou ó
 134 ... ele pode trazer quem ele quiser aqui ... inclusive perguntou você paga pensão?
 135 Falei pago ... não tenho um não tenho problema nenhum com isso é:: per perguntou
 136 aliás perguntou pra (*omissis*) se eu pagava pensão ... ela confirmou ... falou ele pode
 137 vim com quem ele quiser aqui trazer a criança não não existe esse problema ... eles
 138 estavam muito alterados falando com o (*omissis*) o (*omissis*) pediu várias vezes
 139 respeito ... mais de duas vezes ...
 140 J: Com relação aos danos no veículo? É ... a ... foram ocasionados somente naquela
 141 ocasião?
 142 A: Somente naquela oportunidade
 143 J: Que o senhor descreveu?
 144 A: Exatamente
 145 J ((ditando à escrevente)): É::: o depoente esclarece que os danos ocasionados em
 146 seu veículo ... foram causados pelo senhor (*omissis*) ... no dia:: dezesete de agosto
 147 de dois mil e oito ... logo após ... logo após ter devolvido seu filho ... na residência
 148 J: Da ... ((indagando o autor)) da mãe né?
 149 A: Da mãe da (*omissis*) ... da ex-esposa
 150 J: Da mãe de sua ex-esposa ...

- 151 J ((dirigindo-se ao advogado dos réus – AR)): Doutor?
- 152 AR: Eu gostaria de saber de quem é esse veículo o veículo objeto da ação o Escort
- 153 J ((indagando o autor)): O veículo ... o veículo pertence a quem?
- 154 A: À (*omissis*)
- 155 J ((ditando à escrevente)): Que o veículo em questão pertence à co-autora (*omissis*)
- 156 ... (*omissis*)
- 157 AR: Podia esclarecer quem foi que causou o dano?
- 158 J: Já tá no termo
- 159 AR: Só isso
- 160 J: Só isso? ()
- 161 Escrevente (E): ()
- 162 J: Vai ... vai chamando
- 163 J: Seu (*omissis*) ... tudo bem? O senhor consente em participar de uma pesquisa
- 164 acadêmica e o seu depoimento ser gravado () para um trabalho de mestrado?
- 165 Primeira testemunha do autor (TA1): Consinto
- 166 J: Eu peço que o senhor assine aqui por favor ... isso
- 167 J: Seu (*omissis*) ... seu () ... é::: naquele dia ... que o se ... quando o senhor chegou lá
- 168 no local da ocorrência ... que que o senhor presenciou? Como que já tava a situação?
- 169 TA1: É, nós ... eu e o meu parceiro nós tavamos de sereviço no dia como policial
- 170 militar ... nós fomos solicitados via Copom 190 ... a comparecer no local onde estava
- 171 tendo um desentendimento ... entre as partes ... o motivo ... a guarda de uma criança
- 172 ... chegando lá no local a rua tava cheia de gente ... tava uma:: uma bagunça ... geral
- 173 ... vamo se dizer assim né ... e::: tomamos ciência do que tava ocorrendo ... a gente
- 174 orientou as partes ... e no momento ali ninguém queria compa é::: acompanhar-nos ao
- 175 DP ... acho que eles foram por meios próprios né?
- 176 J: ()
- 177 TA1: Detalhes detalhes assim eu não sei se eu vou () muito, eu acho que é melhor
- 178 perguntar pra mim né?
- 179 J: () o que mais interessa ... o senhor chegou a presenciar algum ... ou ... os danos o
- 180 é::: causados no veículo?
- 181 TA1: Não eu ... eu fui comunicado de que uma pessoa ... é ... inclusive o termo que
- 182 eles usavam era um ex-presidiário da família ... que morava ali no local teria
- 183 danificado o veículo de um dos solicitantes lá né?
- 184 J: Isso no momento em que o senhor foi chamado?
- 185 TA1: Isso, só que já tinha ocorrido né?
- 186 J: Depois que o senhor chegou ... depois não foi apurado nada nesse sentido?
- 187 TA1: Não a ação eu não presenciei a ação
- 188 J: Nem em posteriores diligências?
- 189 TA1: Não não porque tava todo mundo ali no local né? Todo mundo foi orientado
- 190 ali no local mesmo
- 191 J ((ditando)): Que foi chamado ao local dos fatos que é pó
- 192 J: ((indagando a testemunha)): O senhor é policial militar né?
- 193 TA1 ((acena positivamente com a cabeça))
- 194 J ((ditando)): Que é policial militar e foi chamado ao local dos fatos
- 195 J ((indagando a testemunha)): O senhor se lembra quem foi que chamou .. se foi o:::
- 196 (*omissis*) se foi o:::
- 197 TA1: Não me lembro
- 198 J: Não?
- 199 J ((ditando)): foi chamado ao local dos fatos e que chegando lá ... é::: os danos já
- 200 haviam sido causados ao veículo ... de tal forma que não presenciou o ocorrido

201 J ((dirigindo-se à advogada dos autores)): Doutora?
 202 Advogada dos autores (AA): Se ele estava próximo ao veículo foi possível ele
 203 verificar as marcas dos pés do agente no veículo
 204 J ((para a testemunha)): Pode expor
 205 AA: () estava quebrado e as avalias que ocorreram no veículo
 206 TA1: No local que tava tendo o desentendimento o veículo tava longe mas eu me
 207 aproximei do veículo e constatei que tinha alguns ... apesar do veículo num ser novo
 208 né? É:: tinha danos no veículo sim ... tinha danos sim
 209 J: E com relação às marcas de pé chegou a presenciar?
 210 TA1: Presenciei que segundo a pessoa foi esse rapaz ((apontando para o réu)) que
 211 teria feito né?
 212 J ((ditando)): que .. que pode con confirmou ... a ocorrência de danos no veículo ... e
 213 que naquela data verificou marcas () pés ... nos vidros e lataria ... do automóvel
 214 AA: Se ele reconhece o autor e se ele se recorda do comportamento do (*omissis*) no
 215 momento ... naquele momento
 216 J ((indagando a testemunha)): O senhor reconhece o co-autor senhor (*omissis*)?
 217 TA1: O (*omissis*) é ele? Ele é o proprietário do do carro eu conversei com ele
 218 J: ()
 219 TA1: Isso
 220 J: O senhor se lembra do comportamento dele na ocasião?
 221 TA1: Me lembro sim ... ele veio conversou com a gente acho que a atual es esposa
 222 pode-se dizer assim né?
 223 J: Ex-esposa
 224 TA1: Não ... a atual
 225 J: Sim ... sim
 226 TA1: Estava com ele dentro do veículo ... as crianças também estavam dentro do
 227 veículo ... só que ela não chegou () quem veio com ele foi só ele ... ele explicou a
 228 situação que tinha acontecido ... é ... e foi isso daí
 229 J: Doutora?
 230 AA: Só isso
 231 J: Doutor?
 232 AR: () o veículo, dá pra ele ter certeza de ... dele perceber se aqueles danos
 233 ocorreram naquele momento ... ou se aqueles danos poderiam ... já::: estar no veículo
 234 anteriormente
 235 J: Da análise do senhor sobre o veículo o senhor poderia dizer os danos foram
 236 ocasionados naquela data?
 237 TA1: Ah é impossível dizer né ... num tem como
 238 J: O senhor se lembra dos danos
 239 TA1: Vagamente tinha amassado sinal de pé acho que vidro quebrado também mas
 240 num ... assim se foi é::: na hora ali num tem como dizer né? Num tem como
 241 AR: Só isso
 242 J: A linha do réu não precisa nem constar ... Só vou constar os pontos mais
 243 relevantes aqui no ... no juizado
 244 ((diálogo incompreensível do Juiz com a Escrevente))
 245 Seu (*omissis*) o senhor concorda que o seu de ... que gravar o seu depoimento para
 246 ser usado por uma pesquisa acadêmica um trabalho de mestrado?
 247 TA2: Concordo
 248 J: () eu peço que o senhor assine aqui pra gente por favor e pode ficar tranquilo que
 249 não vai identificado ... tá ok? Isso, aí
 250 TA2: aqui?

- 251 J: Isso
- 252 J: Seu (*omissis*) naquele dia o senhor foi chamado por uma ... um desentendimento
- 253 que tava ocorrendo na residência de uma pessoa ... quando o senhor chegou já havia
- 254 com relação aos danos do veículo já havia sido ... já já já tinha acontecido ou o
- 255 senhor chegou a presenciar alguma coisa?
- 256 TA2: Não senhor ... eu cheguei no local como chamado como o senhor já informou
- 257 ... havia tido uma discussão ali entre duas famílias vamos dizer assim né? E
- 258 envolvendo a:: não sei se seria a guarda ou posse de uma criança aí ... como seria
- 259 dizer né? ... E ambas as partes reclamando de cada uma, né? ... Uma delas que seria a
- 260 senhora que está aqui reclamava que o seu ex-marido estaria armado e tal ... o colega
- 261 num sei se foi eu ou o colega demos uma olhada no veículo não havia arma ... aí o
- 262 rapaz reclamou que ... o irmão dessa ... dessa senhora havia danificado o seu veículo
- 263 através de chutes etc. E::
- 264 J: O senhor verifica isso com relação aos danos do veículo?
- 265 TA2: Existiam danos no veículo sim
- 266 J: Correspondiam à:: descrição?
- 267 TA2: É ... pelo que ele falou sim ... né? ... A gente não presenciou ... aquele () ...
- 268 aqui ele fez ... isso aqui ele fez ... aqui ele chutou aqui ele não sei o que
- 269 J: O senhor chegou a ver marca?
- 270 TA2: Vi marca eu vi
- 271 J: Marca de pé marca disso? ((Juiz mostra uma das fotografias do carro))
- 272 TA2: Se tinha eu não vi ... aí como os ânimos estavam muito exaltados ali no
- 273 momento ... um a:: a parte a: a:: ex-esposa dele queria bater no ... na mulher e etc.
- 274 então nós resolvemos por bem como ele sabia todos os dados da ex-esposa e a ex-
- 275 esposa sabia também todos os dados do ... do ex-marido ... que que nós orientamos
- 276 para evitar um mal maior ali no local? Deixar as partes saírem do local ... pedir eles
- 277 se delocar até a delegacia ... chegar à delegacia é:: relatar o que aconteceu ... ele disse
- 278 que sofrido um empurrão como é que foi o fato em relação ao rapaz que danificou o
- 279 próprio veículo dele ... aí eu falei pra ele então você pede um exame de corpo delito e
- 280 a perícia pro seu veículo no caso em relação aos danos né? ... E pra ela ... ele saiu do
- 281 local aí ela ficou ... também orientei ela ela reclamou de várias coisas ... que ele num
- 282 traz a criança () eu falei ó ... então ... como você tem a guarda ... procura seu
- 283 advogada ou advogado ... re é:: efetua um BO na Delegacia da Mulher que no caso
- 284 e:: ... corresponde à Delegacia da Criança aqui em Ribeirão Preto ... é:: leva as suas
- 285 testemunha que você tem e processa ele ou pede a guarda definitiva ... aí vai definir
- 286 do juiz que vai definir o que vai ser feito com a criança ... em relação à guarda em
- 287 relação à visita e etc.
- 288 J: Pois não
- 289 J ((dirigindo-se à escrevendo e lendo o que já havia sido digitado no depoimento
- 290 anterior)): É ... então fica assim mesmo ... que é policial militar e que foi chamado ao
- 291 local dos fatos e que chegando lá os danos já haviam sido causados ao veículos de tal
- 292 forma que não foi que não presenciou o ocorrido ... e:: que confirmou a oco ... não ...
- 293 pode aproveitar lá embaixo ... que confirmou a ocorrência de danos no veículo e que
- 294 naquela data verificou marcas de pés nos vidros e na lataria do automóvel
- 295 E: Cola aqui?
- 296 J: Isso ... ()
- 297 J ((dirigindo-se à advogada dos autores)): Doutora?
- 298 AA: Que ele reiterasse que:: se ele fez realmente a varredura no veículo e que não
- 299 encontrou nenhuma arma ou se ele encontrou algum objeto ali
- 300 J: O senhor fez uma diligência ou ... uma busca no veículo?

301 TA2: Se houvesse arma no veículo eu tinha prendido o rapaz em flagrante ... se
302 houvesse ... alguma arma
303 J ((ditando)): Que foi feita uma busca ... no veículo ... do co-autor e nada foi
304 encontrado ... Que não havia arma que o autor não estava por ... que o co-autor não
305 estava portando arma na ocasião.
306 J ((dirigindo-se ao advogado dos réus)): Doutor?
307 AR: Não ... nenhuma pergunta
308 J ((dirigindo-se à mesma testemunha)): O senhor está dispensado só peço pro senhor
309 aguardar lá fora para assinar o termo no final da audiência
310 TA2: Sim senhor ... obrigado excelência
311 J: () pra gente pegar ... é::: ... senhora (*omissis*) ... a senhora concorda que o seu
312 depoimento seja gravado para fins de um trabalho acadêmico
313 TR1: Concordo ué ... concordo
314 J ((dirigindo-se ao advogado dos réus)): Doutor?
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350

Termo de depoimento do autor (aud. 4) - 20/01/09

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Proc.

DEPOIMENTO PESSOAL DO

NOME: (Já qualificado nos autos)

Ao ser interrogado pelo MM. Juiz, respondeu: O depoente esclarece que os danos ocasionados em seu veículo foram causados pelo Sr. no dia 17 de agosto de 2008, logo após ter devolvido seu filho na residência da mãe de sua ex-esposa. Que o veículo em questão pertence a co-autora .

MM. Juiz:

Depoente:

Réu:

Réu:

Réu:

Termo de depoimento da testemunha 1 do autor (aud. 4) - 20/01/0º

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Proc.

TESTEMUNHA

NOME:

RG:

Endereço residencial:

Às de costume, disse nada. Advertida e compromissada nos termos da lei, ao ser inquirida pelo MM. Juiz, respondeu: Que é policial militar e que foi chamado ao local dos fatos e que chegando lá, os danos já haviam sido causados ao veículo de tal forma que não presenciou o ocorrido

REP. PELO ADV. , respondeu: Que confirmou a ocorrência de danos no veículo e que naquela data verificou marcas de pés nos vidros e lataria do automóvel.

Nada mais, para constar, lavrei este. Eu, (), escrevente técnico judiciário, digitei, providenciei a impressão e assino.

MM. Juiz:

Depoente:

Adv. :

Adv. :

Termo de depoimento da testemunha 2 do autor (aud. 4) - 20/01/09

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Proc.

TESTEMUNHA DA

NOME:

RG:

Endereço residencial:

n.

Às de costume, disse nada. Advertida e compromissada nos termos da lei, ao ser inquirida pelo MM. Juiz, respondeu: Que é policial militar e que foi chamado ao local dos fatos e que chegando lá, os danos já haviam sido causados ao veículo de tal forma que não presenciou o ocorrido. Que confirmou a ocorrência de danos no veículo e que naquela data verificou marcas de pés nos vidros e lataria do automóvel.

REP. PELO ADV. AUTORA, respondeu: Que foi feita uma busca no veículo do co-autor e nada foi encontrado. E que o co-autor não estava portando arma na ocasião.

Nada mais, para constar, lavrei este. Eu, (), escrevente técnico judiciário, digitei, providenciei a impressão e assino.

MM. Juiz:

Depoente:

Adv. :

Adv. :

Termo de depoimento da testemunha 3 do autor (aud. 4) - 20/01/09

;

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Proc.

TESTEMUNHA DA

NOME:

RG:

Endereço residencial: n. , apto .

Às de costume, disse nada. Contraditada pelo advogado dos réus, com fundamento no artigo 405, § 2º, I , foi deferida pelo MM. Juiz que , no entanto, ouviu a testemunha impedida, independentemente de compromisso como informante. Assim, ao ser inquirida pelo MM. Juiz, respondeu: Que os danos ao veículo foram causados pelos réus

é , sendo que o primeiro foi quem de fato exerceu toda a ação e as outras duas apenas o incentivaram a prosseguir com os danos. I

REP. PELO ADV. : Que o veículo em questão pertence a e que na data dos fatos estava sendo conduzido pelo co-autor .

Nada mais, para constar, lavrei este. Eu, (), escrevente técnico judiciário, digitei, providenciei a impressão e assino.

MM. Juiz:

Depoente:

Adv. :

Adv. :

Termo de depoimento da testemunha 1 dos réus (aud. 4) - 20/01/1

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Proc.

TESTEMUNHA DO

NOME:

RG:

Filiação:

Profissão:

Estado civil:

Endereço residencial:

n.

Às de costume, disse nada. Advertida e compromissada nos termos da lei, ao ser inquirida pelo MM. Juiz, respondeu: Que não presenciou os fatos descritos na inicial e que não viu o veículo do autor ser danificado.

REP. PELO ADV. DO , respondeu: Que no momento em que saiu de sua casa não presenciou os fatos alegados pelo autor, mas que eles poderiam ter ocorrido enquanto se encontrava no interior de sua residência.

Nada mais, para constar, lavrei este. Eu, (), escrevente técnico judiciário, digitei, providenciei a impressão e assino.

MM. Juiz:

Depoente:

Adv. :

Adv. :

Termo de depoimento da testemunha 2 dos réus (aud. 4) - 20/01,

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Proc.

TESTEMUNHA DO

NOME:

RG:

Filiação:

E

Profissão:

Estado civil:

Endereço residencial: Rua

n.

Às de costume, disse nada. Advertida e compromissada nos termos da lei, ao ser inquirida pelo MM. Juiz, respondeu: Que apenas presenciou o desentendimento entre o co-autor e a co-ré , inclusive no que se refere à agressão físicas. Que com relação ao co-ré Elton apenas verificou que este tentou socorrer a co-ré , sendo que em momento algum teria entrado em contato direto com o

REP. PELO ADV. DO , respondeu: Que o veículo estava próximo ao local dos fatos e que já estava danificado com amassados e riscos na lataria que já existiam desde as outras vezes em que foi entregar o filho. Que a co-ré não participou do desentendimento pois estava no interior de sua residência. Que não presenciou qualquer ação do co-ré que pudesse danificar o veículo.

REP. PELO ADV. DO , respondeu: Que estava visitando a mãe dos réus na ocasião dos fatos e que tudo aconteceu por volta do início da noite, por volta das sete horas da noite. Que presenciou os fatos até a chegada dos policiais.

Nada mais, para constar, lavrei este. Eu, (), escrevente técnico judiciário, digitei, providenciei a impressão e assino.

MM. Juiz:

Depoente:

Adv. :

Adv. :

Termo de audiência nº 1 do dia (aud. 4) - 20/01/09

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Proc.

Em 20 de agosto de 2009, às 16:58:30 horas, nesta cidade e comarca de _____, na sala de audiências do Juizado Especial Cível, onde se encontrava o Meritíssimo Juiz Substituto, Dr. _____, comigo, escrevente abaixo-assinado, a quem determinou fosse declarada aberta a audiência de instrução e julgamento. Apregoadas as partes, por três vezes e no local de praxe, verificou-se a presença dos requerentes, acompanhados da advogada _____, OAB/SP n. _____ e presentes também, os requeridos, _____; _____ e _____, acompanhados do advogado Dr. _____, OAB/SP n. _____. Renovada a proposta de conciliação, restou ela infrutífera. Pela advogada dos autores foi requerida a juntada de documentos, o que foi deferido pelo MM. Juiz. Em seguida, foi tomado o depoimento pessoal do co-autor _____, bem como ouvidas três testemunhas dos requerentes e duas dos requeridos encontrando-se reduzidos a termo, em anexo. Pelas partes foi dito não haver mais provas a serem produzidas e pelo MM. Juiz que dava por encerrada a instrução, determinando ainda, que após a regularização dos autos retornem eles conclusos para sentença. NADA MAIS, para constar, eu, _____ (_____), escrevente, lavrei o presente e providenciei a impressão.

MM. Juiz:

Requerente :

Requerente Adv.:

Requerido

Requerida :

Requerida Adv:

Transcrição das falas da audiência (5) de 20/01/09

Termo de depoimento da testemunha 1 (aud. 5) – 20/01/09

Termo de depoimento da testemunha 2 (aud. 5) – 20/01/09

Termo de audiência (5) de 20/01/09

Audiência (5) do dia 20/01/09 é ato relativo a dois processos reunidos para processamento conjunto e julgamento simultâneo. O proprietário de um automóvel promoveu duas ações, uma contra quem conduzia veículo que teria parado de inopino à sua frente e outra contra o condutor do automóvel que vinha por trás e o atingiu na mesma oportunidade. Os dois réus negam ter agido com culpa. Na audiência, o juiz resolveu colher a prova apenas de um dos processos, ouvindo duas pessoas como testemunhas, uma das quais é o réu do outro processo.

Transcrição da audiência (5) de 20/01/2009

1
2
3
4 Juiz (J): Doutores ... é: ... aqui eu gostaria de solicitar de ver com vocês a
5 possibilidade de gravar esta audiência ... não só aqui pro Juizado mas pra fins de uma
6 tese de mestrado feita pela esposa do (omissis) é ... pra fins acadêmicos ... só esta
7 questão ninguém vai ser identificado ... não vai aparecer o nome de ninguém ... nem
8 mesmo da Vara () vai passar vendo se há a concordância de todos
9 Os presentes, inclusive testemunha: Perfeitamente ... perfeito ... perfeito excelência
10 J: Depois tem um termo pra assinar ... no final ... tá ok?
11 ((Escrevente - E - qualifica a primeira testemunha do autor - T1))
12 J: Boa tarde, seu (omissis)
13 T1: Boa tarde
14 J: Seu (omissis) como é que foi ... que aconteceu naquele dia ... o senhor chegou a
15 parar o seu veículo
16 T1: eu vinha descendo a avenida Saudade ... quando nós chegamos na na ... com a
17 Padre Euclides ... saiu uma pessoa um carro da da Santa Casa ... o sinal tava verde
18 praticamente eu nem nem pa ... nem nem brequei ... () no (omissis) né ... só olhei dei
19 uma pancada atrás ... agora ... jamais eu contornei a Padre Euclides não tinha nem
20 como ali ... eu bateria com outro carro de frente né? Jamais
21 J: Quer dizer em tão que de todos esses veículos que estavam seguindo o senhor foi
22 o primeiro que parou?
23 T1: Foi ... o primeiro que parei
24 J: Deu uma freitada brusca?
25 T1: Não ... no brusco ... nem brecar brequei () se ia sai o rapaz saiu ... se eu saio eu
26 teria batido mesmo ... no rapaz que saiu da Santa Casa ... Casa ... da Santa Casa né ...
27 eu praticamente nem brequei nem o carro que vinha atrás ... só escutei a pancada ...
28 foi isso que aconteceu () não tinha nem como
29 J (ditando à escrevente): Que no dia dos fatos ... conduzia seu veículo pela avenida
30 da Saudade ... e no cruzamento com a rua Padre Euclides ... verificou que um outro à
31 sua frente ... saía da Santa Casa ... diminuiu parou ... diminuiu parando seu veículo ...
32 quando percebeu que houve uma colisão envolvendo os veículos que vinham ... atrás
33 do carro dele
34 J ((indagando a testemunha)): Mas não chegou a atingir o seu ()?
35 T1: Atingiu qualquer coisa sim ... atingiu qualquer coisa
36 J: Seu (omissis) ... aqui o policial fez um ... desenho ... segundo ele o seu veículo
37 teria ... ficou parado ... nesse local ou seja ... passando o cruzamento continua na rua
38 da Saudade ... mas meio virado assim pra frente ... indicando que ... poderia ter
39 tentado uma manobra ... nessa rua
40 T1: () por coincidência dele ... assim ... porque ele quis fazer né? Como né? Nem
41 como ... tava vinha descendo na avenida Saudade né? Da Santa Casa saiu um carro
42 que que se vai fazer ... se ... se ... vem de vagar né? Parei na
43 J: () ainda na ... na avenida da Sandade
44 T1: Na ... é ... na ... é ... antes antes da Padre Euclides ... tem a saída da Santa Casa ...
45 eu parei antes da Padre Euclides ... antes da Pa ... antes da Pa ... antes da Padre
46 Euclides ... eu praticamente nem brequei porque tava deva ... tava praticamente
47 parado né? Praticamente parado ... ele saiu ... quer dizer aí o (omissis) vinha outro
48 carro () do seu (omissis) ... também nem brecaram ... se vê que num tem uma
49 brecada num tem um nada ... se eu tivesse andado contra mão acho que teria batido
50 com outro carro de frente ... acho que seria óbvio né? Teria batido noutro carro que

- 51 tava saindo na minha frente
- 52 J: Em algum momento o carro do senhor ficou parado nessa posição depois do
- 53 acidente?
- 54 T1: De jeito nenhum ... () em linha reta a hora que ... da colisão e tal ficou em linha
- 55 reta
- 56 J: Esperando a policia?
- 57 T1: Esperando a ordem ... não sai do local ... parei ... não sai do local ... tirei o carro
- 58 quando o policial pediu pra tirar o carro dali que eu toquei pra frente que ele pediu
- 59 pra tirar
- 60 J ((ditando)): Que não concorda ... com ... o croqui com o desenho apresentado no
- 61 boletim de ocorrência ... de folhas doze verso ...
- 62 E: Folhas doze verso?
- 63 J: Isso ... pois seu veículo ... parou antes do cruzamento ((final da fita)) já que
- 64 precisou dar passagem ao veículo que saia da Santa Casa ... é isso
- 65 J ((dirigindo-se ao advogado do autor)): Doutor?
- 66 AA: Excelência eu to com a cópia do boletim de ocorrência e num consta assinatura
- 67 do seu (*omissis*) no depoimento dele ... aí na na cópia do senhor tem?
- 68 J: Tem ... do senhor (*omissis*)? Tem ... é essa aqui
- 69 AA: Ele confirma essa assinatura nesse nessa versão aí? ... Fazendo o favor
- 70 J ((indagando a testemunha)): O senhor confirma a assinatura do senhor no boletim
- 71 de ocorrência
- 72 T1: É minha ... minha ... assinatura minha
- 73 AA: Excelência, se ele tá acostumado a trafegar naquela avenida ... naquela rua se
- 74 ele conhece bem a região
- 75 J ((indagando a testemunha)): O senhor conhece a região?
- 76 T1: Ali é ... como se diz é pra ... praticamente todo dia eu desço ali né? O meu
- 77 serviço é ali perto ... quer ... dificilmente um dia que eu não passo pelo menos umas
- 78 duas três vezes ali
- 79 AA: Então é:: se ele tem conhecimento bem anterior a esses fatos que essa vi ... essa
- 80 rua aqui a:: Padre Euclides é contra mão naquele sentido ali?
- 81 J: O senhor já sabe que é contra mão ali
- 82 T1: A gente sabe ... tranquilamente
- 83 J ((ditando)): Confirma a assinatura no boletim de ocorrência ... a folha onze verso ...
- 84 isso
- 85 J ((dirigindo-se aos outros advogados)): Doutores?
- 86 Advogado do réu (AR): Excelência é:: eu queria saber se o sinal ... se ele pode dizer
- 87 se o sinal tava aberto ... quando ele ele parou o carro na avenida
- 88 J ((indagando a testemunha)): Quando o senhor parou o carro pra esperar o outro
- 89 carro passar?
- 90 T1: Ué o rapaz saiu o sinal tava verde ... o sinal tava verde ele saiu eu praticamente
- 91 nem brequei ... né? O sinal tava verde né? Agora como que eu vou entrar contramão
- 92 na Padre Euclides contramão acho que é meio impossível um negócio desse também
- 93 né? ... Eu acho
- 94 J ((ditando)): que o sinal estava verde ... mas que parou porque precisou dar
- 95 passagem para o veículo que saia da Santa Casa
- 96 AA: Doutor ele praticamente não precisou breicar o veículo? Que velocidade ele
- 97 transitava ali pela faixa esquerda da avenida Saudade?
- 98 T1: Eu vinha ... eu vinha paralelo ali a avenida Saudade na na na mão ali ... do lado
- 99 que fica que entra pra Santa Casa ... Ali desce que é um movimento danado ... tanto é
- 100 que tinha tanto carro ... o único carro que bateu foi só o () não teve nenhuma outra

- 101 batida ... eu ia normal na minha mão ... até que nem breicar brequei ... não tem sinal
 102 de brecada nem do meu carro nem do carro que vinha atrás ... não tem sinal de
 103 brecada ... é que o outro carro que vinha atrás devia vir com uma velocidade mais
 104 quando é que () bateu
 105 J: Velocidade compatível com o local?
 106 T1: Nem bate bati ... nem bate bateu ... mas a gente sabe porque eu tou acostumado
 107 ... a gente tá acostumado passa ali que nem eu falei quatro ... três quatro cinco vezes
 108 por dia né? A gente trabalha ... trabalha ali perto ... conheço muito ali ... hoje mesmo
 109 devo ter passado umas duas vezes ali
 110 J ((dirigindo-se ao advogado do réu do outro processo, agora depondo como
 111 testemunha – AR2)): Doutor? Alguma pergunta?
 112 AR2: Tenho sim ... se naquele trecho da avenida Saudade ... existe o que naquela
 113 esquina Padre Euclides com avenida Saudade? ... É estabelecimento médico, é
 114 hospital?
 115 J: É hospital doutor ... É hospital já foi citado várias vezes
 116 AR2: A avenida Saudade ... descendo ... é em declive ou em rua plana?
 117 J ((para a testemunha)): Tem que responder
 118 T1: É meio declive né? Pouca coisa mas é
 119 J ((para o AR2)): Declive
 120 AR2: Se existe na esquina da avenida Saudade ca rua Padre Euclides existe praça de
 121 sinalização bem visível
 122 J: () semáforo
 123 AR2: Se além do semáforo tem placa de sinalização ... é
 124 T1: Olha ... sinceramente ... creio que sim né? Porque todas as ruas tem ... Não ...
 125 tem sim ... placa tem sim ... placa () mas que tem a placa que indicando ... né ...
 126 conversão à direita não à esquerda ... se () você sabe né?
 127 AR2: Excelência se naquela pista da avenida da saudade ... se o asfalto é liso ou
 128 existia pedrinha que pudesse freiar derrapar alguma coisa nesse sentido ... se ele tem
 129 conhecimento disso
 130 J ((indagando a testemunha)): O senhor se recorda disso ... tem como o senhor falar?
 131 T1: Pelo que eu me recordo eu creio que não ... creio que não ... não me recordo mas
 132 creio que não ... creio que não
 133 AR2: Nada mais ()
 134 J ((dirigindo-se à testemunha)): Não tem ... só os três ... então o senhor está
 135 dispensado
 136 ((entra a segunda testemunha – T2))
 137 J: Boa tarde seu (omissis) ... Seu (omissis) nós estamos fazendo um trabalho () o
 138 senhor concorda que o seu depoimento seja gravado pra utilizar nesse trabalho ...
 139 trabalho de mestrado
 140 T2: Sim
 141 J: O senhor não vai ser identificado ... e: é só mesmo uma questão acadêmica ... tá?
 142 Eu vou pedir para o senhor assinar o termo ()
 143 T2: Certo ... aceito
 144 J: Senhor (omissis) o senhor presenciou o acidente naquela tarde?
 145 T2: Foi na segunda-feira de manhã
 146 J: De manhã ... o senhor viu?
 147 T2: Eu tava lá ... e tava numa médica quando aconteceu
 148 J: E como foi ... o que o senhor viu?
 149 T2: Tinha um carro de frente: ... que tava parado irregular ... encostado assim na
 150 calçada irregular que ia saindo ... daí um Pálio branco

- 151 J: Estava irregular de frente pra onde?
- 152 T2: É:: pra Santa Casa ali ... na Santa Casa ... tava parado irregular ... ele foi saindo o
- 153 Pálio veio ... parou ... aí veio o prata ... o Meriva né? ... Parou atrás ... aí o outro carro
- 154 que veio em seguida bateu ... foi naonde que:: não teve como ... ali não teve como ...
- 155 Eu falei viche o prejuízo tá feito
- 156 J: O ... esse carro que o senhor falou que foi o primeiro ... parado irregular que tava
- 157 saindo da:: da Santa Casa
- 158 T2: Tava saindo da Santa Casa
- 159 J: Ele tava e veio e::
- 160 T2: Há esse era o que ta ... o carro que tava saindo ... tava aqui ... aqui é a Santa Casa
- 161 aqui tá a esquina aqui e o carro tá aqui ó ... ele pegou foi saindo ... que ele tava
- 162 parado irregularmente
- 163 J: Foi antes do cruzamento com a rua
- 164 T2: É ,, ai o Pálio branco veio parou ... o Meriva parou logo em seguida e o ... e teve
- 165 o outro que bateu atrás ... que é uma belina
- 166 J: Esse primeiro carro que o senhor falou o Pálio branco ... no momento do acidente
- 167 ele não tinha ultrapassado ainda o cruzamento?
- 168 T2: Não num tinha ultrapassado não
- 169 J: Não?
- 170 T2: Não
- 171 J: O senhor se recorda se o sinal tava verde para a avenida ... como é que estava a
- 172 sinalização?
- 173 T2: O sinal ele tava verde
- 174 J: Tava verde?
- 175 T2: Tava verde mas ... se ele segue poderia bater naquele que tava saindo o o Pálio
- 176 J: O senhor chegou a presenciar se por acaso esse veículo o Pálio ... o primeiro que
- 177 parou ... ele tentou virar na contramão?
- 178 T2: Não não teve () contramão ... não teve
- 179 J ((ditando à escrevente)): Que presenciou ... o acidente ... e que ... o veículo
- 180 conduzido ... pelo senhor (*omissis*) ... parou ... antes do cruzamento com a ... rua
- 181 Padre Euclides ... porque ... precisou dar passagem ... para um veículo que estava
- 182 saindo ... da Santa Casa ... logo após o veículo Meriva né? Que o senhor falou?
- 183 T2: A Meriva prata
- 184 J: A Meriva prata parou
- 185 T2: O Pálio pa ... a Meriva parou atrás do Pálio
- 186 J: Logo após o veículo Meriva parou ... parou ... é ... é ... depois do Pálio ... e apenas
- 187 o veículo ... Belina né?
- 188 T2: É:: uma Belina azul
- 189 J: Apenas o veículo Belina azul não conseguiu parar a tempo vindo a causar a
- 190 colisão ... que não ... que não presenciou tentativa alguma dos do ... do veículo
- 191 conduzido pelo senhor (*omissis*) de entrar na contramão na rua Padre Euclides
- 192 J ((dirigindo-se ao advogado do autor)): Doutor?
- 193 AA: A excelência obrigado ...
- 194 J ((dirigindo-se ao advogado do réu)): Doutor?
- 195 AR: Excelência eu não consegui entender qual:: a localização dele no no instante do
- 196 acidente onde ele tava? Não ... não consegui entender
- 197 J ((indagando a testemunha)): Onde que o senhor tava exatamente no local no...
- 198 T2: Eu tava vendendo limpador de parabrisa ali na esquina que eu ofereci pra um
- 199 carro depois atendi outro ... eu tava naquela localidade ali
- 200 AR: Mas ... especificamente em qual ()?

- 201 T2: Especificamente na Saudade com a Padre Euclides ... Eu tava mais na saudade
 202 aqui ... aqui tem a entrada que cê entra ... quando cê vai entrar pra frente ali da:
 203 Santa Casa ... eu tava na calçada ali naonde para os carro ali
 204 AR: ()
 205 T2: ()
 206 AR: Excelência é:: ... ele tava presente quando foi elaborado o boletim de ocorrência
 207 pelo policial?
 208 T2: () mais ou menos dez e meia da manhã quando deu a colisão
 209 J ((indagando a testemunha)): Sim ... o senhor estava lá quando o policial chegou
 210 para fazer o boletim de ocorrência?
 211 T2: O:: policial veio depois ... teve aí aí logo batida o poliai ... depois que veio a
 212 viatura pra fazer a ocorrência
 213 J: Isso ... mas o senhor ainda tava lá?
 214 T2: Tão ... eu tava lá naquele presente momento aí eu fui atender o carro ... eu fui
 215 atender um outro carro que o homem me chamou pra colocar o limpador de parabrisa
 216 no carro dele ... foi nonde que eu efetuei a minha venda
 217 AR: Excelência se ele estava no momento porque ele não figurou como testemunha
 218 no boletim de ocorrência? ... Porque no boletim de ocorrência não constam
 219 testemunhas
 220 J ((indagando a testemunha)): O senhor não chegou a ser chamado como testemunha
 221 ... pra assinar o boletim de ocorrência?
 222 T2: Não porque eu pensei inclusive eu pensei que eles ia até entrar em acordo ali né
 223 ... aí eu peguei fui trabalhá ... saí no meu () e fui trabalhá ... porque eu vevo da
 224 minha luta do dia a dia ... eu trabalho particular ... () podiam ter entrado num acordo
 225 e caso que sempre às vezes acontece e cada um fica na boa né? Ai depois que veio a
 226 intimação em casa eu falei ué me colocaram meu nome aqui eu peguei foi onde que
 227 eu vim
 228 AR: Excelência se ele não foi chamado a comparecer como testemunha como ele foi
 229 ... se ele foi embora depois () como que ele foi localizado pelas partes
 230 J: Como que identificaram o senhor para vir como testemunha hoje ... sendo que o
 231 senhor não participou do boletim de ocorrência ... logo em seguida o senhor
 232 continuou com as suas atividades?
 233 T2: Muito bem ... quando teve a batida daí eu cheguei e falei assim ó qualquer coisa
 234 que precisá pode me acionar ... meu nome é (*omissis*) () procurar no meu endereço,
 235 mas ... () que ele ainda falou assim não a gente vai fazer um acordo ... então num vai
 236 talvez num vai precisá ... foi nonde que eu peguei e fui embora ()
 237 ((comentários e perguntas simultâneas incompreensíveis em sua totalidade))
 238 T2: O sinal tava aberto
 239 J ((ditando)): Que no momento do acidente o depoente estava trabalhando na esquina
 240 da avenida da saudade com a rua Padre Euclides ... mais precisamente ... defronte ao
 241 hospital Santa Casa ... ponto ... Que não prestou ... informações como testemunha no
 242 momento da elaboração do boletim de ocorrência ... porque ... imaginou que as partes
 243 entrariam em acordo ... Que forneceu seus dados para o senhor (*omissis*) é:: pois
 244 poderia futuramente servir de testemunha caso as partes não entrassem em acordo ...
 245 É isso aí
 246 J ((dirigindo-se ao advogado do autor)): Doutor ... com relação à testemunha?
 247 AA: Eu vou desistir ... vou desistir
 248 J ((para a escrevente)): Vamos lá ... abre o termo agora ... é ()
 249
 250

Termo de depoimento da testemunha 1 (aud. 5) - 20/01/09

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Proc.

TESTEMUNHA DO

NOME:

RG: SP

Filiação: e

Profissão: CORRETOR acompanhados do advogado Dr.

, OAB/SP

n.

Estado civil:

Endereço residencial: Rua

Às de costume, disse nada. Advertida e compromissada nos termos da lei, ao ser inquirida pelo MM. Juiz, respondeu: Que no dia dos fatos conduzia seu veículo pela Avenida Saudade e no cruzamento com a rua Padre Euclides verificou que um outro veículo a sua frente saía da Santa Casa, diminuiu parando seu veículo quando percebeu que houve uma colisão envolvendo os veículos que vinham atrás do seu. Que não concorda com o croqui ou desenho apresentado no B. O. de fls. 12 vº, pois, seu veículo parou antes do cruzamento da rua Padre Euclides, já que precisou dar passagem ao veículo que saía da Santa Casa.

REP. PELO ADV. DO , respondeu: Que confirma a sua assinatura no B. O. 11, vº.

REP. PELO ADV. DO , respondeu: Que o sinal estava verde, mas que ele parou porque precisou dar passagem ao veículo que estava saindo da Santa Casa.

Nada mais, para constar, lavrei este. Eu, (), escrevente técnico judiciário, digitei, providenciei a impressão e assino.

MM. Juiz:

Depoente:

Adv. :

Adv. :

Adv. :

Adv. :

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Proc. e

TESTEMUNHA DO

NOME:

RG: SP

Endereço residencial: n.

Às de costume, disse nada. Advertida e compromissada nos termos da lei, ao ser inquirida pelo MM. Juiz, respondeu: Que presenciou o acidente e que o veículo conduzido pelo Sr. parou antes do cruzamento com a rua porque precisou dar passagem para um veículo que estava saindo da Santa Casa. Logo após o veículo Meriva parou depois do veículo Pálio e apenas o veículo Delina Azul não conseguiu parar a tempo vindo a causar a colisão. Que não presenciou tentativa alguma do veículo conduzido pelo Sr. de entrar na contra-mão na rua Padre Euclides.

REP. PELO ADV. , respondeu: Que no momento do acidente o depoente estava trabalhando na esquina da Avenida da Saudade com a Rua Padre Euclides, mas precisamente defronte ao Hospital Santa Casa. Que não prestou informações como testemunha no momento da elaboração do B. O. porque imaginou que as partes entrariam em acordo. Que forneceu seus dados para o Sr. , pois poderia futuramente servir de testemunha, caso as partes não entrassem em acordo.

Nada mais, para constar, lavrei este. Eu, (), escrevente técnico judiciário, digitei, providenciei a impressão e assino.

MM. Juiz:

Depoente:

Adv. :

Adv. :

Termo de audiência (5) do dia - 20/01/09

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Proc. e e

Em 20 de agosto de 2009, às 17:02:49 horas, nesta cidade e comarca de Ribeirão Preto, na sala de audiências do Juizado Especial Cível, onde se encontrava o Meritíssimo Juiz Substituto, Dr. _____,

comigo, escrevente abaixo-assinado, a quem determinou fosse declarada aberta a audiência de instrução e julgamento. Apregoadas as partes, por três vezes e no local de praxe, verificou-se a presença do requerente, acompanhado do advogado Dr. _____, OAB/SP n. _____,

e presentes também, os requeridos, _____, acompanhado do advogado Dr. _____, OAB/SP n. _____ e _____,

acompanhado do advogado Dr. _____, OAB/SP n. _____. Renovada a proposta de conciliação, restou ela infrutífera. Pelo advogado do Sr. _____,

foi dito que desistia da oitiva da testemunha do policial _____, o que foi homologado por esse MM. Juiz. . Em seguida, foram ouvidas duas testemunhas arroladas pelo autor _____, encontrando-se reduzidos a termo, em anexo. Pelas partes foi dito não haver mais provas a serem produzidas e pelo MM. Juiz que dava por encerrada a instrução, determinando ainda, que após a regularização dos autos retornem eles conclusos para sentença. NADA MAIS, para constar, eu, _____ (_____), escrevente, lavrei o presente e providenciei a impressão. ,

MM. Juiz:

Adv. _____

Adv.: _____

Adv. _____

Sentença (1)

Mulher presa em flagrante quando, como intermediadora, praticava contravenção penal denominada “jogo do bicho”, é processada e absolvida por meio de sentença cuja fundamentação e dispositivo (parte decisória) foram estruturados como poesia.

JOGO DO BICHO

- Sentença 1 em forma de poesia.

SENTENÇA EM VERSO

Proc. nº 1 1ª Offício

Vistos, etc...

... já qualifica-
da nos autos, responde ao presente processo por incurso nas -
sanções do artigo 58, da Lei nº 6.259, de 10 de fevereiro de -
1944, pelos fatos constantes do auto de prisão em flagrante -
delito (fls.3/6-verso), posto que segundo tal peça, foi encon-
trada, intermediando o tal "jogo do bicho".

Regularmente processado o feito, sur -
giu o interrogatório as fls.40-verso.

Realizada audiência de julgamento, -
o representante ministerial (fls.53/4), entendendo comprovadas
a autoria e materialidade do tipo, pediu o acolhimento da pe -
ça vestibular e, conseqüentemente, a condenação da acusada. A
douta defesa, em mesma oportunidade, (fls.55/60), em alongadas
razões, discorrendo sobre condição social atual e as loterias-
mantidas pelo Estado, pediu a absolvição, não sem antes, apre-
sentar inconformismo com o procedimento contrário à lei, no to-
cante ao processamento do feito.

É o relatório.

PASSO A DECISÃO.

Mais um caso de bicho.

por o
decisão

PODER JUDICIÁRIO

- Sentença 1 em forma de poesia.

tra o mesmo, é imensa.

são.

resultado chega.

Do tal jogo, de tanto tempo.

Épocas ocorrem em que a repressão con-

Outras, mínima.

Outras mais, nenhuma.

As notícias surgem.

Nos jornais, nas revistas, na televi-

Oficializa. Não oficializa.

Uns deputados aprovam. Outros não.

E o jogo continua.

A repressão, depende.

Falam no desemprego.

Dos que vivem do jogo.

Dos que perdem.

Dos que não ganham.

Dos que se iludem.

Do que o Estado não arrecada.

E o jogo prossegue.

A represssão depende.

E a discussão continua.

E os números correm.

Telefone, telex, lombo de burro, o

S S

M. O.
ecisãc

- Sentença 1 em forma de poesia.

No sussurro.

No grito.

Na esquina.

No canto de rua, no fundo de quintal.

Poucos ganham, a maioria perde.

A crise prossegue.

O jogo alivia.

Dizem "psicólogos".

A esperança, segundo consta, é a últi

ia que morre.

esperança.

Ao brasileiro ainda não, tem fé e

E vai jogar. E joga. E espera.

O prejuízo. Quase sempre.

Ou, poucas vezes, o processo.

Como o presente.

Mulher simples, humilde.

Manipuladora de números.

Os fatos comprovam.

Intermediária.

Pequena, coitada.

Coleta e entrega.

Para quem?

A quem?

Quando?

por ocasião
de decisão definitiva

Sentença 1 em forma de poesia.

Onde?

Que forma?

Que ocasião?

Em sendo jogo, palpites.

Bons, ruins, esperançosos.

Resultado:

Dor de cabeça.

Infringência legal.

Da época de 44, quando a capital da
República, ficava no Rio, de tantos janeiros.

Quanto coisa mudou.

Quanta coisa alterou.

Mudou a capital.

Da praia, para o planalto.

Mudou o tempo.

O clima.

Os presidentes.

A lei continuou.

A sociedade mudou.

Pessoas nasceram. Outras morreram.

Outras sequer viveram.

E o bicho continuou.

De toda forma, de todo lado.

Reprimido mais, ou menos.

Dependendo do lugar, do tempo, do modo.

S S O

por ocasião
decisão defi

Sentença 1 em forma de poesia,

E os pequenos sempre ou quase sempre
processados.

Só estes.

Os outros, ao que consta, não.

Que outros, então.

Vejo hoje, a alteração profunda da -
sociedade.

O estímulo ao jogo.

Joga-se tudo.

Futebol. Basquete. Domínó.

Eleição. Pregos. Candidatos. Cava -
los. Automóveis. Aviões, viagens.

Virou a vida, um verdadeiro jogo.

A loteria dos números, loto.

A federal, dos bilhetes.

A dos Carnês.

Das felicidades, das infelicidades.

dos Baus, das malas.

O número. o palpite.

O sussurro.

Diz a Constituição Federal que todos
são iguais perante a Lei.

Quando vejo que nem todos são proces-
sados pelo jogo do bicho, com base nessa norma constitucional,
não posso condenar um.

PODER JUDICIÁRIO

- Sentença 1 em forma de poesia.

Vejo a realidade social.

O tempo em que julgo.

A sociedade em que vivo.

A lei que se aplica.

A Justiça que se procura.

Abomino o jogo.

Mas não nou condenar uma, talvez até,
pobre coitada.

Todos ou nenhum.

No tocante ao procedimento utilizado,
levantado pelo defensor, não verifiquei prejuízo para a acusa
da, motivo pelo qual, desacolho a pretensão de nulidade.

ISTO POSTO e considerando o mais que
dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a peça inaugural e
absolvo . já qualificada nos autos, o
que faço com amparo no inciso IV, do Código de Processo Penal.

Custas " ex vi legis ".

P. R. I. e Comunique-se.

Rib. Preto, De : 1 de 19

Juiz de Direito

CIENTE
A. B. Preto
Vencido 23.07.83

Elcio - L.
30.07.83, p.v.
Advogado

por ocasi
decisão d'

Sentença 2

Empresa loteadora defende-se, por meio de ações de embargos, de duas execuções fiscais que prefeitura municipal utilizou para exigir o pagamento de tributos não liquidados, acrescidos de multas. A sentença acolheu os pedidos dos dois embargos e julgou extintas as execuções, por meio de sentença cuja fundamentação e dispositivo (parte decisória) foram estruturados como poesia.

-- Sentença 2 em forma de poesia

59
Jed

Proc. n.ºs. e
em apenso.

VISTOS, ETC...

opôs embargos contra as execuções que lhe promove aduzindo, em síntese, vício no procedimento administrativo com consequente nulidade do lançamento, sendo inexistente fato gerador, sendo inconstitucional o acréscimo da multa, motivo pelo qual pediu o acolhimento do incidente e a improcedência da execução, com as condenações decorrentes.

Recebidos os embargos, manifestou-se a embargada as fls. 21/22 e pela regularidade da execução, aduzindo cumprimento de formalidades e, portanto, requereu o afastamento do incidente.

Com posteriores manifestações das partes, requisitado o procedimento administrativo e em apenso.

É o relatório.

DECIDO.

Antecipo o julgamento e por dispensável maior dilação probatória.

Embargante, empresa loteadora.

Cuidou de loteamento no município.

Utilizou máquinas e homens da municipalidade e em obras de implantação do loteamento.

Horas trabalhadas e prestadas.

Despesas ocorridas.

Preços apurados.

Previsão de utilização.

Legislação municipal própria.

Forma de pagamento.

— Sentença 2 em forma de poesia

64
Jad

Serviços fornecidos.
Pagamentos ausentes.
Instaurado procedimento administrativo e vi
sando apuração.
Surgida, em final.
Notificação própria.
Autos em apenso.
Dados lá constantes.
Inerte a devedora.
Constituído o débito, surgido o lançamento.
Não pago, a certidão de dívida ativa.
E como tal, a execução.
O procedimento administrativo surgiu regular.
Provocação.
Repetindo, apuração.
Horas de atividade.
Valores disciplinados pela municipalidade.
Lançamento.
Execução.
Ato administrativo completo.
Regulares efeitos.
Os vícios indicados pela embargante carecem de
melhor amparo técnico.
Fato gerado, existente.
A utilização dos serviços e máquinas da muni
cipalidade.
Não se há falar em inexistente.
A própria embargante confessa a utilização.
Pretende justificar e no sentido de que o ser
viço trouxe benefício coletivo.
Entretanto, em loteamento, pela legislação -
própria, o ônus não é do município e sim do empreendedor.
Basta verificar a lei de loteamento.
A Municipalidade apenas fiscaliza.
Usando serviços de terceiros, cumpre o paga -
mento.
E ainda mais, sendo de serviço público.

- Sentença 2 em forma de poesia

Injusto que a sociedade pague pelo particular e ainda mais quando este auferir lucros e em razão do descumprimento de condições.

Débito regularmente constituído.

Decorrente de serviço prestado.

Valores fixados pelo município.

Bases válidas.

Horas consignadas.

Apuração efetiva.

Auto administrativo substancioso.

Principal e acréscimos.

Estes, permitidos em lei.

Mora efetiva.

Liquidez, certeza e exigibilidades presentes.

Protelação no incidente, embora o esforço do patrono embargante e no sentido de justificar aquilo que contraria a própria lógica.

Afasto a peça.

ISTO POSTO e pelo mais que dos autos consta, -
JULGO IMPROCEDENTES os embargos opostos por .

, ficando condenada ao pagamento, em prol de
das custas, emolumentos e honorária de 15% sobre o montante da liquidação.

Subsistente a penhora,

prossiga-se na execução.

P. R. e Intimem-se.

de

Juiz de Direito
designado

Acórdão

Decisão colegiada (Acórdão) de Câmara de Tribunal de Alçada Civil, que anula sentença por meio da qual foram julgadas duas ações de embargos, utilizadas por empresa loteadora para se defender de execuções fiscais contra ela promovidas por prefeitura municipal, sentença essa cuja fundamentação e dispositivo (parte decisória) foram estruturadas como poesia.

Acórdão (ref. Sentença 2 em forma de poesia)

84

84

A C Ó R D A O

Vistos, relatados e discutidos estes autos de
 APELAÇÃO Nº : , da comarca de !
 sendo apelante -
 e apelada -

A C O R D A M, em
 Tribunal de Alçada Civil, por votação unânime, dar pro
 vimento ao recurso para anular a r. sentença.

A r. sentença julgou improcedentes os embargos
 do devedor opostos -
 I , nos autos do processo
 de execução que lhe move a

Apela a embargante argumentando, em resumo ,
 que a r. sentença decidiu dois processos, executivos fis
 cais nºs : não reunidos, porém confundi
 dos, sem que, sequer, se ensejasse oportunidade para em
 bargos em um deles. Além disso, maculada irremediavel
 mente pela ausência de fundamentação, que a torna írri
 ta, nula de pleno direito.

Acórdão (ref. Sentença 2 em forma de poesia)

2.

85
BHM

Quanto ao mais, houve cerceamento de defesa, que se não permitiu prova pericial e testemunhal ar-
das tempestivamente. O procedimento administrativo pa-
de nulidades insanáveis, porque instaurado irregular-
e cerceando a defesa do contribuinte. A multa de
a título de acréscimo sobre o valor do crédito fiscal
rito é inconstitucional. O fato gerador da exigência
al inexistente. Os embargos mereciam julgados proceden-

Há contra-razões para manter-se a r. sentença.

É o relatório.

Assiste razão à apelante.

"Data venia", sobre não se ensejar oportunida-
de para que a apelante, em um dos executivos fiscais, pu-
desse apresentar seus embargos, a r. sentença é nula por
falta de fundamentação.

Da mesma forma que a petição inicial há de ser
clara, precisa e concisa, no melhor estilo tomista, deve
sentença também ser clara, precisa e concisa. Deve es-
ser necessariamente fundamentada.

Não resta dúvida que há vários estilos de reda-
ção, incluindo o poético, o literário moderno. Mas estes,
mesmo que muito talento se tenha, não se coadunam com
o jurídico, próprio dos arrazoados, petições, decisões e
sentenças.

Acórdão (ref. Sentença 2 em forma de poesia)

3. ⁸⁰
[assinatura]

Óbvio que a ciência jurídica, como ciência, te
nha linguagem própria; mas sendo o direito uma ciência prá
tica, quem o aplica, até porque se dirige também a leigos,
deve procurar linguagem clara, escoreita, comprensível,
distanciando-se, pois, da poesia moderna, abstrata, hiper
subjetiva. Quem é julgado, quer saber porque está sendo
julgado daquela forma. Exige motivação. E esta tem de ser
clara, óbvia, cristalina. Não pode ser difusa, confusa, obs
cura, imprecisa, desconexa. O estilo do jurista não se
permite a divagações, a hermetismo, sob pena de nada di
zer, nem atingir seu objetivo de intérprete da norma, de
hermeneuta, do aplicador do direito. De distribuidor de jus
tiça.

Poucos são como GUIMARÃES ROSA e CARLOS DRUM
MOND DE ANDRADE. Mas estes gênios da literatura brasilei
ra não empregavam o estilo literário em seus afazeres de
funcionários públicos. Precisão e concisão, não significam
hermetismo e incompreensão. A genialidade está muitas ve
zes na simplicidade da forma, na maneira singela de se co
municar. Inteligente. Compreensível. Límpida.

"Venia permissa", não se apreende da r. senten
ça, dela não exsurge os motivos que levaram a sua parte
dispositiva, contrariando, pois, o art. 458, II, do C.P.
C..

E uma rosa, é uma rosa, é uma rosa, é uma ro
sa...

Acórdão (ref. Sentença 2 em forma de poesia)

4.

87
CHM

2.

Posto isso, dão provimento à apelação, para a
nular a r. sentença nos termos do V. Acórdão.

Presidiu o julgamento o Juiz e
dele participaram os Juizes (revisor) e

1.

São Paulo, de de

Relator